

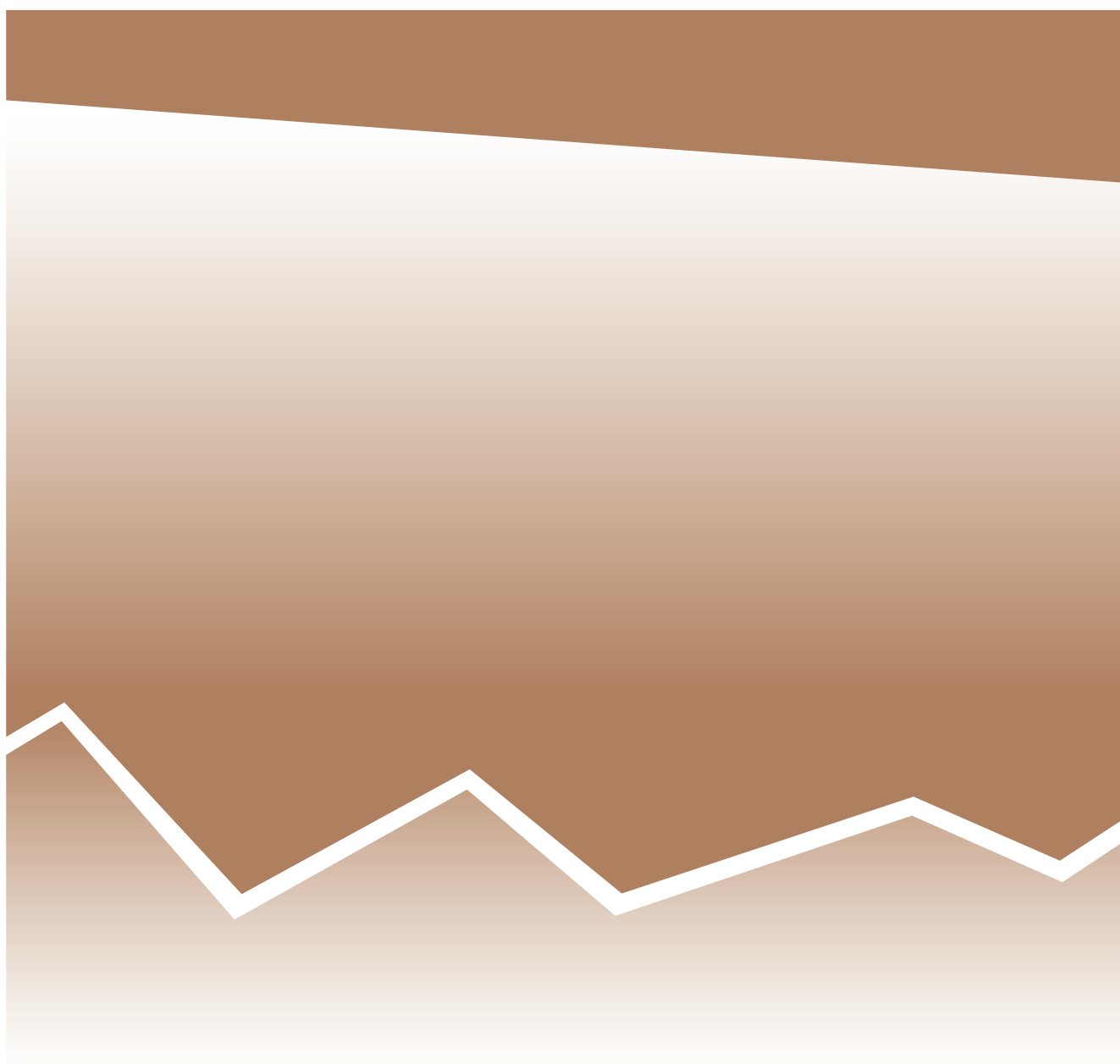
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TJSC / 2007

DES. PEDRO MANOEL ABREU

Presidente



APRESENTAÇÃO



PRESIDÊNCIA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2006/2008

É com grande satisfação que passo, neste momento, a prestar contas de nossa gestão, marcada nestes dois anos por projetos e realizações que buscaram garantir um Judiciário ágil e transparente, fruto do trabalho abnegado de nossos principais colaboradores, magistrados e servidores. Ressalto, de início, o cumprimento do Plano de Ação Estratégica (PAE), documento em que compromissos assumidos foram levados a cabo, sempre com vistas a uma melhor prestação jurisdicional.

Neste sentir, registramos a incorporação de novos servidores e magistrados, mediante a realização dos respectivos concursos públicos; a aprovação do projeto de reclassificação de entrâncias; a elaboração do novo Estatuto da Magistratura e a criação de 50 cargos de Juiz Especial; a instalação de 19 novos juízes em diversas comarcas pelo Estado; a integralização de valores previstos no Plano de Cargos e Salários de nossos servidores; a quitação de todas as dívidas ainda pendentes com funcionários e juízes; enfim, esforços envidados para garantir sempre um ambiente de qualidade capaz de garantir serviços de excelência para os jurisdicionados catarinenses. Somente na Justiça de 1º Grau, por exemplo, foram mais de 600 cargos criados e providos, entre técnicos judiciários, assistentes sociais,

oficiais de Justiça, comissários de infância e juventude e psicólogos.

A área de planejamento também registrou avanços, com a realização de reuniões regionais para discussão dos investimentos futuros do poder, com vez e voto para colaboradores que vivenciam a realidade do atendimento prestado diretamente ao cidadão. Houve também a sedimentação do Conselho Gestor dos Juizados Especiais e a vitoriosa reativação do Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR) do TJ, em pouco tempo transformado em uma verdadeira universidade corporativa, dedicada ao ensino e a especialização de servidores e magistrados. Avanços obtidos, também, a partir do bom relacionamento sempre mantido com os demais poderes e instituições afins, como o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil, todos parceiros na empreitada de oferecer justiça rápida e eficaz para a sociedade.

A ampliação do número de desembargadores, e as estatísticas confirmam isso, era medida mais que necessária para impedir o afunilamento de ações no 2º Grau de jurisdição. Com os 10 novos colegas, empossados no segundo semestre de 2007, devemos ter um incremento nos julgamentos da ordem de 25%. A idéia é que sejam julgados mais 10 mil processos por ano. Sem contar que o aumento no número de desembargadores no TJ permitiu a criação de

PRESIDÊNCIA

quatro novas câmaras julgadoras em sua estrutura e, quem sabe, mais a frente, possibilite estudos no sentido da especialização destes órgãos – medida que já implantamos em algumas varas da Justiça de 1º Grau.

Temos hoje, em comarcas como Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma, Tubarão e Chapecó, por exemplo, unidades especializadas em direito bancário e também com competência exclusiva para os crimes previstos na Lei Maria da Penha, que trata da violência doméstica contra mulheres. Nestes dois anos foram instalados ainda 19 novos juízos, todos precedidos pelo trabalho de alto nível desenvolvido pelo Programa de Instalação de Novas Varas e Serviços Judiciários, no sentido de habilitar colaboradores para aplicação de modernas técnicas de racionalização em busca da excelência administrativa. Este trabalho não ficou restrito as novas unidades, mas se estendeu também para as varas já em funcionamento.

O saneamento processual envolveu 28 unidades judiciárias e resultou em dados expressivos, como a auditoria em 82 mil processos, com o arquivamento de 47 mil ações. Em algumas varas, por conta do volume de processos em tramitação, foram destacadas forças-tarefas que realizam exaustivo levantamento – mais de 600 horas de trabalho - e classificação de acervo, com o

estabelecimento de novas dinâmicas que racionalizaram as rotinas e capacitaram seus operadores à prestação de um serviço de melhor qualidade e maior agilidade. Este projeto, premiado em concurso nacional realizado em conjunto pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ), chamou a atenção dos demais estados e foi apresentado em outros 12 tribunais do país.

Logicamente que a implantação de novas varas e a ampliação do programa está vinculada à dotação orçamentária do Judiciário, ainda aquém de nossas reais necessidades – embora tenhamos obtido aumento percentual no Duodécimo de 7 para 7,4%. Mesmo assim, inobstante dificuldades orçamentárias e a premente necessidade por reformas infra-constitucionais que possam garantir almejadas alterações em nossa processualística, o Judiciário catarinense voltou a apontar o caminho da resolução de conflitos por métodos não adversariais como uma das soluções para a propalada morosidade da Justiça. O Judiciário catarinense, e não é de hoje, tem adotado em suas políticas de gestão projetos e programas que colocam a conciliação como um meio célere e barato para resolver pendências.

Temos, por exemplo, distribuídas em todas as regiões do Estado, 80 unidades do projeto Casas da Cidadania, onde oferecemos gratuitamente serviços de conciliadores

PRESIDÊNCIA

devidamente treinados para intermediar conflitos que, de outra maneira, poderiam se transformar rapidamente em litígios judiciais. Em nossa gestão implantamos 10 novas unidades do projeto, com a edificação de sede própria para quatro delas. Para gerir não só os programas alternativos de solução de conflitos como também os Juizados Especiais, criamos o Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais. O principal objetivo da conciliação não é só resolver um pequeno incidente em sua origem como também evitar que este imbróglio se transforme numa ação que se somará aos milhares de processos a espera de solução judicial.

Os números obtidos na última Semana Nacional da Conciliação ou ainda nos mutirões que realizamos anualmente em Santa Catarina são satisfatórios. Assim como o trabalho desenvolvido pelo também recém criado Núcleo de Conciliação de 2º Grau, que em dois anos de atuação registra índices conciliatórios superiores a 70%. Sem contar a bem sucedida experiência do Programa de Mediação de Grandes Conflitos Sociais, que em sua primeira intervenção obteve acordo que solucionou conflito na agroindústria estadual envolvendo 85 mil trabalhadores. Porém, mais que estatísticas, devemos ter em mente que a disseminação da cultura da conciliação entre os diversos segmentos da sociedade é o maior objetivo que podemos alcançar com todas estas iniciativas.

Na área de expansão física também registramos avanços, como a conclusão do Anexo do TJ e dos fóruns de Concórdia, Camboriú e Porto Belo; e a construção das Casas da Cidadania nos municípios de Iraceminha, Botuverá, Timbó Grande e Jaborá. Foram investidos cerca de R\$ 35 milhões em reformas e construções que não só agregaram 92 mil novos metros quadrados ao nosso patrimônio como passaram a oferecer melhores condições de trabalho aos nossos servidores e comodidade aos jurisdicionados. Existem também, em andamento ou licitação, obras que representam investimento de mais R\$ 44 milhões e acréscimo de 53 mil metros quadrados de área.

Recursos investidos a partir de nossas fontes de custeio mas, também, buscados através da racionalização de nossos serviços, com ênfase na informatização crescente do Judiciário catarinense. Marcante neste sentido a implantação do Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário de Santa Catarina, que disponibilizado por meio eletrônico aboliu sua versão impressa e representou uma economia anual superior a R\$ 3 milhões. Também digno de registro a implantação do processo virtual em unidades e varas das comarcas da Capital e Lages, com redução de 97% do tempo consumido nas tarefas relacionadas a um processo similar em ambiente físico, assim

PRESIDÊNCIA

como a informatização das Turmas Recursais do Estado, com a possibilidade de consultas aos processos na Internet.

Foram muitos os avanços nestes últimos dois anos e antevejo um futuro promissor. Digo isso com base em números concretos. Isto por conta do projeto de lei de autoria do Judiciário aprovado pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina que autoriza a suspensão de todos os executivos fiscais em tramitação no Estado com valor igual ou inferior a um salário mínimo. Para se ter idéia do alcance da medida, cerca de 600 mil ações – de um total de 1,8 milhões processos em tramitação nas 110 comarcas catarinenses - vão deixar os escaninhos da Justiça e permitir que os magistrados possam se dedicar em agilizar a prestação jurisdicional em outras demandas, notadamente de cunho social.

Com esta baixa, o Judiciário ganha novo fôlego para dedicar maior atenção aos 600 mil processos que envolvem a chamada jurisdição social – ações comuns do cidadão. É a implementação da chamada “Justiça Cidadã”, pedra de toque de nossa gestão. Este projeto passou a ser gerido no Tribunal de Justiça ainda no primeiro semestre de 2006, quando um levantamento estatístico apurou que 2/3 dos 1,8 milhões de processos em tramitação na Justiça de 1º Grau se referiam exclusivamente aos chamados executivos fiscais – cobranças patrocinadas

pelos governos, seja estadual ou municipal, em busca de impostos não pagos pela via administrativa. Ao depurar melhor os dados, identificamos que 50% dos executivos fiscais – cerca de 600 mil processos – cobravam valores iguais ou inferiores ao salário mínimo, numa afronta ao princípio da economicidade uma vez que o custo destas ações, em média, alcançava R\$ 530,00. Estávamos gastando dinheiro bom para resgatar dinheiro ruim.

Foi neste contexto que surgiu o projeto, agora aprovado, que servirá para reduzir sensivelmente o acervo de ações no Estado, com a oportunidade dos 320 juízes catarinenses transferirem o foco de suas atuações na jurisdição social. Por este motivo, repito, nosso atual cenário apresenta matizes de bom tom, antevendo um futuro melhor para os jurisdicionados. De igual importância, ainda na Justiça de 1º Grau, projeto aprovado na Assembléia Legislativa que promoveu a alteração na nomenclatura do cargo de escrivão judicial, a partir de agora chamado de analista jurídico, alteração que permitirá maior mobilidade na estrutura funcional dos cartórios judiciais do Estado. Imperioso ressaltar também a disposição do Judiciário em manter diálogo permanente com os demais poderes como principal forma de equacionar eventuais embates, numa demonstração clara de zelo pela harmoniosa convivência com o Executivo e o Legislativo.

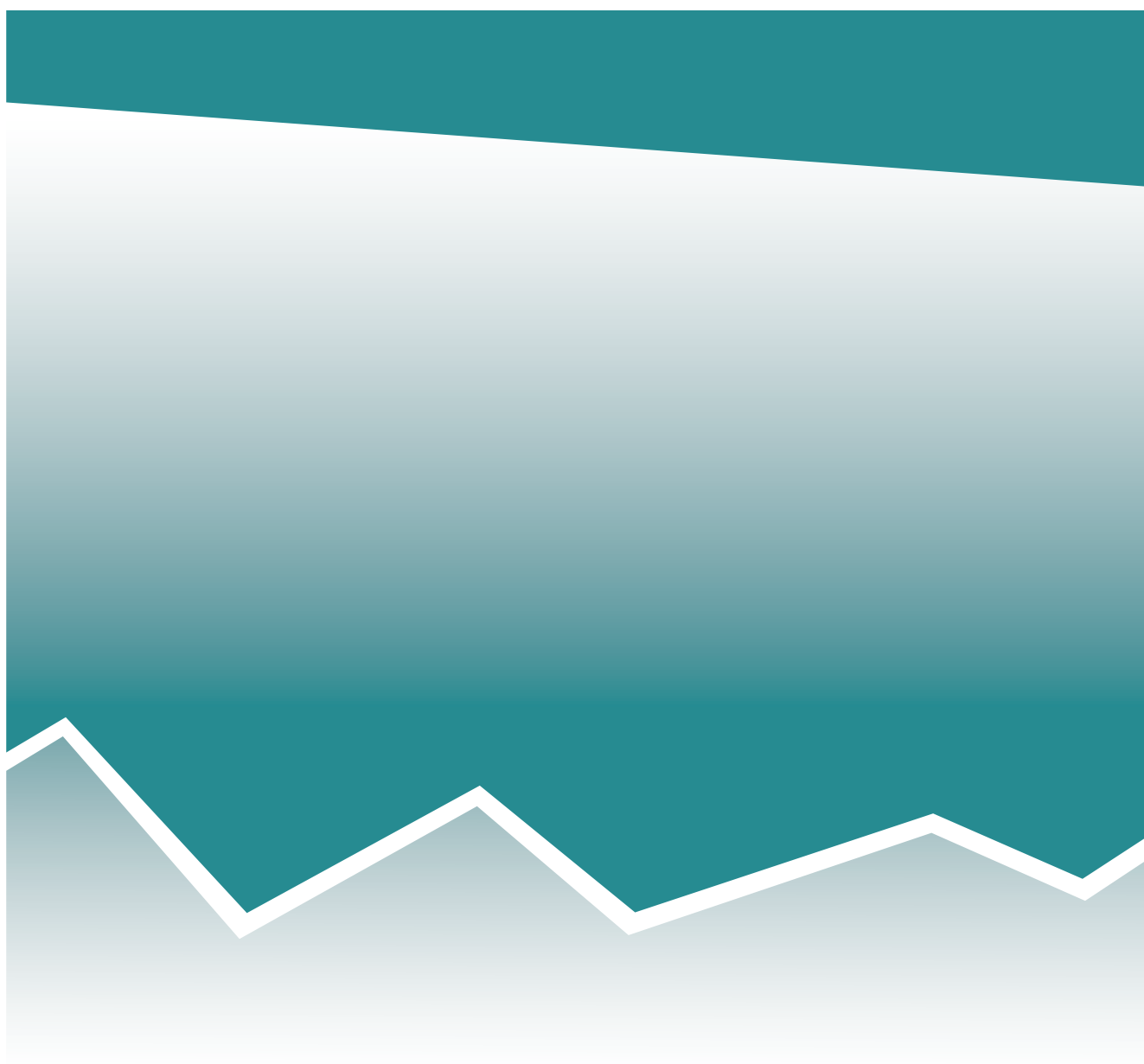
■ PRESIDÊNCIA

Destaco, por fim, todo o esforço, apoio e dedicação dos Senhores Desembargadores componentes do Tribunal Pleno, Juízes Substitutos de Segundo Grau, Magistrados e Servidores, que apostaram e contribuíram para que o nosso ideal de encontrar e implementar soluções para a rápida e eficaz prestação jurisdicional, através de ações simples, capazes de minimizar os obstáculos existentes, permanecesse sempre vivo e fosse, enfim, alcançado. A todos, o meu muito obrigado! Nas páginas que seguem, estão à disposição informações e estatísticas pertinentes as atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina durante o transcurso do ano de 2007, tanto na esfera administrativa quanto na jurisdicional.

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL	15
PRESIDÊNCIA	21
Coordenadoria de Magistrados	23
Assessoria de Imprensa	33
Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial	39
Assessoria de Planejamento	47
Auditoria Interna	55
Casa Militar	59
Ouvidoria Judicial	65
Ouvidoria dos Servidores	71
Programa de Implantação de Serviços e de Capacitação de Servidores	77
VICE-PRESIDÊNCIA	87
2ª VICE-PRESIDÊNCIA	95
3ª VICE-PRESIDÊNCIA	101
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	109
ACADEMIA JUDICIAL	169
DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA	183
Diretoria Judiciária	201
Diretoria de Documentação e Informação	259
DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA	285
Diretoria de Engenharia e Arquitetura	289
Diretoria de Informática	295
Diretoria de Infra-Estrutura	323
Diretoria de Material e Patrimônio	335
Diretoria de Orçamento e Finanças	341
Diretoria de Recursos Humanos	365
Diretoria de Saúde	375
JUSTIÇA MILITAR	385

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DESEMBARGADORES

Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira
Filho

Des. Alcides dos Santos Aguiar
Des. Antônio Fernando do Amaral e Silva
Des. Anselmo Cerello
Des. Jorge Mussi
Des. Carlos Prudêncio
Des. José Gaspar Rubik

- Des. Pedro Manoel Abreu

Presidente

Des. Orli de Ataíde Rodrigues
Des. José Trindade dos Santos
Des. João Eduardo Souza Varella

- Des. Cláudio Barreto Dutra

Segundo Vice-Presidente

- Des. Newton Trisotto

Corregedor-Geral da Justiça

Des. Sérgio Torres Paladino
Des. Solon D'Eça Neves
Des. José Mazoni Ferreira
Des. Volnei Ivo Carlin
Des. Irineu João da Silva
Des. Luiz César Medeiros
Des. Vanderlei Romer

- Des. Eládio Torret Rocha

Primeiro Vice-Presidente

- Des. Wilson Augusto do Nascimento

Terceiro Vice-Presidente

Des. Nelson Juliano Schaefer Martins

- Des. José Volpato de Souza

Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Des. Sérgio Roberto Baasch Luz
Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha
Des. Fernando Carioni
Des. José Antônio Torres Marques
Des. Luiz Carlos Freyesleben
Des. Rui Francisco Barreiros Fortes
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
Des. Marcus Túlio Sartorato
Des. César Mimoso Ruiz Abreu
Des^a. Salete Silva Sommariva
Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes
Des. Salim Schead dos Santos
Des^a. Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Des. Edson Nelson Ubaldo
Des. Cid José Goulart Júnior
Des. Hilton Cunha Júnior
Des. Jaime Ramos
Des. Alexandre d'Ivanenko
Des. Newton Janke
Des. Lédio Rosa de Andrade
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho
Des. Jorge Henrique Schaefer Martins
Des^a. Marli Mosimann Vargas
Des. Sérgio Izidoro Heil
Des. José Carlos Carstens Köhler
Des. João Henrique Blasi

JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

Juiz Victor José Sebem Ferreira

Juíza Sônia Maria Schmitz

Juiz Túlio José Moura Pinheiro

Juiz Ronaldo Moritz Martins da Silva

Juiz Jânio de Souza Machado

Juiz Jaime Luiz Vicari

Juiz Paulo Roberto Camargo Costa

Juiz Joel Dias Figueira Júnior

Juíza Rejane Andersen

Juiz Henry Goy Petry Júnior

Juiz Roberto Lucas Pacheco

Juiz Rodrigo Antônio da Cunha

Juiz José Inácio Schaefer

Juiz Ricardo José Roesler

Juiz Domingos Paludo

Juiz Paulo Roberto Sartorato

Juiz Robson Luz Varella

Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros efetivos:

Desembargador Pedro Manoel Abreu

Desembargador Eládio Torret Rocha

Desembargador Newton Trisotto

Desembargador Cláudio Barreto Dutra

Desembargador Wilson Augusto do
Nascimento

Membros convidados:

Desembargador Sérgio Torres Paladino

Desenvolvimento Humano

Desembargador Luiz César Medeiros

Planejamento e Orçamento

Desembargador José Antônio Torres Marques

Patrimônio e Edificações

Desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Justiça e Cidadania

Desembargador Carlos Prudêncio

Informática

Desembargador Alcides dos Santos Aguiar

*Presidente do Conselho Gestor do Fundo de
Reaparelhamento da Justiça*

*(Desembargador Luiz Carlos Freyesleben -
Suplente)*

Desembargador José Trindade dos Santos

*Presidente do Conselho Gestor do Sistema
de Conta Única de Depósitos Judiciais*

*(Desembargadora Salete Silva Sommariva -
Suplente)*

CONSELHO DA MAGISTRATURA

- Des. Pedro Manoel Abreu

Presidente

Des. João Eduardo Souza Varella

- Des. Cláudio Barreto Dutra

Segundo Vice-Presidente

- Des. Newton Trisotto

Corregedor-Geral da Justiça

Des. José Mazoni Ferreira

Des. Irineu João da Silva

- Des. Eládio Torret Rocha

Primeiro Vice-Presidente

- Des. Wilson Augusto do Nascimento

Terceiro Vice-Presidente

- Des. José Volpato

Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha

Des. Luiz Carlos Freyesleben

Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA/COORDENADOR DE MAGISTRADOS

Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

JUÍZES ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA

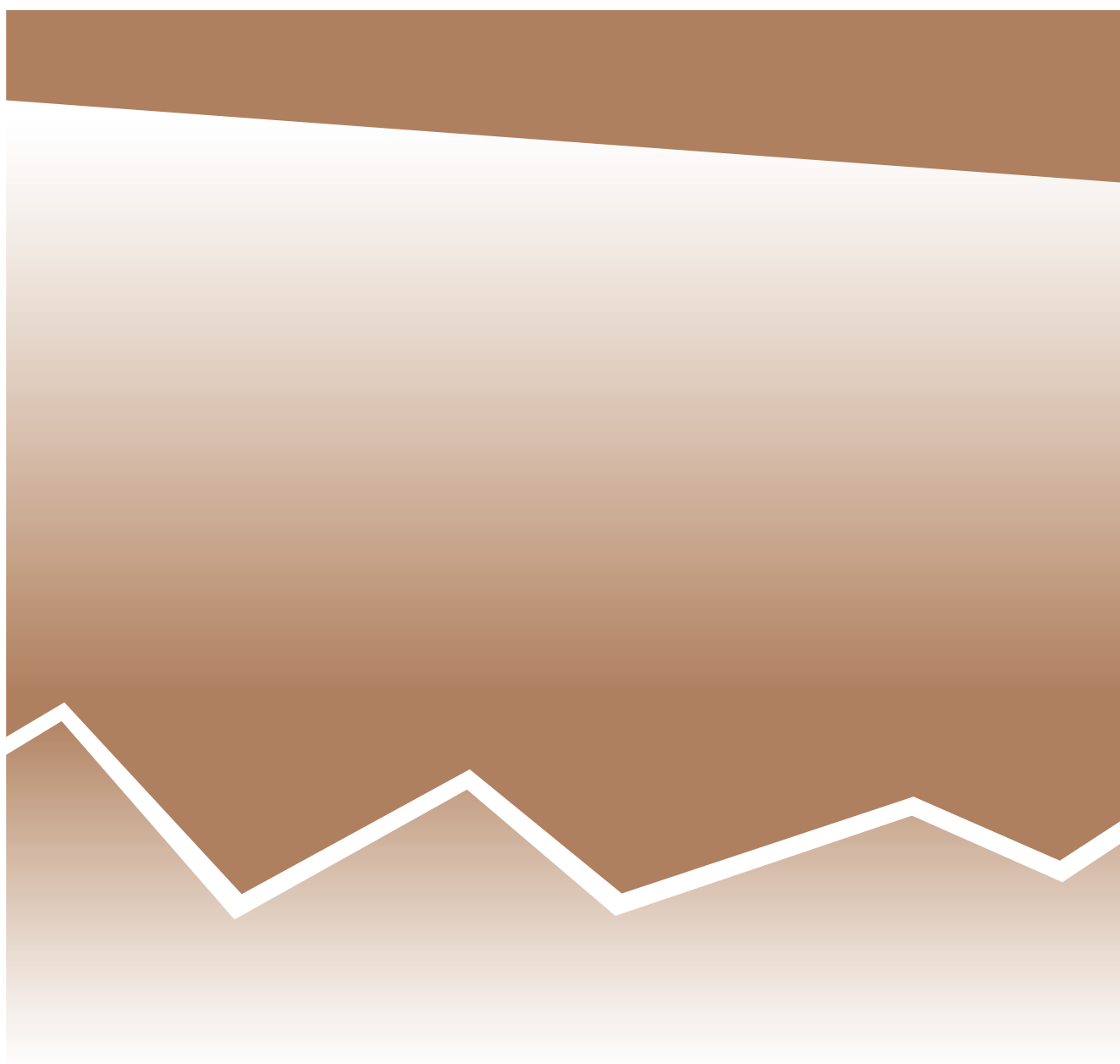
Juiz Odson Cardoso Filho

Juiz Romano José Enzweiler

PRESIDÊNCIA

DES. PEDRO MANOEL ABREU

Presidente



COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

JUIZ PAULO HENRIQUE MORITZ MARTINS DA SILVA

Coordenador



COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

A Coordenadoria de Magistrados, criada pela Resolução n. 3/2001-GP, de 24/01/2001, no ano de 2007 intensificou seus trabalhos buscando a sedimentação das mudanças introduzidas pelas Emendas Constitucionais, especialmente das matérias que trataram do Poder Judiciário, envolvendo a ininterrupção da atividade jurisdicional, questões relacionadas ao subsídio e a implementação do teto constitucional, além de outras originadas pela reforma da Previdência.

Neste contexto, foram prestadas diversas

informações ao Conselho Nacional de Justiça em cumprimento às determinações Constitucionais, objetivando fornecer dados e fundamentar estudos traçados pelos programas de avaliação do Poder Judiciário.

Dentre os diversos Processos Administrativos analisados por esta Coordenadoria, é importante destacar aqueles relacionados diretamente aos pedidos de interesses pessoais de Magistrados, ativos, inativos e pensionistas, a saber:

PROCESSOS:

Abono de permanência	8	Licença maternidade	6
Anotação em ficha funcional mediante requerimento	3	Licença nojo	7
Auxílio funeral	8	Licença paternidade	4
Autorização para freqüência de curso	7	Licença prêmio	42
Averbação de tempo de serviço	15	Pedidos provenientes da AMC	13
Bolsa de estudos pós-graduação	3	Pedido de Certidão	24
Consulta	31	Pedido de Providências/ Informações ao CNJ	9
Devolução de valores	183	Pensão Alimentícia	19
Diligência do Tribunal de Contas do Estado	4	Processos associações de classe/ órgãos do Poder Judiciário/outros	79
Isenção do IR	9	Pagamento de gratificação aos magistrados - palestras	19
Inclusão de dependente	16	Trânsito	4
Licenças de saúde	110	TOTAL	655
Licença gala	13		

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

Neste ano, a Coordenadoria de Magistrados prestou também outros serviços importantes, compreendendo estudos, planilhas, estatísticas e a elaboração diversos atos, tais como:

OUTROS:

1. Comunicados de Afastamento da comarca	1.125
2. Cadastramento dos Magistrados/Escrivães no Sistema Bacen-Jud	864
4. Comunicados Gerais	47
5. Estudos de aposentadoria/abono de permanência	31
6. Ofícios	325
7. Portarias	140
TOTAL:	2.532

Foram intensificados e agilizados os procedimentos de movimentação dos Magistrados, importando na expedição dos seguintes atos:

I – MAGISTRADOS PROMOVIDOS PARA O CARGO DE DESEMBARGADOR

PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO:

01. Juiz Jaime Ramos, para o 41º cargo.
02. Juiz Newton Janke, para o 43º cargo.
03. Juiz Jorge Henrique Schaefer Martins, para o 46º cargo.
04. Juiz Sérgio Izidoro Heil, para o 48º cargo.

PELO CRITÉRIO DE ANTIGÜIDADE:

01. Juiz Hilton Cunha Júnior, vaga decorrente da morte do Exmo. Sr. Des. Nicanor Calírio da Silveira
02. Juiz Alexandre d'Ivanenko, para o 42º cargo.
03. Juiz Lédio Rosa de Andrade, para o 44º cargo.
04. Juiz Marli Mosimann Vargas, para o 47º cargo.
05. Juiz José Carlos Carstens Köhler, para o 49º cargo.

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

II - MAGISTRADOS REMOVIDOS PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU:

01. Juiz Lédio Rosa de Andrade, para o 15º cargo.
02. Juíza Rejane Andersen, para o 16º cargo.
03. Juiz Henry Goy Petry Junior, para o 17º cargo.
04. Juiz Roberto Lucas Pacheco, para o 18º cargo.
05. Juiz Rodrigo Antônio da Cunha, para o 12º cargo.
06. Juiz José Inácio Schaefer, para o 13º cargo.
07. Juiz Ricardo José Roesler, para o 14º cargo.
08. Juiz Domingos Paludo, para o 15º cargo.
09. Juiz Paulo Roberto Sartorato, para o 16º cargo.
10. Juiz Robson Luz Varella, para o 17º cargo.
11. Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, para o 18º cargo.

III - MAGISTRADOS PROMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO:

01. Gustavo Marcos de Farias, à Comarca de Rio do Campo.
02. Marcelo Volpato de Souza, à comarca de Pinhalzinho.
03. Rafael Milanese Spillere, à comarca de São José do Cedro.
04. Jeferson Osvaldo Vieira, à Comarca de São Lourenço do Oeste.
05. Paulo Ricardo Bruschi, ao cargo de 6º Juiz Especial da Comarca da Capital.
06. Rodrigo Coelho Rodrigues, à comarca de São Domingos.
07. André Alexandre Happke, à 1ª Vara da comarca de Canoinhas.
08. Júlio César Machado Ferreira de Mello, ao cargo de 3º Juiz Especial da Comarca da Capital.
09. Marcos D'Avila Scherer, à comarca de Otacílio Costa.
10. Sônia Eunice Odwazny, à comarca de Jaguaruna.
11. Margani de Mello, à 2ª Vara Criminal da comarca de Chapecó.
12. Fábio Nilo Bagattoli, à Vara Criminal e da Infância e Juventude da comarca de Araranguá.
13. Ederson Tortelli à 2ª Vara da comarca de Fraiburgo
14. Viviane Isabel Daniel Speck de Souza, à 2ª Vara da comarca de Caçador
15. Renato Guilherme Gomes Cunha, à comarca de Taió

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

PELO CRITÉRIO DE ANTIGÜIDADE:

01. Paulo da Silva Filho, à comarca de Orleans.
02. Patrícia Nolli, à 2ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul.
03. Ezequiel Schlemper, à comarca de Papanduva.
04. Luiz Neri Oliveira de Souza, ao cargo de 4º Juiz Especial da comarca da Capital.
05. Celso Henrique de Castro Baptista Vallin, à comarca de Anita Garibaldi.
06. Francisco Carlos Mambrini, à Vara da Família, Órfãos, Inf. e Juventude da comarca de Lages.
07. Gabriela Sailon de Souza Benedet, à comarca de Lauro Müller.
08. Clayton César Wandscheer, à comarca de Cunha Porã.
09. Hélio David Vieira Figueira dos Santos, ao cargo de 8º Juiz Especial da comarca da Capital
10. Marcos Bigolin, à comarca de Ancheita.
11. Eliane Alfredo Cardoso Luiz, à 2ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul
12. Décio Menna Barreto de Araújo Filho, à 2ª Vara da comarca de Mafra.
13. Liene Francisco Guedes, à Vara Criminal da comarca de Tubarão.
14. Cláudia Margarida Ribas Marinho, à comarca de Garopaba.
15. Paula Botke e Silva, à comarca de Rio Negrinho.

IV - MAGISTRADOS REMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

01. Lígia Boetger Mottola, à 11ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Concórdia.
02. Marlon Jesus Soares de Souza, à comarca de Turvo.
03. Giuliano Ziembowicz, à comarca de Santa Rosa do Sul.
04. Cíntia Gonçalves Costi, à comarca de Urussanga.
05. Anna Finke, à 4ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de Joinville.
06. Uziel Nunes de Oliveira, à 1ª Vara da comarca de Fraiburgo.
07. Márcia Krischke Matzenbacher, à comarca de Presidente Getúlio.
08. Eduardo Camargo, à comarca de Santa Cecília.
09. Rudson Marcos, à comarca de Araquari.
10. Edir Josias Silveira Beck, ao Juizado Especial Cível da comarca de Tubarão.
11. Luiz Eduardo Ribeiro Freyesleben, à comarca de Quilombo.
12. Lucilene dos Santos, ao cargo de 8º Juiz Substituto Vitalício da 1ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca da Capital.
13. João Batista da Cunha Ocampo Moré, ao cargo de 5º Juiz Substituto Vitalício, da 2ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Blumenau.
14. Leila Mara da Silva, à Vara Criminal da comarca de Indaial.

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

15. Tânia Regina Vieira Luiz, à 1ª Vara da comarca de Itapema
16. Alexandra Lorenzi da Silva, à 2ª Vara da comarca de Camboriú
17. Cândida Inês Zoellner, à 2ª Vara da comarca de Guaramirim
18. Marco Augusto Ghisi Machado, à 2ª Vara da comarca de Içara
19. Antônio Carlos Ângelo, para o cargo de 1º Juiz Substituto Vitalício da 9ª Circunscrição Judiciária
20. Débora Driwin Rieger Zanini, à 2ª Vara da comarca de Urussanga

V – FOI APRECIADO O PEDIDO DE PERMUTA FORMULADO PELOS MAGISTRADOS RENATO MAURÍCIO BASSO, TITULAR DA COMARCA DE XAXIM E ANDRÉ LUIZ LOPES DE SOUZA, TITULAR DA COMARCA DE SEARA.

VI - APRECIADOS OS PEDIDOS DE OPÇÕES DOS SEGUINTE MAGISTRADOS:

01. Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço, da Vara Criminal do Foro do Continente à 4ª Vara Criminal do Foro Central.
02. Artur Jenichen Filho, do cargo de 4º Juiz Especial da comarca da Capital à Vara Criminal do Foro do Continente.
03. Geraldo Corrêa Bastos, da Vara da Família para a 1ª Vara Criminal da comarca de Lages.
04. Luiz Fernando Boller, do Juizado Especial Cível à 2ª Vara Cível da comarca de Tubarão.
05. Maria Terezinha Mendonça de Oliveira do cargo de 3º Juiz Especial para a Vara de Precatórias, Precatórios, Rogatórias, Falência e Concordata da comarca da Capital.
06. Odson Cardoso Filho, da 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca da Capital para o Foro do Norte da Ilha.
07. Rosane Portela Wolff, do cargo de 8º Juiz Especial para a 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca da Capital.
08. Eron Pinter Pizzolatti, da Vara Criminal para a 3ª Vara Cível da comarca de Tubarão.
09. Antônio Augusto Baggio e Ubaldo, da 2ª Vara Criminal para a 2ª Vara Cível da comarca de Chapecó.

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

10. Patrícia Nolli, da 2ª Vara Cível para a Vara Criminal e da Infância e Juventude da comarca de Jaraguá do Sul
11. Marco Aurélio Ghisi Machado, da 2ª Vara para a 1ª Vara da comarca de Caçador.
12. Vera Regina Bedin, da 1ª Vara para a 2ª Vara da comarca de Itapema.
13. Roberto Márius Favero, da 1ª Vara Criminal para a 2ª Vara Criminal da comarca de São José.
14. Jefferson Zanini, da 2ª Vara Cível para a Vara Criminal da comarca de Campos Novos.
15. Liene Francisco Guedes, da 1ª Vara Criminal para a 2ª Vara Criminal da comarca de Tubarão.
16. Rogério Mariano do Nascimento, da 3ª Vara Cível para a 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Criciúma.
17. Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, da 1ª Vara Criminal para a 3ª Vara Cível da comarca de Criciúma.
18. Júlio César Machado Ferreira de Melo, do cargo de 6º Juiz Especial à Vara de Execuções Penais da Grande Florianópolis.
19. Ana Vera Sganzerla Truccolo, da 1ª para a 2ª Vara da comarca de Balneário Piçarras
20. Simone Faria Locks Rodrigues, da 1ª para a 2ª Vara da comarca de Porto Belo
21. Ubaldo Ricardo da Silva Neto, da 2ª Vara Cível para a Vara Criminal da comarca de Timbó
22. Mauro Ferrandin, da 2ª Vara Cível para a Vara Criminal da comarca de São Francisco do Sul
23. Pedro Walicoski Carvalho, da 1ª para a 2ª Vara da comarca de Tijucas
24. Antônio Zoldan da Veiga, do Juizado Especial para a 4ª Vara Cível de Joinville
25. Rosane Portela Wolff, da 2ª Vara da Fazenda Pública para a 6ª Vara Cível da comarca da Capital
26. Guilherme Nunes Born, do cargo de 2º Juiz Especial da comarca da Capital à 2ª Vara Cível do Foro do Continente
27. Paulo Ricardo Bruschi, do cargo de 6º Juiz Especial à 1ª Vara da Fazenda Pública da comarca da Capital
28. Samir Oséas Saad, da 2ª Vara Criminal da comarca da Capital para a Vara da Família do Foro do Continente
29. Denise de Souza Luiz Francoski, do cargo de 5º Juiz Especial à 3ª Vara Cível da comarca da Capital
30. Vilson Fontana, do cargo de 7º Juiz Especial à 1ª Vara Cível da comarca da Capital

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

VII – EFETIVAÇÃO DE JUÍZES SUBSTITUTOS

- Foram efetivados 28 (vinte e oito) Juízes Substitutos.

VIII – NOMEAÇÃO DE JUÍZES SUBSTITUTOS

- Foram nomeados 28 (vinte e oito) novos Juízes Substitutos.

IX - DIREÇÃO DO FORO

- Foram apreciadas e deferidas 25 (vinte e cinco) indicações para as funções de Diretor do Foro.

X - PREENCHIMENTO DE VAGAS NO TRE

01. Preenchimento de cargos de Juiz Suplente, categoria Desembargador.
02. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria jurista.
03. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria jurista
04. Preenchimento de vaga de Juiz Substituto, categoria jurista.
05. Preenchimento de vaga de Juiz Substituto, categoria jurista.
06. Preenchimento de vaga de Juiz Efetivo, categoria Juiz de Direito
07. Preenchimento de vaga de Juiz Substituto, categoria Juiz de Direito

ASSESSORIA DE IMPRENSA

DES. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS

Coordenador

ÂNGELO LIMA MEDEIROS

Jornalista Responsável



ASSESSORIA DE IMPRENSA

O Tribunal de Justiça demonstrou nestes últimos doze meses grande preocupação em estreitar suas relações com a sociedade, traduzida nos investimentos realizados na área da comunicação social. A Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, durante o ano de 2007, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado 1.949 informes oficiais, assim divididos: 887 releases (matérias jornalísticas) e 1.062 notas para colunas com aproveitamento nas páginas dedicadas ao Judiciário na mídia estadual e nacional. Este número, 1.949 informes oficiais, representa um acréscimo de 8% sobre a produção desenvolvida no ano anterior. Em 2006, foram redigidos 1.585 informes oficiais. Neste ano, em média, registrou-se 7,80 informes produzidos a cada dia útil trabalhado, com aproveitamento estimado de 90% de todo o material enviado às redações. A produção deste ano é a maior já registrada desde o início da coleta deste dado estatístico junto ao setor, em 1998. Credita-se tal resultado ao reforço da equipe que, na atual gestão, recebeu novos profissionais da área da comunicação.

Além disso, a Assessoria de Imprensa do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – aos jornalistas interessados em obter informações junto ao Judiciário Estadual. Por conta desta interface entre instituição e órgãos de comunicação,

facilitamos entrevistas e reportagens do Presidente do TJ e demais integrantes desta Corte, junto à emissoras de rádio e televisão, assim como aos representantes da mídia nacional. A Assessoria de Imprensa, ainda no campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados, de 1 e 2º grau, para publicação em jornais estaduais.

A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela Assessoria neste período, sempre com o objetivo de fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e suas diversas interpretações sob a ótica dos órgãos de comunicação do estado e do país, disponibilizando estas informações via computador para toda a rede do Judiciário Estadual, com alcance de 3.000 terminais em todas as 110 comarcas de Santa Catarina. A Assessoria manteve e administrou espaço na página da INTRANET e INTERNET, oferecendo ao público interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo judiciário na seção “Notícias do TJ”.

Tivemos também, ao longo do ano, o lançamento do boletim eletrônico Veredicto. Durante o mês de março foram produzidas quatro edições piloto, com o lançamento oficial em 16 de maio. A partir daí, foram mais 15 edições neste período, coincidindo com as sessões administrativas do Tribunal Pleno.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

O Veredicto traz informações sobre os principais projetos da administração, voltado prioritariamente ao público interno, cujos leitores recebem cada edição diretamente em seus endereços eletrônicos. Toda edição é também disponibilizada na página do TJ na Intranet/Internet. É um produto realizado inteiramente pelos profissionais lotados na assessoria de imprensa, a partir de projeto gráfico elaborado pela Gráfica do TJ.

Em 2007, como grande destaque, o Poder Judiciário de Santa Catarina manteve e ampliou seu espaço na grade da TV Justiça, emissora de canal a cabo do Supremo Tribunal Federal (STF), com alcance nacional, onde veiculou 52 programas inéditos e mais 104 reprises, num total de 4.680 minutos de exibição. No Estado, o TJ também manteve e ampliou espaço na mídia eletrônica, com a produção do programa “Justiça Legal”, que pela primeira vez passou a ser veiculado em duas emissoras de TV aberta, pelas retransmissoras da Rede Bandeirantes (TVBV) e SBT (Rede SC) em todo o território catarinense, com a supervisão da Assessoria de Comunicação Social do TJ e produção da TV Cidade dos Príncipes – contratada através do devido processo licitatório. Foram retransmitidas 104 edições neste período, num total de 3.120 minutos de programação. Por fim, o Justiça Legal, em continuação a convênio firmado com a Câmara de Vereadores ainda em 2006, também manteve espaço na grade de programação da TV Câmara. Foram veiculados 52 programas

inéditos e 104 reprises, num total de 4.680 minutos de exibição em canal a cabo. Na soma dos tempos exibidos nas três emissoras – dois canais abertos e dois a cabo – o Justiça Legal ocupou espaço na mídia por 12.480 minutos ao longo deste ano. Em relação ao ano de 2006, este número triplicou. Desde 2001, quando teve origem o programa, inicialmente em convênio com a TVAL, retransmitido em canal fechado, e a partir de 2003, já em TV aberta, este ano foi registrado o maior tempo de exposição do Judiciário catarinense em mídia eletrônica.

Ainda neste meio, em parceria com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), a Assessoria deu continuidade ao projeto de rádio, com a veiculação de programa semanal de 25 minutos intitulado “Justiça Cidadã”, transmitido semanalmente pela Rádio Udesc FM nas áreas de cobertura da emissora em Florianópolis, Joinville e Lages, além de mais de 20 emissoras do interior catarinense, com abrangência em boa parte do Estado. O mesmo programa também ocupa espaço na grade da Rádio Justiça, emissora administrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e que pode ser sintonizada no Estado através da Internet. Em conjunto com este importante projeto, a assessoria cotinuou em ação no trabalho cotidiano de cobertura dos eventos do TJ (Presidência, Cejur, Academia Judicial, Coordenadoria de Juizados Especiais, etc) e instituições afins (universidades, PGJ, OAB-SC, etc) na Capital e no interior do Estado; produção de material

ASSESSORIA DE IMPRENSA

diferenciado para publicação dominical em página de jornal diário; administração de campanhas de caráter publicitário da instituição; acompanhamento de sessões dos órgãos julgadores do TJ; atendimento aos senhores magistrados (1º e 2º graus) e servidores (notadamente diretores) na divulgação de realizações e projetos localizados; e a participação nas mais variadas comissões e reuniões levadas a cabo pela atual gestão (Comitê Gestor Internet/ Intranet, Comissão de Racionalização de Gastos do Poder Judiciário, Comissão do Calendário Institucional do TJ, Comissão da Diretoria de Recursos Humanos para Semana do Servidor 2007, Grupo de Trabalho do

Projeto Mostra de Talentos, etc).

Pelo conjunto de atividades desenvolvidas neste ano e sua inegável repercussão junto aos meios de comunicação em geral, a Assessoria de Imprensa considera ter contribuído na divulgação dos principais atos do Poder Judiciário, aproximando-o da população e assim cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações. Avanços e conquistas obtidas sob o comando dinâmico do Desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins, Coordenador de Comunicação Institucional do Tribunal de Justiça, e com o apoio incondicional do Gabinete da Presidência do TJ.

INFORMES OFICIAIS - RELEASES E NOTAS (EVOLUÇÃO ANUAL)

ANO

1998	261 informes oficiais = 196 notas + 65 releases. Média produção/dia útil(*) = 1,04
1999	175 informes oficiais = 110 notas + 65 releases. Média produção/dia útil(*) = 0,70
2000	333 informes oficiais = 151 notas + 182 releases. Média produção/dia útil(*) = 1,33
2001	141 informes oficiais = 51 notas + 90 releases. Média produção/dia útil(*) = 0,56
2002	345 informes oficiais = 102 notas + 243 releases. Média produção/dia útil(*) = 1,38
2003	601 informes oficiais = 325 notas + 286 releases. Média produção/dia útil(*) = 2,40
2004	775 informes oficiais = 492 notas + 283 releases. Média produção/dia útil(*) = 3,10
2005	768 informes oficiais = 479 notas + 289 releases. Média produção/dia útil(*) = 3,07
2006	1.585 informes oficiais = 893 notas + 692 releases. Média produção/dia útil(*) = 6,34
2007	1.949 informes oficiais = 1.062 notas + 887 releases. Média produção/dia útil(*) = 7,80

*250 dias/ano

ASSESSORIA DE IMPRENSA

PROGRAMA DE TV JUSTIÇA LEGAL

2001

Contrato de prestação de serviço
 Programa semanal de 15 minutos
 Veiculação em sistema a cabo
 Convênio com a TV Assembléia Legislativa
 Duração: agosto, setembro, outubro,
 novembro

Número de programas: 16

Tempo de exposição: 240 minutos

2002

Contrato de prestação de serviço
 Programa semanal de 15 minutos
 Veiculação em sistema a cabo
 Convênio com a TV Assembléia Legislativa
 Duração: outubro, novembro, dezembro

Número de programas: 12

Tempo de exposição: 180 minutos

2003

Licitação – modalidade carta convite
 Programa semanal de 30 minutos
 Veiculação em canal aberto
 Convênio com o SBT-SC
 Duração: abril/dezembro

Número de programas: 39

Tempo de exposição: 1.170 minutos

2004

Licitação – modalidade carta convite
 Programa Semanal de 30 minutos
 Veiculação em canal aberto
 Contrato com o SBT-SC
 Duração: junho/dezembro

Número de programas: 27

Tempo de Exposição: 710 minutos

2005

Licitação – modalidade carta convite
 Programa Semanal de 30 minutos
 Veiculação em canal aberto
 Contrato com o SBT-SC
 Duração: março/dezembro

Número de Programas: 44

Tempo de Exposição: 1.320 minutos

2006

Licitação – modalidade carta convite
 Programa Semanal de 30 minutos
 Veiculação em canal aberto e a cabo
 Contrato com TV Barriga Verde/TV Justiça/TV
 Câmara

**Número de Programas: 135 (76 inéditos +
 59 reprises)**

Tempo de Exposição: 4.050 minutos

2007

Licitação – modalidade carta convite
 Programa Semanal de 30 minutos
 Veiculação em canal aberto e a cabo
 Contrato com TVBV/SBT/TV Justiça/TV
 Câmara

**Número de Programas: 416 (208 inéditos
 + 208 reprises)**

Tempo de Exposição: 12.480 minutos

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMÔNIAL

DES. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS

Coordenador

ROMILDA ROCHA

Assessora de Relações Públicas



ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

A Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial, integrante do Núcleo de Comunicação Institucional, está regulamentada pela Resolução nº.12/2004-GP e tem em sua competência a preparação, supervisão, e coordenação dos eventos para público interno e externo; coordenação do Cerimonial; expedição de correspondências da Presidência que lhe sejam pertinentes; contato com órgãos congêneres, visando intercâmbio de informações; acompanhamento de cerimônias e eventos realizados pelo Poder Judiciário, sob a responsabilidade da Presidência desta Corte; organização dos eventos no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça.

Ainda, dentro de suas atividades, destacam-se: recepção e acompanhamento de autoridades em visita ao Presidente; coordenação e acompanhamento de embarque e desembarque de autoridades em visita oficial ao Tribunal; e assessoramento ao Presidente, ou seu representante, em solenidades oficiais e em visitas a outras autoridades.

Os eventos institucionais organizados são: Assinatura de Convênios; Lançamento de Livros de Magistrados; Almoços e Jantares Oficiais; Inaugurações de Fóruns, Casas da

Cidadania, e Instalações de novas Varas; Posse de Juízes Substitutos, Juízes de 2º Grau e Desembargadores; Trasmissão de Cargo do Presidente e demais cargos Diretivos do TJSC; Entrega da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário; Solenidades alusivas ao Aniversário de Instalação do Tribunal de Justiça; Encerramento e Abertura do Ano Judiciário.

A seguir, serão arrolados os eventos realizados pela Assessoria, ao longo do ano de 2007:

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

ANO DE 2007

Inauguração da Casa da Cidadania de Timbó Grande

15 de fevereiro



Inauguração da Casa da Cidadania de Timbó Grande

Sessão Solene de Posse do Desembargador Hilton Cunha Júnior

22 de fevereiro

Visita Protocolar da Embaixadora de Marrocos, Farida Jaidi

6 de março

Lançamento do livro “Direito e Processo: Estudos em homenagem ao Desembargador Norberto Ungaretti”

7 de março

Sessão Solene de Posse de Juízes Substitutos

16 de março

Visita Protocolar do Embaixador do Moçambique, Murade Isaac Muraigy

24 de abril



Embaixador de Moçambique

Inauguração da Casa da Cidadania de Jaborá

26 de abril

Espaço Cultural: Exposição da ACASPJ - Associação Catarinense dos Assistentes Sociais do Poder Judiciário

14 a 18 de maio

Instalação da Vara de Execução Penal da Grande Florianópolis

1º de junho

Espaço Cultural: Exposição de telas de Liliana Angelica Taube

11 a 22 de junho

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

Sessão Solene de Posse de Juízes de 2º Grau

13 de junho

Espaço Cultural: Exposição de telas de Renate Zimmermann

9 a 20 de julho

Espaço Cultural: Exposição do Museu do Judiciário

25 de junho a 5 de julho

Ato formal de Vitaliciamento de Juízes Substitutos

18 de julho

I Congresso do CEJUR do Tribunal de Justiça

27 a 29 de junho

Espaço Cultural: Exposição de telas de MIR SESTREM

23 de julho a 3 de agosto

Inauguração do Prédio Anexo do Tribunal de Justiça

27 de julho



ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

Espaço Cultural: Exposição de telas de Tânia Paupitz de Souza

6 a 17 de agosto

Inauguração do Fórum de Camboriú

10 de agosto

Instalação do Posto de Atendimento de Conciliação na Facvest, em Lages

24 de agosto

Instalação da Casa da Cidadania de Bocaina do Sul

24 de agosto

Visita Protocolar do Cônsul-Geral do Japão, Soichi Sato

29 de agosto

Visita Protocolar do Embaixador da Colômbia, Mário Galofre Cano

3 de setembro

Espaço Cultural: Exposição de telas e cerâmicas de Eli Armandina Padilha e Valdeci Tabert Carpes

3 a 14 de setembro

Instalação da 2a Vara da Comarca de Itapema

27 de setembro

Instalação da 2a Vara da Comarca de Balneário Piçarras

28 de setembro

Abertura da Semana Comemorativa aos 116 anos de instalação do Tribunal de Justiça - Lançamento do Carimbo e Selo Comemorativos; Mostra dos Serviços do Judiciário; Exposição do Museu do Judiciário; Apresentação da Peça Teatral: Projeto Paternidade Responsável e Exposição de obras de Magistrados

8 de outubro

Sessão Solene da Ordem do Mérito Judiciário de Santa Catarina

18 de outubro



Instalação da 2a Vara da Comarca de Içara

25 de outubro

Instalação da 2a Vara Criminal da Comarca de Tubarão

25 de outubro

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

Instalação da Vara Criminal da Comarca de Indaial

30 de outubro

Sessão Solene de Posse de Desembargadores

31 de outubro



Instalação da 2ª Vara da Comarca de Guaramirim

9 de novembro

Instalação da 2ª Vara Criminal da Comarca de São José

9 de novembro

Instalação da 2ª Vara da Comarca de Camboriú

13 de novembro

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

Inauguração do Fórum de Porto Belo e da 2ª Vara da Comarca

13 de novembro



Inauguração do Fórum de Porto Belo e Instalação da 2ª Vara

Instalação da 2ª Vara da Comarca de Capinzal

22 de novembro

Instalação da Vara Criminal da Comarca de Campos Novos

22 de novembro

Instalação da Casa da Cidadania de Celso Ramos

29 de novembro

Instalação da Casa da Cidadania de Ponte Alta

30 de novembro

Instalação da Casa da Cidadania de Correia Pinto

30 de novembro

Espaço Cultural: Exposição de Maria Ivani de Souza Gerlach

12 a 23 de novembro

Espaço Cultural: Exposição de Lily Fernandes e outras

26 de novembro a 7 de dezembro

Visita Protocolar do Embaixador da China, Chen Duqing

27 de novembro

Instalação da Casa da Cidadania de São Ludgero

6 de dezembro

Instalação da 2ª Vara da Comarca de Urussanga

6 de dezembro

Instalação da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Criciúma

7 de dezembro

Instalação da Vara Criminal da Comarca de Timbó

13 de dezembro

Instalação da Vara Criminal da Comarca de São Francisco do Sul

14 de dezembro

Instalação da 2ª Vara da Comarca de Tijucas

14 de dezembro

Sessão Solene de Posse de Juízes de 2º Grau

17 de dezembro

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

DES. LUIZ CÉZAR MEDEIROS

Conselheiro Responsável

JOÃO LUIZ MARTELLI MOREIRA

Coordenador



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

1. Planejamento Estratégico e *Balanced Scorecard* (BSC)

Em continuidade aos trabalhos de implantação da metodologia BSC, a Assessoria de Planejamento focou esforços na disseminação da missão, visão e estratégias organizacionais para sua força de trabalho.

Para tanto, elaborou e distribuiu 1.800 cartilhas Planejamento Estratégico, contendo o histórico e uma explicação didática sobre as ferramentas de gestão utilizadas neste Poder. Esse conteúdo também encontra-se disponível no site www.tj.sc.gov.br na forma de cartilha interativa.

No mesmo momento, foram confeccionadas e distribuídas 1.300 cartilhas Resultados da

Gestão, contendo o Painel de Bordo relativo ao ano de 2006.

No mês de junho, a Assessoria de Planejamento promoveu um seminário composto por uma palestra sobre Planejamento Estratégico e *Balanced Scorecard*, ministrado pelo Coordenador de Planejamento João Luiz Martelli Moreira, além de uma palestra motivacional apresentada pelo Sr. Edgar Shütz. O público alvo era formado por servidores deste Tribunal, dentre eles: Oficiais de Gabinete, Secretários Jurídicos, Assessores vinculados ao Gabinete da Presidência, Diretores, Assessores Técnicos, Chefes de Divisão e Chefes de Seção.



Figura 1: Seminário sobre Planejamento Estratégico e *Balanced Scorecard*
Fonte: Assessoria de Imprensa

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO



Figura 2: Seminário sobre Planejamento Estratégico e Balanced Scorecard
Fonte: Assessoria de Imprensa

Paralelamente, a Assessoria de Planejamento aproveitou as reuniões regionais de elaboração do Plano Plurianual de Investimentos para divulgar o mapa estratégico e a metodologia BSC a magistrados e servidores de todo o Estado.

Por fim, no mês de novembro, a Assessoria de Planejamento apresentou o case do Judiciário catarinense na 8ª Mostra Nacional

dos Trabalhos da Qualidade no Judiciário, em Brasília. É interessante destacar que, dos 84 trabalhos submetidos ao Superior Tribunal de Justiça, o artigo “Implementação do *Balanced Scorecard* no PJSC” figurou entre os 16 aprovados.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO



Figura 3: 8ª Mostra Nacional dos Trabalhos da Qualidade no Judiciário
Fonte: Assessoria de Planejamento

2. Programa 5 S

Em 2007, a realização dos cursos para Implantação do Programa 5 S foi executada pela Academia Judicial.

Prezando pela perpetuação do programa, a Assessoria de Planejamento capacitou 28 servidores para atuarem como avaliadores. Foram realizadas duas avaliações. A primeira, foi realizada no mês de março em 15 unidades administrativas. A segunda, realizada em outubro, incluiu a área judicante, totalizando 56 setores do Tribunal de Justiça.

Para formalizar esse procedimento, no mês de setembro foi editada a Resolução n. 30/07-GP, que instituiu a periodicidade das avaliações do Programa 5 S no Poder Judiciário, fixando os meses de abril e outubro para sua realização.

3. Programa de Qualidade

A Assessoria de Planejamento, em conjunto com o Movimento Catarinense da Excelência, promoveu o Curso Interpretação dos Critérios Rumo à Excelência 2007, com 16hs, e o *Workshop* da Qualidade, com 24hs. Participaram desses encontros integrantes do corpo diretivo do PJSC, com o objetivo de elaborar a Auto-Avaliação da Gestão 2007.

O resultado desse trabalho deu origem a um relatório de gestão, o qual foi submetido, pela primeira vez, à validação de examinadores externos vinculados ao Prêmio Catarinense da Excelência.

Durante o mesmo período, este Tribunal recebeu visita do Coordenador Executivo do Programa de Qualidade no Serviço Público (Gespública), Sr. Paulo Daniel Barreto Lima, o qual ministrou palestra de sensibilização a Oficiais de Gabinete, Secretários Jurídicos, Assessores vinculados ao Gabinete da Presidência, Diretores, Assessores Técnicos, Chefes de Divisão, Chefes de Seção, entre outros servidores.

A Assessoria de Planejamento continuou representando este Poder no Núcleo Catarinense da Excelência, destacando-se a participação no Curso de Formação de Multiplicadores da Auto-Avaliação Continuada da Gestão Pública, promovido pela Eletrosul em parceria com o Gespública.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO



Figura 4: Palestra de sensibilização do Gespública.
Fonte: Assessoria de Imprensa



Figura 5: Workshop da Qualidade
Fonte: Assessoria de Imprensa

4. Conselho Nacional de Justiça

Esta Assessoria é responsável pelo atendimento à Resolução n. 15, de 26 de abril de 2006, do Conselho Nacional de Justiça, no que tange ao fornecimento dos dados estatísticos relacionados a:

- cadastro (magistrados, fóruns e varas);
- orçamento e finanças;
- quadro de pessoal;

- parque de informática (software e hardware);
- área (espaço físico dos imóveis);
- informações processuais;
- mecanismos de acesso à justiça.

Desde novembro, este Tribunal, representado pela Assessoria de Planejamento, está participando de um grupo, de âmbito nacional, de estudos que visa à atualização da referida resolução.

5. Mobiliário

A Administração do Tribunal de Justiça, em 2007, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho, o ambiente e o conforto de seus colaboradores, encaminhou móveis para as seguintes comarcas: Abelardo Luz, Anchieta, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Blumenau, Biguaçu, Brusque, Caçador, Camboriú, Campo Erê, Campos Novos, Capinzal, Capital (Foro Central, Norte da Ilha e Continente), Chapecó, Coronel Freitas, Criciúma, Cunha Porã, Curitibaanos, Descanso, Guaramirim, Herval do Oeste, Ibirama, Içara, Indaial, Ipumirim, Itajaí, Itapema, Itapiranga, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mondaí, Orleans, Palhoça, Pinhalzinho, Pomerode, Porto Belo, Porto União, Quilombo, Rio Negrinho, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São Carlos, São Domingos, São Francisco do Sul, São José, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Sombrio, Taió, Tangará, Tijucas, Timbó, Tubarão, Urubici, Urussanga, Videira, Xanxerê e Xaxim.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

6. Orçamento

Este ano, de forma inovadora e proativa, o PJSC iniciou uma nova prática para a elaboração do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) relativo ao período 2008-2011. Em atendimento ao indicador “Percentual de desconcentração na elaboração do orçamento” da perspectiva Planejamento e Orçamento, a presidência realizou reuniões regionais para levantar as demandas relacionadas a obras, pessoal, capacitação, equipamentos de informática e mobiliário.

Participaram das reuniões: Presidente, Juízes Assessores, Desembargadores, Assessores de Planejamento, Diretores das áreas envolvidas, além de todos os Diretores de Foro e Secretários de Foro das comarcas.

O objetivo foi buscar a efetiva participação de órgãos, magistrados e servidores na discussão, elaboração e execução dos instrumentos de planejamento, permitindo a melhor distribuição dos recursos orçamentários no Estado. Dessa forma, tornou-se possível a definição de metas que conduzirão a um maior equilíbrio nas condições de funcionamento do Poder Judiciário. Visou, assim, à transparência e à verdadeira continuidade administrativa.

Além disso, a Assessoria de Planejamento apóia a confecção e o monitoramento da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estipula metas e prioridades para um exercício financeiro, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima a receita e fixa a despesa para um ano.



Figura 6: Reunião para elaboração do PPA em Lages
Fonte: Assessoria de Imprensa



Figura 7: Reunião para elaboração do PPA em Joinville
Fonte: Assessoria de Imprensa



Figura 8: Reunião para elaboração do PPA em Blumenau
Fonte: Assessoria de Imprensa

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO



Figura 9: Reunião para elaboração do PPA em Criciúma
Fonte: Assessoria de Imprensa

Cabe ressaltar que o estudo conta com a colaboração de professores das áreas de Estatística e Economia e consiste na formulação de modelos matemáticos. Para tanto, são observados o movimento forense e dados sócio-econômicos do Estado.

7. Construção de cenários

Com o objetivo de fornecer subsídios para as decisões estratégicas, o Tribunal de Justiça contratou a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina para, em parceria com esta Assessoria:

- 1) Caracterizar os processos que chegam ao PJSC;
- 2) Construir indicadores de demanda do sistema judiciário, permitindo agregação de processos com diferentes características em uma medida geral de demanda judicial;
- 3) Identificar variáveis e fatores que contribuam significativamente na expansão da demanda judicial;
- 4) Construir diferentes cenários normativos;
- 5) Realizar previsões da demanda judicial (a nível global, por comarca e por categoria e processo) sob diferentes cenários.

AUDITORIA INTERNA

MARIA MADALENA STEINBACH

Coordenadora

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, unidade de controle e de assessoramento, vinculada ao Gabinete da Presidência, realizou no exercício de 2007, dentre outros trabalhos, aproximadamente, 350 relatórios, com pareceres de regularidade ou de irregularidade e as devidas recomendações.

1 - Dos trabalhos voltados aos procedimentos de realização de despesas, ou de geração de receitas, cabe destacar as análises feitas em:

- Balancetes mensais e balanços anuais;
- Relatórios de gestão fiscal;
- Relatórios bimestrais de controle interno;
- Carteira do Fundo de Investimento de renda fixa – BESC;
- Prestações de contas de recursos antecipados;
- Processos de licitação, dispensa e inexigibilidade;
- Aditivos de contratos;
- Pagamento de parcelas contratuais;
- Despesas com pessoal;
- Aposentadoria de servidores;
- Exonerações, demissões e admissões de servidores;
- Fiscalização nas cobranças de valores destinados ao Fundo de Reparçamento da Justiça.(*).

2 - Dos trabalhos voltados ao aperfeiçoamento dos controles internos, cabe destacar:

- Regularização e Cancelamento dos CNPJ's dos cartórios Judiciais, junto à Secretaria da Receita Federal;
- Orientação e apoio técnico ao cadastro das informações do e-Sfinge – Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão do Tribunal de Contas do Estado;
- Levantamento de ativos do sistema Telebrás;
- Apuração da cota parte do Ministério Público, convênio 01/2005;
- Requisições de Peças de Informática e destino das peças obsoletas;
- Incidência de tributos nos contratos de prestação de serviço;
- Contabilização das Obras em andamento x Edificações;
- Apuração de Valores em Contas Correntes do TJ;
- Controles dos gastos com as contas de água e esgoto do PJ.

AUDITORIA INTERNA

(*) A Tabela a seguir sintetiza as Auditorias realizadas nos cartórios extrajudiciais

DEMONSTRATIVO DAS AUDITORIAS REALIZADAS POR COMARCA VALORES NOTIFICADOS EM 2007

COMARCA	DATA DA AUDITORIA	VALOR NOTIFICADO	VALORES JUSTIFICADOS APÓS AUDITORIA	VALORES RECOLHIDOS APÓS A AUDITORIA	SALDO A RECOLHER	OBS.
SÃO CARLOS	jan/07	1.876,97	1.424,07	452,90	0,00	
CHAPECÓ	jan/07	16.458,62	0,00	16.458,62	0,00	
ARMAZÉM	fev/07	30.319,21	0,00	0,00	30.319,21	Inscrito em Dívida Ativa
ARARANGUÁ	mar/07	24.170,35	8.893,79	1.788,06	13.488,50	Inscrito em Dívida Ativa
GASPAR	abr/07	33.953,25	7.145,04	18.713,69	8.094,52	Parcelado
CAMBORIÚ	abr/07	19.438,12	51,22	19.386,90	0,00	
TURVO	mai/07	11.309,66	7.613,20	3.696,46	0,00	
TIJUCAS	jun/07	22.120,35	8.241,56	13.878,79	0,00	
JAGUARUNA	jul/07	8.954,11	4.396,33	4.557,78	0,00	
URUSSANGA	jul/07	11.468,10	5.973,90	5.494,20	0,00	
CAPIVARI DE BAIXO	jul/07	1.741,42	1.561,30	180,12	0,00	
INDAIAL	ago/07	9.024,75	1.518,34	7.506,41	0,00	
POMERODE	ago/07	0,00	0,00	0,00	0,00	
LAGUNA	set/07	103.611,40	0,00	0,00	103.611,40	
ITAPIRANGA	out/07	4.866,19	0,00	0,00	4.866,19	
CORONEL FREITAS	out/07	26.006,92	0,00	0,00	26.006,92	Aguardando decurso de prazo (30d)
PINHALZINHO	out/07	6.302,76	0,00	0,00	6.302,76	
PALMITOS	out/07	0,00	0,00	0,00	0,00	
MARAVILHA	out/07	292,57	0,00	0,00	292,57	
TOTAL		331.914,75	46.818,75	92.113,93	192.982,07	

Fonte: Auditoria Interna
Em, 29 de novembro de 2007

CASA MILITAR

TEN CEL PM WALMIR MOREIRA FRANCISCO

Chefe



CASA MILITAR

Dando continuidade a uma nova forma de atuação em que se privilegia as nuances de segurança pessoal e patrimonial, a Casa Militar deu prosseguimento aos projetos de segurança do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Embora a Casa Militar esteja ligada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, a sua ação vai muito além do Gabinete, pois atua de forma contínua e ininterrupta em todo o Estado, prestando informações, orientações e suporte técnico às Comarcas e a seus diretores de Fóruns.

As atividades desenvolvidas, relacionadas abaixo, são aprimoradas pra melhor atender à comunidade judiciária, especialmente aos magistrados e aos funcionários.

1. Aquisição de materiais

No ano de 2007, objetivou-se implementar segurança para proteger o servidor, com equipamentos diversos. Para tanto foram adquiridos os materiais a seguir relacionados.

Esses materiais são destinados aos policiais militares que trabalham no Judiciário catarinense, bem como aos Oficiais de Justiça do Fórum da Capital, cuja reivindicação foi atendida.

EQUIPAMENTO/PRODUTO	QUANTIDADE
Algemas	74
Coletes Balísticos	84
Coletes Táticos	74
Bastão Retrátil	74

Rádios Transceptores	10
Lanternas especiais para uso policial	5
Giroflex Adaptável para situações de emergência	2
Cones para sinalização de trânsito	40

FONTE: Casa Militar - TJSC

2. Projeto de monitoramento e alarme em todas as Comarcas do Estado

Com objetivo de dotar as Comarcas de alarme e monitoramento, encontra-se em andamento o projeto de Consultoria para instalação de alarmes monitorados nas Unidades Judiciárias do Estado. Com um serviço global e singular, executado por apenas uma empresa, haverá uma melhor prestação de serviço e com atendimento rápido e eficaz, que seguirá um padrão para todas as Comarcas, pois o projeto requer qualificação e estratégia.

3. Instrução específica de armamento e tiro aos Magistrados

Conforme a Lei do Desarmamento, a Casa Militar do Tribunal de Justiça realizou no ano de 2007 os “testes de tiro” para aquisição de arma de fogo e renovação do Registro de Arma de Fogo, item exigido pela legislação.

O teste baseou-se em informações primordiais quanto à arma do Magistrado:

CASA MILITAR

como portar, atirar, guardar, carregar, descarregar e manter em primeiro escalão.

Na oportunidade, foram realizados testes de armas curtas como revólveres e pistolas e armas longas como rifles, carabinas e espingardas.

Os testes foram realizados em várias Comarcas, conforme segue:

LOCAL	MAGISTRADOS
Florianópolis (1ª turma)	20
Florianópolis e São José	14
Lages, Curitiba e Bom Retiro	10
Criciúma, Tubarão e Araranguá	4
Blumenau, Brusque, Balneário Camboriú, Itajaí, Gaspar e Joinville	12
Chapecó	4
TOTAL	64

FONTE: Casa Militar – TJSC

Além da instrução específica, a Casa Militar orienta os Magistrados na aquisição de armas, documentação e tramitação, além de propiciar conhecimento técnico quanto à arma ideal conforme as características pessoais do adquirente.

4. Gerenciamento e recolhimento de armas dos Fóruns.

Nos anos de 2006/2007, dando seqüência ao programa de recolhimento de armas desvinculadas de processo dos Fóruns em todo o Estado, foram transportadas ao Exército Brasileiro para destruição, as armas a seguir relacionadas.

Ano de 2006

ARMAS RECOLHIDAS	QUANTIDADE
Revólver	670
Pistola	94
Espingarda	218
Garrucha	78
Carabina	35
Rifle	15
TOTAL	1110

Ano de 2007

ARMAS RECOLHIDAS	QUANTIDADE
Revólver	1677
Pistola	381
Espingarda	687
Garrucha	178
Carabina	27
Rifle	11
TOTAL	2961

FONTE: Casa Militar – TJSC

CASA MILITAR

Além do armamento recolhido, também ocorreram o envio de munições e produtos congêneres, tais como munições, cartuchos, chumbo e pólvora a granel, e a destruição de armas brancas em grande quantidade.

5. Acompanhamento e orientação na elaboração dos Projetos de Segurança

Dando continuidade à modernização dos projetos de segurança, a Casa Militar acompanhou e executou, por meio de técnicos especializados, a elaboração de Projetos de CFTV do Anexo do Fórum da Capital e do Complexo Almojarifado e Gráfica do TJSC.

6. Confeção e distribuição de publicação

Por iniciativa da Casa Militar, foi elaborado um manual com circulação dirigida, denominado Armas, Munições e Tiro – Tópicos Importantes, para os magistrados catarinenses como fonte de pesquisa em suas lides diárias.

7. Serviço de proteção/orientação aos Magistrados

Nos diversos momentos de dificuldades e ameaças aos Magistrados catarinenses, a Casa Militar mostrou-se presente para solução do problema, inibindo a ação e preservando a integridade física dos juízes catarinenses. Além disso, editou um manual com título “Manual de Orientações aos Magistrados Catarinenses.

OUVIDORIA JUDICIAL

DES. VOLNEI IVO CARLIN

Ouvidor Judicial

MARIANA DA SILVA PIONER

Coordenadora



OUVIDORIA JUDICIAL

A Ouvidoria Judicial, instituída pela Resolução n. 12/06-TJ, encontra-se em funcionamento desde 25/08/2006, quando foi criada em razão da necessidade de aperfeiçoar as atividades do Poder Judiciário, ampliando a disponibilidade de informações e de canais de comunicação com os cidadãos. É representada pelo Ouvidor, cuja função atualmente é desempenhada pelo Desembargador Volnei Carlin.

Na busca de seus objetivos, a Ouvidoria trabalha com atendimento humanizado e sem burocracias, a fim de facilitar e contribuir para o aperfeiçoamento do exercício da cidadania.

Em 2007, seu segundo ano de atividades, houve um acréscimo de mais de 600% (seiscentos por cento) no volume de manifestações recebidas pela Ouvidoria Judicial em relação ao ano de sua instituição.

Nesse período constatou-se que a maioria das manifestações efetuadas pelos usuários dizem respeito a reclamações contra morosidade da Justiça (19%), pedidos de informação sobre o Poder Judiciário (19%) e sugestões para melhoria dos serviços judiciários (15%). Esses números e os assuntos abordados revelam, inclusive, que grande parte da população desconhece a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário e que os meios e a linguagem de atendimento hoje utilizados – movimento processual registrado no sistema

disponibilizado na internet (SAJ) e atendimento pessoal em cartórios judiciais - dificultam a compreensão pelos jurisdicionados do meio como é processada uma ação, fatos que contribuem de forma negativa para imagem da Justiça.

A absorção das manifestações pela Ouvidoria, por outro lado, facilita inexoravelmente o acesso da população ao Judiciário, pois acaba com a incansável busca do usuário pelo setor competente para resolver a questão imposta. Outro ponto positivo é a desobstrução das demais unidades administrativas e judiciárias, o que permite que dispensem cem por cento de sua atenção as suas atividades, resultando em otimização de seus serviços.

Essa forma de atendimento beneficia, de um lado, os usuários que, pela atenção despendida em seu favor ou mesmo pelo simples recebimento da informação correta e acessível ao seu entendimento, sente-se satisfeito e respeitado pelo Poder Público e, de outro, o próprio Judiciário que se permite analisar as questões impostas pela população para aperfeiçoar a prestação de seus serviços.

No decorrer de 2007 a Ouvidoria não poupou esforços para divulgar seu trabalho. Cartazes e folders informativos foram distribuídos em todos os Fóruns, Casas da Cidadania, Seccionais da OAB/SC, Unidades Prisionais, Universidades e demais instituições

OUVIDORIA JUDICIAL

de Ensino, Secretarias e Prefeituras Municipais e do Estado, inclusive com circulação no transporte coletivo da Capital.

O meio de acesso à Ouvidoria que mais se destaca é o e-mail, hoje responsável por 75% das manifestações recebidas. Em segundo lugar está o telefone (17%), seguido do formulário eletrônico disponibilizado na página da ouvidoria (5%), do atendimento pessoal (2%) e do recebimento de cartas (1%).

Quanto à origem das manifestações, 95% são oriundas de mais de 60 municípios do Estado e 5% provêm de outros Estados como Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo. No entanto, em razão do grande destaque que vêm recebendo as Ouvidorias criadas por todo o país, tanto no setor público como no privado, espera-se que o número de usuários e de localidades alcancem proporções muito maiores que as atuais em curto espaço de tempo.

Não se pode deixar de agradecer e parabenizar todos os magistrados e servidores do Judiciário Catarinense pela colaboração e irrestrito empenho na busca de soluções aos problemas apresentados à Ouvidoria durante este ano. O Ouvidor e toda sua equipe encerram este ano com a sensação do dever cumprido e com a certeza de que ainda há muito para ser feito.

É o Judiciário Catarinense mais uma vez contribuindo para a efetivação dos direitos e da cidadania.

Relatório Estatístico

Ouvidoria Judicial - 2007

Período de 01 de abril a 30 de novembro de 2007

Espécies de Manifestações Recebidas

Sugestões	45
Denúncias	34
Diversos/Outros	18
Pedidos de Informação	135
Reclamações	304
Elogios	82
Total	618

Forma de Recebimento

carta	9
telefone	103
pessoalmente	15
e-mail	450
formulário eletrônico	41

Resultados

Pendentes	9
Solucionadas	609

Assuntos Abordados

Sugestões de melhoria dos serviços judiciários	41
Reclamações contra servidores	23
Elogios à Ouvidoria Judicial	32
Pedidos de Informação quanto ao Poder Judiciário	115

OUVIDORIA JUDICIAL

Diversos/outros	30
Reclamações contra magistrados	27
Reclamações quanto à morosidade da Justiça	114
Manifestações fora da área de atuação da OJ	46
Elogios a magistrados	62
Serviço de Informática do Poder Judiciário	35
Concurso Público	93

Comarcas - Origem das Manifestações

Araranguá	3
Ascurra	2
Balneário Camboriú	14
Balneário Piçarras	1
Barra Velha	1
Biguaçu	3
Blumenau	30
Brusque	4
Canoinhas	2
Capital	235
Chapecó	7
Concórdia	1
Correia Pinto	1
Criciúma	19
Curitibanos	5
Cunha Porã	1
Estreito	5

Forquilha	2
Fraiburgo	1
Garopaba	3
Guaramirim	1
Herval D'Oeste	2
Ibirama	3
Imbituba	5
Indaial	2
Itajaí	7
Itapema	1
Itapoá	3
Jaguaruna	4
Jaraguá do Sul	15
Joinville	42
Lages	6
Laguna	4
Mafra	3
Maravilha	1
Mondaí	3
Orleans	3
Palhoça	6
Pomerode	2
Ponte Serrada	1
Porto União	4
Rio do Campo	1
Rio do Sul	3
Rio Negrinho	5
São Bento do Sul	9
São Francisco do Sul	3

OUVIDORIA JUDICIAL

São Joaquim	1
São José	17
São Miguel do Oeste	1
Santa Cecília	1
Sombrio	2
Tijucas	16
Timbó	1
Tubarão	19
Turvo	1
Urussanga	6
Videira	1
Xanxerê	2
Xaxim	38
Outros Estados	33

OUVIDORIA DOS SERVIDORES

IARA REGINA COSTA

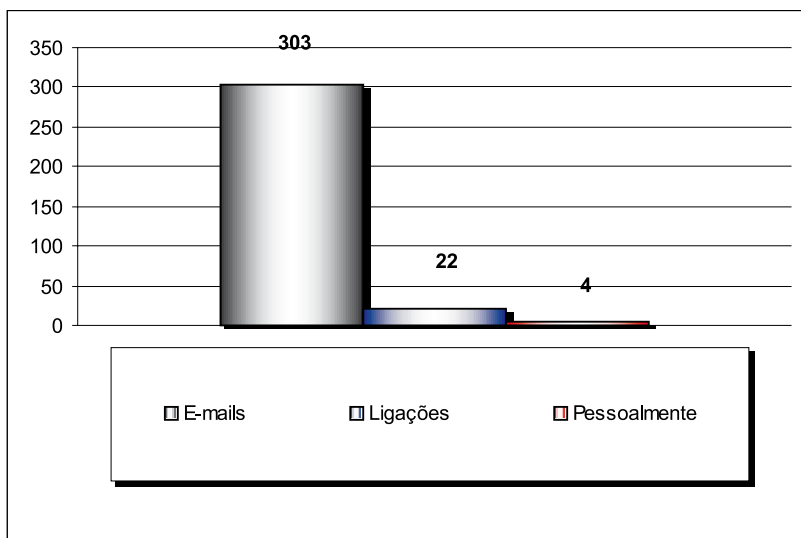
Ouvidora



OUVIDORIA DOS SERVIDORES

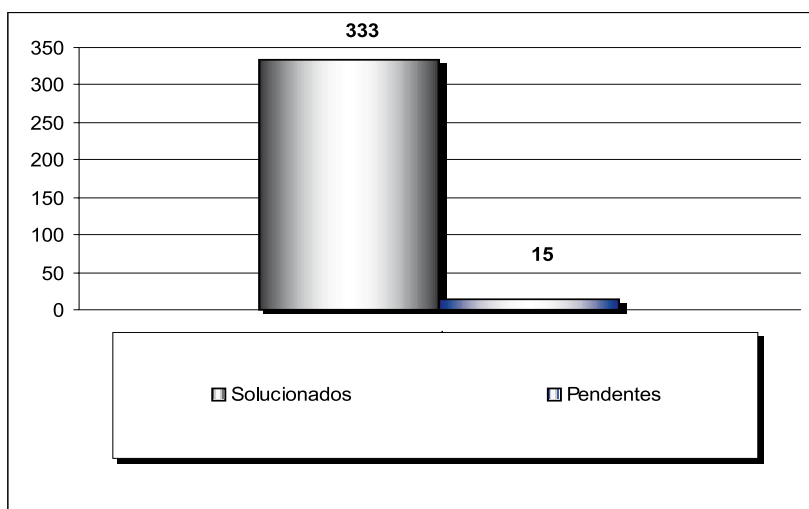
I – ESTATÍSTICA DOS ATENDIMENTOS

1 - Formas de comunicação dos servidores com a Ouvidoria



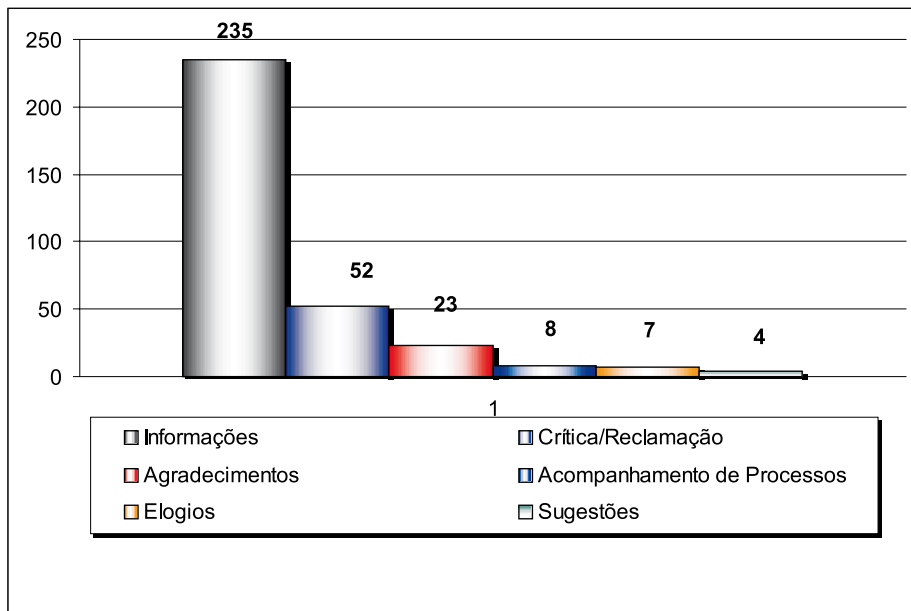
2 - Atendimentos solucionados

No ano de 2007 foram solucionados 333 atendimentos, sendo que 19 pendentes do ano de 2006:

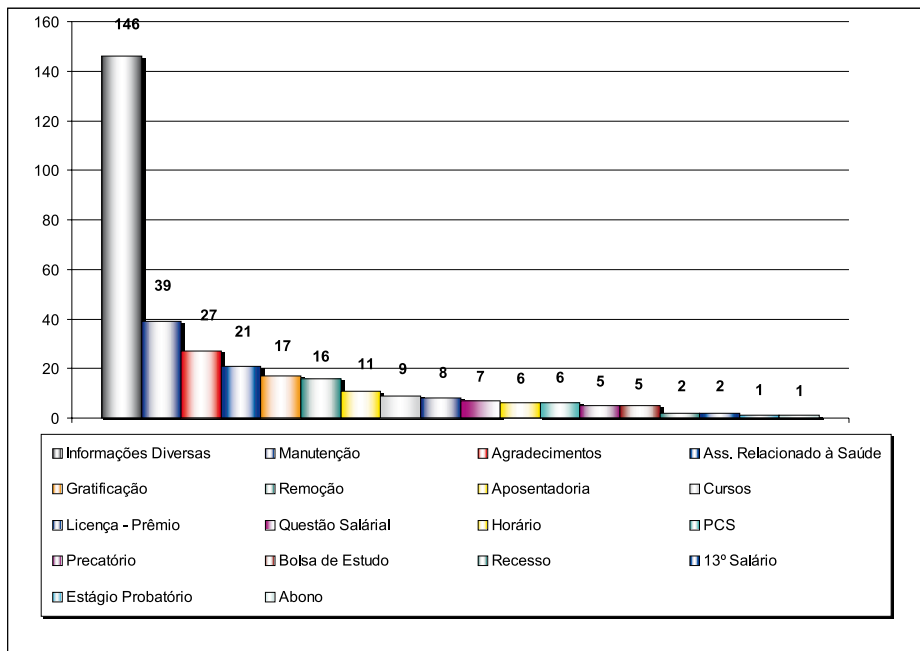


OUVIDORIA DOS SERVIDORES

3 – Tipos de manifestação



4 - Assuntos abordados pelos servidores



OUVIDORIA DOS SERVIDORES

5 - Comarcas que se comunicaram com a ouvidoria

98 – Capital	02 – São Miguel
15 – Balneário Camboriú	02 – Urussanga
15 – Joinville	02 – Curitiba
11 – Blumenau	02 – Itapema
10 – Itajaí	02 – Canoinhas
10 – Joaçaba	02 – Otacílio Costa
10 – Lages	02 – Ibirama
08 – Brusque	01 – Araranguá
08 – Herval do Oeste	01 – Xaxim
08 – Chapecó	01 – Xanxerê
08 – Piçarras	01 – Concórdia
07 – Santa Rosa do Sul	01 – Ituporanga
07 – Orleans	01 – São João Batista
06 – Jaraguá do Sul	01 – Guaramirim
06 – Coronel Freitas	01 – Fraiburgo
05 – Criciúma	01 – Capivari de Baixo
05 – Itá	01 – Capinzal
05 – Garuva	01 – Trombudo Central
04 – Dionísio Cerqueira	01 – Palhoça
04 – São Francisco do Sul	01 – São Domingos
04 – Timbó	01 – São Bento do Sul
04 – São Joaquim	01 – Descanço
03 – Cunha Porã	01 – Indaial
03 – Caçador	01 – Rio do Campo
03 – Correia Pinto	01 – Imbituba
03 – Sombrio	01 – Porto Belo
03 – Rio Negrinho	01 – Itaiópolis
03 – Porto União	01 – Rio do Sul
03 – Tubarão	01 – Braço do Norte
03 – Tijucas	01 – Santo Amaro da Imperatriz
03 – Videira	01 – Mafra
02 – São José	01 – Campo Belo do Sul
02 – Garopaba	01 – Lauro Müller

Obs: Os dados apresentados referem-se ao período de dezembro 2006 até novembro 2007.

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

Coordenação Geral

JUIZ PAULO HENRIQUE MORITZ MARTINS DA SILVA

Chefe de Gabinete da Presidência

Coordenação Jurisdicional

JUIZ CORREGEDOR LUIZ HENRIQUE MARTINS PORTELINHA

Coordenação Técnica

RENI MACHADO FILHO

Assessor Especial da Presidência



PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

PROJETO DE INSTALAÇÃO DE UNIDADES – COMARCAS E VARAS

Criado em março de 2003, o Programa de Implantação de Serviços Judiciários tem, como plataforma, a efetivação de projetos de instalação de unidades judiciárias – comarcas e varas, a partir de modelos de concepção e de execução desenvolvidos por magistrados e servidores do Tribunal de Justiça.

A iniciativa decorre de que, anteriormente, a criação e a instalação de unidade careciam de critérios e de métodos essencialmente técnicos, o que implicava condições avessas ao planejamento e aos serviços de infraestrutura e de organização. Somavam-se problemas: ausência de coordenação para elaboração e desenvolvimento de projeto, improvisação, carência de padronização de rotinas funcionais, falta de foco na atividade-fim, indefinição quanto à capacitação de servidores e, por conseguinte, atenção inconsistente à política de atendimento aos clientes interno e externo.

Resultado: Poder Judiciário ineficaz e ineficiente, sem credibilidade, opondo-se, em verdade, à missão institucional de humanização, com excelência na prestação jurisdicional.

Assim, a partir dos efeitos de tal dimensão empírica, de que mormente resultavam prejuízos à imagem da Justiça e questionamentos quanto à qualidade do produto apresentado à sociedade, optou-se por instrumento que, considerando a conjuntura e as peculiaridades judiciárias, concebesse filosofia de renovação e proposta de atuação essencialmente profissional. Daí, o Programa de Implantação de Serviços Judiciários.

Com Coordenação Geral reservada a magistrado assessor da Presidência, no âmbito administrativo, e com Coordenação Jurisdicional de magistrado corregedor, para supervisão da atividade-fim, o Programa dispõe ainda de Coordenação Executiva - servidor efetivo, assessor da Presidência, responsável pelo planejamento e pela execução das atividades gerais delineadas. Completam a estrutura cinco subcoordenações, também ocupadas por servidores efetivos: Infra-estrutura e de Pessoal (rotinas atinentes a recursos humanos e a material e patrimônio), Tecnologia da Informação (desenvolvimento de programas para demandas específicas), Instalação (ações relativas às fases de instalação), Acompanhamento (consultoria às unidades instaladas) e Saneamento Processual (auditoria do acervo de unidades já instaladas, com atualização de atos e de procedimentos).

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

Foram instaladas, no período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2006, dezesseis comarcas e vinte e seis varas.

A atuação tem base em planejamento estratégico, com formação de equipe multidisciplinar no tocante às áreas de fluxo processual, de gerenciamento de pessoal, de engenharia e arquitetura, de mobiliário e de equipamentos de informática. Modo de operação: reuniões técnicas com juízes e servidores acerca da necessidade de instalação, da definição de competência, da viabilidade quanto a espaço, da projeção de leiaute e da formação do quadro de pessoal.

Resultante de tal metodologia, efetiva-se a instalação, a partir da UNIFICAÇÃO CARTORÁRIA, da ESPECIALIZAÇÃO e da DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIA POR MATÉRIA, observadas quatro seqüências funcionais:

SEQÜÊNCIA I ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇO

1 – *Definição de Leiaute*

- 1.1 - Demarcação dos ambientes da unidade
- 1.2 - Verificação da disponibilidade de área
- 1.3 - Encaminhamento de esboço
- 1.4 - Arte-finalização

2 – *Composição de Móveis e de Equipamentos*

- 2.1 - Mensuração do acervo

- 2.2 - Caracterização do mobiliário
- 2.3 - Disposição dos equipamentos
- 2.4 - Arranjo da área

3 – *Senso de Ocupação*

- 3.1 - Adoção do fluxo de produção
- 3.2 - Conscientização acerca do caráter público de espaço
- 3.3 - Orientação quanto à responsabilidade de manutenção
- 3.4 - Determinação no tocante ao planejamento para alteração

4 – *Nova Expressão de Ambiente*

- 4.1 - Expansão do novo conceito
- 4.2 - Estímulo à organização do posto de trabalho
- 4.3 - Associação da relação limpeza- produtividade
- 4.4 - Agregação da idéia de bem-estar físico-mental

SEQÜÊNCIA II IMPLANTAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

1 - *Seleção e Separação Eletrônicas de Processos*

- 1.1 - Avaliação da competência da nova unidade
- 1.2 - Estudo de repercussão no Sistema de Automação
- 1.3 - Elaboração de relatórios acerca dos processos

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

1.4 - Formação e preparação das equipes de triagem e auditoria

2 - Conferência e Preparação de Processos

2.1 - Fixação dos parâmetros de conferência

2.2 - Conclusão e organização dos relatórios

2.3 - Agrupamento das planilhas

2.4 - Composição dos processos para redistribuição à nova unidade

3 - Coleta de Processos – Vara de Origem

3.1 - Localização

3.2 - Organização do acervo

3.3 - Elaboração do Protocolo de Transferência

3.4 - Remessa à nova vara

4 - Organização de Processos – Nova Vara

4.1 - Recebimento dos processos e de outros materiais

4.2 - Juntada de documentos

4.3 - Conferência e certificação

4.4 - Regularização e organização do acervo

2 – Social I

2.1 - Exame de formas de relacionamento

2.2 - Fortalecimento da comunicação interpessoal

2.3 - Sensibilização quanto a regras de convivência

2.4 - Exercício sobre liderança

3 – Social II

3.1 - Introdução à cultura do atendimento

3.2 - Elaboração do modelo de clientes interno e externo

3.3 - Criação de cenários ideais da relação com o público

3.4 - Valorização da informação - conteúdo e forma

4 – Técnico

4.1 - Análise de conceitos jurídico-administrativos

4.2 - Interpretação de rotinas do sistema de automação

4.3 - Avaliação de novas concepções nos ritos

4.4 - Aplicação de fluxo processual

SEQÜÊNCIA III

DESENVOLVIMENTO (Capacitação)

1 – Pessoal

1.1 - Discussão sobre ética e moral

1.2 - Orientação sobre perfil e postura

1.3 - Estudo dos níveis de comportamento

1.4 - Reflexão sobre realização pessoal

SEQÜÊNCIA IV

BUSCA DE PRODUTIVIDADE

1 – Levantamento e Diagnóstico

1.1 – Registro de formas de trabalho

1.2 – Compreensão de procedimentos

1.3 – Elaboração e interpretação de relatório

1.4 – Apreciação de resultados

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

2 – Eliminação e Manutenção

- 2.1 – Identificação e eliminação de problemas
- 2.2 – Verificação de variáveis decorrentes do subitem 2.1
- 2.3 – Aproveitamento de rotinas eficazes
- 2.4 – Ajustamento ao novo modelo

3 – Introdução e Aperfeiçoamento

- 3.1 – Aplicação de novas ferramentas
- 3.2 – Estudo de casos e simulações situacionais

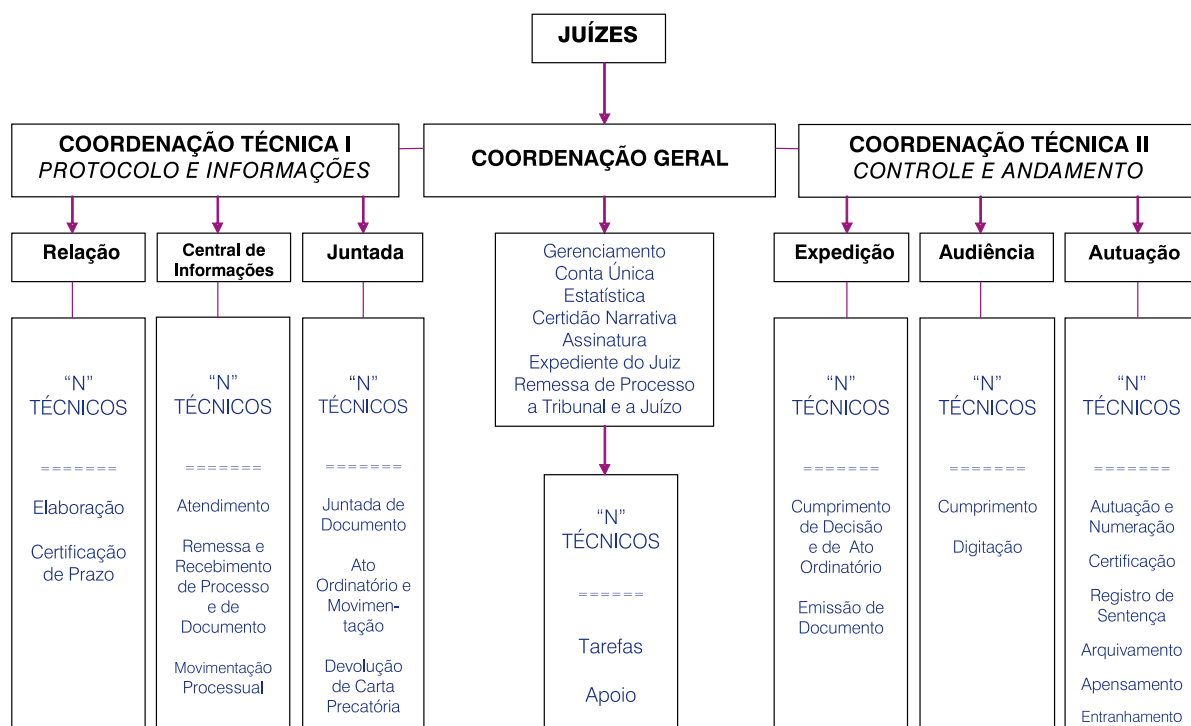
3.3 - Operacionalização de elementos incorporados

3.4 – Agregação do processo de mudança

4 – Organização e Conhecimento

- 4.1 – Arranjo metódico de atividades
- 4.2 – Acomodação e harmonização de idéias
- 4.3 – Incentivo a pragmatismo e a bom senso
- 4.4 - Acompanhamento

A implantação do sistema de produção obedece a padrões do Programa, a partir de fluxograma que evidencia produção em série, racionalização e uniformidade de procedimentos, socialização de rotinas de trabalho e rodízio de funções. O modelo infracitado reflete tal divisão de trabalho, por exemplo, na Unidade da Fazenda da comarca da Capital:



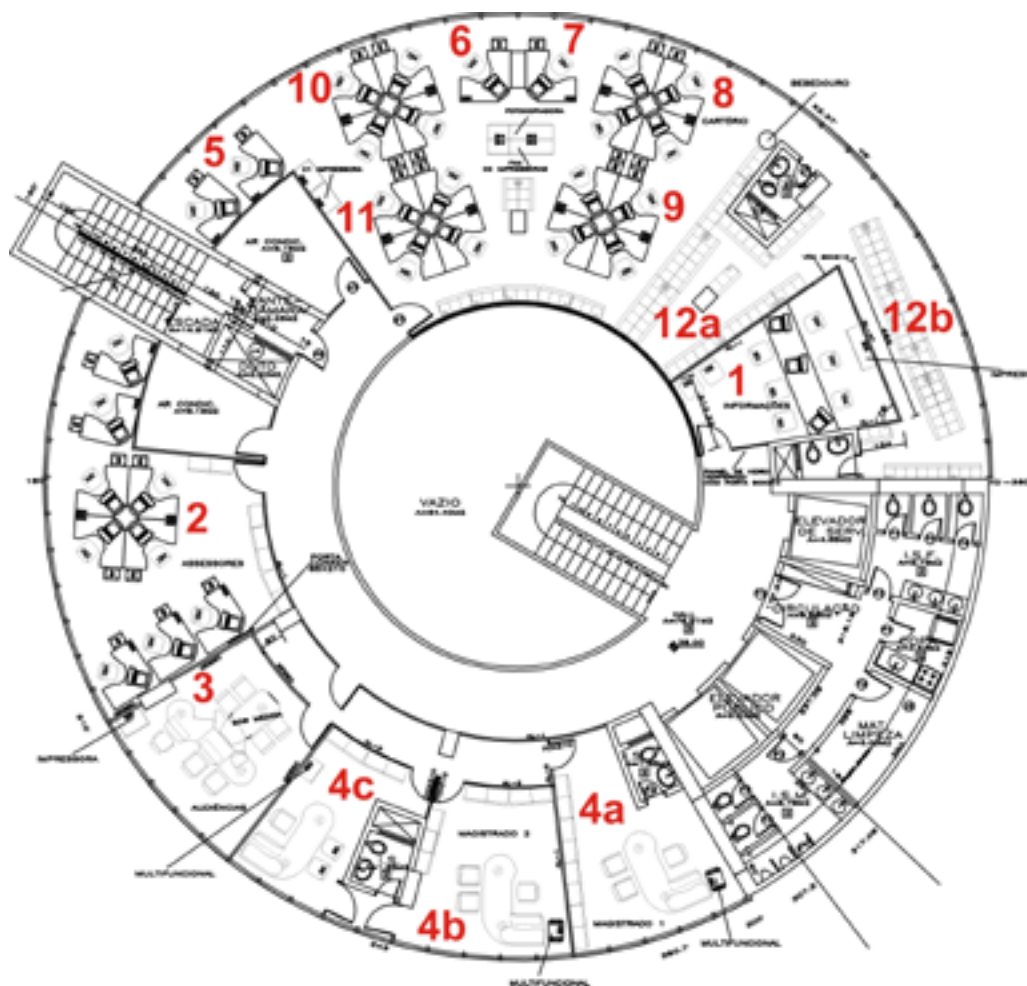
PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

Com base no fluxograma, projetam-se os ambientes da Unidade, cabendo aos segmentos de Engenharia, de Arquitetura, de Informática e de Material e Patrimônio a preparação dos espaços na forma indicada pelo Programa. Consolidando o exemplo da Unidade da Fazenda, observe-se abaixo o leiaute resultante da leitura processual e, na seqüência, quatro fotografias de setores com obra civil concluída e já devidamente organizados:

1 – Central de Informações / 2 – Assessoria de 3 Juízes / 3 – Sala de Audiência
4a – Gabinete de Juiz - I / 4b – Gabinete de Juiz - II / 4c – Gabinete de Juiz - III

Cartório:

5 – Coordenação Geral / 6 – Coordenador de Controle e Andamento
7 – Coordenação de Protocolo e Informações / 8 – Relação
9 – Juntada / 10 – Expedição e Audiência / 11 – Autuação
12a e 12b - Processos



PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

1 – Central de Informações



Cartório: 8 – Relação / 9 – Juntada



3 – Sala de Audiência



4b – Gabinete de Juiz – II



ESTATÍSTICA ATINENTE À ATUAÇÃO DO PROGRAMA NOS PROJETOS DE INSTALAÇÃO, DE SANEAMENTO PROCESSUAL E DE ACOMPANHAMENTO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS

Fevereiro de 2006 a Janeiro de 2008

- Instalação de 16 juízos, com especialização de competência
- Instalação da Vara Metropolitana de Execução Penal – Capital e da Vara Regional de Execução Fiscal – Lages
- Unificação cartorária em 11 comarcas
- Nomeação de 130 novos servidores
- Saneamento Processual em 28 unidades:
- 210 horas de capacitação
- 600 horas de força-tarefa
- Atuação durante 90 semanas
- 30 instrutores e 153 agentes de força-tarefa
- Cadastramento de 49.000 processos
- Redistribuição de 252.850 processos

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

INSTALAÇÃO DE JUÍZOS - 2007

ORDEM	COMARCA	VARA	SETEMBRO	
			DIA	HORÁRIO
1ª	Itapema	2ª Vara	27	17h
2ª	Balneário Piçarras	2ª Vara	28	10h30min
OUTUBRO				
3ª	Içara	2ª Vara	25	10h30min
4ª	Tubarão	2ª Vara Criminal	25	17h
5ª	Indaial	Vara Criminal	30	10h30min
NOVEMBRO				
6ª	São José	2ª Vara Criminal	8	
7ª	Guaramirim	2ª Vara	9	10h30min
8ª	Camboriú	2ª Vara	13	
9ª	Porto Belo	2ª Vara	13	17h
10ª	Capinzal	2ª Vara	22	10h30min
11ª	Campos Novos	Vara Criminal	22	17h
DEZEMBRO				
12ª	Urussanga	2ª Vara	6	17h
13ª	Criciúma	2ª Vara da Fazenda Pública	7	10h30min
14ª	Timbó	Vara Criminal	13	17h
15ª	São Francisco do Sul	Vara Criminal	14	10h30min
16ª	Tijucas	2ª Vara	14	17h

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

RESULTADO DA FORÇA-TAREFA

Atos Ordinatórios	27.210
Certificações	26.078
Documentos Emitidos	28.711
Documentos Juntados	53.233
Movimentações Processuais no SAJ (Sistema de Automação do Poder Judiciário)	91.123
Processos Remetidos e Recebidos	8.130
Processos Relocalizados Fisicamente	233.247
Processos Arquivados Definitivamente	38.234
Processos Auditorados	228.112
Folhas Numeradas	161.246
Fotocópias	48.379
ATOS - TOTAL	943.703

A implantação de tal modelo comprova investimento com retorno técnico-social e ressalta satisfação dos clientes interno e externo, representando iniciativa de aceitação plural ante instituições judiciárias e outros segmentos da sociedade.

A convicção de que o Programa busca soluções à luz de profissionalismo e de renovação está evidenciada no Prêmio “Reconhecimento pela Contribuição na Apresentação das Melhores Práticas na Gestão Judiciária”, ofertado, em setembro de 2007, pela Escola Nacional da Magistratura, pela Associação dos Magistrados Brasileiros, pelo Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça e pelo Conselho Nacional de Justiça.

VICE-PRESIDÊNCIA

DES. ELÁDIO TORRET ROCHA

Vice-Presidente



INTRODUÇÃO

A 1ª Vice-Presidência, conforme atribuições definidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e pelo Ato Regimental n. 48/01, possui a incumbência, dentre outras, de decidir os pedidos de gratuidade judiciária, antes da distribuição, relativos ao preparo (atribuição esta que deixou de ser da 1ª Vice-Presidência em razão da publicação do Ato Regimental

n. 84/07, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico n. 301, de 01.10.07, pág. 01) e os pedidos de suspensão da eficácia de liminar ou sentença proferidas em ações movidas contra o Poder Público. Além disso, compete ao 1º Vice- Presidente a Presidência das Comissões Permanentes de Divisão e Organização Judiciárias, Regimento Interno, Concursos, Jurisprudência, Assuntos Legislativos e de Assuntos Institucionais.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA – ANO 2007

Período compreendido entre 08/01/2007 a 1/12/2007

1. ANÁLISE DO PEDIDO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA, ANTES DA DISTRIBUIÇÃO, RELATIVO AO PREPARO:

1.1	Total de feitos encaminhados à 1ª Vice-Presidência para exame:	2.279
1.2	Total de feitos analisados:	2.279
1.2.1	Pedidos de gratuidade judiciária deferidos:	1.123
1.2.2	Pedidos de gratuidade judiciária indeferidos:	456
1.2.3	Pedidos de gratuidade judiciária formulados por litisconsortes com deferimento e indeferimento na mesma decisão:	2
1.2.4	Pedidos de gratuidade judiciária deferidos (art. 9º, Lei n. 1.060/50):	107
1.2.5	Recurso arquivado por desistência:	1
1.2.6	Sem pedido de gratuidade judiciária:	39
1.2.7	Gratuidade judiciária é o mérito do recurso:	73
1.2.8	Feitos encaminhados para comprovação de hipossuficiência:	442
1.2.9	Feitos encaminhados ao Relator:	10
1.2.10	Feitos remetidos à distribuição:	22
1.2.11	Feitos remetidos à 3ª Vice-Presidência:	4
1.3	Média mensal de feitos encaminhados à 1ª Vice-Presidência para exame no período:	207,18

ESTATÍSTICA

2. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA

2.1 Total de Embargos de Declaração opostos:	7
2.1.1 Rejeitados:	7
2.2 Média mensal de Embargos de Declaração opostos no período:	0,63

3. EMBARGOS INFRINGENTES OPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA

3.1 Total de Embargos Infringentes opostos:	1
3.1.1 Encaminhado ao Relator por ausência de competência da 1ª Vice-Presidência:	1
3.2 Média mensal de Embargos Infringentes opostos no período:	0,09

4. AGRAVOS REGIMENTAIS INTERPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA

4.1 Total de Agravos Regimentais interpostos:	12
4.1.1 Negado seguimento monocraticamente por manifestamente prejudicado:	2
4.1.2 Negado seguimento monocraticamente por manifestamente inadmissível:	7
4.1.3 Negado provimento:	3
4.2 Média mensal de Agravos Regimentais interpostos no período:	1,09

ESTATÍSTICA

5. AGRAVOS SEQÜENCIAIS INTERPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA

5.1 Total de Agravos Seqüenciais interpostos:	4
5.1.1 Negado seguimento monocraticamente por manifestamente inadmissível:	4
5.2 Média mensal de Agravos Seqüenciais interpostos no período:	0,36

6. ANÁLISE DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

6.1 Total de feitos encaminhados à 1ª Vice-Presidência para exame:	32
6.1.1 Pedidos de Suspensão deferidos:	7
6.1.2 Pedidos de Suspensão indeferidos:	22
6.1.3 Pedidos de Suspensão extintos sem julgamento do mérito:	3
6.2 Média mensal de Pedido de Suspensão de Eficácia de Liminar ou Sentença no período:	2,9

7. AGRAVOS INTERNOS INTERPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO:

7.1 Total de Agravos Internos interpostos:	5
7.1.1 Deferidos por decisão monocrática em juízo de retratação:	2
7.1.2 Negado provimento:	3
7.2 Média mensal dos Agravos Internos interpostos no período:	0,45

ESTATÍSTICA

8. AGRAVOS REGIMENTAIS INTERPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO:

8.1 Total de Agravos Regimentais interpostos:	5
8.1.1 Negado seguimento monocraticamente por manifestamente inadmissível:	4
8.1.2 Negado seguimento monocraticamente por manifestamente prejudicado:	1
8.2 Média mensal de Agravos Regimentais interpostos no período:	0,45

9. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO:

9.1 Total de Embargos de Declaração opostos:	3
9.1.1 Rejeitados monocraticamente:	3
9.2 Média mensal de Embargos de Declaração opostos no período:	0,27

10. COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS

10.1 Total de processos para exame na 1ª Vice-Presidência: 175

10.1.1 Em diligências junto a outros Órgãos Administrativos para providências: 44

10.1.2 Feitos conclusos para apreciação juntamente com o Projeto da Parte Especial do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina: 131

10.2 Projeto n. 1.185 da Parte Especial do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina:

10.2.1 Fase Inicial. Conceituação e elaboração do texto base.

ESTATÍSTICA

11. COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO

11.1 Total de processos para exame na 1ª Vice-Presidência: 8

11.1.1 Feitos conclusos para apreciação juntamente ao Projeto do Regimento Interno: 8

11.2 Projeto do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

11.2.1 Texto base concluído e encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça em maio de 2007, com solicitação de inclusão em pauta para a análise do Tribunal Pleno;

11.2.2 Atualmente o texto está em fase de atualização, decorrente dos vários Atos Regimentais publicados após o seu envio para a Presidência do Tribunal de Justiça;

11.2.3 Prazo final para conclusão e aprovação previsto para dezembro de 2007.

11.3 Projeto n. 1.183 do Regimento Interno do Conselho da Magistratura:

11.3.1 Atualmente encontra-se em fase intermediária. Etapa de estruturação e conceituação do projeto concluídas no segundo semestre do corrente ano;

11.3.2 Prazo para conclusão do texto base e apresentação para a Comissão Permanente de Regimento Interno previsto para janeiro de 2008.

12. COMISSÃO DE CONCURSOS

12.1 Concurso para Ingresso na Magistratura:

12.1.1 Edital 16/06 – fase final. Conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2008.

12.2 Concurso para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro:

12.2.1 Edital n. 84/07 – O Concurso está suspenso, por força de medida liminar em Mandado de Segurança (MS n. 2007.031376-4, da Capital).

12.3 Projeto n. 1.182 de Concurso para Provimento de Cargos de Servidores Públicos Civis do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

12.3.1 Editais Publicados e Concursos Realizados

12.3.1.1 Edital n. 141/07 – Médico – fase final. Conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2008;

12.3.1.2 Edital n. 194/07 – Bibliotecário – fase final. Conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2008;

12.3.1.3 Edital n. 146/07 – Contador – fase final. Conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2008;

12.3.1.4 Edital n. 145/07 - Engenheiro Eletricista – fase final. Conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2008;

12.3.1.5 Edital n. 143/07 - Engenheiro Civil – fase final. Conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2008;

ESTATÍSTICA

12.3.1.6 Edital n. 142/07 – Farmacêutico – fase final. Conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2008;

12.3.1.7 Edital n. 108/07 - Agente Operacional de Serviços Diversos – fase final. Conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2008;

12.3.1.8 Edital n. 107/07 - Técnico Jurídico – Concluído;

12.3.1.9 Edital n. 026/07 - Técnico Judiciário Auxiliar – Concluído.

12.3.2 Editais Publicados e Concursos Pendentes de Realização

12.3.2.1 Edital n. 144/07 – Psicólogo – fase inicial. Conclusão prevista para o primeiro semestre de 2008;

12.3.2.2 Edital n. 195/07 - Oficial de Justiça – fase inicial. Conclusão prevista para o primeiro semestre de 2008;

12.3.2.3 Edital n. 197/07 - Assistente Social – fase inicial. Conclusão prevista para o primeiro semestre de 2008.

12.3.3 Editais pendentes de Publicação e Execução

12.3.3.1 Concurso – Revisor – Previsão de envio do Edital à Presidência, para oportuna publicação e execução: segunda semana do mês de dezembro de 2007. Conclusão prevista para o primeiro semestre de 2008.

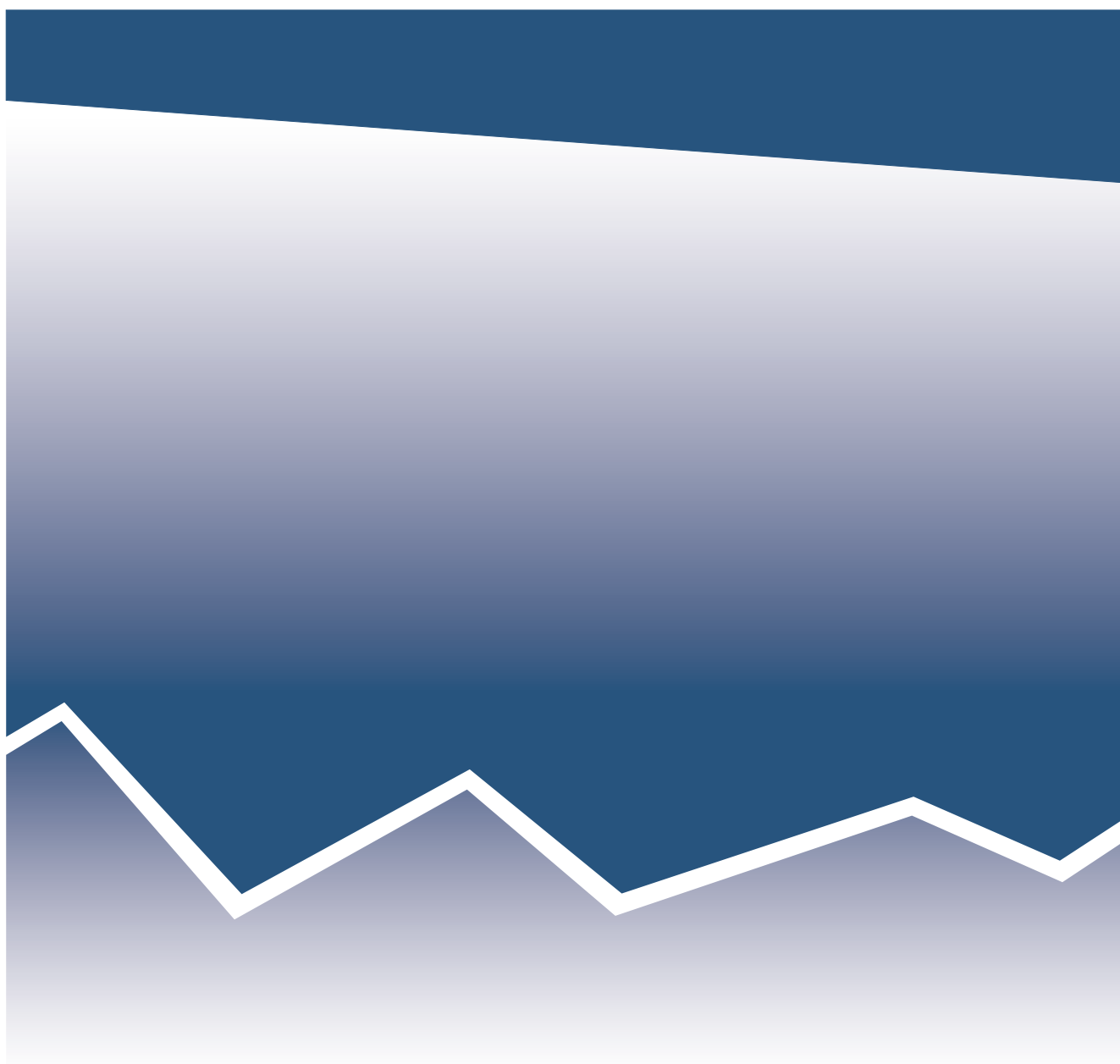
12.3.3.2 Concurso – Analista de Sistemas – Previsão de envio do Edital à Presidência, para oportuna publicação e execução: segunda semana do mês de dezembro de 2007. Conclusão prevista para o primeiro semestre de 2008.

12.3.3.3 Concurso – Agente Administrativo Auxiliar – Previsão de envio do Edital à Presidência, para oportuna publicação e execução: segunda semana do mês de dezembro de 2007. Conclusão prevista para o primeiro semestre de 2008.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. CLÁUDIO BARRETO DUTRA

2º Vice-Presidente



DADOS ESTATÍSTICOS

TOTAL DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS AGUARDANDO ADMISSIBILIDADE

Natureza	Entrada em 2006	Saída em 2006	Pendentes
Recursos Especiais	2185	2168	950
Recursos Extraordinários	1280	1280	705
Embargos de Declaração	26	26	0
Medida Cautelar	13	13	0
TOTAL	3504	3487	1655

JANEIRO 2007

Natureza	Entrada	Saída
Recursos Especiais	371	119
Recursos Extraordinários	206	67
Embargos de Declaração	2	2
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	579	188

MARÇO 2007

Natureza	Entrada	Saída
Recursos Especiais	305	721
Recursos Extraordinários	112	474
Embargos de Declaração	5	5
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	422	1200

FEVEREIRO 2007

Natureza	Entrada	Saída
Recursos Especiais	114	216
Recursos Extraordinários	44	121
Embargos de Declaração	4	4
Medida Cautelar	3	3
TOTAL	161	344

ABRIL 2007

Natureza	Entrada	Saída
Recursos Especiais	157	365
Recursos Extraordinários	56	239
Embargos de Declaração	4	4
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	217	608

DADOS ESTATÍSTICOS

MAIO 2007

Natureza	Entrada	Saída
Recursos Especiais	230	372
Recursos Extraordinários	102	173
Embargos de Declaração	0	0
Medida Cautelar	2	2
TOTAL	334	547

JUNHO 2007

Natureza	Entrada	Saída
Recursos Especiais	206	228
Recursos Extraordinários	84	107
Embargos de Declaração	2	2
Medida Cautelar	1	1
TOTAL	293	338

JULHO 2007

Natureza	Entrada	Saída
Recursos Especiais	250	313
Recursos Extraordinários	105	137
Embargos de Declaração	6	6
Medida Cautelar	3	3
TOTAL	364	459

AGOSTO 2007

Natureza	Entrada	Saída
Recursos Especiais	260	263
Recursos Extraordinários	97	121
Embargos de Declaração	3	3
Medida Cautelar	0	0
TOTAL	360	387

SETEMBRO 2007

Natureza	Entrada	Saída
Recursos Especiais	270	265
Recursos Extraordinários	158	111
Embargos de Declaração	4	4
Medida Cautelar	2	2
TOTAL	434	382

OUTUBRO 2007

Natureza	Entrada	Saída
Recursos Especiais	259	343
Recursos Extraordinários	92	181
Embargos de Declaração	6	6
Medida Cautelar	2	2
TOTAL	359	532

DADOS ESTATÍSTICOS

NOVEMBRO 2007

Natureza	Entrada	Saída
Recursos Especiais	228	274
Recursos Extraordinários	87	117
Embargos de Declaração	7	7
Medida Cautelar	1	1
TOTAL	323	399

MOVIMENTAÇÃO 2ª VICE-PRESIDÊNCIA EM 2007

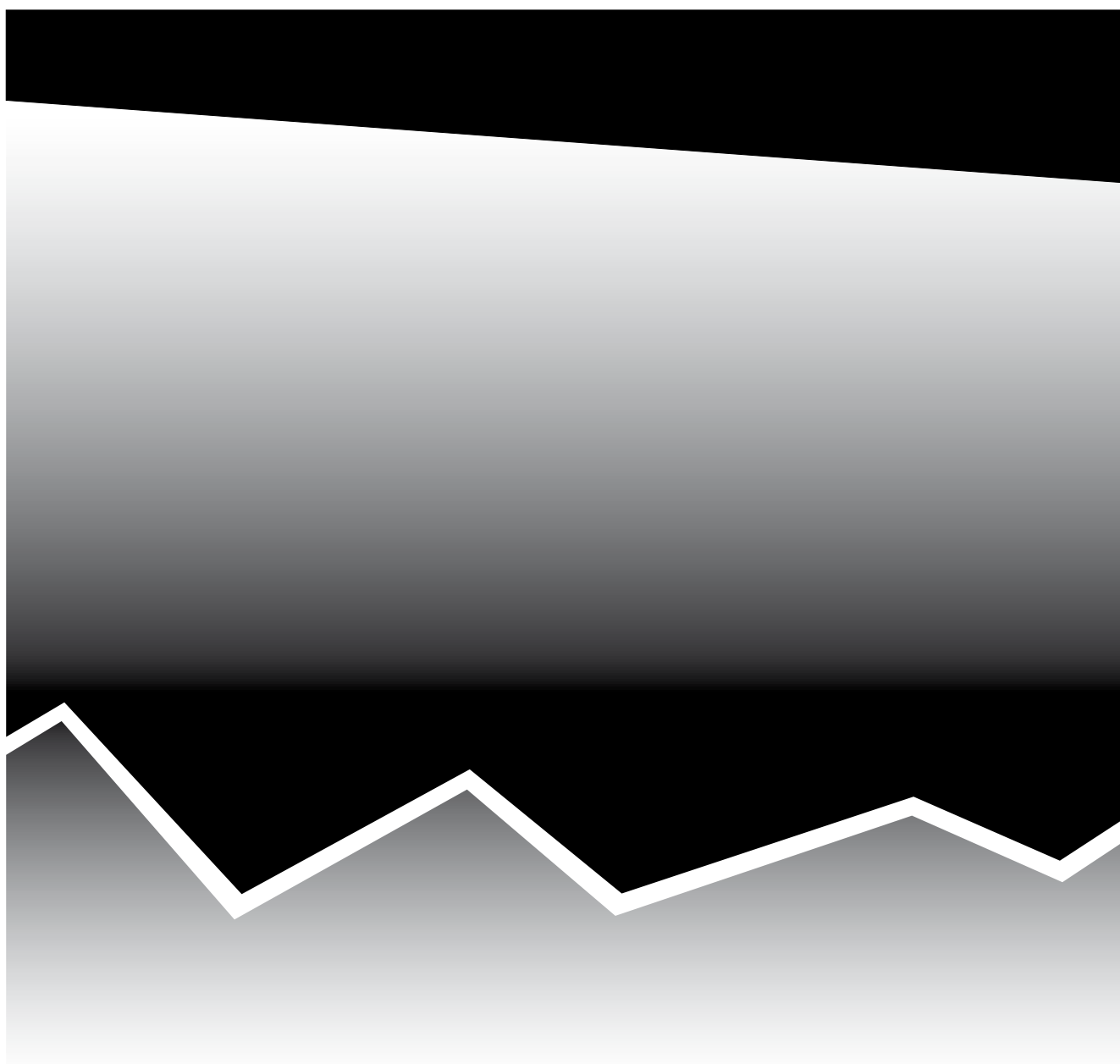
Natureza	Entrada	Saída	Pendentes/ Admissibilidade
Recursos Especiais	2650	3479	18
Recursos Extraordinários	1143	1848	8
Embargos de Declaração	42	42	0
Medida Cautelar	14	14	0
TOTAL	3849	5383	26

Total de recursos especiais e extraordinários conclusos e pendentes para admissibilidade: 26.

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. WILSON AUGUSTO DO NASCIMENTO

3º Vice-Presidente



INTRODUÇÃO

A Terceira Vice-Presidência, a partir de 1º de fevereiro de 2006, passou a ser exercida pelo Exmo. Sr. Des. Wilson Augusto do Nascimento, tendo como atribuição principal o exame de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários, nos processos oriundos das Câmaras Cíveis e Comerciais.

Os processos pendentes, no início da referida gestão, totalizavam o número de **3.600**, aproximadamente.

Com o intuito de alcançar produção de despachos em quantidade superior ao de recursos distribuídos, todos os esforços foram concentrados na superação da produtividade inicialmente fixada e, conseqüentemente, após o primeiro mês de contato com a matéria, observou-se a inversão, de forma célere e gradativa, da espiral de crescimento entre os números de “entrada” e “saída” de processos, havendo uma diminuição significativa no número de processos conclusos no período compreendido entre 06.02.06 a 15.08.06.

ANO DE 2006

No ano de 2006, foram distribuídos à Terceira Vice-Presidência 3.927 processos, tendo sido proferidos 8.478 despachos, dos quais 7.115 exercendo juízo de admissibilidade, a saber:

- **4.797 não admitidos (67,42%)** ;
- **2.318 admitidos (32,58%)**;
- **101 acordos homologados**;
- **124 embargos declaratórios**;
- **1.138 despachos de mero expediente**.

Esta Terceira Vice-Presidência iniciou o recesso de final do ano de 2006 sem nenhum processo concluso, possuindo apenas 159 pendentes de admissibilidade junto à Diretoria Judiciária, alcançando, de forma rápida e eficaz, o objetivo estabelecido no início da atual gestão.

ANO 2006	1º semestre	2º semestre	TOTAL
Não admitidos	2.943	1.854	4.797
Admitidos	1.294	1.024	2.318
Outros (<i>embargos, acordos, mero expediente</i>)	627	736	1.363
TOTAL			8478

ANO DE 2007

No segundo ano de atuação, até o dia 04 de dezembro de 2007, foram proferidos 6.124 despachos, dos quais 4.669 exercendo juízo de admissibilidade, a saber:

- **3.890 não admitidos (83%)**;
- **779 admitidos (17%)**;

ANO 2007	1º semestre	2º semestre	TOTAL
Não admitidos	1.782	2.108	3.890
Admitidos	582	197	779
Outros (<i>embargos, acordos, mero expediente</i>)	827	628	1.455
TOTAL			6.124

DADOS ESTATÍSTICOS

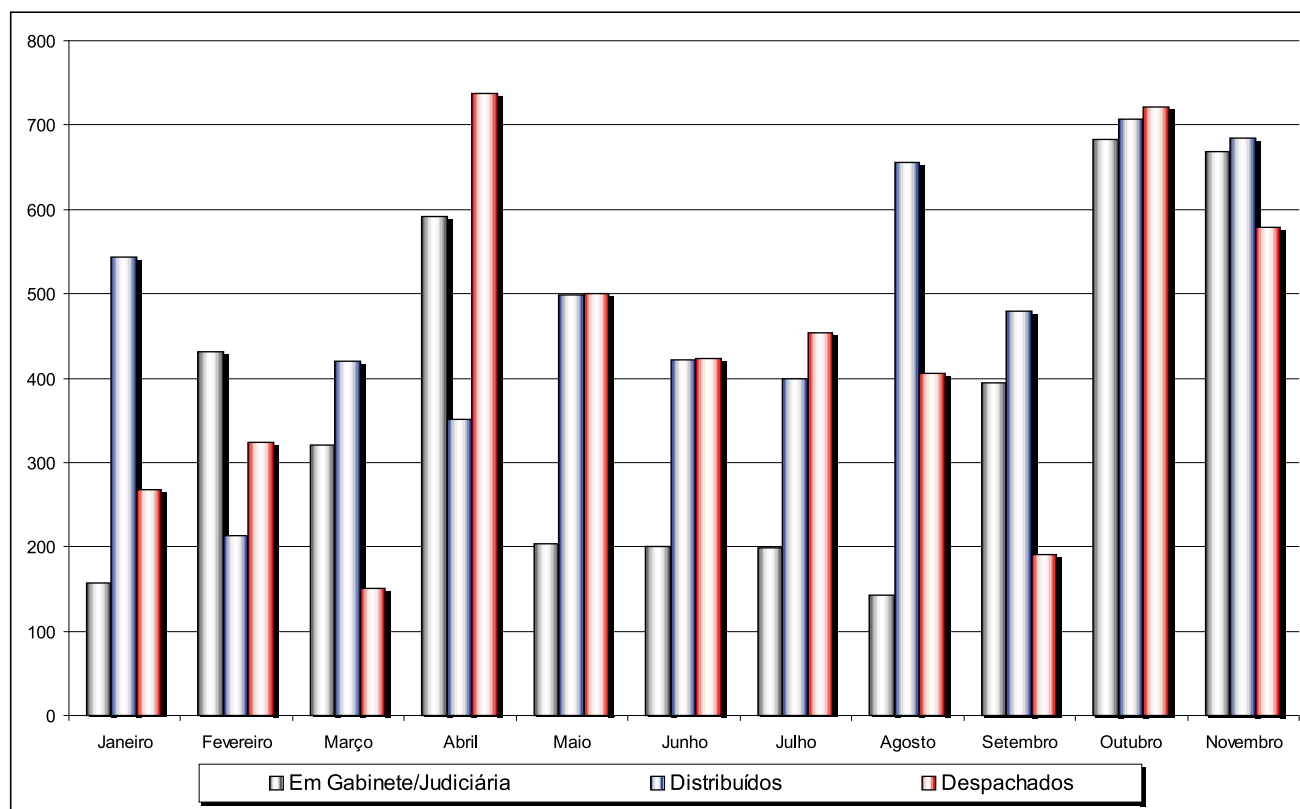
Em suma, no período compreendido entre fevereiro de 2006 e novembro do corrente ano, a Terceira Vice-Presidência já proferiu 14.602 despachos de admissibilidade e expedientes, tanto nos 9.298 novos processos distribuídos, quanto nos 3.572 processos advindos da antiga gestão.

2006/2007	TOTAL
Não admitidos	8.687
Admitidos	3.097
Outros (<i>embargos, acordos, mero expediente</i>)	2.818
TOTAL	14.602

No momento (até 30.11.2007), há 776 recursos pendentes de admissibilidade, destes apenas 80 conclusos em Gabinete. O restante está aguardando o decurso de prazo junto à Diretoria Judiciária – Divisão de Recursos.

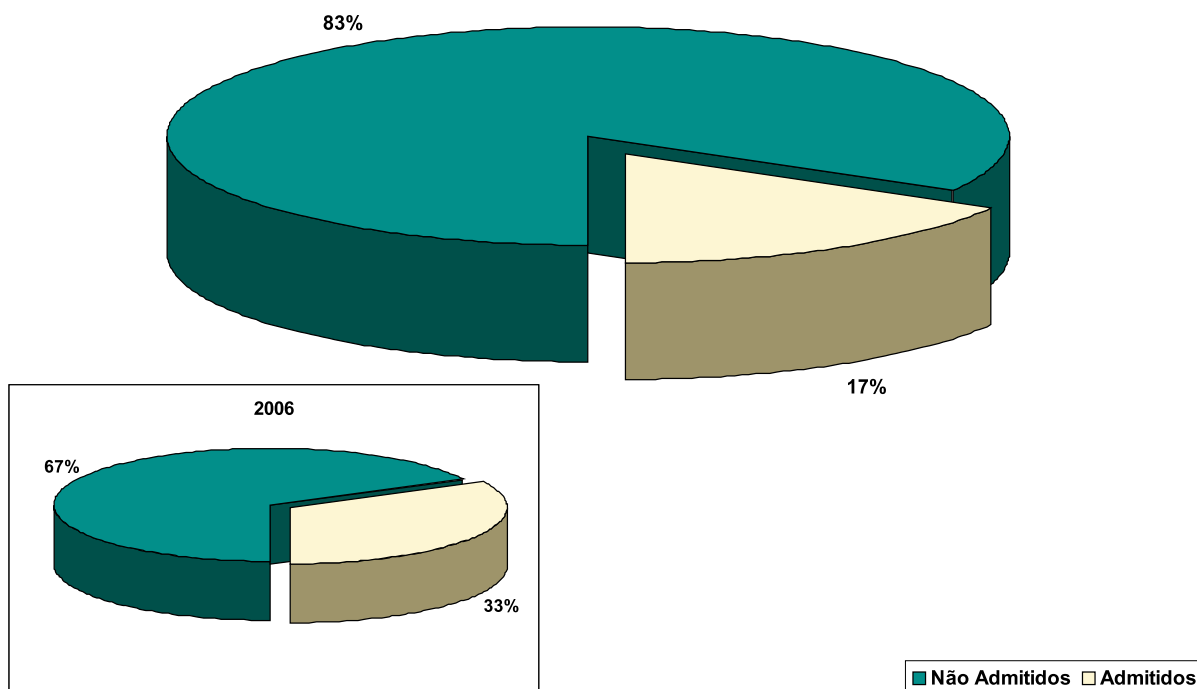
GRÁFICOS

Movimentação processual em 2007

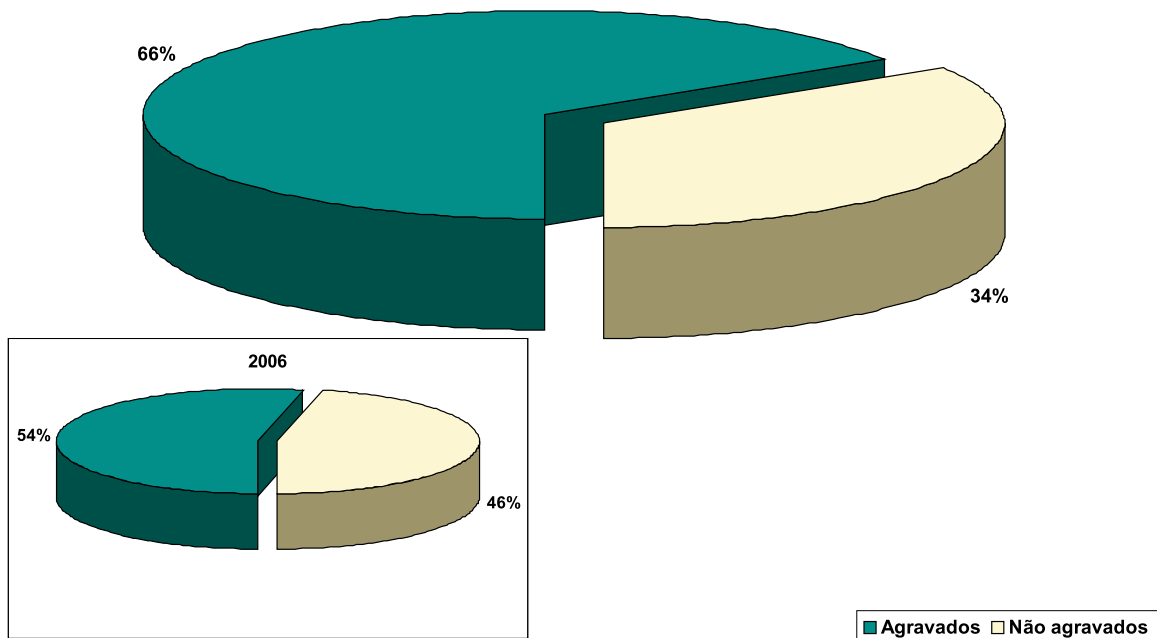


DADOS ESTATÍSTICOS

Admissão de recursos em 2007



Recursos Inadmitidos agravados em 2007



DADOS ESTATÍSTICOS

Comparativo numérico 2006/2007

TOTALS	1º Semestre 2006 (fev/Jun)	Distribuídos	(Baixados)	Despachos				TOTALS	1º Semestre 2007	Distribuídos	(Baixados)	Despachos							
		+2005	-4367	4864	2943 Não Admitidos	1294 Admitidos	41 Embargos			89 Acordos	497 Diversos (não baixam)	Agravados	1029	+2446	-2405	3191	1782 Não Admitidos	582 Admitidos	33 Embargos
TOTALS	2º Semestre 2006	Distribuídos	(Baixados)	Despachos				TOTALS	2º Semestre 2007	Distribuídos	(Baixados)	Despachos							
		+1920	-2973	3614	1854 Não Admitidos	1024 Admitidos	78 Embargos			17 Acordos	641 Diversos (não baixam)	Agravados	1541	+2604	-2036	2580	1813 Não Admitidos	180 Admitidos	37 Embargos

Comparativo 2006/2007

SEMESTRE	DADOS	ANO 2006	ANO 2007	Evolução
1º	Distribuídos	2005	2446	441
	Total despachado	4864	3191	-1673
	Admitidos	1294	582	-712
	Não admitidos	2943	1782	-1161
	Embargos	41	33	-8
	Acordos/Medidas Cautelares	89	8	-81
	Mero expediente(<i>processamento</i>)	497	786	289
2º	Distribuídos	1920	2927	1007
	Total despachado	3614	2933	-681
	Admitidos	1024	197	-827
	Não admitidos	1854	2108	254
	Embargos	78	38	-40
	Acordos/Medidas Cautelares	17	6	-11
	Mero expediente(<i>processamento</i>)	641	584	-57
TOTAL DESPACHADOS		8478	6124	14602
TOTAL DISTRIBUÍDOS		3925	5373	9298

OBS.: no momento, há 776 recursos pendentes de admissibilidade, destes apenas 80 conclusos em Gabinete

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término da Gestão 2006/2007, observa-se que o compromisso assumido pelo Desembargador Wilson Augusto do Nascimento, ao aceitar a incumbência de dirigir a Terceira Vice-Presidência desta Corte, de forma a reduzir o tempo para análise de admissibilidade dos recursos dirigidos aos Tribunais Superiores, foi levado a efeito, primando-se pela eficiência e presteza na entrega da prestação jurisdicional.

O êxito alcançado deve-se ao comprometimento diligente da assessoria fixa da Terceira Vice-Presidência, da equipe do Gabinete do Desembargador Wilson Augusto do Nascimento, bem como do apoio dispensado pelo ilustre Presidente desta Corte, Desembargador Pedro Manoel Abreu,

disponibilizando assessores para a ampliação do quadro.

Não se pode olvidar, no transcorrer das atividades desta Terceira Vice-Presidência, a permanente colaboração e disponibilidade da Divisão de Informática e da Diretoria Judiciária, com destaque para a Divisão de Recursos Especiais e Extraordinários.

Por fim, anote-se a distinção do legado recebido, que ora se transmite, aspirando-se que as diretrizes adotadas não pereçam, bem como a satisfação e orgulho da Gestão 2006/2007 da Terceira Vice-Presidência, conduzida pelo Desembargador Wilson Augusto do Nascimento, em ter desempenhado papel ativo nesta significativa mudança.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

DES. NEWTON TRISOTTO

Corregedor Geral da Justiça

DES. JOSÉ VOLPATO DE SOUZA

Vice- Corregedor Geral da Justiça

Juízes Corregedores:

JUIZ DINART FRANCISCO MACHADO

JUIZ LUIZ HENRIQUE MARTINS PORTELINHA

JUIZ SAMIR OSÉAS SAAD

JUÍZA SORAYA NUNES LINS

PAULO SÉRGIO PIZZOLATTI REMOR

Secretário



1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inciso XIX do art. 383 da Lei 5.624/79 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina), apresentamos ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades desenvolvidas pela Corregedoria Geral da Justiça, nos foros judicial e extrajudicial, no ano de 2007.

É oportuno lembrar que, por força do disposto no art. 7º do Regimento Interno desta Corregedoria (RICGJ), ao Vice-Corregedor de Justiça cumpre exercer “a fiscalização disciplinar, controle e orientação dos serviços judiciais e/ou extra-judiciais, inclusive a realização de inspeções e correições” (inciso II).

1.1 NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

A Corregedoria Geral da Justiça está estruturada em quatro Núcleos de Assessoramento – Núcleo I (Orientação Institucional); Núcleo II (Planejamento e Projetos); Núcleo III (Correicional e de Instrução Disciplinar) e Núcleo IV (Serventias Extrajudiciais e Revisão do Código de Normas) – e possui quadro de pessoal próprio (Lei 5.624/79, art. 380).

1.1.1 Responsáveis pelos Núcleos

- Núcleo I: Juíza-Corregedora Soraya Nunes Lins

- Núcleo II: Juiz-Corregedor Dinart Francisco Machado

- Núcleo III: Juiz-Corregedor Luiz Henrique Martins Portelinha

- Núcleo IV: Juiz-Corregedor Samir Oséas Saad

1.1.2 Atribuições dos Núcleos

- Núcleo I (Orientação Institucional): análise criteriosa dos problemas noticiados a este Órgão Correicional e elaboração de pareceres nos processos autuados; orientação ao público em geral (partes, servidores, magistrados, advogados) acerca dos serviços judiciais; e acompanhamento dos juízes em processo de vitaliciamento;

- Núcleo II (Planejamento e Projetos): análise, desenvolvimento, coordenação e execução de projetos que objetivem a melhoria tanto dos trabalhos internos da Corregedoria como dos seus serviços externos e, principalmente, a busca do desenvolvimento e evolução da Justiça de Primeiro Grau;

- Núcleo III (Correicional e de Instrução Disciplinar): atividade correicional, mediante o controle e a fiscalização dos serviços do foro judicial; atividade de instrução disciplinar, consistente na coleta de provas para procedimentos e processos administrativos bem como para inquéritos judiciais; e atividade de implantação de varas e comarcas, mediante a coordenação jurisdicional de todo o processo de instalação de novos serviços judiciais, em parceria com a Presidência do Tribunal de Justiça;

2. ATIVIDADES

- Núcleo IV (Serventias Extrajudiciais e Revisão do Código de Normas): revisão e aprimoramento do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça (CNCGJ), mantendo-o atualizado em relação às alterações e inovações legislativas; e atividade correicional, por meio de controle e fiscalização dos serviços do foro extrajudicial.

2. ATIVIDADES DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Além daquelas atividades próprias da Corregedoria – orientação, fiscalização e controle das atividades dos juízes e servidores do primeiro grau – o projeto de trabalho de maior repercussão, aquele em que concentramos nossa atenção, consistiu na formulação de política que imprimisse maior celeridade à prestação jurisdicional.

Denominamos nosso principal trabalho de “Projeto Mutirão de Sentenças 2007”, instituído pela Resolução Conjunta nº 02/07 – GP/CGJ, e sua meta foi a de “gerar políticas que viabilizem o julgamento dos processos conclusos para decisão há mais de 90 (noventa) dias”. Os resultados do “PMS 2007” serão apresentados no tópico 3 deste relatório.

2.1.1 Visitas a comarcas

Foram realizadas visitas às Comarcas de: Abelardo Luz, Anchieta, Araranguá, Barra Velha, Blumenau (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Acurra, Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó), Canoinhas (reunião com os juízes, escrivães e assessores de Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Rio Negrinho, Porto União e São Bento do Sul), Capital (reunião com os juízes, escrivães e assessores de Biguaçu, Capi-tal, Garopaba, Santo Amaro da Imperatriz e São José), Chapecó (reuniões

2. ATIVIDADES

com os juízes, escrivães e assessores de Abelardo Luz, Concórdia, Coronel Freitas, Ipumirim, Itá, Quilombo, Modelo, Palmitos, Ponte Serrada, São Carlos, São Domingos, Seara, Xaxim e Xanxerê), Criciúma (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Araranguá, Armazém, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Orleans, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Tur-vo e Urussanga), Campo Erê, Capinzal, Catanduvas, Coronel Freitas, Cunha Porã, Curitiba, Descanso, Forquilha, Fraiburgo, Içara, Imaruí, Imbituba, Ipumirim, Itá, Itajaí (reunião com os juízes de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Brusque, Camboriú, Itapema, Navegantes, Porto Belo, São João Batista e Tijucas), Joaçaba (reunião com os juízes de Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Concórdia, Herval d'Oeste, Itá, Ipumirim e Ponte Serrada), Joinville (reunião com os juízes, escrivães e assessores de Araquari, Barra Velha, Guaramirim, Garuva, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville e São Francisco do Sul), Lages (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Anita Garibaldi, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Curitiba, Otacílio Costa, Santa Cecília, São Joaquim e Urubici), Laguna, Maravilha, Mondaí, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, Rio do Sul (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Ibirama, Ituporanga, Presidente Getúlio, Rio do Campo, Rio do Oeste, Taió e Trombudo Central), Rio Negrinho, São Bento do Sul (reunião com os

juízes de Itaiópolis, Canoinhas, Mafra, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho), São Carlos, São José (reunião com os juízes de Biguaçu, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz), São Miguel do Oeste (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Anchieta, Campo Erê, Cunha Porã, Descanso, Di-onísio Cerqueira, Itapiranga, Maravilha, Mondaí, Pinhalzinho, São José do Cedro e São Lourenço do Oeste), Seara, Taió, Tubarão (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna e Laguna), Urussanga, Videira (reuniões com os juízes, escrivães e assessores de Caçador, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Concórdia, Fraiburgo, Herval d'Oeste, Lebon Régis, Santa Cecília, Tangará e Videira), Xanxerê e Xaxim.

2.1.2 Participação em eventos e reuniões

- XLIV ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de Salvador/BA (de 11 a 14 de abril);
- Reunião do Conselho da Justiça Federal, na cidade de Brasília/DF (24 de abril);
- Encontro Nacional de Corregedores Estaduais, Federais, da Justiça do Trabalho e Militar, na cidade de Brasília/DF (de 1º a 4 de maio);
- Reunião com o Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Gilberto Passos de Freitas,

2. ATIVIDADES

como integrante da Comissão constituída pelo Ministro-Corregedor Nacional de Justiça para tratar sobre o fundo de reaparelhamento do Poder Judiciário e sobre a taxa de fiscalização dos serviços cartorários, na cidade de São Paulo/SP (4 de junho);

- Reunião com o Ministro Antônio Pádua Ribeiro como integrante da Comissão acima referida, na cidade de Brasília/DF (11 de junho);

- XLV ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de São Paulo (de 8 a 10 de agosto);

- VI Seminário da Infância e Juventude, realizado na cidade de São Paulo/SP (27 e 28 de setembro).

2.1.3 Edição de provimentos

- Provimento 01/2007 – Dispõe sobre o cumprimento do estágio de convivência nos casos de adoção internacional;

- Provimento 02/2007 – Altera a redação do art. 25 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 03/2007 – Altera o art. 951 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, permitindo aos tabeliães solicitar à Central de Testamentos mantida pela ANOREG/SC informações acerca da existência de disposição de última vontade de pessoa comprovadamente falecida;

- Provimento 04/2007 – Altera disposições da Terceira Parte do Código de Normas da

Corregedoria Geral da Justiça referentes ao selo de fiscalização das serventias extrajudiciais, constantes da Seção V, Capítulo I, suprime a Seção II e renumera artigos e seções do Capítulo II;

- Provimento 05/2007 – Regulamenta a indicação e a nomeação de Assistente Judiciário e Defensor Dativo por meio de sistema eletrônico;

- Provimento 06/2007 – Acrescenta o art. 206-A e altera a redação dos arts. 203, §§ 1º e 3º, 204, 205, 206 e 467 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 07/2007 – Altera a redação do art. 317 e acrescenta os arts. 319-A e 319-B ao Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 08/2007 – Regulamenta os procedimentos relativos às atividades da Gerência de Cobrança de Custas Finais – GECOF;

- Provimento 09/2007 – Dispõe sobre o cumprimento de mandados de citação e de intimação de detentos;

- Provimento 10/2007 – Dispõe sobre a gravação fonográfica ou audiovisual das audiências em meio eletrônico.

2.1.4 Emissão de ofícios-circulares

Foram expedidos 31 (trinta e um) ofícios-circulares.

2. ATIVIDADES

2.2 ATIVIDADES DO VICE-CORREGEDOR

2.2.1 Visitas a comarcas

O Vice-Corregedor realizou visitas às Comarcas de: Blumenau, Brusque, Bom Retiro, Braço do Norte, Criciúma, Garuva, Gaspar, Itajaí, Itapema, Ja-guaruna, Joaçaba, Joinville, Lages, Jaraguá do Sul, Rio do Sul, São Francisco, Timbó, Tubarão e Urussanga, abrangendo em torno de 60 (sessenta) serventias extrajudiciais.

2.2.2 Participação em eventos

- XLIV ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de Salvador/BA (de 11 a 14 de abril);

- XLV ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de São Paulo (de 8 a 10 de agosto);

- XLVI ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de Aracaju/SE (de 21 a 23 de novembro);

- Eventos promovidos pela ANOREG/SC – Associação dos Notários e Registradores do Estado de Santa Catarina:

- Almoços de Idéias em Santa Catarina: São José (16.03), Tubarão (18.05), Mafra (29.06), Itajaí (20.07);

- Encontros Estaduais: Balneário Camboriú (21.04), Fraiburgo (18.08), representado por assessores;

- Encontro Nacional do IRIB – Instituto do Registro Imobiliário do Brasil, realizado na

cidade de Florianópolis/SC (24 a 28 de setembro);

- XV Congresso Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais, realizado na cidade de Florianópolis/SC (07 a 14 de outubro).

2.3 ATIVIDADES DO NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO I

- Processos distribuídos: 454 (quatrocentos e cinquenta e quatro);

- Processos redistribuídos aos outros Núcleos, com parecer: 16 (dezesseis);

- Pareceres finais: 320 (trezentos e vinte);

- Processos aguardando parecer: 118 (cento e dezoito);

- Processos de vitaliciamento concluídos: 28 (vinte e oito);

- Processos de vitaliciamento em curso: 28 (vinte e oito);

- Informações prestadas por telefone: 2.660 (duas mil seiscentas e sessenta);

- Informações prestadas via e-mail: 1.476 (mil quatrocentas e setenta e seis);

- Pessoas atendidas pela Juíza-Corregedora: 165 (cento e sessenta e cinco);

- Informações prestadas por telefone pela Juíza-Corregedora: 1.685 (mil seiscentas e oitenta e cinco);

- Pessoas atendidas pela assessoria: 252 (duzentas e cinquenta e duas).

Observações: a Juíza-Corregedora analisou, ainda, outros 1.015 (um mil e quinze) expedientes não autuados e despachados

2. ATIVIDADES

diretamente com o Corregedor Geral da Justiça, dentre petições, correspondências eletrônicas e ofícios.

O setor de informações da Corregedoria, vinculado a esse Núcleo, recebe as ligações relativas ao Disque-Corregedoria (foros judicial e extrajudicial), repassando-as aos Núcleos competentes.

2.4 ATIVIDADES DO NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO II

2.4.1 Projetos desenvolvidos

- Publicação e capacitação do Manual Prático de Orientação aos Contadores;
- Mutirão do Júri (organização, planejamento e execução);
- Implementação do Ato Regimental 72/2005-TP, relativamente às informações a serem prestadas ao Tribunal Pleno por ocasião das promoções e remoções;
- SAJ/Estatística (em fase de testes);
- Participação no planejamento do projeto de Inspeção e Apoio Operacional;
- Central de Cobrança de Custas – SAJ/pg 3.2.1 e SAJ/CCP, com procedimento virtual (implantação realizada nas Comarcas de Brusque, Palhoça, Araquari, Armazém, Ascurra, Campo Belo do Sul, Forquilha, Garopaba, Herval d'Oeste, Ipumirim, Itá, Itapoá, Modelo, Navegantes, Presidente Getúlio, Rio do Campo, Santa Rosa do Sul,

Pomerode e Itapema) – resolução conjunta;

- Portal de Peritos;
- Fundo de Ressarcimento de Conduções de Oficiais de Justiça (em desenvolvimento);
- Mutirão de Sentenças e redução no número de processos conclusos;
- Intimação via telefone dos atos praticados nos Juizados Especiais (projeto-piloto em Joinville);
- Gravação audiovisual de audiências (Provimento 10/2007);
- Implementação do convênio INFOJUD (o TJ aderiu ao convênio firmado entre a Receita Federal do Brasil e o CNJ).

2.4.2 Participação em projetos

2.4.2.1 Da Presidência

- Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- Reestruturação das Unidades Judiciárias da Grande Florianópolis;
- Participação e auxílio no desenvolvimento e nas definições do Processo Virtual – SAJ/PG5 (Execução Fiscal e Juizado Especial);
- Videoconferência;
- Criação da Unidade Regional da Execução Fiscal de Joinville e Itajaí;
- Arquivo Central – Sistema de Gerenciamento e proposição normativa;
- Módulo de Assistência Judiciária – SAJ (emitido provimento);
- Depósito de precatórios no sistema de Conta Única;

2. ATIVIDADES

- Programa de Exames de DNA em audiência em Santa Catarina – PRODNASC (proposta de resolução conjunta).

2.4.2.2 Diversos

- Apoio na organização do III Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Laguna;

- Representação da Corregedoria junto à CGInfo (reuniões mensais e participação em vários projetos, v.g. módulo de assistência judiciária);

- Realização de 06 (seis) instruções em processos administrativos em trâmite nesta Corregedoria.

2.4.3 Participação em reuniões

O Núcleo participou de 75 (setenta e cinco) reuniões sobre diversos temas:

- Gerência de Cobrança de Custas Finais – GECOF;
- Módulo SAJ/Estatística;
- Transferência da manutenção da tabela de conduções (autos n. 257019-2006.0);
- INFOJUD;
- PRODNASC.

2.4.4 Pareceres exarados

Foram proferidos:

- pareceres: 95 (noventa e cinco);
- minutas de pareceres: 74 (setenta e quatro).

2.4.5 Participação em eventos

O Núcleo II envolveu-se diretamente na

realização de alguns eventos, um deles, que se estendeu por diversos pólos de capacitação do Estado, em que foram apresentadas as principais alterações (orientações da CGJ) e reforço das práticas que geram dúvidas e problemas (mapas estatísticos, Bacen Jud, INFOSEG, Inscrição em dívida ativa, Assistência Judiciária etc.).

Participou, ainda, de cinco eventos, quais sejam: Encontro de Oficiais de Justiça; Encontro dos Escrivães Judiciais; Encontro de Contadores Judiciais; Abertura da Capacitação dos contadores nas comarcas a serem atendidas pela GE-COF e, por fim, II Encontro dos Comissários da Infância e Juventude.

2.4.6 Edição de atos normativos

Participação na edição dos seguintes atos normativos:

- Resoluções: 12 (doze);
- Provimentos: 5 (cinco);
- Circulares: 7 (sete);
- Ofícios-circulares: 16 (dezesesseis).

2.4.7 Orientações sem caráter normativo

O Núcleo II também foi responsável pela elaboração e divulgação de 8 (oito) documentos de orientação (sem caráter normativo), destacando-se a inscrição em dívida ativa via Sistema de Administração Tributária – SAT e os procedimentos afetos ao PRODNASC.

2. ATIVIDADES

2.4.8 Respostas a consultas

2.4.8.1 Por correio eletrônico

Foram respondidas consultas, por correio eletrônico, relativas aos seguintes temas:

- Bacen Jud: 760 (setecentos e sessenta);
- SAT: 240 (duzentos e quarenta);
- PRODNASC: 225 (duzentos e vinte e cinco);
- Diversos: 2.300 (dois mil e trezentos).

2.4.8.2 Por telefone

- Assuntos diversos: aproximadamente 600 (seiscentas) consultas;

- Bacen Jud: 250 (duzentas e cinquenta) consultas;
- SAT: 30 (trinta) consultas;
- PRODNASC: 20 (vinte) consultas.

2.4.9 Atendimento pessoal

Foram realizados cerca de 40 (quarenta) atendimentos pessoais a advogados, servidores, procuradores e a terceiros.

2.5 ATIVIDADES DO NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO III

2.5.1 Atuação em instrução de Processos Administrativos

Durante o ano de 2007, o Núcleo III atuou na instrução de diversos processos administrativos. Do total, os seguintes números foram obtidos:

- Processos que tramitaram no núcleo: 104 (cento e quatro);

- Pareceres proferidos: 120 (cento e vinte);
- Processos iniciados (distribuídos originariamente): 76 (setenta e seis);
- Processos iniciados (redistribuídos de outro núcleo): 28 (vinte e oito);
- Processos encerrados: 70 (setenta);
- Processos em tramitação: 34 (trinta e quatro);
- Pessoas ouvidas: 74 (setenta e quatro);
- Relatórios de Inspeção: 16 (dezesesseis).

2.5.2 Inspeções

Por determinação de Desembargador Corregedor e em continuidade ao cumprimento do Programa de Correições, no ano de 2007 o Núcleo III realizou inspeções em 15 comarcas, abrangendo 29 unidades judiciárias, conforme quadro do item 2.7.3.

O escopo dos trabalhos foi, basicamente, averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo entre cartório e gabinete e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça.

Naquelas em que foi constatada a necessidade de otimizar os trabalhos, a equipe correicional atuou com Apoio Operacional.

1) Comarca de Taió

a) Atividades: Inspeção Correicional focada no gabinete da magistrada, sendo analisados aspectos como a triagem dos processos, a

2. ATIVIDADES

separação por grau de complexidade e o estabelecimento de fluxo. Em cartório foram feitos os diagnósticos típicos de inspeção e repassado aos servidores orientações para as necessárias correções.

b) Determinações:

- Organização e remessa das mais de 800 caixas de processos arquivados na comarca para o Arquivo Central.

2) Comarca de Joinville (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis e 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública)

a) Atividades: Inspeção Correicional na 1ª e 3ª Vara Cível, sendo praticadas, além das atividades típicas de inspeção em cartório e gabinete, ações de apoio operacional. Os cartórios e os gabinetes foram reorganizados, inclusive com mudança de leiaute do mobiliário. Para atender às necessidades urgentes da 1ª Vara foi requisitada à Diretoria de Informática 01 (uma) impressora laser para o cartório e, ao Tribunal, armários de portas para o gabinete. Na 2ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis, bem como na 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública, foram realizadas apenas atividades de apoio operacional.

b) Determinações:

- envio de cópia dos relatórios à Presidência do Tribunal de Justiça, para análise das solicitações de cada unidade e possível

lotação de mais técnicos judiciais;

- remessa de ofício à Diretoria de Informática a fim de viabilizar a troca dos equipamentos de informática;

- envio de ofício ao Diretor do Fórum para resolver questões relativas à Central de Mandados.

3) Comarca de São João Batista

a) Atividades: O escopo do trabalho foi averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização cartorária, a organização do gabinete e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, sem prejuízo dos diagnósticos rotineiros de uma inspeção correicional. A Inspeção concentrou-se na maior parte do tempo no cartório cível, em razão de ter o maior volume de processos.

b) Determinações:

- realizar mutirões internos para fazer frente a determinados serviços;

- somente em casos excepcionais, utilizar nos processos os índices de atos processuais;

- através de ofício à Presidência, para o Setor de Engenharia tomar providências com vistas a resolver problema da sala da assessoria que não tem porta de acesso, estando os assessores obrigados a passar pelo gabinete do juiz ou então pela sala de audiências.

2. ATIVIDADES

4) Comarca de Joinville (Vara da Infância e Juventude)

a) Atividades: Inspeção correicional a fim de averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo cartorário e do gabinete e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, visando a instrução dos autos nº CGJ 0287/2007, em que o requerente, Dr. Alexandre Moraes da Rosa, Juiz de Direito titular da unidade, solicitava afastamento para cursar o doutorado no exterior.

5) Comarca de São José (1ª Vara Cível)

a) Atividades: inspeção correicional voltada para o cartório judicial, com análise da estrutura física, organização, divisão e fluxo dos trabalhos.

b) Determinações: envio de cópia do relatório ao magistrado titular da unidade e ao escrivão judicial para a regularização das inconsistências que foram levantadas por ocasião dos trabalhos ali realizados.

6) Comarca de Criciúma (1ª Vara Criminal)

a) Atividades: inspeção correicional voltada para o cartório judicial, com análise da estrutura física, organização, divisão e fluxo dos trabalhos. Os servidores receberam capacitação e orientações para realizar as necessárias correções.

b) Determinações:

- envio de cópia do relatório à Presidência

do Tribunal de Justiça e ao magistrado titular da unidade;

- remessa de ofício ao Diretor do Fórum para atendimento às determinações da ata;

- instauração de processo administrativo contra servidor.

7) Comarca de Itajaí (1ª Vara Criminal)

a) Atividades: inspeção correicional destinada à análise da organização e do fluxo do cartório, ao cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça e principalmente à situação e andamento dos processos de réus presos. Os servidores receberam capacitação e orientações para as necessárias correções. Foram realizadas alterações no leiaute da unidade, foi redefinido o fluxo dos processos e instalada impressora no cartório.

b) Determinações – expedição de ofício para a:

- Presidência do Tribunal encaminhando cópia do relatório e solicitando a revisão da divisão das competências, inclusive para análise de eventual instalação de vara regional de execução penal;

- Diretoria de Informática, com vistas a melhorar a performance dos computadores da unidade, remeter um micro e uma impressora para o salão do júri e realizar estudo sobre a questão dos pesos na distribuição dos processos entre as varas;

2. ATIVIDADES

- Academia Judicial, a fim de que sejam ministrados cursos de capacitação aos servidores, principalmente no que se refere ao SAJ e ao módulo de execução penal.

8) Comarca de Itajaí (2ª Vara Criminal)

a) Atividades: inspeção correicional destinada à análise da organização e do fluxo do cartório e gabinete, ao cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, e, em especial, ao andamento dos processos de réus presos e à situação do Juizado Especial Criminal. Os servidores receberam orientações acerca dos procedimentos aplicados na unidade.

b) Determinações – Expedidos ofícios:

- à Presidência do Tribunal de Justiça para o setor de engenharia proceder a estudos e implementar medidas necessárias à melhoria do espaço físico do gabinete do magistrado, e para que o setor de patrimônio melhore as condições mobiliárias do cartório judicial;

- à Academia Judicial para ministrar cursos de capacitação aos servidores, principalmente no que se refere ao SAJ.

9) Comarca de Orleans

a) Atividades: inspeção correicional em que foram averiguados a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo cartorário e do gabinete e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça; foram otimizados, ainda, os

trabalhos de apoio operacional. Em cartório foram feitos os diagnósticos típicos de inspeção e repassadas aos servidores orientações para as necessárias correções.

10) Comarca de Santa Cecília

a) Atividades: Inspeção Correicional focada no gabinete para analisar aspectos como a triagem dos processos, a separação por grau de complexidade e o estabelecimento de fluxo, entre outras particularidades detectadas em processo administrativo. Em cartório foram feitos os diagnósticos típicos de inspeção e repassadas aos servidores orientações para as necessárias correções, com posterior atividade de apoio operacional focado no cumprimento das sentenças, despachos e/ou decisões interlocutórias, juntada de petições, certificação dos prazos, arquivamento de processos, bem como reorganização dos escaninhos e reestruturação do cartório na área criminal.

b) Determinações:

- remessa de 259 armas de fogo ao exército;
- envio de ofício à Academia Judicial para que sejam ministrados cursos de capacitação aos servidores.

11) Comarca de Blumenau (5ª Vara Cível)

a) Atividades: A Inspeção foi voltada a averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo cartorário e do gabinete, o cumprimento das normas

2. ATIVIDADES

administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, bem como a produtividade e o desempenho na função do magistrado titular da vara, visando a instrução dos autos nº CGJ 0609/2007, em que o magistrado solicitava afastamento para cursar o doutorado no exterior.

12) Comarca da Capital (Norte da Ilha)

a) Atividades: Inspeção focada no gabinete e para averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo cartorário e do gabinete e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, sem prejuízo de diagnósticos típicos de inspeção correicional.

13) Comarca de Lages (3ª Vara Criminal)

a) Atividades: o trabalho foi de inspeção correicional.

Foi oficiado à Presidência para:

- dentro do possível, designar um Juiz Cooperador para a 3ª Vara Cível a fim de ajudar a enfrentar o acervo de processos conclusos;
- determinar ao setor de engenharia que promova estudos e melhoria do espaço físico do gabinete, principalmente no que respeita à ventilação;
- se possível, proporcionar a padronização do mobiliário da unidade;
- se existente nos estoques, determinar aos setores competentes a remessa de

impressora para o cartório agilizar a carga de autos para os advogados.

14) Comarca de Videira (1ª e 2ª Varas)

a) Atividades: Inspeção em cartório visando averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo cartorário bem como a organização do gabinete, o fluxo dos processos, a verificação do acervo, o pessoal, as ins-talações físicas e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça. Além disso, foi efetuado levantamento do funcionamento de todos os setores do fórum a fim de obter um diagnóstico geral da comarca.

15) Comarca de Maravilha

a) Atividades: inspeção correicional para averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo cartorário e do gabinete e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, otimizando, ainda, os trabalhos de apoio operacional. Em cartório foram feitos os diagnósticos típicos de inspeção e repassadas aos servidores orientações procedimentais. O leiaute da unidade foi alterado, inclusive com redefinição de fluxo de processos.

16) Comarca de Itapoá

a) Atividades: inspeção com o objetivo de averiguar a estrutura física, os recursos humanos, a organização e o fluxo cartorário e

2. ATIVIDADES

do gabinete e o cumprimento das normas administrativas da Corregedoria Geral da Justiça, otimizando, ainda, os trabalhos de apoio operacional, sem prejuízo de diagnósticos típicos de inspeção correicional. Os servidores receberam orientações procedimentais e informações para procederem às correções de algumas falhas encontradas. O leiaute de parte da unidade foi alterado, inclusive com redefinição de fluxo de processos.

Foi enviado ofício à:

- Presidência do Tribunal de Justiça para que o setor de engenharia proceda a estudo e implemente as medidas necessárias à melhoria do espaço físico da sala de audiências da vara, e para que o setor de patrimônio melhore as condições mobiliárias do cartório judicial;
- Academia Judicial para ministrar cursos de capacitação aos servidores, principalmente no que se refere ao SAJ;
- Diretoria de Informática para que tome ciência da lentidão do sistema Go-Global na unidade e, se possível, providencie a instalação de um servidor na unidade.

ESTATÍSTICA DE REDUÇÃO DE ACERVO NAS UNIDADES EM QUE HOUVE INSPEÇÃO CORREICIONAL COM APOIO OPERACIONAL

COMARCA	UNIDADE	ATIVOS NA ENTRADA	ATIVOS NA SAÍDA
Taió	Vara única	6.119	6.053

Joinville	1ª cível	14.866	13.435
	2ª cível	3.442	3.423
	3ª cível	7.814	7.157
	4ª cível	8.846	8.841
	5ª cível	9.983	9.992
	2º Fazenda	68.304	67.781
	J. Esp. Cível	28.390	17.537
Criciúma	1ª criminal	4.394	4.203
Itajaí	1º criminal	5.486	4.527
	2º criminal	4.093	3.795
Orleans	Vara única	4.988	4.844
Santa Cecília	Vara única	4.374	4.037
Maravilha	Vara única	4.262	3.889
Itapoá	Vara única	34.237	33.321
Chapecó	1ª cível		

2.6 ATIVIDADES DO NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO IV

- Fiscalização das serventias extrajudiciais e orientação dos responsáveis para a correção de eventuais equívocos decorrentes de interpretação das normas elencadas no CNCGJ e legislação pertinente;

2. ATIVIDADES

- Realização de correições nos cartórios extrajudiciais relacionados no Quadro 2 do Anexo 1;

- Ampliação da equipe correicional, com a participação de cinco novos integrantes oriundos do quadro de servidores do judiciário catarinense da Justiça de Primeiro Grau;

- Aquisição de veículo tipo “Van” destinado ao aperfeiçoamento da fiscalização do uso correto do selo, bem como das inspeções correicionais;

- Assessoramento da 1ª Vice-Presidência deste Tribunal de Justiça na elaboração dos quadros demonstrativos das serventias vagas para posterior preenchimento mediante concurso público (remoção ou ingresso na atividade notarial e de registro);

- Participação nos estudos que originaram, junto ao egrégio Conselho da Magistratura, a Resolução nº 08/07, alterando a Resolução nº 12/2006–CM, dando nova redação ao inciso VI do art. 1º, que regulamenta o ressarcimento dos serviços gratuitos praticados pelos delegados notariais e registrais, e estabelece o valor mínimo fixado nas tabelas pelos Anexos 1 a 8; a Resolução nº 09/07, que definiu as circunscrições geográficas dos Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de São José, e a Resolução nº 10/07, que definiu as circunscrições geográficas dos Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça;

- Implantação do sistema de ressarcimento de atos gratuitos e isentos, em um primeiro

momento atingindo as Escrivanias de Paz e posteriormente os demais atos gratuitos e isentos praticados pelas demais serventias;

- Alteração nos sistemas de aquisição de selos utilizados pela Diretoria de Orçamento e Finanças;

- Cooperação junto à Diretoria de Informática para viabilizar a compra de selo pago e recolhimento do FRJ via boleto bancário por acesso a internet;

- Implantação de sistema de busca de atas de inspeções correicionais;

- Desenvolvimento, apresentação e entrega do CD CGJ-EXTRA, contendo uma base de consultas, orientações sobre o selo de fiscalização, coleta da principal legislação atinente à área extrajudicial, objetivando ser material de apoio destinado aos Magistrados do Registro Público ou Diretores do Foro e aos serventuários extrajudiciais;

- Implantação dos ressarcimentos de atos gratuitos a todas as serventias extrajudiciais;

- Implantação da ajuda de custo, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) às escritanias de paz com pouca rentabilidade, propiciando condições de funcionamento. As atividades próprias dessa atribuição encontram-se especificadas no Quadro 6 do Apêndice 1 e no Gráfico 7 do Apêndice 2 deste relatório;

- Aperfeiçoamento dos Assessores Extrajudiciais mediante participações no XXXIV Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis promovido pelo IRIB – Instituto de

2. ATIVIDADES

Registro Imobiliário do Brasil (24 a 28 de setembro) e XV Congresso de Registradores de Pessoas Naturais, promovido pela ARPEN – Associação de Registradores de Pessoas Naturais (07 a 14 de outubro), ambos na cidade de Florianópolis/SC;

- Reuniões regionais com os cartórios do Estado para apresentação das alterações no Código de Normas da CGJ, relativas à esfera extrajudicial, em que foram relatados os principais problemas constatados durante as inspeções ocorridas em 2005-2007, objetivando uma atuação pró-ativa a fim de aprimorar a qualidade do serviço público prestado, com o envolvimento de 580 serventuários extrajudiciais, que aconteceram nas seguintes cidades, com as respectivas comarcas participantes: 1) Joinville (29.10): Araquari, Barra Velha, Balneário Piçarras, Garuva, Guarimirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e São Francisco do Sul; 2) Blumenau (01.11): Acurra, Brusque, Gaspar, Indaial, Itajaí, Navegantes Pomerode e Timbó; 3) São José (06.11): Camboriú, Balneário Camboriú, Biguaçu, Florianópolis, Itapema, Porto Belo, Palhoça, São João Batista, Santo Amaro da Imperatriz e Tijucas; 4) Tubarão (08.11): Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Imbituba, Imaruí, Jaguaruna e Laguna; 5) Criciúma (13.11): Araranguá, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Orleans, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Turvo e Urussanga; 6) Mafra (20.11): Canoinhas,

Itaiópolis, Rio Negrinho, Papanduva e Porto União; 7) Rio do Sul (22.11): Ituporanga, Ibirama, Presidente Getúlio, Rio do Campo, Rio do Oeste, Santa Cecília, Taió e Trombudo Central; 8) Lages (27.11): Anita Garibaldi, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Curitiba, Otacílio Costa, São Joaquim e Urubici; 9) Chapecó (29.11): Abelardo Luz, Concórdia, Coronel Freitas, Ipumirim, Itá, Ponte Serrada, Quilombo, São Carlos, São Domingos, Seara, Xanxerê e Xaxim; 10) Videira (04.12): Caçador, Capinzal, Campos Novos, Catanduvas, Fraiburgo, Herval d'Oeste, Joaçaba, Lebon Régis e Tangará; e 11) São Miguel do Oeste (11.12): Anchieta, Campo Erê, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Maravilha, Modelo, Mondaí, Palmitos, Pinhalzinho, São João do Cedro e São Lourenço do Oeste;

- Participação, em parceria com a TV Barriga Verde, da campanha “Sou do Bem”, que permitiu o acesso gratuito das pessoas menos favorecidas à prática de atos da vida civil, desenvolvendo um trabalho de grande importância para a sociedade catarinense, por meio da promoção de casamentos coletivos (mais de 3000 casamentos celebrados), com prévio encaminhamento de toda a documentação para os cartórios das cidades participantes;

- Alteração da legislação relativa à Lei Complementar estadual nº 175/98, com a elaboração da Lei Complementar estadual nº

2. ATIVIDADES

365/06, que criou novos ti-pos de selos – os especiais Escritura com Valor e D.U.T., bem como instituindo novos valores, alterando a aplicação e o uso do selo, e ainda mantendo e ampliando seus caracteres de segurança, ampliando a fonte de custeio para pagamento das despesas decorrentes do ressarcimento dos atos gratuitos e da ajuda de custo;

- Desenvolvimento do projeto de modernização do selo, sistema de controle do selo e vinculação do selo ao ato;
- Criação de novo *design* para os novos selos, atendendo a novel legislação;
- Atualização do Manual de uso do selo de fiscalização, com a impressão pela empresa contratada para a edição;
- Prorrogação do contrato celebrado com a empresa American BankNote S/A para a manutenção do fabrico e distribuição do Selo;
- Elaboração dos Cartazes da Gratuidade conferida pela Lei estadual nº 13.671/05;
- Atualização do Código de Normas no tocante ao Selo de Fiscalização, Gratuidade e Ressarcimento (art. 565 em diante);
- Edição de provimentos e circulares destinados à transição do antigo selo ao novo, quanto ao seu uso e aos aspectos financeiros;
- Orientação por telefone e via eletrônica relativamente às alterações ocorridas no uso do selo de fiscalização;
- Divulgação do CNCGJ, do Manual do selo de fiscalização, legislação e demais normatizações pela via eletrônica – portal da Vice-Corregedoria;

- Controle de aquisição e distribuição e arrecadação pela venda dos selos de fiscalização às serventias. As atividades próprias dessa atribuição encontram-se especificadas nos Quadros 4 e 5 do Apêndice 1, e nos Gráficos 5 e 6 do Apêndice 2 deste relatório;

- Aquisição de 205 microcomputadores destinados às escritanias de paz de baixa rentabilidade, a fim de incluí-las na era digital, contribuindo para uma maior eficiência na prestação dos serviços extrajudiciais;
- Respostas às consultas das serventias e dos cidadãos em geral, por meio eletrônico (cgjduviextra@tj.sc.gov.br);
- Elaboração de estudos, lavratura de pareceres técnicos e instrução de processos;
- Elaboração de projeto de reestruturação da Vice-Corregedoria, com o pedido de criação de estrutura e cargos destinados ao bom e fiel funcionamento dos serviços da Corregedoria Geral da Justiça com relação à área extrajudicial.

2.7 ATIVIDADES DA ESCRIVANIA CORREICIONAL

A Escritania Correicional iniciou o ano de 2007 tendo como integrantes os escrivães correicionais: Márcio Leandro Carvalho de Cesaro e Perla Maria Fusinato Schappo. Em junho, em substituição ao escrivão Márcio, assumiu o cargo Melissa Cavalca Andrade.

2. ATIVIDADES

A participação das escrivães correicionais ocorreu nos quatro núcleos existentes na Corregedoria.

2.7.1 De orientação

- Respostas a consultas recebidas por e-mail: 285 (duzentas e oitenta e cinco);
- E-mails enviados relativos ao Mutirão de Sentenças: 1.043 (um mil e quarenta e três);
- Respostas a consultas efetuadas por telefone: 250 (duzentas e cinquenta) aproximadamente;
- Resposta a consultas feitas pelo Pandion: 30 (trinta) aproximadamente;
- Participação como palestrante no curso de preparação dos novos juízes;
- Participação como palestrante no “I Encontro dos Escrivães Judiciais”, organizado pela Academia Judicial;
- Participação na escolha dos temas para o “I Encontro dos Distribuidores Judiciais”, organizado pela Academia Judicial;
- Participação no “I Encontro dos Oficiais de Justiça”, organizado pela Academia Judicial;
- Participação na escolha dos temas para o “I Encontro dos Comissários da Infância e Juventude”, organizado pela Academia Judicial.

2.7.2 De planejamento e de projetos

- Participação na elaboração de estudos para edição de provimentos, circulares e atos normativos internos da Corregedoria;
- Participação em reuniões tratando:

- a. do cronograma de viagens do Núcleo III, para realização de inspeções correicionais e apoio operacional;
- b. da implementação da central de cobrança de custas;
- c. da padronização e definição de procedimentos para as rotinas cartoriais;
- d. de alterações e adaptações no sistema SAJ/pg;
- e. de temas referentes ao Mutirão de Sentenças e Despachos;
- f. dos custos com correio – possibilidade de redução dos gastos do Tribunal de Justiça com correio – utilização correta dos ARs-MP, AR e sedex;
- g. do FUNAD e FUNPEN – possibilidade dos recolhimentos serem feitos pelo Tribunal, nos mesmos moldes que tem sido feito o recolhimento dos valores retidos do Imposto de Renda;
- h. do Tribunal Regional Eleitoral – possibilidade das informações de condenação serem feitas eletronicamente;
- i. dos processos suspensos – definição de que os processos suspensos não mais figuram como processos em andamento no SAJ/pg.

2.7.3 De inspeção

No trabalho de campo as escrivães desenvolveram suas atividades com base nos seguintes vetores de atuação:

2. ATIVIDADES

- análise preliminar do perfil da vara a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorial;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos de processos;
- orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades;
- consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições destacadas;
- monitoramento dos resultados das atividades de inspeção nas unidades;
- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

As escrivães acompanharam os Juízes-Corregedores do Núcleo III nas atividades de inspeção correicional e apoio operacional nas seguintes unidades:

MÊS	DATAS	COMARCA	ATIVIDADE
Fevereiro	13 a 16	Taió	Inspeção
Fev/Março	26 a 16	Joinville (Varas Cíveis e Faz. Pública)	Insp. e Apoio
Abril	10 a 12	São João Batista	Inspeção
Abril	25	Joinville (Inf. Juv.)	Inspeção
Mai/Jun	07 a 06	São José (2ª Vara Cível)	Inspeção
Mai	07 a 11	Criciúma (1ª Vara Criminal)	Inspeção
Mai	21 a 01	Itajaí (1ª Vara Criminal)	Insp. e Apoio
Mai	11 a 15	Itajaí (2ª Vara Criminal)	Insp. e Apoio
Junho	02 a 06	Orleans	Insp. e Apoio
Julho	10 a 13	Santa Cecília	Inspeção
Julho	16 a 20	Trombudo Central	Apoio
Agosto	06 a 17	Joinville (1ª e 4ª Vara Cível)	Apoio
Agosto	21	Blumenau (5ª Vara Cível)	Inspeção
Agosto	22	Capital (Norte da Ilha)	Inspeção
Ago/Set	27 a 06	Joinville (JEC)	Apoio
Setembro	03 a 06	Lages (3ª Vara Cível)	Inspeção
Setembro	17 a 21	Santa Cecília	Apoio

2. ATIVIDADES

Outubro	08 a 11	Videira (todas)	Inspeção
Outubro	15 a 19	Maravilha	Insp. e Apoio
Out/Nov	29 a 01	Itapoá	Insp. e Apoio
Novembro	19 a 23	Chapecó	Insp. a Apoio
Novembro	26	Lages (Vara da Faz. Pub., Exec. Fisc, Ac. Trab. e Reg. Pub.)	Inspeção

2.7.4 De revisão do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça

Participação na elaboração de atos normativos para atualização do CNCGJ.

2.7.5 Diversas

- Assessoramento dos Juízes-Corregedores e do Juiz de Direito de Segundo Grau Jaime Ramos na instrução de processos disciplinares, no âmbito judicial e extrajudicial, notadamente na tomada de depoimentos nas Comarcas de Lages, Catanduvas, Joaçaba, Tubarão e Laguna;

- Assessoramento do Juiz de Direito de Segundo Grau José Carlos Karsten Koeller na instrução de processos criminais de competência do Tribunal de Justiça;

- Participação da elaboração da minuta do provimento que regulamentou o Mutirão de Sentenças de 2007;

- Mutirão de Sentenças: a atividade da escrivania correicional no Mutirão de Sentenças 2007 foi a de secretariar o Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Newton Trisotto, e a Juíza-Corregedora Dra.

Soraya Nunes Lins, especificamente no controle das unidades participantes do Mutirão de Sentenças, dos juízes participantes do Mutirão, do acervo de processos deslocado no Estado, com a anotação no número dos lotes de cargas do SAJ.

Destinação para as comarcas de processos encaminhados à CGJ. Verificação e análise da situação das comarcas referentes aos processos conclusos há mais de 90 dias, estabelecendo contato com juízes e assessores, quando necessário. E, ainda, organização dos documentos referentes ao pagamento da gratificação aos juízes participantes do Mutirão de Sentenças.

2.8 ATIVIDADES DA ASSESSORIA CORREICIONAL

- Apoio na elaboração dos pareceres e dos estudos afetos aos processos e projetos dos Núcleos I e II;

- Auxílio às Inspeções Correicionais e Apoios Operacionais realizados pelo Núcleo III;

- Auxílio às Inspeções Correicionais realizadas pelo Núcleo IV.

2. ATIVIDADES

2.9 ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

As atividades são aquelas próprias das atribuições definidas no art. 30 do RICGJ. Nos Quadros 1 a 3 do Apêndice 1 e nos Gráficos 1 a 4 do Apêndice 2 deste relatório encontram-se especificadas as atividades realizadas.

2.10 ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

As principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária estão abaixo indicadas:

- Finalização da primeira etapa do sistema de estatística, desenvolvido em parceria com a empresa Softplan, o qual foi disponibilizado, em caráter experimental, a todos os magistrados e escrivães do Estado, que podem acessar os principais relatórios estatísticos da sua e de outras unidades judiciárias;

- Apresentação, para análise pelo Corregedor Geral da Justiça, de proposta de modificação no cálculo da produtividade dos magistrados do primeiro grau de jurisdição. Tendo em vista o Ato Regimental 72/2005, do Tribunal Pleno, e a adoção do SAJ/Estatística como ferramenta de trabalho por parte da Corregedoria, foi proposta a reformulação nos critérios de agrupamento das sentenças, decisões e audiências realizadas, bem como a contabilização de todos os despachos proferidos;

- Participação no II Encontro da Rede Infoseg (Rede de Informações de Segurança Pública e Justiça), realizado em Brasília/DF, no período de 01 a 03 de outubro. No encontro foi discutida e aprovada a proposta de integração das informações sobre condenações e mandados de prisão provenientes do Judiciário Catarinense com a Rede (internet), através do sistema de comunicação atualmente existente na Secretaria de Segurança Pública de Defesa do Cidadão do Estado de Santa Catarina.

Também foram apresentados os principais aperfeiçoamentos introduzidos na Rede, como por exemplo: disponibilização de acesso às informações da Receita Federal, com pesquisa do CPF e CNPJ, que permitirá o cruzamento das informações das pessoas jurídicas (proprietários, sócios e a respectiva participação acionária); início da estruturação de um banco nacional de Identificação Civil, que já conta com as informações do Estado do Rio de Janeiro e, em breve, incluirá Santa Catarina e mais três Estados; melhoria na segurança do sistema, com nova blindagem do site, reformulação do teclado virtual e melhor definição nos perfis dos usuários; modificação no leiaute da página etc.;

- Continuidade do trabalho de integração entre a Corregedoria/Tribunal e a Secretaria de Segurança Pública (SSP/SC) e o CIASC, acerca do banco de mandados de prisão ativos. Visando corrigir problemas constatados

2. ATIVIDADES

no banco de mandados de prisão do CIASC/SSP. Realizamos três reuniões técnicas (final de dez/06; maio/07 e outubro/07), nas quais foi apresentada e aprovada a proposta de atualizar a base de dados da SSP/SC através do sistema da CGJ. A Assessoria de Informática desta CGJ já disponibilizou os registros necessários, restando apenas a adequação do sistema por parte da SSP/CIASC;

- Participação do Chefe da Divisão, na qualidade de palestrante, no I Encontro de Escrivães, coordenado pela Academia Judicial e realizado no dia 31 de julho. Na oportunidade, foram apresentados e debatidos os seguintes assuntos: sistemas Detranet, Pro-3 e Infoseg (cadastro e gerenciamento de usuários, consultas); SAJ/Estatística (acesso, principais consultas e tipos de relatórios); esclarecimentos adicionais acerca da alimentação do SAJ/pg nas informações que repercutem na Corregedoria.

- Revisão das informações relativas aos mandados de prisão ativos, constantes do Sistema de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências. Em virtude de deficiência na alimentação do SAJ/pg, que ocasionou o acúmulo de aproximadamente 20.000 mandados em aberto no sistema da Corregedoria, expediu-se o Ofício-circular nº 09, de 22/02/2007, juntamente com as instruções complementares acerca do correto

procedimento relativo ao SAJ/pg, efetuando-se a correção do problema.

- Fornecimento de informações estatísticas ao Conselho Nacional de Justiça para composição do banco de “Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário Brasileiro”;
- Confecção e manutenção das planilhas com as atividades judicantes dos magistrados e remessa a eles;
- Controle e atualização, na intranet/internet, dos bancos de dados, com informações sobre as comarcas/varas (quadro das circunscrições, endereços, telefones, municípios, distritos, movimento forense etc.);
- Desenvolvimento, em conjunto com as Assessorias de Informática e Informática Jurídica, de relatório eletrônico, a ser preenchido diretamente na intranet, para a coleta das informações acerca dos estabelecimentos penais;
- Organização e repasse, ao Tribunal Pleno, de informações referentes aos processos de promoção, remoção e opção de magistrados (Ato Regimental 72/05), por meio de relatórios de produtividade, neles incluídos os dados relativos às médias de produtividade das comarcas e das varas semelhantes àquela em que o magistrado atuou, observada a especificidade da unidade;
- Cadastro de usuários e controle de acessos autorizados aos sistemas Detranet, Infoseg, Pro-3 e Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências.

2. ATIVIDADES

Apresenta-se a seguir a estatística das atividades desenvolvidas por esta Divisão durante este ano:

- Mapas estatísticos processados ou digitados: 6.720 (seis mil setecentos e vinte);
- Mapas estatísticos auditorados: 164 (cento e sessenta e quatro);
- Mapas estatísticos regeados (correção de problemas – acertos em virtude do mutirão): 498 (quatrocentos e noventa e oito);
- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 88 (oitenta e oito);
- Relatórios de promoção/remoção/opção (juízes inscritos – não considerados quando inscritos em mais de um processo para a mesma pauta): 316 (trezentos e dezesseis);
- Registros de antecedentes criminais captados via SAJ: 22.888 (vinte e dois mil oitocentos e oitenta e oito*);
- Registros de ocorrências da Lei 9.099/95 captados via SAJ: 19.401 (dezenove mil quatrocentos e um*);
- Registros de processos suspensos captados via SAJ: 9.520 (nove mil quinhentos e vinte*);
- Registros de mandados de prisão captados via SAJ: 23.711 (vinte e três mil setecentos e onze*);
- Fornecimento de Certidões de antecedentes: 629 (seiscentos e vinte e nove);
- Registro e arquivo de inspeção de cadeias públicas: 75 (setenta e cinco);

- Despachos em processos diversos: 52 (cinquenta e dois).

Os números assinalados com asterisco (*) indicam, além das novas inclusões, as diversas alterações verificadas: atualizações de dados pessoais (CPF, RG, endereços, número antigo do processo); informações sobre a extinção da punibilidade; revogação/suspensão de mandados de prisão etc. Ressalta-se, ainda, que a grande quantidade de mandados de prisão importados se deve ao acerto efetuado no banco de dados (Ofício Circular nº 09/07).

Os dados referentes ao movimento forense da Justiça de Primeiro Grau e às Casas da Cidadania constam dos Quadros 7 e 8 do Apêndice 1, e dos Gráficos 8 a 11 do Apêndice 2.

2.11 ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS

2.11.1 Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: consultas sobre valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao

2. ATIVIDADES

Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; atualização de cálculos judiciais, utilização do SAJ/CTS; incidência e retenção de imposto de renda; auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas etc.;

- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registrais de Imóveis, Civis e de Títulos e Documentos; Fundo de Reaparelhamento da Justiça; orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;

- Uso da tabela de atualização monetária disponível no site da Corregedoria Geral da Justiça.

2.11.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 51 (cinquenta e um) pareceres em processos;

- 19 (dezenove) pareceres envolvendo cálculos.

2.11.3 Atendimento a consultas por e-mail ou fac-símile e telefone

- 2.197 (dois mil cento e noventa e sete) e-mails;

- 32 (trinta e dois) faxes;

- 3.170 (três mil cento e setenta) telefonemas.

2.11.4 Atendimento pessoal

- 83 (oitenta e três) pessoas atendidas.

2.11.5 Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Atualização do Manual do Contador Judicial;

- Participação da Assessoria no 1º Encontro dos Contadores Judiciais e no 1º Encontro dos Distribuidores;

- Participação nas reuniões acerca da cobrança do selo de fiscalização, Fundo de Reaparelhamento da Justiça, sistema de distribuição de títulos, criação da Gerência de Custas, implementação do novo sistema de Custas e Cálculo Processual (CCP);

- Capacitação dos servidores da contadoria da Comarca da Capital;

- Estudos de medidas para a não-evasão de receitas;

- Estudos para integração do SAJ/pg e SAJ/Custas com o Sistema de Administração Tributária (SAT) da Secretaria da Fazenda Estadual;

- Participação nas forças-tarefas realizadas nas Comarcas de Pomerode e Itapema;

- Estudos para implementação de custas judiciais na internet;

- Elaboração de “perguntas e respostas” sobre imposto de renda e custas judiciais.

2. ATIVIDADES

2.11.6 Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça.

2.12 ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E DE INFORMÁTICA JURÍDICA

Durante o ano de 2007, além da continuidade dos projetos iniciados nos anos anteriores e do suporte técnico de todo o parque computacional desta Corregedoria, foram realizados novos trabalhos em todos os setores da CGJ, procurando atender, em um primeiro momento, às demandas emergenciais. Dentre elas cabe ressaltar:

2.12.1 Site da Corregedoria Geral da Justiça

Foram ampliados os conteúdos e seções do site para dar continuidade ao atendimento das necessidades dos usuários internos e externos. Dentre as novas informações, destacam-se:

- Jurisdição Delegada;

- Mutirão de Sentenças 2007;
- Portal de Peritos;
- Atualização Monetária;
- Programa DNA;
- Infoseg;
- Código de Normas em HTML revisado;
- Solicitação de GRJ;
- Intranet da CGJ com as seguintes áreas:
 - Divisão Judiciária
 - Assessoria de Custas
 - Legislação
 - Normas e manuais
 - Regimentos
 - Orientações
 - Comunicados Eletrônicos
 - Apresentações
 - Contatos
 - Lista de Escrivães

2.12.2 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA

Realizaram-se inovações nos dois módulos existentes: no Módulo Web, em linguagem Java, e no Módulo Administrativo, em linguagem Delphi. No Sistema Web foram incorporadas novas funções por solicitação das assistentes sociais e demais usuários do sistema, de modo que a aplicação se mantenha dinâmica e eficaz; no Sistema Administrativo, por sua vez, foram implementados novos relatórios gerenciais e estatísticos com capacidade de cruzamento de diversos dados, funcionando como uma ferramenta de BI (Business Intelligence).

2. ATIVIDADES

O suporte às assistentes sociais e aos juízes que operam o Sistema CUIDA continua sendo prestado.

2.12.3 Sistema Bacen Jud

Realizou-se treinamento dos usuários nas Comarcas-pólos, reforçando as orientações para operação no Sistema Bacen Jud, do Banco Central. No treinamento realizado em Fortaleza, do qual participaram dois servidores da Corregedoria, foram apresentadas por funcionários do Banco Central do Brasil as funcionalidades da nova etapa do sistema e o sistema CCS, que poderá entrar em uso, auxiliando o sistema Bacen Jud 2.0. Está prevista para final de fevereiro de 2008 a implantação da nova versão do sistema.

A assessoria tem auxiliado na função de Master do sistema e na função de suporte aos usuários, respondendo diariamente aos questionamentos encaminhados por e-mail ou telefone.

2.12.4 Sistema de Jurados Voluntários

O sistema está em pleno funcionamento. No segundo ano consecutivo, a lista de jurados foi gerada e encaminhada às unidades judiciárias respectivas para a composição do corpo de jurados.

2.12.5 Provimentos e Circulares

Foi dada continuidade na alimentação dos provimentos no banco de dados e atualizado todo o banco de circulares, de maneira que qualquer provimento ou circular possa ser encontrado no site da CGJ.

O próximo passo será a conversão de todo o acervo de ofícios-circulares, hoje em forma de imagem, para o formato de texto, o que possibilita a incorporação desses documentos em um banco com consulta a web.

2.12.6 Projeto Cadastro de Magistrados

No projeto Cadastro de Magistrados foram desenvolvidas novas ferramentas para a geração de agenda telefônica, entre outros controles internos do sistema.

2.12.7 SAJ/Estatística

O sistema SAJ/Estatística foi disponibilizado em modo de homologação para todo o Estado, visando aferir o comportamento, as funcionalidades e o teor dos dados apresentados. O projeto se encontra em fase de adequação, com a realização de diversas reuniões e ajustes no sistema. Em visitas às Comarcas-pólos, por ocasião do Projeto Mutirão de Sentenças 2007, juízes, assessores e escrivães foram capacitados para utilização do sistema. Desde então, esta Assessoria presta suporte a todo o Estado, além de participar das reuniões acerca das melhorias a serem implantadas.

2. ATIVIDADES

2.12.8 Projeto “Rol de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências”

O banco de mandados foi totalmente revisado, de modo que, dos quase 23.000 mandados, restassem 17.000 mandados ativos. Diversas manutenções foram realizadas, inclusive a correção da consulta fonética, no Sistema Administrativo (*Delphi*) para acelerar o processo de captura de novas informações.

Dois servidores da Corregedoria participaram de uma reunião de trabalho na SENASP, em Brasília/DF, com o objetivo de integrar o Poder Judiciário de Santa Catarina à Rede Infoseg. Há um projeto em estudo para a exportação das informações do Rol para a SSP/SC.

2.12.9 Sistema de Inspeção Virtual

Foram desenvolvidas duas novas versões do Sistema de Inspeção Virtual, além daquela já existente para a Corregedoria. A primeira versão é para as comarcas e a segunda para o Ministério Público.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema bem como auxílio nas inspeções correicionais.

2.12.10 Projeto de Selos

O sistema teve diversos ajustes, principalmente com o desenvolvimento de novos relatórios, assim como mudanças no processo de aquisição de selos, incorporando a possibilidade de uso do boleto. Foi

desenvolvido um controle para o pagamento de ajuda de custo e pagamento de novos tipos de atos, e foram implementados os respectivos relatórios.

Foi realizado treinamento e suporte para a nova equipe que assumiu o uso do sistema, o qual passou da Divisão Administrativa da Corregedoria para a Assessoria Correicional Extrajudicial.

2.12.11 Projeto Ressarcimento de Selos

Desenvolveu-se no Sistema Web, em linguagem Java, a solicitação de novos tipos de atos praticados pelos cartórios extrajudiciais a serem ressarcidos.

Também foram implementados no Sistema Web recursos para cadastramento de solicitações de atos gratuitos ainda não ressarcidos, para estudo de viabilidade econômica, além da solicitação de Selos de Fiscalização do tipo Isento.

Esta Assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

2.12.12 Manutenção dos Sistemas em tecnologia “M” e Ban-co de Dados Caché

Está em acompanhamento/desenvolvimento o software que gera os mapas estatísticos da área criminal. Ocorre atendimento, por demanda, às solicitações das divisões administrativa e judiciária, onde foram ajustados os seguintes sistemas: Mapas Estatísticos, Magistrados, Acompanhamento de Processos.

2. ATIVIDADES

2.12.13 Manutenção no Sistema de Cálculo de Atualização Monetária

Foram feitas inovações no Sistema Web, em linguagem Java, nas rotinas de cálculo de atualização monetária e de tabela de atualização monetária, com a possibilidade de se estabelecerem juros com datas distintas do período da atualização.

2.12.14 Projeto Banco de Peritos

O sistema foi disponibilizado à sociedade, para cadastramento – com vistas à construção de um banco de peritos – e consulta. Na fase seguinte deve ser disponibilizado aos magistrados.

2.12.15 Auxílio nas inspeções correicionais das Comarcas de Joinville e Balneário Camboriú

Estas foram algumas das atividades realizadas nas inspeções correicionais: repasse de rotinas e de informações do Sistema de Automação de Primeiro Grau (SAJ/pg), com emissão de relatórios e demais atividades relacionadas com as inspeções, cumprimento de despachos, elaboração de relações para publicação no Diário da Justiça Eletrônico, organização dos escaninhos dos cartórios, padronização das etiquetas e nomenclatura dos locais físicos com os existentes no Sistema SAJ/pg.

Ademais, houve atividades de suporte, via

rede de dados, com atendimentos dos assessores correicionais, sanando dúvidas acerca dos procedimentos no SAJ/pg, suas configurações e comportamento do sistema.

2.12.16 Configuração e instalação da Gerência de Cobrança de Custas Finais-GECOF nas Comarcas de Brusque e Palhoça

Participação da configuração e instalação do software de Gerência de Cobrança de Custas Finais – GECOF, nas Comarcas de Brusque e Palhoça, e acompanhamento das atividades relacionadas ao módulo SAJ, visando à racionalização dos trabalhos de cartório e incremento na arrecadação na receita advinda das custas finais.

Acompanhamento do planejamento e implementação da GECOF nas Comarcas de Pomerode e Itapema.

2.12.17 Emissão de relatórios estatísticos

Foram emitidos diversos relatórios (informativos e estatísticos) baseados nos dados das comarcas do Estado, gerando informações para tomada de decisões administrativas e/ou judiciais da Corregedoria.

2.12.18 Atendimento

Foram realizados atendimentos de suporte a sistemas e prestadas orientações aos usuários nos seguintes setores de trabalho:

2. ATIVIDADES

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinete dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escritania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escritanias
- Sala dos TSIs

2.12.19 Sistema de Gravação de Audiências

Foi implantado um sistema de gravação de audiência na Vara do Juizado Especial Criminal da Comarca da Capital. Mesclou-se um sistema de monitoramento e segurança junto a um sistema de gravação de áudio.

2.12.20 Sistema de Intimação por Telefone

Nas Comarcas de Joinville e Blumenau, nas varas do Juizado Especial Cível, foram instalados equipamentos de gravação de conversa telefônica para intimação pelo telefone.

2.12.21 Sistema de Controle do Mutirão de Sentenças 2007

Elaborou-se uma ferramenta que controla a remessa de lotes de carga e sentenças proferidas pelos Juízes-Cooperadores no Projeto Mutirão de Sentenças 2007. Referido software visa extrair informações por juiz, vara, comarca e período, bem como emitir relatório de inconsistências no banco.

2.12.22 Site da Vice-Corregedoria Geral da Justiça

Desenvolveu-se novo site visando ampliar a comunicação com os usuários das serventias extrajudiciais e informar acerca das atividades da Vice-Corregedoria.

2.12.23 Banco de Conhecimento

Um banco de conhecimento com diversos tipos de arquivos foi desenvolvido, permitindo o compartilhamento de documentos, busca textual com *escore*, e diversos filtros de pesquisa. O banco está sendo alimentado e será disponibilizado em breve para toda a Corregedoria.

No *site* da Corregedoria poderá ser disponibilizada uma consulta ao banco de conhecimento para auxiliar o trabalho de todas as comarcas do Estado.

2.12.24 Banco de Sentenças

Foi gerado um banco de sentenças, ainda em fase de teste, com cerca de 7.000 documentos, que possibilitarão aos

2. ATIVIDADES

magistrados e assessores consultas – por assunto, classe, tipo de sentença – sobre matérias decididas em todo o Estado.

2.12.25 Projeto de Processo Administrativo Virtual

Desenvolveu-se um protótipo de processo virtual, com recursos de movimentação processual, carga, controle de acesso, consulta. Ainda em fase de testes, este sistema necessitará ser homologado para que seja realizada a importação das informações do sistema atualmente utilizado.

2.12.26 Relatório Carcerário Eletrônico

Elaborou-se o Relatório Carcerário Eletrônico, disponibilizado no site da Corregedoria Geral da Justiça, com o objetivo de melhorar as informações coletadas nas visitas aos estabelecimentos prisionais pelos Juízes-Corregedores. Outro aspecto importante dessa ferramenta é que as informações contidas no relatório são armazenadas em banco de dados ORACLE, facilitando a emissão de relatórios estatísticos, para acompanhamento da real situação dos estabelecimentos prisionais.

2.13 ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

Esta Comissão apresenta no seu quadro de pessoal três servidoras:

- a. uma assistente social, que exerce também a função de Secretária da Comissão;
- b. uma técnica judiciária (socióloga);
- c. uma agente administrativa auxiliar (acadêmica do curso de Serviço Social – UFSC).

No seu âmbito de atuação, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção desenvolveu os seguintes projetos e atividades:

2.13.1 Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

A utilização do sistema – implantado no ano passado e que provo-cou mudanças expressivas no encaminhamento de crianças para adoção, no acompanhamento de crianças e de adolescentes já abrigados e na produção de relatórios estatísticos – foi acompanhada pela CEJA e avaliada por ocasião do Encontro Estadual de Técnicos, realizado no dia 30 de agosto, em Fraiburgo.

O sistema, já estável e incorporado na rotina de trabalho das técnicas, tem permitido a racionalização de trabalho, a facilitação na comunicação, a agilização dos encaminhamentos de crianças para adoção etc.

Com a proposta de criação de um banco de dados nacional pelo Conselho Nacional de Justiça, o sistema foi apresentado aos técnicos das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção e das Diretorias de Informática dos Tribunais de Justiça de Roraima, Pará, Espírito

2. ATIVIDADES

Santo e Paraná, objetivando tê-lo como referência para implantação em seus respectivos Estados.

2.13.2 Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Instituições de Abrigo

Dos trabalhos referentes ao acompanhamento e supervisão dos abrigos, destaca-se o desenvolvimento do “Módulo dos abrigos”, concluindo, assim, todos os módulos do CUIDA.

O módulo permitirá aos abrigos o acesso ao sistema, via *internet*, e a inserção dos dados sobre as crianças abrigadas, trabalho que hoje é realizado pela CEJA.

Com isso, espera-se que, além de agilizar as informações sobre as crianças abrigadas, seja possível estabelecer uma relação de maior integração com as instituições, as quais passam a ser, assim como os profissionais do judiciário, operadores do sistema.

2.13.3 Mutirão do Serviço Social em Jaraguá do Sul

Em razão do volume de processos afetos à competência das Varas da Infância e da Juventude e da falta de assistentes sociais, foram realizados dois mutirões na Comarca de Jaraguá do Sul, reduzindo o número de processos pendentes de estudo social.

Os mutirões ocorreram nos períodos de 9 a 27 de abril e de 7 a 18 de maio, e resultaram na conclusão de 60 (sessenta) estudos sociais.

2.13.4 Participação e colaboração da CEJA em eventos

Abaixo estão relacionados os eventos que contaram com a colaboração da CEJA:

- X Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Brasília/DF (29 e 30 de maio);
- Visita aos projetos de abrigo nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Mato Grosso do Sul, selecionados pela AMB na campanha “Mude um Destino”, na condição de avaliadora (12 a 16 de agosto);
- Encontro Estadual de Técnicos do Poder Judiciário, em Fraiburgo (30 de agosto);
- III Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Fraiburgo (31 de agosto e 1º de setembro);
- Congresso Brasileiro de Magistrados, em São Luis do Maranhão – Premiação do documentário sobre crianças em abrigo (17 e 18 de novembro);
- Seminário de Acolhimento Familiar, em Chapecó (26 e 27 de novembro).

Dentre essas atividades, destaca-se a participação no processo de seleção dos projetos nacionais inscritos na campanha da AMB “Mude um Destino”.

Os eventos realizados mobilizaram os grupos de estudos e apoio à adoção, além de técnicos, pais adotivos, interessados em adoção, autoridades municipais, juízes, promotores, entre outros, que contabilizaram aproximadamente 700 (setecentos) participantes das discussões de assuntos relacionados à infância e à juventude.

2. ATIVIDADES

2.13.5 Levantamento de dados

2.13.5.1 Sessões de Julgamento dos Pedidos de Habilitação Internacional

- 5 (cinco) sessões realizadas;
- 107 (cento e sete) processos julgados.

2.13.5.2 Adoções Realizadas

- Residentes em Santa Catarina e em outros Estados: 731 (setecentos e trinta e um);
- Estrangeiros: 60 (sessenta);
- Total: 791 (setecentos e noventa e um).

2.13.5.3 Habilitação de pretendentes à adoção

- Residentes em Santa Catarina: 2.057 (dois mil e cinqüenta e sete – 65%);
- Residentes em outros Estados: 840 (oitocentos e quarenta – 26%);
- Estrangeiros: 285 (duzentos e oitenta e cinco – 9%);
- Total: 3.182 (três mil cento e oitenta e dois).

2.13.5.4 Perfil da Criança Desejado pelos Pretendentes

- a) Quanto ao sexo:
 - Feminino: 888 (oitocentos e oitenta e oito – 28%);
 - Masculino: 217 (duzentos e dezessete – 5%);
 - Sem preferência: 2.077 (dois mil e setenta e sete – 65%);
 - Total: 3.182 (três mil cento e oitenta e dois).

b) Quanto à idade, há uma inversão no perfil desejado por estrangeiros e por brasileiros. Enquanto 81% destes aceitam adotar crianças com até 3 anos, 82% dos estrangeiros se

habilitam para a adoção de crianças com mais de 3 anos.

2.13.5.5 Entidades de Abrigo Cadastradas na CEJA

- Abrigo institucional: 72 (setenta e dois – 54%);
- Casa Lar: 35 (trinta e cinco – 26%);
- Projeto Famílias Acolhedoras: 20 (vinte – 15%);
- Casa de Passagem: 6 (seis – 5%);
- Total: 133 (cento e trinta e três).

2.13.5.6 Crianças e adolescentes abrigados

- Sexo feminino: 653 (seiscentos e cinqüenta e três – 51%);
- Sexo masculino: 641 (seiscentos e quarenta e um – 49%).

Das 1.294 (mil duzentas e noventa e quatro) crianças e adolescentes que se encontram em abrigos, 46% (quarenta e seis) por cento possuem mais de 10 (dez) anos.

2.13.5.7 Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

Criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA: 27 (vinte e sete).

2.13.6 Propostas para o ano de 2008

- Realização de seminários de capacitação das assistentes sociais do Poder Judiciário, com a abordagem de questões teórico-práticas da profissão, possibilitando a troca de experiências relacionadas ao trabalho forense;
- Organização do V Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, a ser realizado na região do Vale do Itajaí;

2. ATIVIDADES

- Organização do II Seminário Internacional da Família, Infância e Juventude;
- Organização do Encontro Regional sobre Adoção, a ser realizado em Brusque;
- Visita aos abrigos do Estado para implantação do módulo CUIDA/Abrigos;
- Continuidade dos trabalhos de acompanhamento e de supervisão das instituições de abrigo, por meio de relatórios e visitas eventuais às referidas instituições;
- Continuidade do programa de estímulo à criação de grupos de estudos e apoio à adoção, e acompanhamento das ações daqueles grupos já organizados.

realizadas entre a Corregedoria e outros setores do Tribunal de Justiça visando a melhoria dos serviços a serem prestados pelo Poder Judiciário.

2.14 ATIVIDADES DA SECRETARIA GERAL

Além das atribuições previstas nos incisos I a XXII do art. 26 do RICGJ, a Secretaria Geral desempenhou as seguintes atividades:

- suporte, tanto material quanto físico, aos Núcleos I, II, III e IV para que pudessem desempenhar satisfatoriamente suas atividades;
- interação entre as diversas diretorias do Tribunal de Justiça com a finalidade de solucionar os problemas administrativos e judiciais que aportaram na Corregedoria;
- atendimento de magistrados, advogados, servidores e público em geral para dirimir dúvidas e orientá-los nos procedimentos a serem adotados;
- participação em diversas reuniões

3. PROJETOS MUTIRÃO DE SENTENÇAS E MUTIRÃO DO JÚRI

3.1 INTRODUÇÃO

Desde o início desta gestão, a Corregedoria concentrou sua atenção no enfrentamento da causa maior da insatisfação dos brasileiros com o Judiciário: morosidade na prestação jurisdicional.

Qualquer pesquisa realizada junto à população e mesmo junto aos magistrados certamente apontará a “morosidade da Justiça”, que preferimos denominar de “morosidade do Judiciário”, como a maior das nossas deficiências, o maior dos nossos males.

A “morosidade do Judiciário” alcançou nível de crise nacional, levando os congressistas a inserir o inciso LXXVIII no art. 5º da Constituição da República, compreendido no Título que trata dos direitos e garantias fundamentais, princípio de evidente natureza programática: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Também consagra a Constituição o princípio da isonomia: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (art. 5º, caput). O Código de Processo Civil o repete; prescreve que “o juiz dirigirá o processo

conforme as disposições deste Código”, competindo-lhe, dentre outros deveres, “assegurar às partes igualdade de tratamento” (art. 125, I).

Os dois princípios citados e as orientações que emanaram do Conselho Nacional de Justiça, notadamente a de nº 1 – que “orienta as Corregedorias de Justiça quanto à adoção de medidas destinadas ao aperfeiçoamento do controle sobre o andamento processual, a fim de evitar excesso injustificado de prazos” –, levaram-nos a formular plano de trabalho, o qual denominamos “Projeto Mutirão de Sentenças 2007”, visando minimizar os danosos efeitos da crise da “morosidade do Judiciário”. No projeto foi estabelecida uma meta, dirigida a todos os magistrados de Santa Catarina: até o dia 30 (trinta) de junho do corrente ano deveriam ser despachados e julgados todos os processos conclusos anteriormente ao último dia do mês de março deste ano.

Para tanto, os juízes de direito de unidades judiciárias com pequeno movimento forense teriam de aderir ao projeto.

Objetivando difundir a idéia, foram efetuadas reuniões com os magistrados de todo o Estado, aproveitando – para que não tivessem

2. ATIVIDADES

que se afastar de suas atividades normais e de suas comarcas, e para evitar despesas – aquelas das Coordenadorias dos Magistrados. Foram realizados encontros na Capital, em São Miguel do Oeste, em Chapecó, em Joaçaba, em Lages, em Criciúma e em Blumenau, por mais de uma vez. Visitamos também as Comarcas de Armazém, Barra Velha, Biguaçu, Braço do Norte, Brusque, Camboriú, Canoinhas, Concórdia, Guaramirim, Ibirama, Ima-ruí, Imbituba, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Gaspar, Mafra, Maravilha, Navegantes, Papanduva, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São João Batista, Timbó, Tubarão, Urubici, Xaxim e Xanxerê.

A receptividade à proposta superou a mais otimista expectativa.

O projeto foi exposto ao Presidente Pedro Manoel Abreu. Com a sua adesão e a afirmação de que teria integral apoio, inclusive na definição dos magistrados que participariam, como cooperadores, do projeto, foi expedida, em conjunto, a Resolução nº 02/07 – GP/CGJ, que, reeditando mutirões que haviam sido realizados pela Corregedoria em anos anteriores, instituiu o “Projeto Mutirão de Sentenças 2007”.

A execução do projeto teve início com a expedição, em 23.08.06, do Ofício Circular nº 66/06, instando os magistrados a informarem, “em 30 (trinta) dias, os números dos autos correspondentes aos processos que se encontram para despacho/decisão/sentença

há mais de um ano e, separadamente, há mais de dois anos”.

Surpreendeu a todos, principalmente aos próprios juízes, a quantidade de processos nessa situação: aproximadamente 7.000 (sete mil) com mais de um ano de conclusão e 4.000 (quatro mil) com mais de dois anos.

Esses números despertaram os magistrados para a gravidade do problema.

Mais tarde, foi emitido o Ofício Circular nº 96/06, convidando-os a se inscreverem no “Projeto Mutirão de Sentenças 2007”. Mais de 60 (sessenta) magistrados o fizeram, indicando o número de processos que poderiam julgar até o dia 30 (trinta) de junho.

Concomitantemente com o desenvolvimento desse projeto, foi implementado o “Mutirão do Júri”, cujos resultados também serão abaixo descritos.

3.2 PRIMEIRA FASE

No lançamento do “Projeto Mutirão de Sentenças 2007”, havia no Estado 277 (duzentas e setenta e sete) unidades judiciárias, incluindo aquelas instituídas por ato administrativo.

À época, contávamos com o fato de que os juízes substitutos aprovados no último concurso estariam atuando nas circunscrições judiciárias a partir de março. Isso só veio a acontecer na segunda quinzena de junho. Por essa razão e cientes de que qualquer projeto

3. PROJETOS MUTIRÃO DE SENTENÇAS E MUTIRÃO DO JÚRI

de trabalho fundado basicamente na motivação deve ter curta duração e metas factíveis, optamos por deixar para uma segunda etapa do projeto as Comarcas de Braço do Norte, Capinzal, Joinville, Orleans, Pomerode e São Francisco do Sul, e algumas unidades das Comarcas de Blumenau e Jaraguá do Sul. Depois, verificamos que seria inviável insistir, nessa primeira etapa, em a-tender as Comarcas de Araquari, Porto Belo, Jaguaruna, Presidente Getúlio, a 1ª Vara Cível de Concórdia, a 1ª Vara Cível de Brusque e a 2ª Vara Cível de Tubarão.

Duas razões determinaram essa decisão: a) havia necessidade de ser efetuada uma reestruturação nos cartórios, mormente na Comarca de Joinville; b) se mantidas no projeto, por certo não teríamos como vencer o desafio no prazo estipulado.

Desse modo, consideramos incluídas, na primeira fase do Projeto, 239 (duzentas e trinta e nove) unidades judiciárias. Os dados e resultados seguem abaixo:

a) a primeira fase do projeto ocorreu de 1º de fevereiro a 30 de junho;

b) dele participaram, na condição de cooperadores, 127 juízes (53 titulares e 74 substitutos, incluídos os 28 recém empossados);

c) em torno de 12.700 (doze mil e setecentos) autos foram deslocados de 73 (setenta e três) unidades judiciárias para juízes de outras comarcas;

d) só na Comarca da Capital, que foi eleita

como o maior desafio a ser vencido, os juízes das Varas da Fazenda Pública, com o auxílio de outros cinco juízes, julgaram, até o dia 30 (trinta) de junho, aproximadamente 2.700 (dois mil e setecentos) processos conclusos para sentença em 30.03.07. De quatro Varas Cíveis dessa comarca foram retirados e remetidos para 46 (quarenta e seis) juízes-cooperadores por volta de 3.100 (três mil e cem) processos. Da Unidade de Direito Bancário, 718; do Juizado Cível Especial, 973; da 1ª Vara Criminal, 70.

e) em 31.03.07, havia aproximadamente 160.000 (cento e sessenta mil) processos conclusos nos gabinetes dos magistrados. Desse total restaram, em 31.07.07, apenas 6.500 (seis mil e quinhentos). A redução foi de mais de 95%;

f) dados coletados no dia 31.07.07 revelam que em 35 (trinta e cinco) unidades judiciárias incluídas na primeira etapa do “Projeto Mutirão de Sentenças 2007” não havia processos conclusos até 31.05.07; em 112 (cento e doze) havia até 50 processos; em 31 (trinta e uma), de 51 a 100; em 29 (vinte e nove), de 101 a 200. Em apenas 32 (trinta e duas) unidades judiciárias havia mais de 200 (duzentos) processos conclusos para decisão, despacho ou sentença;

g) tão-somente 33 (trinta e três) unidades judiciárias não alcançaram a meta traçada, isto é, nenhum processo concluso para despacho/decisão/sentença até 31.03.07.

Registro, ainda, que de fevereiro a

3. PROJETOS MUTIRÃO DE SENTENÇAS E MUTIRÃO DO JÚRI

junho/2006 foram prolatadas no Estado 205.800 (duzentas e cinco mil e oitocentas) sentenças, consideradas todas as unidades judiciárias; no mesmo período deste ano, 225.200 (duzentas e vinte cinco mil e duzentas). O aumento foi de aproximadamente 10%.

Também ocorreu considerável elevação do número de despachos e de decisões interlocutórias, conforme revelam os quadros abaixo:

fev a jun/06	fev a jun/07	variação bruta	média sentenças por juiz-2006	média sentenças por juiz-2007	variação por juiz
205.799	225.241	9,45%	651	727	11,57%

fev a jun/06	fev a jun/07	variação bruta	média sentenças por juiz-2006	média sentenças por juiz-2007	variação por juiz
748.714	831.506	11,06%	2.369	2.682	13,21%

fev a jun/06	fev a jun/07	variação bruta	média sentenças por juiz-2006	média sentenças por juiz-2007	variação por juiz
148.469	150.282	1,22%	470	485	3,18%

3.3 SEGUNDA FASE

Em 1º de agosto foi implementada a segunda etapa do “Projeto Mutirão de Sentenças 2007”. Registro que durante o segundo semestre deste ano o número de unidades judiciárias no Estado passou para 287 (duzentas e oitenta e sete). Os dados e resultados desta etapa estão abaixo descritos:

- a) a segunda fase do projeto ocorreu de 1º de agosto a 30 de novembro;
- b) nessa etapa, o “Projeto Mutirão de Sentenças 2007” beneficiou 42 (quarenta e duas) unidades judiciárias;
- c) dele participaram, na condição de cooperadores, 75 (setenta e cinco) juízes (56

titulares e 19 substitutos);

d) em torno de 7.075 (sete mil e setenta e cinco) autos foram deslocados de 42 (quarenta e duas) unidades judiciárias para juízes de outras comarcas;

e) em 31.07.07, havia aproximadamente 54.700 (cinquenta e quatro mil e setecentos) processos conclusos nos gabinetes dos magistrados das unidades incluídas na segunda fase do mutirão. Desse total restaram, em 30.11.07, apenas 11.200 (onze mil e duzentos) processos. A redução foi de mais de 79%.

Por derradeiro, destaco que de julho a novembro/2006 foram prolatadas no Estado

3. PROJETOS MUTIRÃO DE SENTENÇAS E MUTIRÃO DO JÚRI

213.329 (duzentas e treze mil e trezentas e vinte e nove) sentenças – excluídas aquelas prolatadas em ações da Brasil Telecom (aproximadamente 32.200); no mesmo período deste ano, 221.045 (duzentas e vinte e um mil e quarenta e cinco). O aumento foi de aproximadamente 3,6%.

3.4 PROJETO MUTIRÃO DO JÚRI

No “Mutirão do Júri”, implementado nos meses de abril a junho deste ano, foram realizadas 120 (cento e vinte) sessões nas cinco comarcas com maior incidência de crimes dolosos contra a vida: Capital, Joinville, Chapecó, Itajaí e Videira. Resultaram elas em 75 (setenta e cinco) condenações, 29 (vinte e nove) absolvições e 16 (dezesesseis) decisões de extinção de punibilidade.

Além dos magistrados titulares das varas com competência para esses processos, outros 32 (trinta e dois) aderiram ao projeto voluntariamente.

O espírito do mutirão também contagiou juízes de unidades judiciárias não compreendidas no projeto. O número de sessões do Tribunal do Júri no primeiro semestre deste ano, mais de 300 (trezentas), superou em 100% aquele do mesmo período do ano passado.

O projeto “jurado voluntário” representou, da mesma forma, inegável sucesso. Cerca de 3.000 (três mil) cidadãos se inscreveram como jurados.

É necessário destacar a cooperação do Ministério Público, que desde o primeiro momento prestou integral e fundamental apoio ao “Mutirão do Júri”.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprido destacar, primeiramente, que o “Projeto Mutirão de Sentenças 2007” foi executado sem despesas extras para o Tribunal de Justiça; não houve pagamento de diárias, gratificações e ressarcimento de gastos com combustíveis.

Como efeitos reflexos do mutirão, constatamos que hoje os juízes estão mais conscientes de que devem dedicar parte do seu tempo ao gerenciamento da unidade judiciária; estão mais conscientes de que os processos devem tramitar de forma a ser preservado o princípio do inciso I do art. 125 do Código de Processo Civil. Estão motivados, com a auto-estima mais elevada.

Na Corregedoria e na Ouvidoria houve expressiva redução da quantidade de reclamações por excesso de prazo na tramitação de processo.

Alguns juízes revelaram que também diminuíram as visitas de advogados a seus gabinetes reclamando despachos e sentenças.

Os resultados do projeto demonstram que doravante será perfeitamente possível, factível, manter a meta, ou seja, que não haja nenhum processo concluso para despacho ou para sentença por mais de 90 (noventa) dias.

4. CONCLUSÃO

Na “conclusão” do Relatório da Corregedoria Geral de Justiça do ano de 2006, disse que *“ninguém é uma ilha”* (Martin Luther King).

As atividades desenvolvidas no ano em curso por esta Corregedoria, no plano judicial e no extrajudicial, reforçam a assertiva. Reafirmamos: “A Corregedoria Geral da Justiça não teria cumprido com sucesso as atribuições que lhe são cometidas por leis e normas regulamentares se não houvesse a imprescindível e eficiente colaboração dos Juízes-Corregedores e dos servidores. Todas as tarefas que executaram são importantes. Sem a conclusão de qualquer delas, não teríamos formado o conjunto e atingido as metas traçadas”.

Pelo apoio recebido, reiteramos os nossos agradecimentos ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Pedro Manoel Abreu, e aos seus assessores diretos, Juízes Odson Cardoso Filho, Paulo Henrique Moritz Martins da Silva e Romano José Enzweiler.

De nossa parte, atuamos tendo em mente a advertência: “Não somos responsáveis apenas pelo que fazemos, mas também pelo que deixamos de fazer” (Molière). Não nos omitimos.

Por derradeiro, registramos:

a) a realidade da Justiça de Primeiro Grau em Santa Catarina é diferente daquela existente no final do ano p.p. Muito foi feito para minimizar as agruras daqueles que

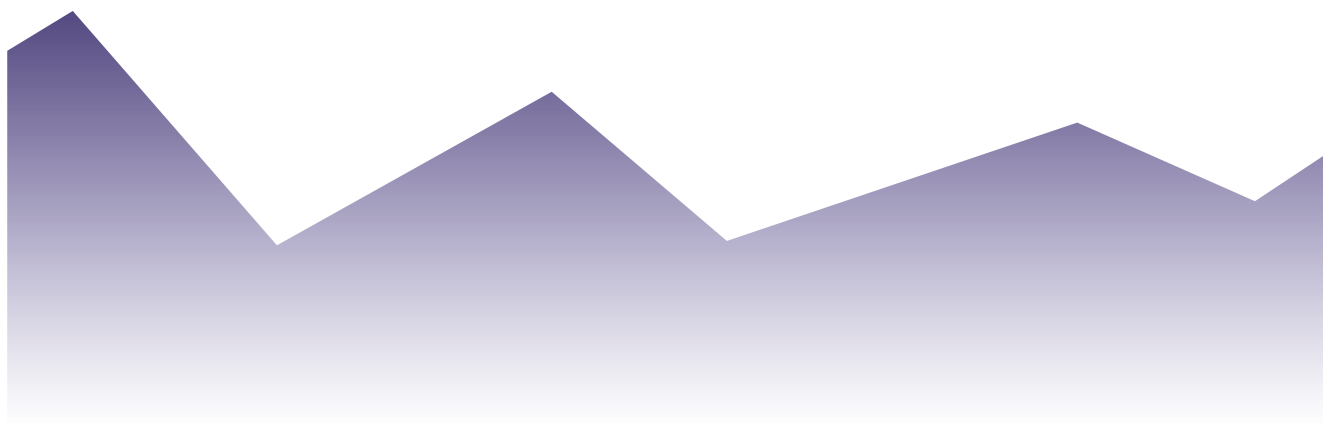
necessitam da prestação jurisdicional.

Rendemos nossas homenagens a todos os juízes de direito e substitutos, e a todos os servidores. O mérito de ter sido vencido o desafio apenas a eles deve ser atribuído;

b) jamais foi realizado um trabalho tão intenso e profícuo de fiscalização das atividades delegatórias de serviços registrares e notariais.

● CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

● ANEXOS



ANEXO 1 - QUADROS DEMOSTRATIVOS

QUADRO 1 – INSPEÇÕES JUDICIAIS

COMARCA	JUDICIAL
CAPITAL (NORTE DA ILHA)	CGJ-0866/2007
ITAJAÍ (1ª VARA CRIMINAL)	CGJ-0530/2007
ITAJAÍ (2ª VARA CRIMINAL)	CGJ-0572/2007
JOINVILLE (1ª VARA CÍVEL)	CGJ-0260/2007
JOINVILLE (3ª VARA CÍVEL)	CGJ-0273/2007
JOINVILLE (2ª VARA CÍVEL)	CGJ-0274/2007
JOINVILLE (4ª VARA CÍVEL)	CGJ-0275/2007
JOINVILLE (5ª VARA CÍVEL)	CGJ-0276/2007
JOINVILLE (1ª VARA FAZ PUB)	CGJ-0277/2007
JOINVILLE (2ª VARA FAZ PUB)	CGJ-0278/2007
LAGES (3ª VARA CÍVEL)	CGJ-0626/2007
ORLEANS	CGJ-0613/2007
SANTA CECÍLIA	CGJ-0861/2007
SÃO JOÃO BATISTA	CGJ-0822/2007
TAIÓ	CGJ-0259/2007

QUADRO 2 – INSPEÇÕES EXTRAJUDICIAIS

COMARCA/SERVENTIA	PROCESSO
ARAQUARI (Tabelionato de Notas) (**)	
ARARANGUÁ (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0365/2007
ARARANGUÁ (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0363/2007
ARARANGUÁ (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0373/2007
ARARANGUÁ (Registro Civil)	CGJ-E 0366/2007
ARARANGUÁ (Escrivania de Paz de Maracajá)	CGJ-E 0372/2007
ARMAZÉM (Escrivania de Paz de São Martinho) (*)	CGJ-E 0108/2006

ANEXO 1 - QUADROS DEMOSTRATIVOS

ASCURRA (Escrivania de Paz de Rodeio)	CGJ-E 0802/2007
BALNEÁRIO CAMBORIÚ (1º Tabelionato de Notas) (*)	CGJ-E 0163/2006
BALNEÁRIO CAMBORIÚ (Registro Civil) (*)	CGJ-E 0379/2006
BIGUAÇU (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0987/2007
BIGUAÇU (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0986/2007
BOM RETIRO (Escrivania de Paz de Alfredo Wagner)	CGJ-E 0819/2007
BOM RETIRO (Registro Civil)	CGJ-E 0818/2007
BOM RETIRO (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0821/2007
BOM RETIRO (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0820/2007
BOM RETIRO (Escrivania de Paz do Distrito de Canoas)	CGJ-E 0867/2007
BRAÇO DO NORTE (Escrivania de Paz de Rio Fortuna) (*)	CGJ-E 0109/2006
BRUSQUE (Registro Civil)	CGJ-E 0556/2007
BRUSQUE (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0555/2007
BRUSQUE (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0554/2007
CAMPO BELO DO SUL (Registro Civil e de Imóveis)	CGJ-E 0800/2007
CAMPO BELO DO SUL (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0431/2007
CAPITAL (Escrivania de Paz do 4º Subdistrito da Trindade)	CGJ-E 1011/2007
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito da Barra da Lagoa)	CGJ-E 0950/2007
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito da Cachoeira)	CGJ-E 0979/2007
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito do Pântano do Sul) (*)	CGJ-E 0626/2006
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito do Ribeirão da Ilha) (*)	CGJ-E 0241/2006
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito do Saco dos Limões) (*)	CGJ-E 0242/2006
CHAPECÓ (Escrivania de Paz do Distrito de Marechal Bormann) (**)	CGJ-E 0277/2006
CRICIÚMA (Escrivania de Paz de Siderópolis)	CGJ-E 0364/2007
GAROPABA (Escrivania de Paz de Paulo Lopes) (*)	CGJ-E 0205/2006
GARUVA (Registro Civil) (*)	CGJ-E 0649/2006
GARUVA (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0143/2007
GARUVA (Tabelionato de Notas) (*)	CGJ-E 0653/2006
GASPAR (Registro Civil)	CGJ-E 1021/2007

ANEXO 1 - QUADROS DEMOSTRATIVOS

GASPAR (Registro de Imóveis) (*)	CGJ-E 0454/2007
GASPAR (Tabelionato de Notas) (*)	CGJ-E 0453/2007
GUARAMIRIM (Registro de Imóveis) (*)	CGJ-E 0496/2005
ITAJAÍ (1º Registro de Imóveis) (*)	CGJ-E 0598/2006
ITAJAÍ (3º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0286/2007
ITAPEMA (Registro Civil)	CGJ-E 0622/2007
ITAPEMA (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0619/2007
JAGUARUNA (Registro Civil)	CGJ-E 383/2007
JAGUARUNA (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0384/2007
JAGUARUNA (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0382/2007
JARAGUÁ DO SUL (Tabelionato de Notas) (*) (**)	CGJ-E 0114/2006
JOAÇABA (1º Tabelionato de Notas) Proc. Adm. CM	CGJ-E 0087/2007
JOINVILLE (2º Registro de Imóveis)	CGJ-E 0427/2007
JOINVILLE (3º Registro de Imóveis)	CGJ-E 0429/2007
JOINVILLE (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0426/2007
JOINVILLE (3º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0425/2007
JOINVILLE (Registro Civil)	CGJ-E 0428/2007
JOINVILLE (Escrivania de Paz do Distrito de Boa Vista) (*)	CGJ-E 0249/2006
LAGES (Registro Civil)	CGJ-E 0801/2007
LAGES (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0263/2007
LAGES (3º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0218/2007
LAGES (4º Tabelionato de Notas) (*)	CGJ-E 0351/2006
LAGES (Escrivania de Paz de Painel)	CGJ-E 0262/2007
LAGUNA (Tabelionato de Notas) (**)	CGJ-E 0368/2006
PALHOÇA (Tabelionato de Notas) (*)	CGJ-E 0299/2006
PALMITOS (Registro Civil)	CGJ-E 0906/2007
PALMITOS (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0905/2007
PALMITOS (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0904/2007
PAPANDUVA (Registro Civil)	CGJ-E 1042/2007

ANEXO 1 - QUADROS DEMOSTRATIVOS

PAPANDUVA (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 1012/2007
PORTO BELO (Escrivania de Paz de Bombinhas)	CGJ-E 0119/2007
RIO DO SUL (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0505/2007
RIO DO SUL (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0496/2007
RIO DO SUL (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0499/2007
RIO DO SUL (3º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0504/2007
SÃO CARLOS (Registro Civil)	CGJ-E 0120/2007
SÃO CARLOS (Registro de Imóveis) (*) (**)	CGJ-E 0557/2006
SÃO CARLOS (Tabelionato de Notas) (*)	CGJ-E 0564/2006
SÃO FRANCISCO DO SUL (1º Registro de Imóveis)	CGJ-E 0851/2007
SÃO FRANCISCO DO SUL (2º Registro de Imóveis)	CGJ-E 0857/2007
SÃO FRANCISCO DO SUL (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0852/2007
SÃO FRANCISCO DO SUL (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0856/2007
TIJUCAS (Registro Civil)	CGJ-E 1045/2007
TIJUCAS Registro de Imóveis	CGJ-E 1054/2007
TIJUCAS (Tabelionato de Notas) (*)	CGJ-E 0077/2007
TIMBÓ (Escrivania de Paz de Benedito Novo)	CGJ-E 0774/2007
TIMBÓ (Escrivania de Paz de Rio dos Cedros)	CGJ-E 0776/2007
TIMBÓ (2º Registro de Imóveis)	CGJ-E 0775/2007
TIMBÓ (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0789/2007
TUBARÃO (2º Registro de Imóveis) (*)	CGJ-E 0462/2006
TUBARÃO (Ofício de Protesto anexado ao 2º Registro de Imóveis) (*)	CGJ-E 0460/2006
URUSSANGA Escrivania de Paz de Morro da Fumaça (**)	CGJ-E 0610/2007
URUSSANGA (Registro Civil)	CGJ-E 0584/2007
URUSSANGA (Registro de Imóveis)	CGJ-E 0586/2007
URUSSANGA (Tabelionato de Notas)	CGJ-E 0611/2007

(*) Serventias em que foram realizadas inspeções de retorno para verificação do cumprimento das determinações efetivadas pela equipe correicional.

(**) Serventias em que foram realizadas inspeções para transmissão de acervo pela equipe correicional.

ANEXO 1 - QUADROS DEMOSTRATIVOS

QUADRO 3 – ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
 (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

MÊS													
	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
ATIVIDADE													
Ofícios expedidos	217	187	356	257	386	342	268	346	289	366	326		3340
Ofícios recebidos	480	457	752	579	711	455	562	647	463	615	434		6155
Circulares	1	5	5	3	2	0	4	3	1	3	3		30
Portarias	1	8	36	3	4	13	86	3	4	12	2		172
Provimentos	0	0	2	0	2	0	0	1	3	1	1		10
Processos autuados	54	46	114	105	92	99	93	129	102	99	94		1027
Processos encerrados	49	37	71	92	63	61	49	1	29	33	42		527
Processos ativos	5	9	43	13	29	38	44	128	73	66	52		500
Processos digitalizados	26	29	15	89	89	92	117	0	54	61	48		620
Ofícios Circulares	3	7	13	11	15	6	11	12	12	23	11		124

ANEXO 1 - QUADROS DEMOSTRATIVOS

QUADRO 4 – ACOMPANHAMENTO DOS SELOS DE FISCALIZAÇÃO
(NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO IV)

MÊS	SELOS ISENTOS	SELOS NORMAIS	SELOS NORMAIS DE 2 ATOS	SELOS NORMAIS DE 4 ATOS	SELOS ISENTOS DE 2 ATOS	SELOS D.U.T.	SELOS DE ESCRITURA COM VALOR	TOTAL
jan	598.416	1.079.808	14.976	1440	5.280			1.699.920
fev	391.680	502.512	9.552	1.488	2.880	52416	22.560	983.088
mar	231.552	990.240	19.488	2.304	1.200	86.544	41.952	1.373.280
abr	151.008	1.055.280	11.904	1.776	960	44.736	7.056	1.272.720
mai	147.984	1.307.712	15.696	432	960	50.080	9.600	1.532.464
jun	164.880	1.195.296	24.912	2.064	720	55.536	9.072	1.452.480
jul	156.000	1.333.872	21.888	1.440	960	53.184	10.128	1.577.472
ago	128.304	1.505.712	26.592	11.808	240	57.504	11.040	1.741.200
set	103.488	1.237.872	23.280	9.264	0	41.280	9.984	1.425.168
out	165.840	1.450.224	26.736	6.768	960	67.824	9.744	1.728.096
nov	92.832	1.435.584	39.648	5.808	240	58.368	10.272	1.642.752
dez								
TOTAL	2.331.984	13.094.112	234.672	44.592	14.400	567.472	141.408	16.428.640

ANEXO 1 - QUADROS DEMOSTRATIVOS

QUADRO 5 – RESSARCIMENTOS
(NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO IV)

MÊS	NASC.	ÓBITOS	NATI-MORTO	CERTIDÃO 2ª VIA	HABILITAÇÃO DE CASAMENTO	CERTIDÃO TABELIONATO NOTAS	CERTIDÃO REGISTRO DE IMÓVEIS	CERTIDÃO TÍTULO DOCUMENTO	CERTIDÃO PESSOA JURÍDICA	TOTAL DE ATOS	VALOR RESSARCIMENTO
jan	7.680	2.503	61	1.124	51	59	1.528	2	31	13.039	R\$ 332.461,60
fev	6.885	2.205	56	1.257	91	37	1.403	3	33	11.970	R\$ 304.701,19
mar	8.032	2.604	50	1.836	77	34	1.428	7	76	14.144	R\$ 354.869,14
abr	7.021	2.439	68	1.910	190	62	1.558	14	51	13.313	R\$ 335.152,50
mai	7.234	2.767	104	2.256	436	59	1.414	16	92	14.378	R\$ 385.584,64
jun	7.305	2.818	38	1.898	291	36	900	22	104	13.412	R\$ 363.525,84
jul	7.139	3.144	86	2.446	698	113	1.511	29	147	15.313	R\$ 428.565,84
ago	7.060	3.141	47	2.421	397	44	1.332	62	158	14.662	R\$ 386.290,94
set	6.286	2.487	60	2.621	650	47	1.617	22	136	13.926	R\$ 377.634,98
out	5.657	2.422	43	3.042	714	11	952	1	115	12.957	R\$ 364.447,87
nov											
dez											
TOTAL	70.299	26.530	613	20.811	3.595	502	13.643	178	943	137.114	R\$ 3.633.234,54

ANEXO 1 - QUADROS DEMOSTRATIVOS

QUADRO 6 – AJUDA DE CUSTO

(Valor x mês)

(NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO IV)

Mês	Valor	Nº cartórios
jan		
fev		
mar	R\$ 48.259,20	176
abr	R\$ 88.000,00	176
mai	R\$ 88.000,00	176
jun	R\$ 88.000,00	176
jul	R\$ 153.951,80	205
ago	R\$ 103.500,00	207
set	R\$ 103.500,00	207
out	R\$ 103.500,00	207
nov	R\$ 103.500,00	207
dez		
Total	R\$ 880.211,00	

ANEXO 1 - QUADROS DEMOSTRATIVOS

QUADRO 7 – MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU
 (DIVISÃO JUDICIÁRIA)

ANO	2000	2001	2002	2003*	2004	2005	2006	2007**
Processos Iniciados - total	464.945	542.599	616.933	667.280	714.434	704.333	783.871	834.222
Execuções Fiscais Iniciadas	69.436	116.352	135.412	142.118	136.602	101.933	132.055	123.764
Iniciados SEM Execuções	395.509	426.247	481.521	525.162	577.832	602.400	651.816	710.458
Processos Encerrados - total	377.205	412.812	514.959	550.014	565.341	648.175	787.952	844.415
Execuções Fiscais Encerradas	61.736	51.785	84.123	89.987	81.688	88.502	104.927	143.348
Encerrados SEM Execuções	315.469	361.027	430.836	460.027	483.653	559.673	683.025	701.067
Processos Julgados - total	305.556	302.947	378.885	385.996	412.680	465.628	580.244	578.896
Execuções Fiscais Julgadas	64.570	46.747	86.175	70.788	77.236	92.492	110.014	107.768
Julgados SEM Execuções	240.986	256.200	292.710	315.208	335.444	373.136	470.230	471.128
Em Andamento final do ano - total (*)	839.081	987.981	1.114.686	1.408.976	1.634.389	1.722.546	1.769.731	1.820.645
Execuções Fiscais em Andamento	275.897	328.167	381.478	513.020	586.379	614.827	662.419	660.188
Execuções Fiscais em Andamento	563.184	659.814	733.208	895.956	1.048.010	1.107.719	1.107.312	1.160.457

(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAJ/PG

(**) Dados reais até o mês de outubro/2007. Os valores relativos aos meses de novembro e dezembro/2007 foram projetados.

ANEXO 1 - QUADROS DEMOSTRATIVOS

QUADRO 8 – ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	TOTAL DE PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS
ABELARDO LUZ	IPUAÇU	0	0	
ABELARDO LUZ	OURO VERDE	83	18	22%
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	44	27	61%
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	115	68	59%
ASCURRA	ASCURRA	478	326	68%
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	162	124	77%
BRUSQUE	BOTUVERÁ	27	19	70%
CAÇADOR	RIO DAS ANTAS	111	59	53%
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	290	103	36%
CAMPO BELO DO SUL	CAPÃO ALTO	54	21	39%
CAMPO BELO DO SUL	CERRO NEGRO	71	58	82%
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	110	71	65%
CAPINZAL	IPIRA	111	78	70%
CAPINZAL	LACERDÓPOLIS	23	18	78%
CAPINZAL	OURO	23	14	61%
CAPINZAL	PIRATUBA	191	130	68%
CATANDUVAS	CATANDUVAS	156	69	44%
CATANDUVAS	JABORÁ	141	38	27%
CATANDUVAS	VARGEM BONITA	65	45	69%
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	57	40	70%
CRICIÚMA	PRÓSPERA	103	12	12%
CRICIÚMA	RIO MAINA	152	40	26%

ANEXO 1 - QUADROS DEMOSTRATIVOS

CRICIÚMA	CRICIÚMA	247	35	14%
CURITIBANOS	CURITIBANOS	0	0	
DIONÍSIO CERQUEIRA	PALMA SOLA	153	30	20%
FRAIBURGO	FRAIBURGO	234	114	49%
FRAIBURGO	MONTE CARLO	139	110	79%
GARUVA	GARUVA	195	50	26%
GASPAR	ILHOTA	76	20	26%
HERVAL D'OESTE	ERVAL VELHO	38	12	32%
IBIRAMA	JOSÉ BOITEUX	14	6	43%
INDAIAL	INDAIAL	395	243	62%
ITUPORANGA	IMBUIA	53	37	70%
ITUPORANGA	LEOBERTO LEAL	0	0	
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	21	13	62%
ITUPORANGA	PETROLÂNDIA	22	14	64%
JOAÇABA	ÁGUA DOCE	123	95	77%
JOAÇABA	JOAÇABA	96	23	24%
JOAÇABA	LUZERNA	6	2	33%
JOAÇABA	TREZE TÍLIAS	25	16	64%
LAGES	FACVEST	0	0	
MARAVILHA	IRACEMINHA	240	110	46%
MARAVILHA	MARAVILHA	0	0	
PINHALZINHO	SAUDADES	28	15	54%
PRES. GETÚLIO	DONA EMMMA	122	50	41%
PRES. GETÚLIO	PRESIDENTE GETÚLIO	250	97	39%
PRES. GETÚLIO	VITOR MEIRELES	82	44	54%
PRES. GETÚLIO	WITMARSUM	152	90	59%
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	12	12	100%

ANEXO 1 - QUADROS DEMOSTRATIVOS

QUILOMBO	IRATI	4	4	100%
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	153	64	42%
RIO DO OESTE	LAURENTINO	71	25	35%
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	0	0	
RIO DO SUL	AGRÔNÔMICA	52	32	62%
RIO DO SUL	AURORA	23	12	52%
RIO DO SUL	LONTRAS	120	61	51%
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	6	1	17%
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	112	50	45%
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	149	127	85%
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	21	29	
SÃO MIGUEL DO OESTE	SÃO MIGUEL DO OESTE	841	153	18%
TAIÓ	MIRIM DOCE	42	42	100%
TAIÓ	SALETE	35	13	37%
TIJUCAS	CANELINHA	31	31	100%
TIJUCAS	TIJUCAS	860	717	83%
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	357	115	32%
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	82	34	41%
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	101	40	40%
TIMBÓ	TIMBÓ	155	96	62%
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	187	135	72%
TUBARÃO	TUBARÃO	513	143	28%
URUSSANGA	COCAL DO SUL	0	0	
TOTAIS		9205	4540	49%

ANEXO 2 - GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ACOMPANHAMENTO DE OFÍCIOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

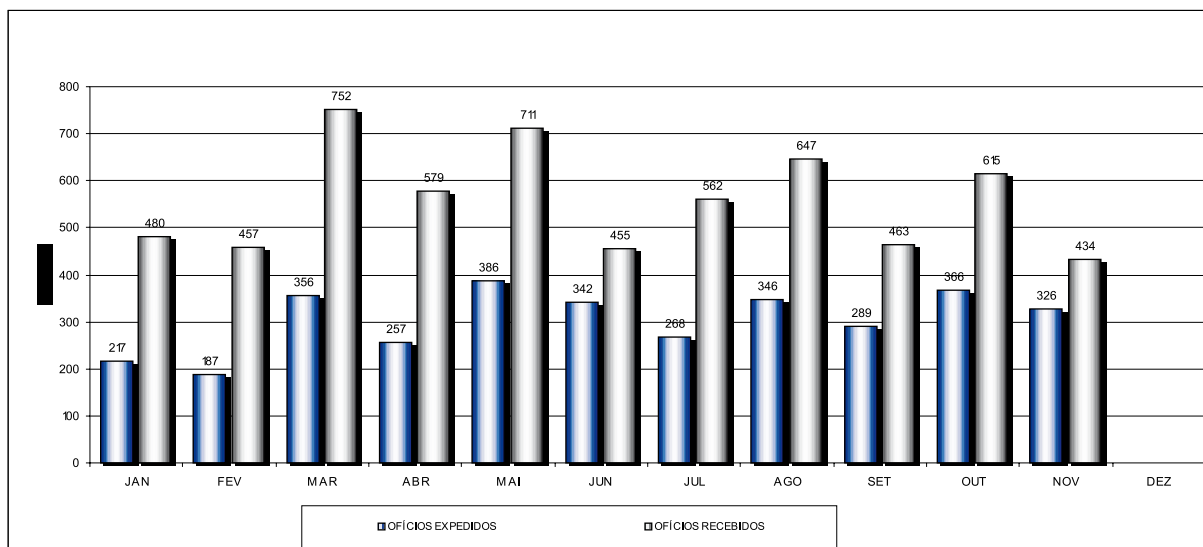
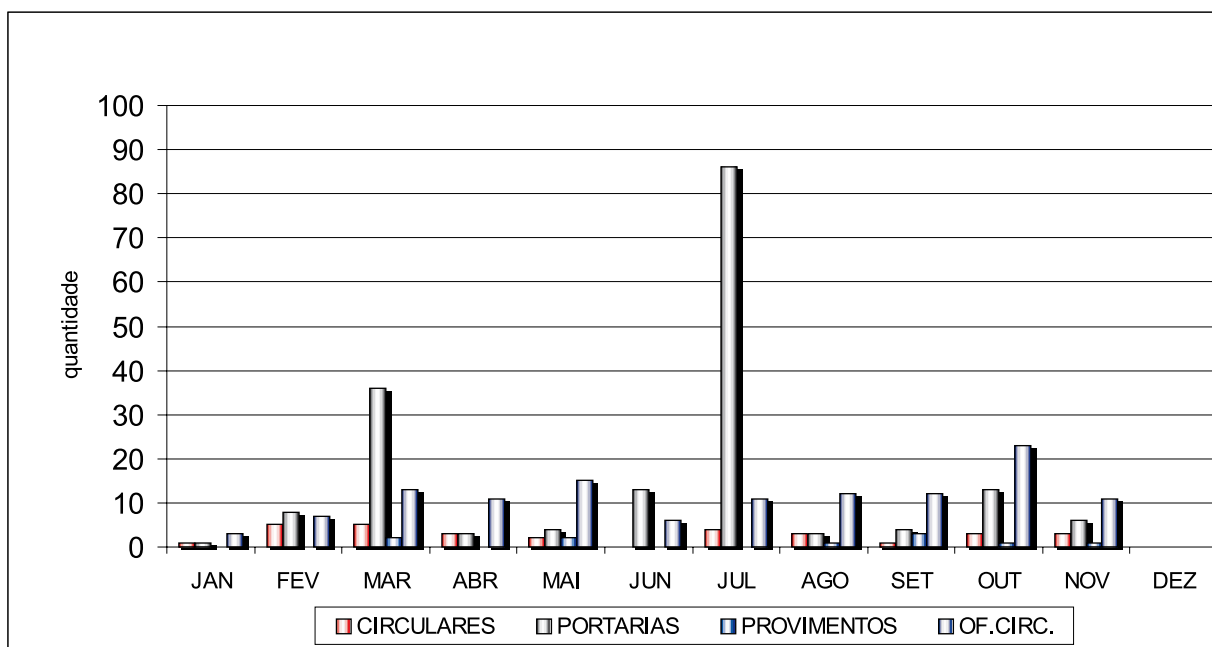


GRÁFICO 2 – ACOMPANHAMENTO DE PROVIMENTOS, CIRCULARES, PORTARIAS E OFÍCIOS CIRCULARES
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)



ANEXO 2 - GRÁFICOS

GRÁFICO 3 – ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

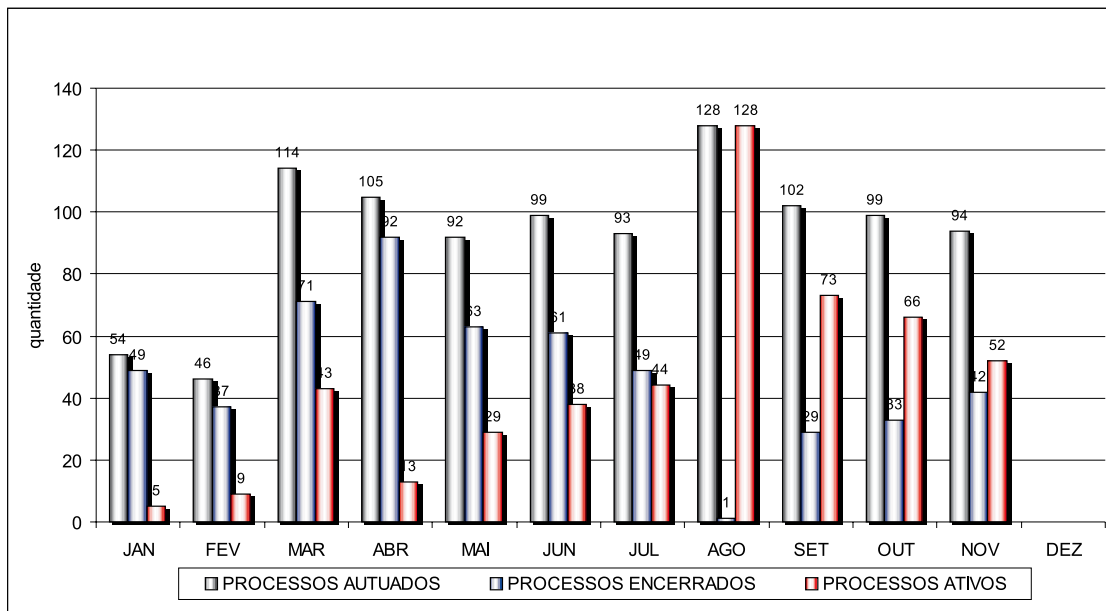
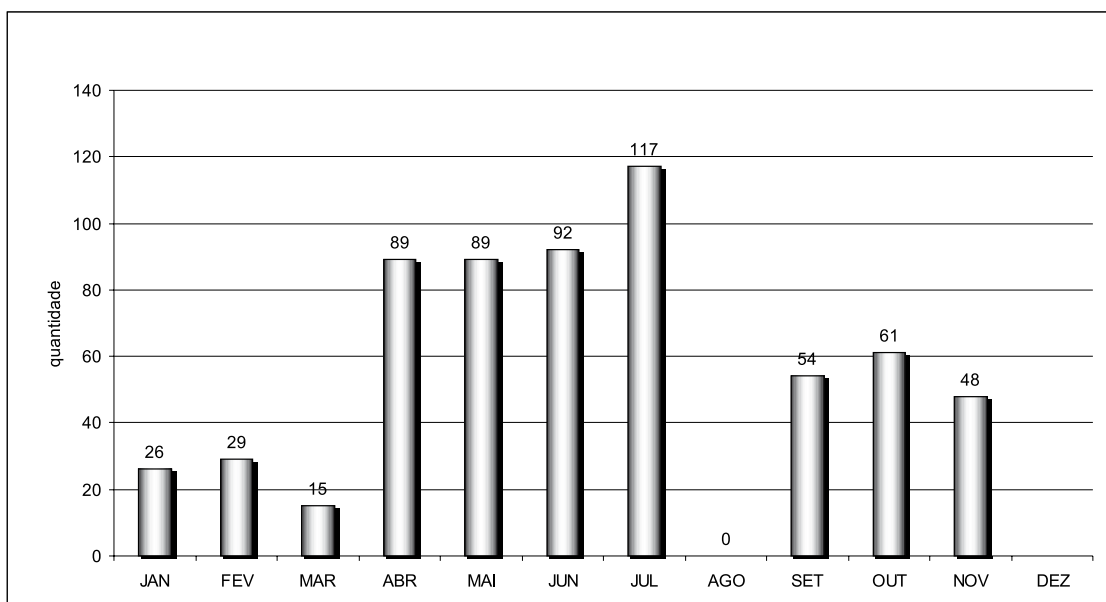
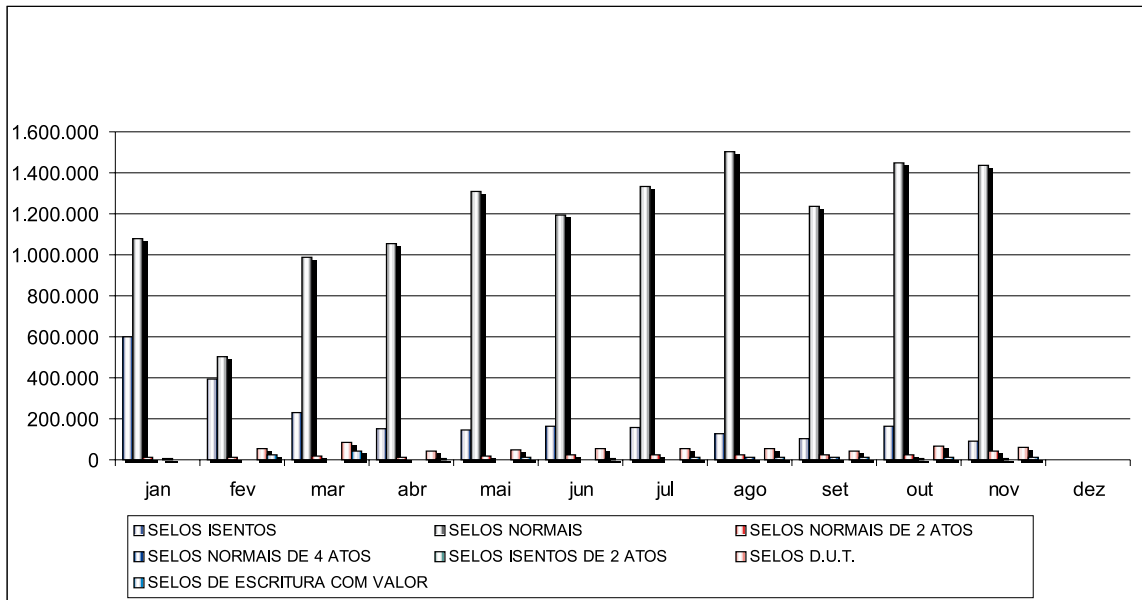


GRÁFICO 4 – ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DIGITALIZADOS
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

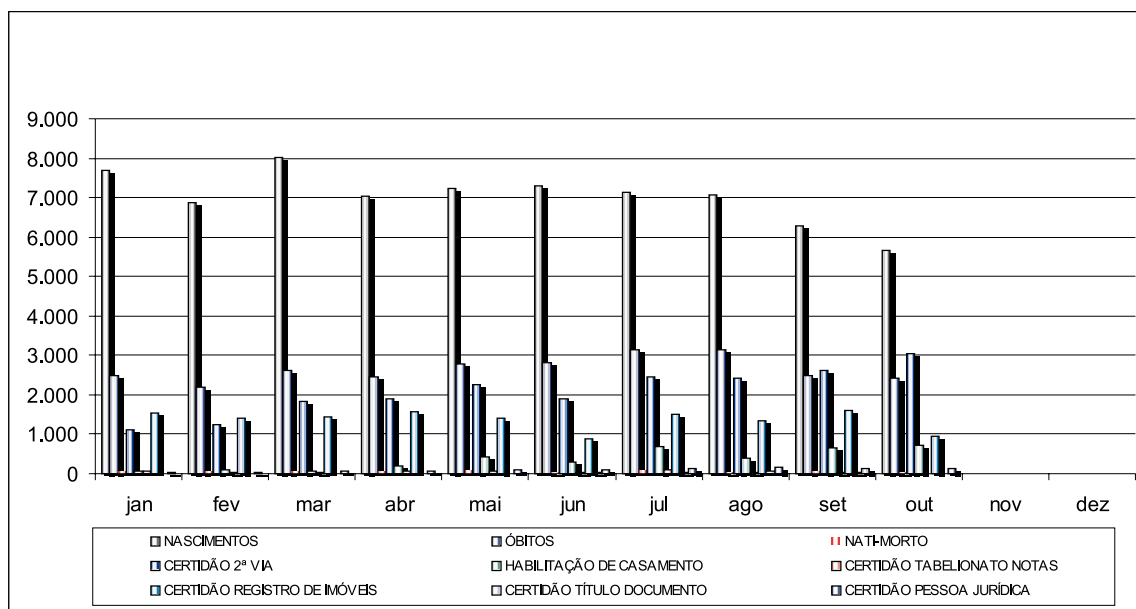


ANEXO 2 - GRÁFICOS

**GRÁFICO 5 – ACOMPANHAMENTO DOS SELOS DE FISCALIZAÇÃO
(Quantidade x mês) (NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO IV)**



**GRÁFICO 6 – RESSARCIMENTO (Quantidade x mês)
(NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO IV)**



ANEXO 2 - GRÁFICOS

GRÁFICO 7 – AJUDA DE CUSTO (Valor x mês)
(NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO IV)

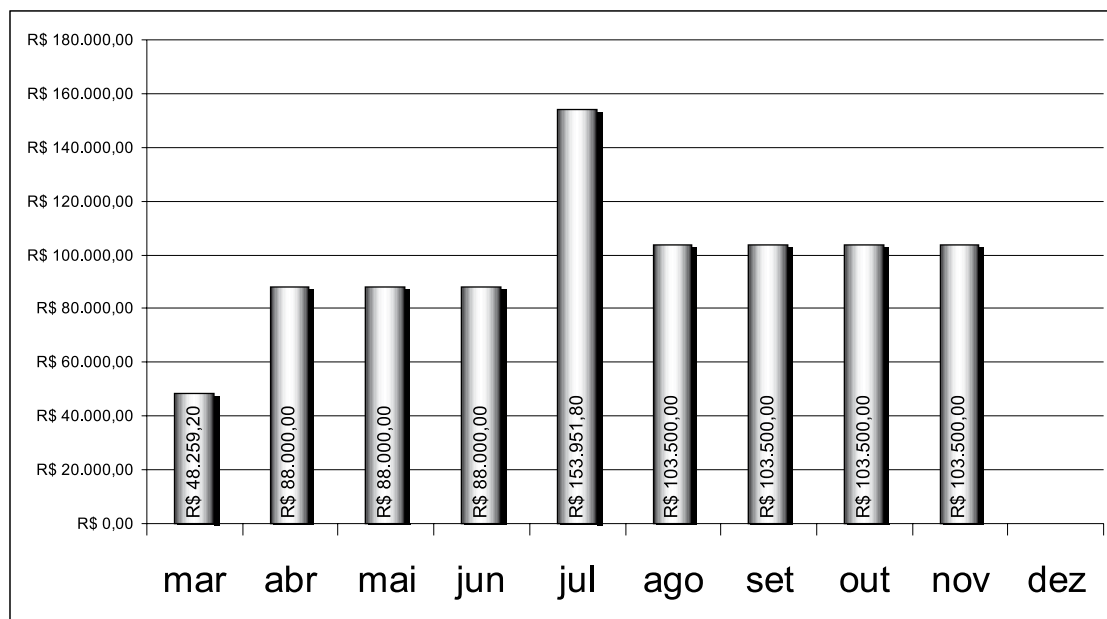
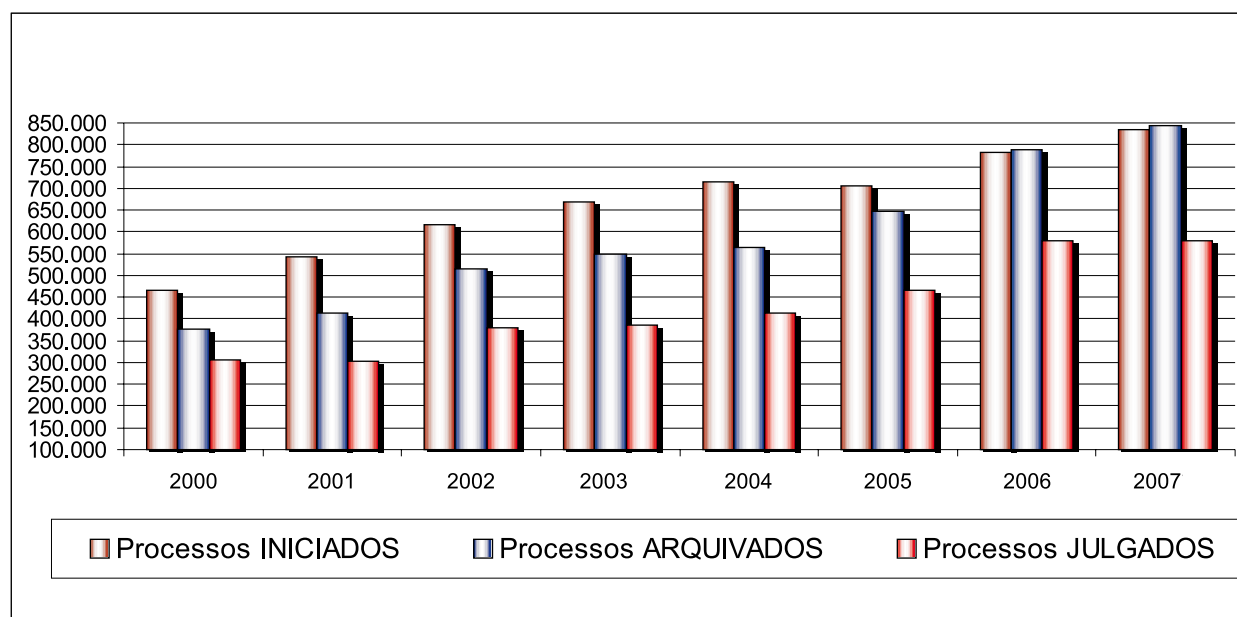


GRÁFICO 8 – MOVIMENTO FORENSE GERAL DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU – TOTAL GERAL (DIVISÃO JUDICIÁRIA)



ANEXO 2 - GRÁFICOS

GRÁFICO 9 – MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU - SEM EXECUÇÕES FISCAIS (DIVISÃO JUDICIÁRIA)

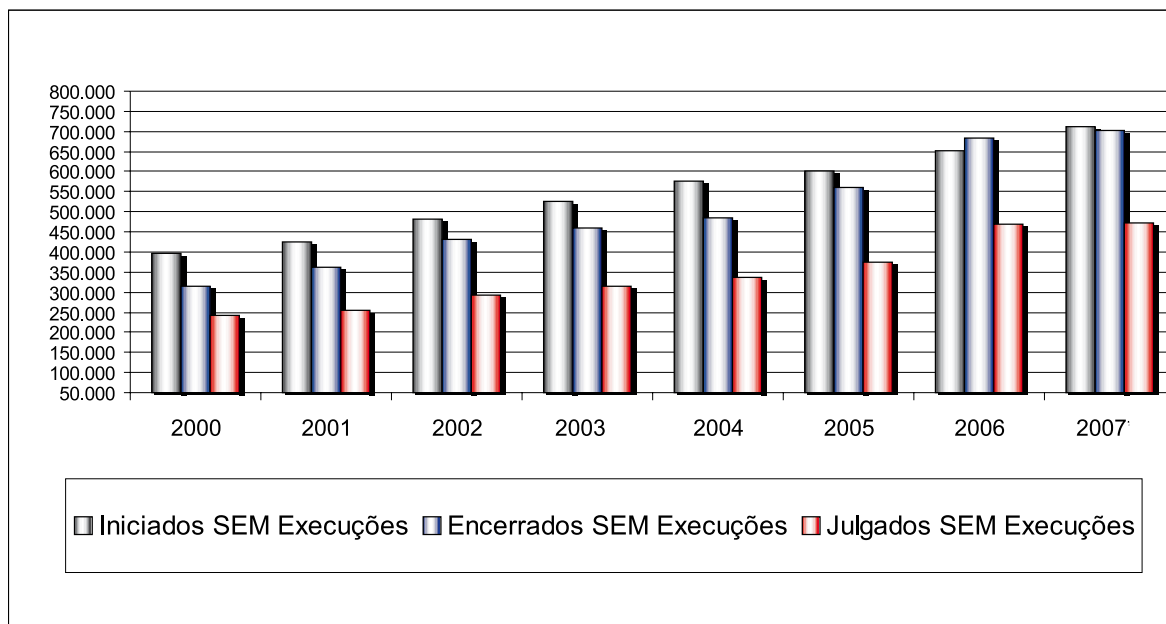
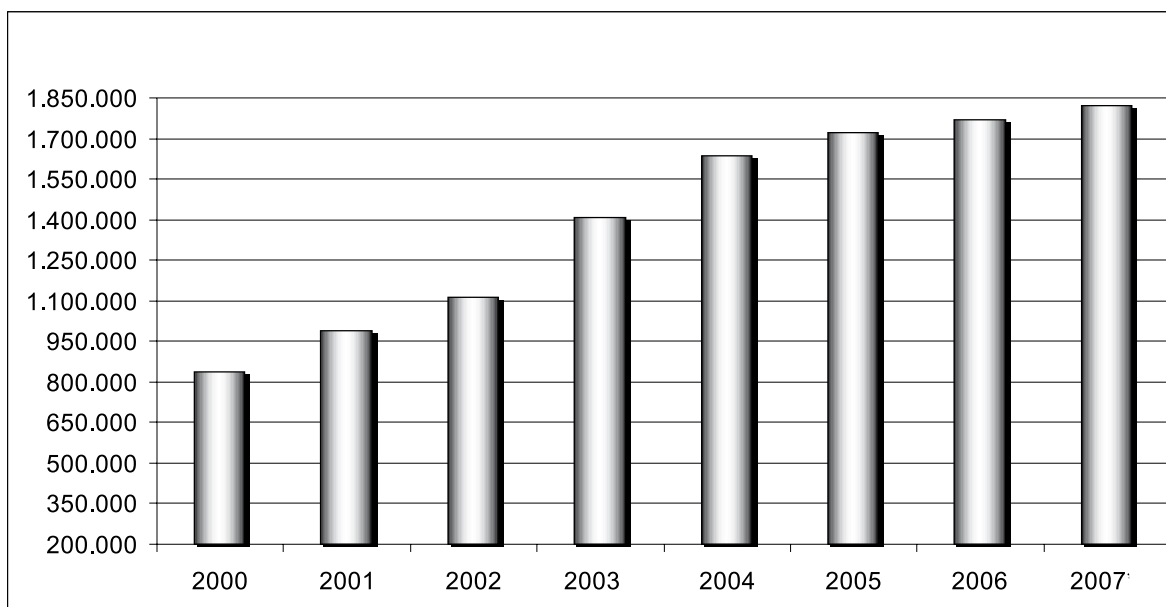
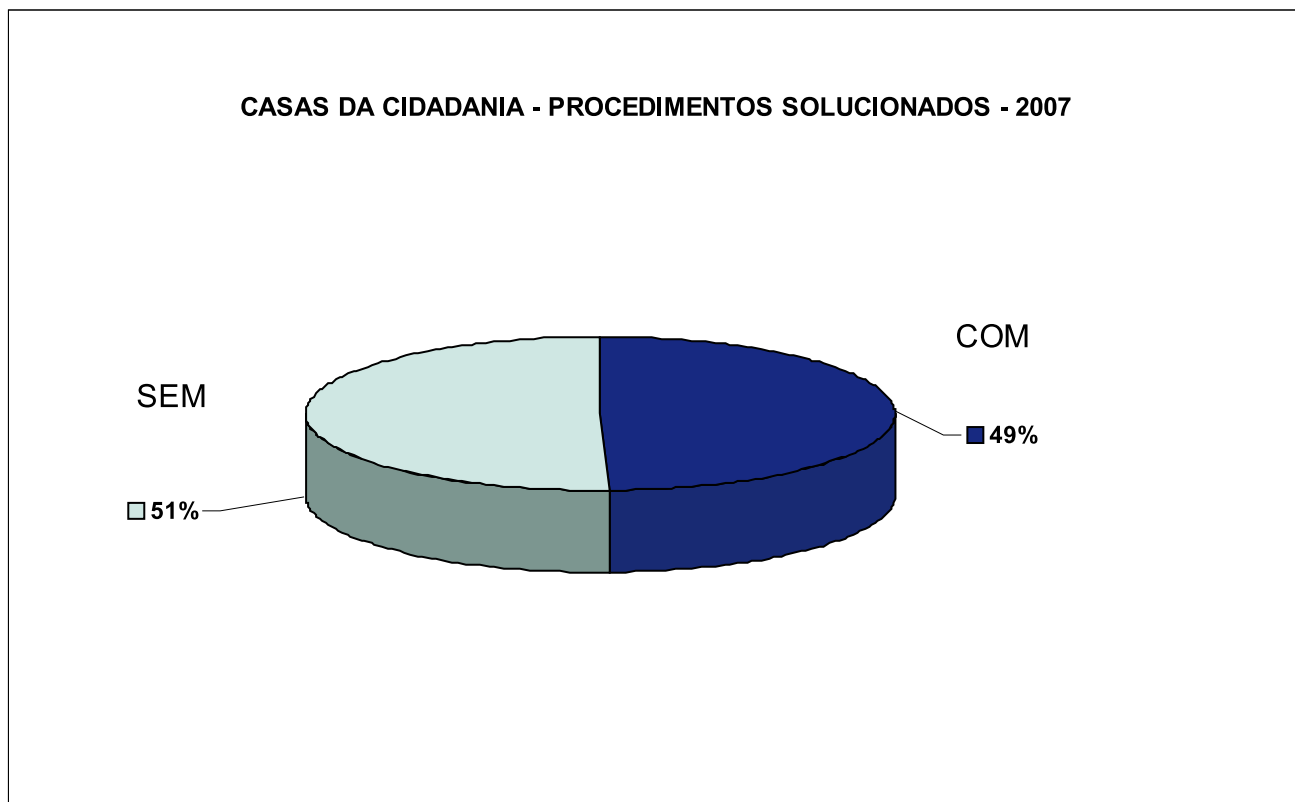


GRÁFICO 10 – MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU PROCESSOS EM ANDAMENTO NO FINAL DO ANO (DIVISÃO JUDICIÁRIA)



ANEXO 2 - GRÁFICOS

GRÁFICO 11 - CASAS DA CIDADANIA - PROCEDIMENTOS SOLUCIONADOS
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)



ACADEMIA JUDICIAL

DES. ANTÔNIO FERNANDO DO AMARAL E SILVA

Diretor Executivo

DES. LUIZ CÉZAR MEDEIROS

Vice-Diretor Executivo

DES. EDSON NELSON UBALDO

Coordenador Pedagógico

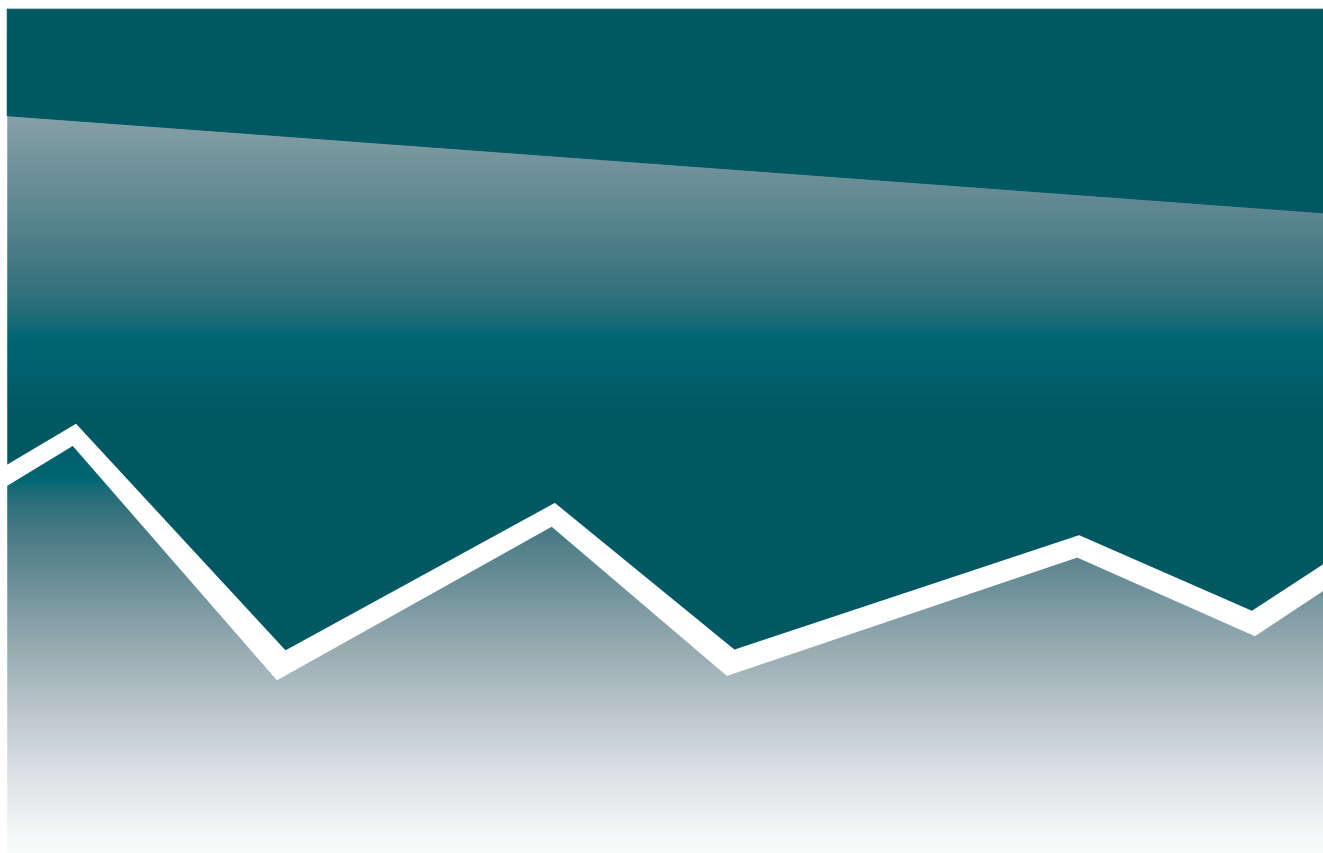
ANTONINA MACHADO IVO

Secretária Executiva

ESCOLA DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

JUIZ PAULO ROBERTO FROES TONIAZZO

Coordenador Pedagógico



APRESENTAÇÃO

A Academia Judicial criada pela Resolução n. 06/00-TJ e a Escola de Serviços Judiciários instituída pela Resolução n. 31/03-TJ, que têm suas competências definidas no art. 70 da Lei Complementar n. 339 de 8 de março de 2006, compõem, conforme define a Resolução n. 26/06-TJ, o Centro de Estudos Jurídicos – Cejur.

O Centro de Estudos Jurídicos – Cejur nasceu em 9 de outubro de 1991 com a publicação da Resolução n. 14/91-TJ, objetivando marcar culturalmente o Primeiro Centenário do Tribunal de Justiça. Pela Resolução n. 03/00-TJ, estabeleceu-se a sua estrutura organizacional, compondo-o com uma Diretoria, uma Secretaria e vários Núcleos de Estudos. Em 20 de dezembro de 2006, pela Resolução n. 26/06-TJ, o Centro de Estudos Jurídicos – Cejur sofreu uma reestruturação, compondo-se da seguinte forma:

• Conselho Técnico-Científico

Elabora a política institucional relativa ao aprimoramento e o aperfeiçoamento relacionados ao desenvolvimento pessoal e profissional dos Magistrados e Servidores.

É composto pelos seguintes membros: Presidente do Tribunal de Justiça; Corregedor Geral de Justiça; Diretor Executivo da Academia Judicial; Vice-Diretor Executivo da Academia Judicial; Coordenador Pedagógico da Academia Judicial e o Coordenador da Escola de Serviços Judiciários.

• Academia Judicial

Realiza cursos e outras atividades de formação e aprimoramento de Magistrados. É composta pelo Corpo Diretivo, Coordenadoria Pedagógica e Corpo Docente.

• Escola de Serviços Judiciários

Realiza cursos e outras atividades de qualificação dos Servidores do Poder Judiciário. É composta pelo Corpo Diretivo da Academia Judicial, Coordenadoria Pedagógica, Corpo de Instrutores e Multiplicadores e pelos Centros de Capacitação.

• Secretaria-Geral

Executa as atividades pedagógicas e administrativas das unidades acima especificadas e é composta pela Secretaria Executiva da Academia Judicial, conforme estrutura organizacional definida pela Resolução n. 10/07-GP, de 9 de março de 2007.

Ressalta-se que a Academia Judicial foi credenciada como instituição de ensino pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina para a oferta de Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* e Programas de Educação Continuada para Magistrados e Servidores da Justiça Estadual, conforme Resolução n. 86, de 9 de outubro de 2007.

As competências institucionais da Academia Judicial, estabelecidas pelo art. 70 da Lei Complementar n. 339/2006, são as seguintes:

APRESENTAÇÃO

I – promover a preparação dos Juízes Substitutos em fase de vitaliciamento, com prioridade para o caráter programático da atividade judicante, bem como a especialização e o aperfeiçoamento dos Magistrados em geral e dos Servidores do Poder Judiciário;

II – realizar cursos de caráter permanente para a formação dos Juízes e Servidores e para o aperfeiçoamento dos serviços judiciários;

III – promover congressos, simpósios e conferências sobre temas relacionados com a formação e com o aperfeiçoamento dos Magistrados, dos Servidores e dos Serviços Judiciários;

IV – promover estudos destinados à apresentação, pelo Tribunal de Justiça, de sugestões aos demais Poderes para a adoção de medidas ou para a elaboração de normas tendentes à melhoria da prestação jurisdicional;

V – manter o banco de dados do Poder Judiciário.

Para atender às finalidades institucionais definidas na norma, no exercício de 2007, foi elaborado um cronograma de atividades dividido por categorias, assim estabelecido:

- Cursos: foi programada a realização de:
 - 3 (três) cursos de Pós-Graduação, *lato sensu*, em parceria com Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com a

Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul e com a Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc;

- 2 (dois) cursos de Graduação, um para a formação em bacharel em Direito e outro para a de bacharel em Administração, ambos em parceria com universidades. O curso de Direito com a Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul e o de Administração com a Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc.

Os referidos cursos estão em processo de tramitação objetivando a respectiva aprovação institucional obrigatória. O curso de graduação em Direito já possui o conteúdo programático definido;

- 4 (quatro) cursos de Extensão, um para a formação de Instrutores para a Escola de Serviços Judiciários, um para a formação de conhecimento institucional para os novos servidores que ingressarão no Poder Judiciário, um para capacitação de servidores como Técnicos de Suporte de Informática e, por último, um para a formação de Conciliadores e Mediadores.

Dos quatro cursos somente o de formação para novos servidores encontra-se em fase de formatação do conteúdo programático para o ambiente virtual de aprendizagem. Os demais já foram realizados.

- 6 (seis) cursos de Aperfeiçoamento Profissional para funções de Oficial de Justiça, Comissário da Infância e Juventude,

APRESENTAÇÃO

Secretário de Foro, Cartórios Judiciais Criminais e Cíveis e, por último, Revisor.

Os cursos estão com o conteúdo programáticos definidos, sendo que o de Procedimentos do Cartório Judicial Criminal foi iniciado em novembro e os demais estão em fase de implementação no ambiente virtual de aprendizagem;

- 6 (seis) cursos de Aprimoramento das Atividades, especificamente direcionados para Elaboração de Sentenças, utilização do Programa Microsoft Excel, Língua Portuguesa – Redação Jurídica e Gramática, Execução Orçamentária, Contábil e Financeira e, por último, Atendimento ao Cidadão.

São cursos de 20 horas de aula. Os conteúdos programáticos já definidos e encontram-se em fase de implementação no ambiente virtual de aprendizagem;

- 3 (três) cursos de Desenvolvimento Humano. São eles: Relacionamento Interpessoal, tendo como público alvo os chefes de Seção; Preparação para Trabalho em Equipe, público-alvo: gestores ocupantes de cargos de liderança, e de Preparação para a Aposentadoria, público-alvo: todos os servidores em fase próxima de aposentadoria.

Desses cursos, somente o de Preparação para aposentadoria foi realizado, os demais já tiveram definido o conteúdo programático e os instrutores, e serão realizados no próximo exercício.

- Congressos: foi programada a realização

de 18 (dezoito) eventos, porém somente foram realizados 14 (quatorze).

O objetivo da realização dos eventos foi a discussão de assuntos de importância para todos visando a melhorar as atividades jurisdicionais. Foram realizados os seguintes encontros: Secretários de Foro, Assistentes Sociais, Oficiais de Justiça, Escrivães, Oficiais de Gabinete e Secretários Jurídicos, Assessores Técnicos, Comissários da Infância e Juventude, Técnicos de Suporte de Informática, Integração de Novos Servidores, Agentes de Capacitação, Distribuidores e Contadores.

Foi realizado um fórum de discussão pelos Juízes dos Juizados Especiais e das Turmas de Recursos e o I Congresso do Centro de Estudos Jurídicos.

- Conferências: objetivando a discussão acerca de determinados assuntos de interesse comum, foram programados 7 (sete) eventos, tais como ciclo de debates, jornadas e seminários para serem realizados em parcerias com a Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC e a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina - Esmesc.

Porém, somente foram realizados os seminários programados para a turma de pós-graduação em Direito e Gestão Judiciária para Magistrados. Foram direcionados para a área de Direito Penal Militar e Processual Penal Militar, Direito Público, Direito Civil, Direito Comercial e Direito Penal.

APRESENTAÇÃO

No encerramento das atividades da Academia Judicial foi realizado um seminário de Direito Internacional, com foco no Mercosul. Os ciclos de debates e as jornadas não foram realizados em função do acúmulo de atividades de ambos os parceiros, razão pela qual foram transferidos para o próximo exercício.

- Simpósios: “caracterizados como reunião de técnicos, escritores e cientistas para discutir determinados temas, foram programados a realização de 9 (nove) eventos”, em parceria com a Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC/Escola Superior de Magistratura do Estado de Santa Catarina – Esmesc e com as seguintes universidades: FIE – Chapecó, Univille – Joinville, Unesc – Criciúma, Unoesc – Joaçaba, Furb – Blumenau, Unidavi – Rio do Sul, Unisul – Tubarão e Uniplac – Lages.

Com exceção do Fórum de Debates Sobre Segurança Pública, que foi transferido para o próximo exercício, todos os demais foram realizados na cidade sede de cada universidade, e teve como participantes Magistrados, Servidores, Escritores convidados, além de Operadores Jurídicos e estudantes de Direito.

- Núcleos de Estudos: “caracterizados por comissões composta por Magistrados e Servidores que estudam determinados temas.” Foram realizadas durante o presente exercício várias reuniões do Núcleo de

Estudos dos Juizados Especiais – Civil e Criminal, com objetivo de elaborar os respectivos manuais. O Núcleo de Estudos da Infância e Juventude efetuou estudos na área específica.

- Conselho Editorial: “criado pela Resolução 01/07-Cejur com objetivo de apreciar o conteúdo de obras literárias e científicas escritas por Magistrados e Servidores”. Este Conselho analisou várias obras que cunho científico na área do Direito que serão lançadas a partir de março de 2008.

Os dados estatísticos da realização das atividades da Academia Judicial e da Escola de Serviços Judiciários serão apresentados nos Anexos 1, 2, 3 e 4:

ANEXO 1 – CURSOS PROMOVIDOS

Os cursos são caracterizados pelo ensinamento de matérias de acordo com uma programação traçada e que geralmente se adaptam aos diferentes níveis de conhecimento dos participantes.

As despesas com o deslocamento e hospedagem dos instrutores e participantes dos cursos promovidos pela Academia judicial e Escola de Serviços Judiciários foram custeadas pelo Tribunal de Justiça.

Neste anexo foram computados os cursos planejados pelas Coordenadorias Pedagógicas da Academia Judicial e Escola de Serviços Judiciários e realizados no decorrer de 2007. São eles:

NOME DO CURSO	N. HORA	PARTICIPANTES		PÚBLICO ALVO	INÍCIO	FINAL	LOCAL
		INTERNOS	EXTERNOS				
CURSO DE COMO IMPLANTAR E GERENCIAR PROJETOS DE TREINAMENTO	20	28		SERVIDORES	03/12/2007	07/12/2007	ACADEMIA JUDICIAL - FLORIANÓPOLIS /SC
CURSO DE AUTOCAD 2004	20	19		SERVIDORES	16/04/2007	27/04/2007	ACADEMIA JUDICIAL - FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE CAPACITAÇÃO INICIAL PARA SECRETÁRIOS E CONCILIADORES DAS CASAS DA CIDADANIA	40	10	95	SERVIDORES E COLABORADORES	12/09/2007	14/09/2007	FLORIANÓPOLIS /SC
CURSO DE POS-GRADUAÇÃO EM MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO	165	118		JUÍZES E SERVIDORES	24/08/2007	23/07/2008	UNISUL VIRTUAL
CURSO DE FORMAÇÃO DE BASE EM MEDIAÇÃO FAMILIAR - CHAPECÓ	40	2	37	SERVIDORES E COLABORADORES	25/05/2007	03/07/2007	UNO – CHAPECÓ/ SC
CURSO DE FORMAÇÃO DE BASE EM MEDIAÇÃO FAMILIAR - ITAJAÍ	40	0	29	COLABORADORES	11/05/2007	28/06/2007	UNIVALI - ITAJAÍ/SC
CURSO DE FORMAÇÃO DE BASE EM MEDIAÇÃO FAMILIAR - PALHOÇA	40	7	24	SERVIDORES E COLABORADORES	10/05/2007	05/07/2007	UNISUL - PALHOÇA/ SC
CURSO DE FORMAÇÃO DE BASE EM MEDIAÇÃO FAMILIAR - SÃO MIGUEL DO OESTE	40	10	16	SERVIDORES E COLABORADORES	24/05/2007	02/07/2007	CENTRO DE CAPACITAÇÃO – SÃO MIGUEL DO OESTE/SC
CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES	40	30		JUÍZES E SERVIDORES	13/04/2007	18/05/2007	ACADEMIA JUDICIAL –FLORIANÓPOLIS/SC

ANEXOS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO JUDICIÁRIA	300	30		JUÍZES	19/03/2007	13/09/2008	ACADEMIA JUDICIAL - FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADORES E REDES LOCAIS	180	8		SERVIDORES	26/02/2007	03/04/2007	CTAI - FLORIANÓPOLIS/SC
CURSO DE PREPARAÇÃO PARA OS CONCILIADORES DOS JUÍZADOS	40	9	42	JUÍZES, SERVIDORES E COLABORADORES	23/11/2007	22/02/2008	CENTRO DE CAPACITAÇÃO - XANXERÊ/ JOINVILLE/ BLUMENAU/SC
CURSO DE PROCEDIMENTOS CRIMINAIS	20	20		SERVIDORES	08/11/2007	29/11/2007	CENTRO DE CAPACITAÇÃO - CRICIUMA/SC
CURSO DE PROCEDIMENTOS CRIMINAIS - TURMA 2	30	21		SERVIDORES	09/11/2007	29/11/2007	CENTRO DE CAPACITAÇÃO DA COMARCA DE CRICIUMA E AMAREC - ASS. DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA CRICIUMA SC
PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA - 1º E 2º ENCONTROS	32	21		SERVIDORES	26/04/2007	15/06/2007	HOTEL CECOMTUR FLORIANÓPOLIS SC
PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA - 1º E 2º ENCONTROS	32	17		SERVIDORES	09/08/2007	19/10/2007	HOTEL CECOMTUR FLORIANÓPOLIS SC
CURSO DE EXCEL TURMA I	20	186		SERVIDORES	29/10/2007	30/11/2007	Academia Judicial Virtual Florianópolis SC
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E CONTROLE DO SETOR PÚBLICO ESAG/UDESC	360	80		DESEMBARGADORES, JUÍZES E SERVIDORES	01/08/2006	01/12/2008	UDESC FLORIANÓPOLIS SC
CURSO 5S	8	95	33	SERVIDORES E COLABORADORES	10/04/2007	20/04/2007	TRIBUNAL DE JUSTIÇA FLORIANÓPOLIS SC
CURSO 5S - NOVEMBRO DE 2006	8	2		SERVIDORES	06/11/2006	07/11/2006	TRIBUNAL DE JUSTIÇA FLORIANÓPOLIS SC
DIREÇÃO DEFENSIVA - TURMA 01 E 02	15	19		SERVIDORES	05/11/2006	06/11/2007	ACADEMIA JUDICIAL FLORIANÓPOLIS SC
IMPLANTAÇÃO 5S - TRIBUNAL DE JUSTIÇA	8	273	46	MAGISTRADOS, SERVIDORES E COLABORADORES	15/05/2007	30/07/2007	TRIBUNAL DE JUSTIÇA FLORIANÓPOLIS SC
TOTAL	1498	1005	79				

Fonte: Sistema Informatizado da Academia Judicial - 7/12/2007

ANEXO 2 – EVENTOS PROMOVIDOS

Evento é considerado um acontecimento especial capaz de atrair público e mobilizar a comunicação entre os interessados.

Foram realizados pela Academia Judicial e pela Escola de Serviços Judiciários: 28 (vinte e oito) eventos, dos quais 15 (quinze) foram CONGRESSOS, 5 (cinco) CONFERÊNCIAS e 8 (oito) SIMPÓSIOS.

Neste anexo serão computados os eventos realizados pela Academia Judicial e Escola de Serviços Judiciários nos quais houve a participação de Magistrados, Servidores, Convidados e Estudantes de Direito. Com exceção dos CONGRESSOS, os demais eventos foram realizados em parceria com a Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC e Escola Superior de Magistratura Catarinense - Esmec e 8 (oito) Universidades.

As despesas com deslocamentos e hospedagens com a participação de Magistrados e Servidores foram custeadas pelo Tribunal de Justiça.

NOME DO EVENTO	N. HORAS	PARTICIPANTES		PÚBLICO ALVO	INÍCIO	FINAL	LOCAL
		INTERNOS	EXTERNOS				
I CONGRESSO DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA	20	176	39	Juízes, Servidores e Operadores do Direito	27/06/2007	29/06/2007	AUDITÓRIO DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – FLORIANÓPOLIS/SC
I ENCONTRO DE ASSESSORES ESPECIAIS E TÉCNICOS	8	32		Servidores	27/09/2007	27/09/2007	ACADEMIA JUDICIAL – FLORIANÓPOLIS/SC
I ENCONTRO DE CONTADORES JUDICIAIS	20	110		Servidores	13/08/2007	15/08/2007	PRAIATUR HOTEL – FLORIANÓPOLIS/SC
I ENCONTRO DE DISTRIBUIDORES JUDICIAIS	20	99		Servidores	03/09/2007	05/09/2007	PRAIATUR HOTEL-FLORIANÓPOLIS/ SC
I ENCONTRO DE ESCRIVÃES JUDICIAIS	20	179		Servidores	30/07/2007	01/08/2007	PRAIATUR HOTEL – FLORIANÓPOLIS/ SC
I ENCONTRO DOS SECRETÁRIOS JURÍDICOS E OFICIAIS DE GABINETE	9	72		Servidores	28/05/2007	28/05/2007	HOTEL VALERIM PLAZA –FLORIANÓPOLIS/SC
I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITO	7	67	12	Desembargadores, Juízes, Servidores e Operadores do Direito	30/11/2007	30/11/2007	AUDITÓRIO DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES – FLORIANÓPOLIS/SC
III ENCONTRO DE AGENTES DE CAPACITAÇÃO	15	22		Servidores	07/05/2007	08/05/2007	ACADEMIA JUDICIAL - FLORIANÓPOLIS/SC

ANEXOS

IV ENCONTRO DE SECRETÁRIOS DO FORO	23	115		Servidores	14/05/2007	16/05/2007	HOTEL BAÍA NORTE – FLORIANÓPOLIS/SC
IV FORUM ESTADUAL DE JUIZADOS ESPECIAIS E V ENCONTRO DE JUIZES DE TURMAS RECURSAIS DE SANTA CATARINA	20	45		Juízes	24/09/2007	26/09/2007	PRAIATUR HOTEL – FLORIANÓPOLIS/SC
SEMINÁRIO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - CHAPECÓ	6	47	244	Juízes, Servidores e Estudantes de Direito	30/03/2007	30/03/2007	FACULDADE EXPONENCIAL – FIE – CHAPECÓ/SC
SEMINÁRIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	8	64	120	Juízes, Servidores e Estudantes de Direito	09/11/2007	09/11/2007	UNIPLAC - LAGES/SC
SEMINÁRIO DE DIREITO DE FAMÍLIA	8	45	79	Juízes, Servidores e Estudantes de Direito	10/08/2007	10/08/2007	UNOESC – JOAÇABA/SC
SEMINÁRIO DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL	8	66	66	Juízes, Servidores e Estudantes de Direito	28/09/2007	28/09/2007	UNIVDAVI - RIO DO SUL/SC
SEMINÁRIO DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR	4	29	0	Juízes e Servidores	10/11/2007	10/11/2007	ACADEMIA JUDICIAL – FLORIANÓPOLIS/SC
SEMINÁRIO DE DIREITO PÚBLICO	6	10	20	Juízes, Servidores e Estudantes de Direito	25/05/2007	25/05/2007	UNESC - CRICIÚMA/SC
SEMINÁRIO DE JUIZADOS ESPECIAIS E CASAS DA CIDADANIA	8	46	8	Juízes, Servidores e Estudantes de Direito	05/10/2007	05/10/2007	UNISUL – TUBARÃO/SC
SEMINÁRIO DE PROCESSO CIVIL	8	96	325	Juízes, Servidores e Estudantes de Direito	31/08/2007	31/08/2007	FURB - BLUMENAU/SC
SIMPÓSIO SISTEMAS COMPARADOS DE JUSTIÇA PENAL JUVENIL	32	7	10	Juízes e Convidados Estrangeiros	24/04/2007	27/04/2007	BALNEÁRIO CAMBORIÚ/JOINVILLE E FLORIANÓPOLIS/SC
VII ENCONTRO ESTADUAL DE TSI	20	168		Servidores	29/10/2007	31/10/2007	HOTEL PRAIATUR - FLORIANÓPOLIS/SC
XVI ENCONTRO DE INTEGRAÇÃO DOS NOVOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO CATARINENSE	20	101		Servidores	08/10/2007	10/10/2007	PRAIATUR HOTEL – FLORIANÓPOLIS/SC
II ENCONTRO DE COMISSÁRIOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	20	88		Servidores	19/11/2007	21/11/2007	PRAIATUR HOTEL – FLORIANÓPOLIS/SC
III ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS	20	95		Servidores	20/06/2007	23/06/2007	PRAIATUR HOTEL – FLORIANÓPOLIS/SC
I ENCONTRO DE OFICIAIS DE JUSTIÇA	20	185		Servidores	16/07/2007	18/07/2007	PRAIATUR HOTEL – FLORIANÓPOLIS/SC
TOTAL	350	1964	872				

Fonte: Sistema Informatizado da Academia Judicial – 07/12/2007

ANEXO 3 – EVENTOS E CURSOS EXTERNOS CUSTEADOS

Neste anexo foram relacionadas as participações de Magistrados e Servidores em cursos e eventos promovidos por entidades públicas e privadas em diferentes locais do Brasil.

NOME DE EVENTOS E CURSOS	Nº HORAS	PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO	INÍCIO	FINAL	LOCAL
BUSINESS PROCESS DAY 2007 E WORKSHOP GESTÃO ESTRATÉGICA DE PROCESSO	17	5	Servidores	20/09/2007	21/09/2007	SÃO PAULO - SP
CONGRESSO DE SEGURANÇA DE REDES E INFRA-ESTRUTURA	16	2	Servidores	06/03/2007	07/03/2007	SÃO PAULO - SP
CONGRESSO ESTADUAL DE MAGISTRADOS	8	97	Juízes	26/10/2007	28/10/2007	BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC
CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES DE PROCESSOS	40	1	Servidores	04/05/2007	10/05/2007	SÃO PAULO - SP
ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS E COMISSÁRIOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E IV ENCONTRO ESTADUAL DE GRUPOS DE ESTUDOS E APOIO À ADOÇÃO	27	71	Servidores	30/08/2007	01/09/2007	FRAIBURGO - SC
II SEMINÁRIO "AS NOVAS REFORMAS DO PROCESSO CIVIL"	18	4	Juízes	16/04/2007	18/04/2007	BRASÍLIA - DF
III ENCONTRO ESAFI PARA SECRETÁRIAS E ASSESSORES	22	1	Servidores	19/09/2007	22/09/2007	FORTALEZA - CE
III SEMINÁRIO DE RESÍDUOS RECICLE CEMPRES	24	2	Servidores	24/10/2007	26/10/2007	SÃO PAULO - SP
SECRETARIA SÃO PAULO 2007	16	2	Servidores	18/05/2007	19/05/2007	SÃO PAULO - SP
SEMINÁRIO DE FOLHA DE PAGAMENTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO	12	5	Servidores	26/10/2007	27/10/2007	SÃO PAULO - SP
SEMINÁRIO ÉTICA NO JUDICIÁRIO: TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS	14	1	Servidores	19/11/2007	20/11/2007	BRASÍLIA - DF
SEMINÁRIO REGIONAL AMBP - SUL	27	3	Juízes	19/04/2007	21/04/2007	PORTO ALEGRE - RS
V CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO DE FAMÍLIA	36	1	Juízes	30/08/2007	01/09/2007	FLORIANÓPOLIS - SC
VI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA	26	1	Desembargadores	14/11/2007	17/11/2007	BELO HORIZONTE - MG
VI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA	24	1	Juízes	14/11/2007	17/11/2007	BELO HORIZONTE - MG
VI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE TERAPIAS COGNITIVAS	21	1	Servidores	11/04/2007	14/04/2007	GRAMADO - RS
XII ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS E VII PAINEL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS DE SC	28	3	Servidores	22/10/2007	24/10/2007	JARAGUÁ DO SUL - SC

ANEXOS

XV CONGRESSO NACIONAL DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS	29	7	Servidores	08/10/2007	11/10/2007	FLORIANÓPOLIS - SC
XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA	22	1	Servidores	08/07/2007	11/07/2007	BRASÍLIA - DF
XXII FORUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - FONAJE	28	4	Juízes	24/10/2007	27/10/2007	MANAUS - AM
XXVI PAINEL BIBLIOTECONOMIA EM SANTA CATARINA	28	3	Servidores	21/11/2007	24/11/2007	FLORIANÓPOLIS - SC
1º CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO	36	4	Servidores	08/05/2007	11/05/2007	BRASÍLIA - DF
18º CONGRESSO CATARINENSE DE RECURSOS HUMANOS	24	20	Servidores	19/09/2007	21/09/2007	BLUMENAU - SC
2º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO	21	3	Servidores	05/11/2007	08/11/2007	BELO HORIZONTE - MG
9º CONGRESSO BRASILEIRO DE CLÍNICA MÉDICA	21	1	Servidores	10/10/2007	13/10/2007	CURITIBA - PR
SEMINÁRIO ESTADUAL DE JUSTIÇA JUVENIL	25	54	Juízes e Servidores	08/11/2007	10/11/2007	FLORIANÓPOLIS - SC
XXVIII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE CARDIOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	32	1	Servidores	28/04/2007	30/04/2007	SÃO PAULO - SP
62º CONGRESSO BRASILEIRO DE CARDIOLOGIA	26	1	Servidores	07/09/2007	11/09/2007	SÃO PAULO - SP
CONGRESSO BRASILENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO	19	1	Desembargadores	22/08/2007	24/08/2007	BRASÍLIA - DF
CONGRESSO BRASILENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO	19	1	Desembargadores	22/08/2007	24/08/2007	HOTEL BRASÍLIA - DF
CURSO APRESENTAÇÕES DE ALTO IMPACTO	24	1	Servidores	02/08/2007	04/08/2007	FLORIANÓPOLIS - SC
CURSO CERIMONIAL E PROTOCOLO EM EVENTOS	21	1	Servidores	22/08/2007	24/08/2007	SALVADOR - BA
CURSO CERIMONIAL E PROTOCOLO EM EVENTOS	21	0	Servidores	22/08/2007	24/08/2007	SALVADOR - BA
CURSO COMO COMPOR BDI - CONTROLE E ORÇAMENTO GERENCIAL NA ENGENHARIA	8	2	Servidores	19/09/2007	20/09/2007	FLORIANÓPOLIS - SC
CURSO DBA 10 GL - ORACLE DATABASE 10: WORKSHOP ADMINISTRATION I	30	3	Servidores	23/07/2007	27/07/2007	SÃO PAULO - SP
CURSO DE ATUALIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES; ENFOQUE NA LC 123/06, DECRETO 6204/07 E PROJETO DE LEI 7709-A/07	8	14	Servidores	19/11/2007	19/11/2007	FLORIANÓPOLIS SC
CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OUVIDORES E OMBUDSMAN	20	2	Servidores	12/07/2007	14/07/2007	FLORIANÓPOLIS - SC
CURSO DE EXCEL AVANÇADO	30	3	Servidores	30/10/2007	27/11/2007	FLORIANÓPOLIS - SC
CURSO DE GERÊNCIA EFICAZ DA MANUTENÇÃO	40	4	Servidores	05/11/2007	09/11/2007	RIO DE JANEIRO - RJ

ANEXOS

CURSO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO	30	1	Servidores	25/06/2007	10/09/2007	FLORIANÓPOLIS - SC
CURSO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	16	2	Servidores	19/10/2007	20/10/2007	FLORIANÓPOLIS - SC
CURSO DE MATEMÁTICA FINANCEIRA APLICADA AS EMPRESAS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	15	1	Servidores	16/10/2007	13/11/2007	BRAÇO DO NORTE - SC
CURSO DE NOÇÕES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS (SUPORTE PAPEL)	24	1	Servidores	14/05/2007	14/05/2007	FLORIANÓPOLIS - SC
CURSO DE PRÁTICA E LEGISLAÇÃO ESTADUAL - ICMS/ SC	6	20	Servidores	25/04/2007	26/04/2007	FLORIANÓPOLIS - SC
CURSO DE TÉCNICAS AUTOCOMPOSITIVAS PARA CONCILIADORES MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO	21	9	Juízes	01/08/2007	03/08/2007	PORTO ALEGRE - RS
CURSO GERANDO VALOR AO NEGÓCIO ATRAVÉS DA GESTÃO EM TI	16	6	Servidores	14/08/2007	15/08/2007	FLORIANÓPOLIS - SC
CURSO HUMANISMO EM NOVE LIÇÕES	60	1	Juízes	11/06/2007	21/06/2007	RIO DE JANEIRO - RJ
CURSO PARA PRODUÇÃO DE EVENTOS	16	3	Servidores	25/10/2007	26/10/2007	SÃO PAULO - SP
II CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO	24	62	Juízes e Servidores	09/10/2007	11/10/2007	FLORIANÓPOLIS - SC
III CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS	36	3	Juízes e Servidores	01/08/2007	03/08/2007	SALVADOR - BA
SEMINÁRIO DE DIREITO EMPRESARIAL	6	25	Juízes e Servidores	27/04/2007	27/04/2007	JOINVILLE - SC
SEMINÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	32	2	Servidores	17/09/2007	20/09/2007	BRASÍLIA - DF
SEMINÁRIO SOBRE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	9	1	Desembargador	20/09/2007	23/09/2007	SALVADOR - BA
XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	25	1	Juízes e Servidores	19/09/2006	21/09/2006	ARACAJU - SE
XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	25	3	Juízes e Servidores	19/09/2007	21/09/2007	ARACAJU - SE
XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	21	1	Servidores	08/07/2007	14/09/2007	BRASÍLIA - DF
2ª JORNADA DA SEÇÃO SANTA CATARINA: AH!... ESSES OBJETOS QUE NOS ENLOUQUECEM	16	1	Servidores	05/10/2006	06/10/2006	FLORIANÓPOLIS - SC
TOTAIS	1306	475				

Fonte: Sistema Informatizado da Academia Judicial – 07/12/2007

ANEXOS

ANEXO 4 – RESUMO GERAL

Este anexo representa o resumo geral da participação de Magistrados e Servidores em cursos e eventos promovidos e custeados pela Academia Judicial e Escola de Serviços Judiciários.

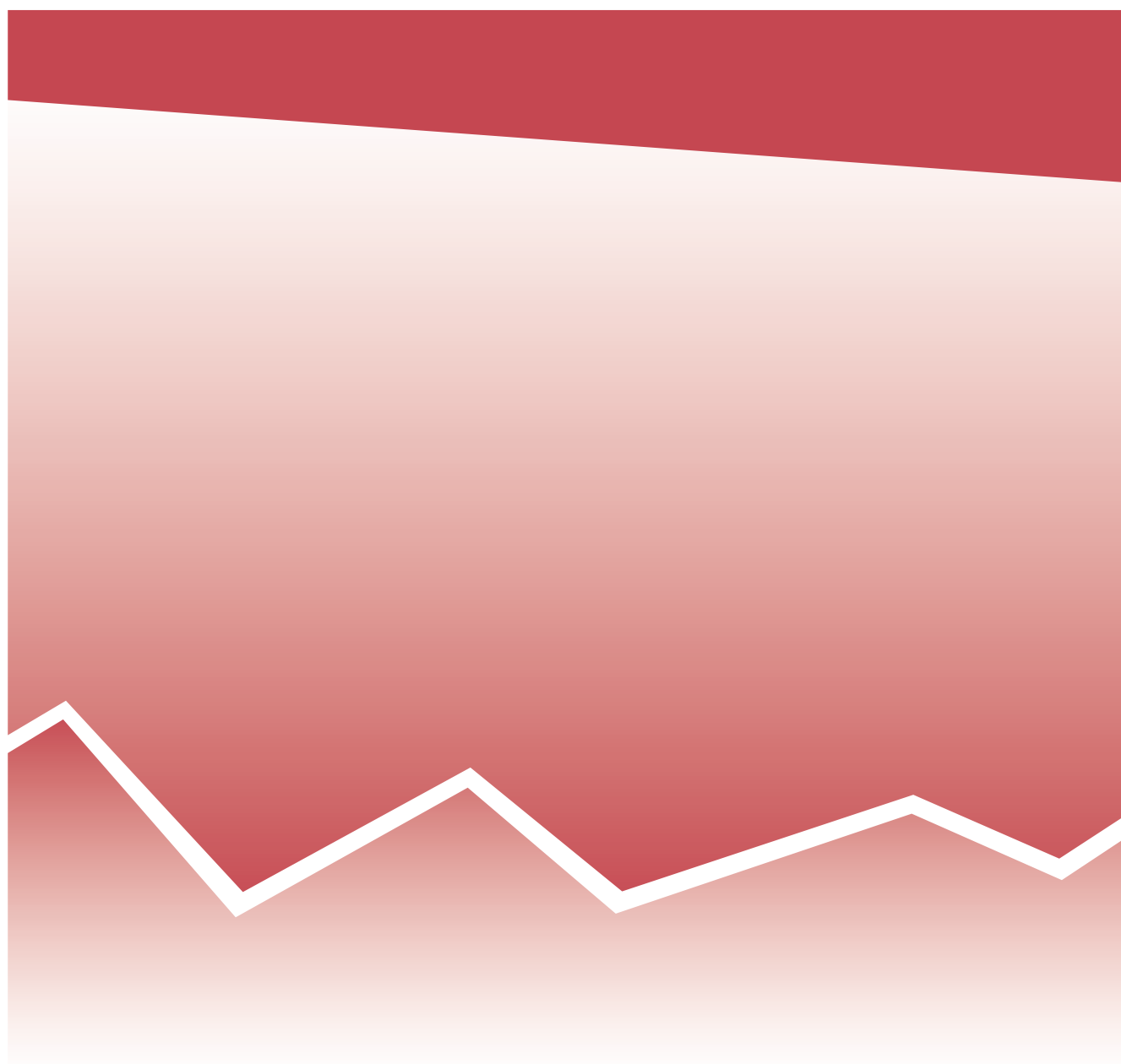
CLASSIFICAÇÃO	QT DE HORA/AULA	QT. DE PARTICIPAÇÕES
Anexo 1 – Cursos Promovidos	1.498	1.005
Anexo 2 – Eventos Promovidos	350	2.836
Anexo 3 – Eventos e cursos externos custeados	1.306	475
TOTAL	3.154	3.444



DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA

ALBERTO PIZZOLATTI REMOR

Diretor-Geral Judiciário



ATENDIMENTO ÀS UNIVERSIDADES CATARINENSES

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2007

INSTITUIÇÃO	ALUNOS ATENDIDOS
FACULDADE DE DIREITO (ACE) – Campus Joinville	86
UNIVALI – Campus Itajaí	183
UNIVALI – Campus Biguaçu	30
UNIVALI – Campus Balneário Camboriú	78
UNISUL – Campus Araranguá	30
CESUSC – Campus Fpolis	177
UNIVERS. DO CONTESTADO – Campus Curitibanos	31
UNOESC – Campus Joaçaba	35
UNIDAVI – Campus Rio do Sul	52
FACVEST - Lages	90
UNIPLAC – Campus Lages	103
TOTAL DE UNIVERSIDADES ATENDIDAS	11
TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS	895

SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2007

DESEMBARGADORES	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	JULGADOS	ACÓRDÃOS ASSINADOS
Pedro Abreu	1	1	1
Souza Varella	5	3	2
Cláudio Dutra	6	6	5
Newton Trisotto	21	14	13
Mazoni Ferreira	3	2	-
Irineu João da Silva	4	2	2
Eládio Torret Rocha	9	7	4
Wilson Nascimento	5	3	2
José Volpato	40	34	29
Monteiro Rocha	7	3	3
Fernando Carioni	1	1	1
Luiz Carlos Freyesleben	3	3	3
Maria do Rocio	3	3	2
TOTAL	108	106	67

Obs.:

Foram apresentados 24 processos em mesa oriundos da Vice-Corregedoria-Geral da Justiça

Distribuídos = 74

Assinados = 67

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO

DES. MARCUS TÚLIO SARTORATO

Presidente do Núcleo de Conciliação

DES. CARLOS ALBERTO SILVEIRA LENZI

Coordenador do Núcleo de Conciliação

CONCILIADORES

Dr. Carlos Boabaid Filho

Dr. Eleazar Miguel do Nascimento

Dr. Fernando Luiz Soares de Carvalho

Dr. Miguel Hermínio Daux

Dr. Plínio Bueno

RESPONSÁVEL

Roger Bernardo Colossi

Criado pela Resolução 11/2005-TJ, o Núcleo de Conciliação foi institucionalizado em sessão realizada no gabinete da presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no dia 22 de março de 2006. A unidade, que busca a solução amigável de litígios no âmbito do Segundo Grau de Jurisdição, passou a operar oficialmente na Sala Desembargadora Tereza Tang no Hall Superior do prédio do Tribunal de Justiça, junto ao Museu do Judiciário Catarinense, à partir de maio do ano de 2006.

AUDIÊNCIAS ITINERANTES REALIZADAS COMARCA DE LAGES – 13.09.2007

PROCESSOS PAUTADOS	29
--------------------	----

EXITOSA	08
INEXITOSA	04
SUSPENSA	09
COMPARECIMENTO	72,5%
PERCENTUAL DE ACORDOS (*)	67%

(*) Não consideradas as audiências suspensas.

COMARCA DE CRICIÚMA – 07.12.2007

PROCESSOS PAUTADOS	30
EXITOSA	04
INEXITOSA	11
SUSPENSA(**)	09
COMPARECIMENTO	80%
PERCENTUAL DE ACORDOS(***)	27%

(**) Possibilidade de acordo em 04 processos, aguardando finalização das tratativas.

(***) Não consideradas as audiências suspensas.

QUADRO GERAL ESTATÍSTICO DE 2007

Processos Distribuídos	89
Processos Devolvidos	101
Processos na Secretaria	129
Conciliação Adiada	04
Conciliação Exitosa	25
Conciliação Inexitosa	15
Conciliação Suspensa	34
Audiência designada em que as partes não compareceram	29
PERCENTUAL DE ACORDOS(****)	62,5%

(****) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

COMISSÃO PERMANENTE DE MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO E DA CIDADANIA

DES. MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI
Presidente

LIZETE LUIZA WEBER
Coordenadora

JOSÉ LUCIANO TERHORST
Membro

Criada pela Resolução n. 10/2004-GP, com o propósito de implantar ações que minimizem o retardamento na entrega da prestação jurisdicional, pela busca de soluções capazes de prevenir e/ou de restaurar o entendimento entre as partes e a harmonia nas relações individuais e coletivas, com a aplicação do instituto da Conciliação como forma eficiente e eficaz de composição de interesses, diante do aumento extraordinário do número de processos instaurados no âmbito da Justiça Catarinense, a Comissão Permanente de Mutirão da Conciliação e da Cidadania, durante o ano de 2007, realizou eventos que envolveram diversos seguimentos e instituições municipais e estaduais.

Eis os eventos:

1. REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA A SEMANA DO MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO

Data: 2 e 3 de abril de 2007

Local: Castelmar Hotel

Público-alvo: Coordenadores da Semana do Mutirão da Conciliação

Número de participantes: **30**

2. 4.ª SEMANA DO MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO

Das 110 comarcas que compõem a Justiça de primeiro grau, em 102 realizaram a 4.ª Semana do Mutirão da Conciliação, no período de 21 a 25 de maio, com ênfase nos processos relacionados à Família, Executivos Fiscais e Juizados Especiais, consoante se observa dos dados estatísticos que seguem:

Processos pautados:	29.224
Percentual de comparecimento:	63%
Percentual de conciliações exitosas:	60%
Percentual de audiências sem êxito:	40%
Número aproximado de partes envolvidas:	60.000
Número aproximado de Juízes que atuaram:	190
Número aproximado de Promotores que atuaram:	130
Servidores, estagiários e voluntários:	4.000 aproximadamente
Número de Coordenadores das Varas/Comarcas:	248
Número aproximado de Conciliadores que atuaram:	920

Considerando todos os processos pautados, não excluídos aqueles em que a parte, ou uma das partes não foi intimada. No Mutirão anterior foi de 54%. Nas audiências regulares oscila entre 55% e 65%.

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

REGISTRO FOTOGRÁFICO

REUNIÃO



REUNIÃO COM OS COORDENADORES



AUDIÊNCIAS

4ª SEMANA DO MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO



SOLENIIDADE DE ABERTURA



SOLENIIDADE DE ENCERRAMENTO

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

03 a 08 de Dezembro de 2007

ABRANGÊNCIA

Comarcas:	33
Varas:	65
Juízes:	65
Conciliadores:	200
Servidores:	150

RESULTADOS

Audiências Cíveis:	TOTAL
Audiências de Conciliação Designadas	6.200
Audiências de Conciliação Realizadas	3.909
Acordos Cíveis:	
Total de acordos homologados	1.857
Soma total dos valores de acordos homologados	R\$ 2.794.519,32
Audiências Criminais:	
Audiências de conciliação designadas	566
Audiências de conciliação realizadas	432
Decisões criminais:	
Sentenças homologatórias de transação penal	138
Composição civil	63
Abrangência das ações desenvolvidas pela conciliação:	
Número de pessoas atendidas	9.045
Números de palestras realizadas	7
Percentual de Acordos Cíveis:	47,50
Percentual de Acordos Criminais:	46,50

POSTOS DE ATENDIMENTO E CONCILIAÇÃO – PAC

“Nos Postos de Atendimento e Conciliação¹, pessoas previamente selecionadas, indicadas por entidades locais e pela OAB, com nomes submetidos ao Ministério Público e treinadas pelo Judiciário, atuarão na busca da composição de conflitos, divulgando-se na região o oferecimento dos serviços para o atendimento da comunidade.

No local de atendimento à população, dá-se o recebimento inicial do interessado e o registro da natureza da sua reclamação, a designação de data, a expedição da carta-convite para a outra parte e a realização da audiência informal preliminar de conciliação.”

Unidades instaladas

Comarca da Capital

Local: CESUSC – Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina

Comarca de Itajaí

Local: 1) Centro social do Bairro Cordeiros
Local: 2) Centro social do Bairro São Vicente

Comarca de Lages

Local: Local: FACVEST – Sociedade Lageana de Educação, mantenedora das Faculdades Integradas

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Unidades em fase de instalação

Comarca de Blumenau

Local 1) IBES – Instituto Blumenauense de ensino Superior

Local 2) CESBLU – Centro de Educação Superior de Blumenau

Comarca de Canoinhas

Local: 1) Bairro Campo Água Verde

Local 2) UnC – Fundação Universidade do Contestado – Campus Canoinhas

Comarca de São Francisco do Sul

Local: 1) Bairro Balneário da Enseada

Local:2) Bairro Balneário do Ervino

Comarca de Xanxerê

Local: Faxinal dos Guedes

¹ Projeto Movimento pela Conciliação. Disponível em: <http://www.stf.gov.br/arquivo/cms/conciliarConteudoTextual/anexo/ProjetoConciliar.doc>. Acesso em 11/12/2007, às 13h30min.

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CASA DA CIDADANIA

ALCEBIR DAL PIZZOL

Responsável

1. UNIDADES INSTALADAS

1.1 Serviços instalados em 2007

- Casa da Cidadania de Bocaina do Sul – 24 de agosto
- Casa da Cidadania de Celso Ramos – 29 de novembro
- Casa da Cidadania de Ponte Alta – 30 de novembro
- Casa da Cidadania de Correia Pinto – 30 de novembro
- Casa da Cidadania de São Ludgero – 6 de dezembro

1.2 Unidades físicas inauguradas em 2007

- Timbó Grande – 15 de fevereiro
- Jaborá – 26 de abril

1.3 Serviços reativados

- Casa da Cidadania de Luzerna
- Casa da Cidadania de Fraiburgo
- Casa da Cidadania de Cocal do Sul

2. CAPACITAÇÃO DOS SECRETÁRIOS E CONCILIADORES

O Tribunal de Justiça, no ano de 2007, visando aprimorar o atendimento nas Casas da Cidadania, ofereceu curso de capacitação inicial às pessoas que passaram a integrar os

serviços em andamento, bem como a secretários e conciliadores que passariam a atuar nas novas unidades que foram instaladas no decorrer do ano. O referido curso de capacitação deu-se em etapas presenciais e virtuais. Tanto as presenciais quanto as virtuais ocorreram em parceria com a Academia Judicial.

Módulo I presencial – 16 a 18 de maio de 2007

Cidade: Florianópolis

Módulo II Virtual

Módulo III presencial – 13 a 15 de setembro de 2007

Cidade: Florianópolis

Pessoas capacitadas: 50

3 . PEDIDOS PARA INSTALAÇÃO DE CASAS DA CIDADANIA

Tramitam na Secretaria da Casa da Cidadania 11 processos de pleito para a criação destas, além de outros que aguardam novos impulsos.

4. NÚMERO DE SECRETÁRIOS E CONCILIADORES/MEDIADORES EM ATIVIDADE

Secretários: 79

Conciliadores:196

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

JUIZADOS ESPECIAIS

ANTÔNIO JULIÃO DA SILVA

Responsável

1. PROGRAMA JUSTIÇA PRESENTE EM ESTÁDIOS DE FUTEBOL

1.1 Partidas acompanhadas

Campeonato	Partidas
Catarinense	84
Copa do Brasil	10
Sul-Americana	1
Série A	36
Série B	19
TOTAL	150

1.1.1 Ocorrências registradas

56 em 24 jogos

2. PROGRAMA JUSTIÇA PRESENTE EM OUTROS EVENTOS

Acompanhou a XV Festa Nacional do Jeep (FenajEEP) nos dias 9 e 10 de junho de 2007 na comarca de Brusque.

3. PROJETO “CARTILHAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS” (258023-2006.3)

Distribuição inicial de 200 cartilhas (100 do Juizado Especial Cível e 100 do Juizado

Especial Criminal) para todas as comarcas do Estado. A solicitação de mais exemplares ficou a critério de cada uma das unidades jurisdicionais, conforme a necessidade. As cartilhas em meio virtual foram colocadas à disposição no portal do Tribunal de Justiça.

4. PROJETO “ACADÊMICO CONCILIADOR” (259579-200.6)

Assinatura do termo de convênio com 14 instituições de ensino superior:

Instituições de ensino	Data da assinatura
CESUSC	6/7/2007 (Convênio n. 047/2007)
UNOCHAPECÓ	17/10/2007
UNOESC	17/10/2007
UnC	17/10/2007
FURB	5/11/2007
UNERJ	5/11/2007
UNIBAVE	5/11/2007
UNIFEBE	5/11/2007
UNISUL	5/11/2007
UNESC	5/11/2007
UNIVILLE	5/11/2007
UNIDAVI	5/11/2007
UNIPLAC	5/11/2007
UNIVALI	5/11/2007

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

5. PROJETO “SIMPLIFICAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS” (259984-2006.8)

Encaminhado à Academia Judicial em 27/3/2007, deu origem ao projeto do Manual dos Procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais que está em fase de estudos e sugestões na Academia Judicial.

6. PRIMEIRO DIAGNÓSTICO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS NO ESTADO

6.1. Pesquisa virtual sobre os Juizados Especiais

Em parceria com o assessor especial da Presidência – Dr. Yduan de Oliveira May -, foi colocado à disposição questionário virtual a todos os magistrados da Justiça de primeiro grau, com 60 quesitos (31 do cível e 29 do crime) para aferir a realidade de todos os Juizados Especiais.

6.2. Viagem para identificar novos projetos relacionados aos Juizados Especiais

Nos dias 21-24/8; 3-5/9 e 17-21/9, em conjunto com o Dr. Yduan de Oliveira May, foram visitadas as comarcas abaixo relacionadas, as quais responderam que contribuíram para a

pesquisa virtual e que identificaram ter projeto próprio relacionado aos Juizados Especiais. São elas: Ituporanga, Rio do Sul, Chapecó, Capinzal, Videira, Fraiburgo, Tubarão, Criciúma, Laguna, Mafra, Araquari, Joinville, Blumenau, Brusque, Balneário Camboriú, Itajaí, São João Batista, Capital e São José.

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

MEDIAÇÃO FAMILIAR

FLÁVIA DE NOVAES COSTA

Responsável

I. FÓRUNS DE JUSTIÇA COM SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR E RESPECTIVAS DATAS DE INSTALAÇÃO

- 1 Abelardo Luz – março de 2002
- 2 Anchieta* – março de 2005
- 3 Balneário Camboriú – agosto de 2002
- 4 Brusque – outubro de 2007
- 5 Capital – setembro de 2001
- 6 Catanduvas* – março de 2004
- 7 Chapecó – setembro de 2004
- 8 Correia Pinto – março de 2005
- 9 Descanso – junho de 2007
- 10 Dionísio Cerqueira – maio de 2004
- 11 Ituporanga – abril de 2004 (desativado temporariamente)
- 12 Joinville – setembro de 2002
- 13 Mondaí – julho de 2006
- 14 Orleans – julho de 2007
- 15 São José – agosto de 2004
- 16 São Lourenço do Oeste – fevereiro de 2007
- 17 São Miguel do Oeste* – março de 2007
- 18 Trombudo Central – junho de 2005
- 19 Tubarão* – novembro de 2001

* Serviço em funcionamento na Casa da Cidadania

II. COMARCAS COM O SERVIÇO DE MEDIAÇÃO EM FASE DE IMPLANTAÇÃO

- 1 Campo Erê
- 2 Canoinhas
- 3 Cunha Porã
- 4 Mafra
- 5 São Domingos
- 6 Xanxerê

III. TREINAMENTOS REALIZADOS NO ANO DE 2007

Número de cursos: **4** (Capital, Chapecó, Itajaí e São Miguel do Oeste)

Carga horária: **40** horas-aula para cada curso

Número total de participantes: **123**

IV. OPERADORES DO PROJETO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR

Servidores do Judiciário que atuam como mediadores familiares: **14**

Acadêmicos mediadores (Psicologia, Serviço Social e Direito): **43**

Profissionais voluntários e à disposição do Judiciário (psicólogos, assistentes sociais e bacharéis em Direito): **28**

Advogados que atuam no sistema de plantão nos Serviços de Mediação Familiar: **60**

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

V. CAPACITAÇÃO DOS MEDIADORES

Até 2006 a capacitação foi realizada da seguinte forma: inicialmente era oferecido um curso de formação de base de 21 horas-aula, ministrado pela assistente social Eliedite Mattos Ávila, anterior ao início dos atendimentos e, posteriormente, um curso complementar também de 21 horas-aula com professor contratado. Os certificados dos cursos de capacitação eram emitidos pelas universidades parceiras do projeto e/ou pelo próprio Tribunal de Justiça, quando não havia envolvimento das instituições de ensino.

Em 2007 foi estabelecida parceria com o Centro de Estudos Jurídicos, e o conteúdo do curso de formação de base em mediação familiar foi adaptado ao formato duo modal, com aulas presenciais e virtuais. No mês de maio, ocorreram as primeiras etapas presenciais do curso (9 horas-aula), nas cidades de Chapecó, São Miguel do Oeste, Itajaí e na Grande Florianópolis. As aulas virtuais compreenderam um total equivalente a 22 horas/aula e puderam ser acessadas a partir da participação na etapa presencial inicial. A etapa presencial final (9 horas-aula) foi realizada em fins de junho e começo de julho. O conteúdo das aulas virtuais e presenciais foi elaborado e ministrado pela assistente social Simone Regina Medeiros da Silva, do Fórum da comarca de Joinville. No curso, também foram ministradas aulas de Introdução ao Direito de Família, pelo servidor

Alcebir Dal Pizzol, coordenador da Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos (SJEASC).

O ingresso de participantes nos cursos ocorre com base na indicação de magistrados, de coordenadores dos Serviços ou de professores supervisores de estágios.

VI. DADOS ESTATÍSTICOS²

Número de atendimentos no ano de 2007– de fevereiro a novembro

I – Comarca de Abelardo Luz

1. Atendimento na triagem

Total de atendimentos: **219**

Atendimentos encaminhados para mediação: **94**

Orientações gerais/outros: **125**

2. Resultado das mediações realizadas

84% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;

10% foram encaminhados para ações judiciais, pois não foi possível um acordo por meio da mediação.

II – Comarca de Balneário Camboriú

1. Atendimento na triagem

Total de atendimentos: **174**

Atendimentos encaminhados para mediação: **88**

Orientações gerais/outros: **86**

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

2. Resultado das mediações realizadas

76% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;
6,8% foram encaminhados para ações judiciais, pois não foi possível um acordo por meio da mediação.

III – Comarca da Capital

1. Atendimento na triagem

Total de atendimentos: **810**
Atendimentos encaminhados para mediação: **613**
Orientações gerais/outros: **197**

2. Resultado das mediações realizadas

36% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;
14% foram encaminhados para ações judiciais, pois não foi possível um acordo por meio da mediação.

IV – Comarca de Chapecó

1. Atendimento na triagem

Total de atendimentos: **168**
Atendimentos encaminhados para mediação: **143**
Orientações gerais/outros: **25**

2. Resultado das mediações realizadas

87% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;
12% foram encaminhados para ações judiciais, pois não foi possível um acordo por meio da mediação.

V – Comarca de Correia Pinto

1. Atendimento na triagem

Total de atendimentos: **46**
Atendimentos encaminhados para mediação: **14**
Orientações gerais/outros: **32**

2. Resultado das mediações realizadas

Os acordos realizados ainda não foram homologados.

VI – Comarca da Descanso

1. Atendimento na triagem

Total de atendimentos: **4**
Atendimentos encaminhados para mediação: **4**

2. Resultado das mediações realizadas

100% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados.

VII – Comarca de Dionísio Cerqueira

1. Atendimento na triagem

Total de atendimentos: **101**
Atendimentos encaminhados para mediação: **101**

2. Resultado das mediações realizadas

40% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;
10% foram encaminhados para ações judiciais, pois não foi possível um acordo por meio da mediação.

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

VIII – Comarca de Joinville

1. Atendimento na triagem

Total de atendimentos: **84**

Atendimentos encaminhados para mediação: **84**

2. Resultado das mediações realizadas

42% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;
2% foram encaminhados para ações judiciais, pois não foi possível um acordo por meio da mediação.

IX – Comarca de Mondaí

1. Atendimento na triagem

Total de atendimentos: **23**

Atendimentos encaminhados para mediação: **23**

2. Resultado das mediações realizadas

100% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados.

X – Comarca de Orleans

1. Atendimento na triagem

Total de atendimentos: **11**

Atendimentos encaminhados para mediação: **11**

2. Resultado das mediações realizadas

63% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados.

XI – Comarca de São José

1. Atendimento na triagem

Total de atendimentos: **146**

Atendimentos encaminhados para mediação: **108**

Orientações gerais/outros: **38**

2. Resultado das mediações realizadas

25% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;
12% foram encaminhados para ações judiciais, pois não foi possível um acordo por meio da mediação.

XII – Comarca de São Lourenço do Oeste

1. Atendimento na triagem

Total de atendimentos: **185**

Atendimentos encaminhados para mediação: **185**

2. Resultado das mediações realizadas

73% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;
3% foram encaminhados para ações judiciais, pois não foi possível um acordo por meio da mediação.

XIII – Comarca de Trombudo Central

2. Atendimento na triagem

Total de atendimentos: **98**

Atendimentos encaminhados para mediação: **41**

Orientações gerais/outros: **57**

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

2. Resultado das mediações realizadas

82% foram casos homologados consensualmente ou reconciliados;
7% foram encaminhados para ações judiciais, pois não foi possível um acordo por meio da mediação.

²– Os dados dos Serviços de Mediação Familiar referente às comarcas de Anchieta, Catanduvas, São Miguel do Oeste e Tubarão, em funcionamento nas Casas da Cidadania, foram agrupados e apresentados no relatório do Projeto Casa da Cidadania.
– A comarca de Brusque, implantou recentemente o SMF e o número inicial de atividades realizadas não justificou a remessa e inclusão de relatório.

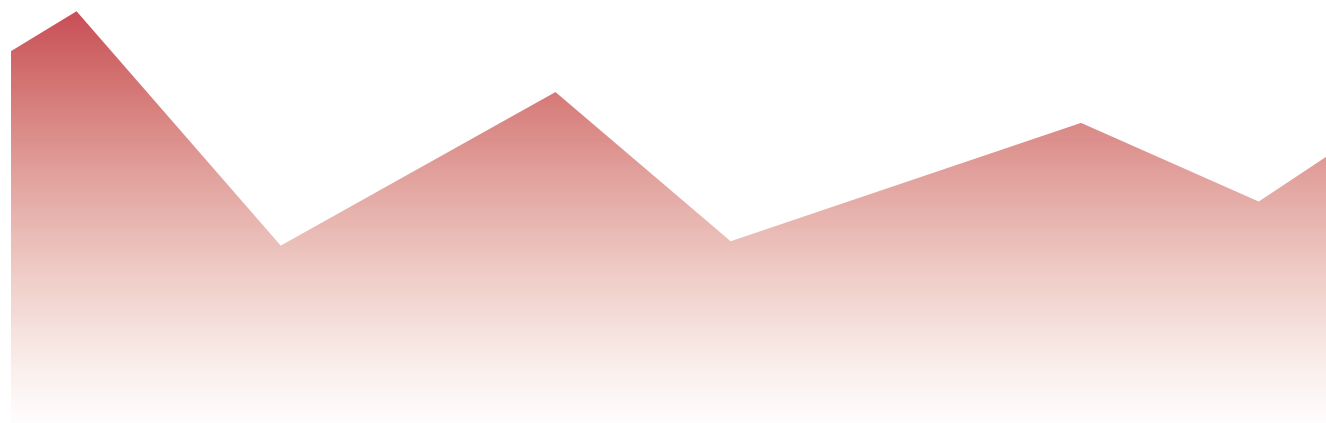
VII. RESUMO ESTATÍSTICO

Na média geral, o número de acordos efetuados por meio do Serviço de Mediação Familiar (SMF) obteve o índice de 67%, o que contribuiu para a diminuição do número de ações litigiosas que poderiam ingressar no Judiciário pelas vias tradicionais, ou seja, mais de 700 casos resolvidos consensualmente.

DIRETORIA JUDICIÁRIA

ROSÂNGELA CIVINSKI

Diretora



DIRETORIA JUDICIÁRIA

O Tribunal de Justiça, durante o ano judiciário de 2007, desenvolveu as atividades que serão apresentadas a seguir. Foram realizadas **661** sessões ordinárias, **05** extraordinárias e **03** solenes, assim distribuídas:

SESSÕES

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	SOLENES
TRIBUNAL PLENO	30	4	3
SEÇÃO CIVIL	10	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO CIVIL	11	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO COMERCIAL	10	0	0
GRUPO CÂMARAS DIREITO PÚBLICO	11	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO CIVIL	44	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO CIVIL	43	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO CIVIL	48	0	0
QUARTA CÂMARA DTO CIVIL	5	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO COMERCIAL	48	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO COMERCIAL	43	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO COMERCIAL	44	0	0
QUARTA CÂMARA DTO COMERCIAL	5	0	0
PRIMEIRA CÂMARA DTO PÚBLICO	45	0	0
SEGUNDA CÂMARA DTO PÚBLICO	49	0	0
TERCEIRA CÂMARA DTO PÚBLICO	44	0	0
QUARTA CÂMARA DTO PÚBLICO	4	0	0
SEÇÃO CRIMINAL	10	0	0
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	48	0	0
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	45	0	0
TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL	7	0	0
CÂMARA CÍVEL ESPECIAL	46	0	0
CONSELHO DA MAGISTRATURA	11	1	0
TOTAL	661	05	03

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS

Foram distribuídos **65.534**, julgados **54.231** e assinados **39.052** processos, assim distribuídos:

PROCESSOS CÍVEIS	Distribuídos		Decisões		Acórdãos Publicados
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Civil Pública	1	0	2	0	3
Ação de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)	0	0	1	0	1
Ação Direta de Inconstitucionalidade	103	0	84	2	97
Ação Popular	1	0	0	0	0
Ação Rescisória	505	0	87	90	77
Agravo (§3º, Art. 4º, Lei 8437/92 do CPC) em Ped. Susp. Liminar	0	4	3	1	4
Agravo Art. 39, Lei 8038/90	0	0	1	0	1
Agravo Art. 39, Lei 8038/90 em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Agravo Art. 522 do CPC	0	4	4	0	4
Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrumento	0	2	4	1	4
Agravo Art. 527, III do CPC em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Agravo Art. 532 do CPC	0	3	4	0	4
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	3	3	0	3
Agravo Art. 545 do CPC em AI	0	5	4	1	4
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	3442	2834	173	2819
Agravo de Instrumento	11308	0	5189	3885	5220
Agravo de Instrumento (inc) em MS	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	66	12	4	10
Agravo Regimental em ADIN	0	3	1	1	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	124	101	11	102
Agravo Regimental em Ap Cível (MS)	0	8	1	2	2

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS (CONT.)	Distribuídos		Decisões		Acórdãos Publicados
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	103	53	14	53
Agravo Regimental em Autos Suplementares	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	4	2	1	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	77	52	10	45
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cível	0	2	1	1	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada	0	3	2	0	2
Agravo Regimental em Ped. Susp. Liminar	0	5	0	1	0
Agravo Regimental em Pedido de Assistência	0	14	7	7	9
Agravo Regimental em Reclamação	0	0	0	0	1
Agravo Regimental em Suspensão de Exec. Sentença	0	1	0	1	0
Agravo Retido em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Apelação Cível	40273	0	23511	8864	23569
Apelação Cível (MS)	1383	0	1054	515	1172
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	10	0	5	1	5
Argüição de Inconstitucionalidade	24	0	6	0	10
Argüição de Inelegibilidade	0	1	0	0	0
Conflito de Competência	186	0	109	32	110
Consulta	1	0	1	0	1
Emb. à Execução em Pedido de Execução do Acórdão	0	1	1	1	1
Emb. de Divergência	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	20	12	7	11
Emb. Declaração em ADIN	0	10	7	3	9

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS (CONT.)	Distribuídos		Decisões		Acórdãos Publicados
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	605	402	257	391
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	4317	3478	870	3429
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	203	196	14	196
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	68	57	9	53
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	4	4	0	3
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	102	104	15	104
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental	0	2	0	1	0
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cível	0	2	2	0	1
Emb. Declaração em Reclamação	0	3	3	0	2
Emb. Declaração em Reexame Necessário	0	2	0	0	0
Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS	0	6	5	0	5
Emb. Declaração em Representação	0	0	2	0	1
Emb. Infringentes	94	0	142	5	168
Emb. Terceiro em Ação de Improbidade	0	0	0	0	1
Exceção de Impedimento	1	0	0	0	0
Exceção de Litispendência e Ilegitimidade	0	0	1	0	1
Exceção de Pré-executividade em Apelação Cível	0	3	0	3	0
Exceção de Suspeição	18	0	24	3	23
Execução Provisória em Mandado de Segurança	0	2	0	1	0
Habeas Corpus	231	0	213	27	208
Habeas Data	2	0	0	0	0
Impugnação à Assistência Judiciária	0	1	2	1	1
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	7	3	1	1

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS (CONT.)	Distribuídos		Decisões		Acórdãos Publicados
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Impugnação ao Valor da Causa em Autos Supplement.	0	1	0	0	0
Impugnação ao Valor da Causa em MS	0	0	1	0	1
Inquérito	9	0	0	2	0
Inquérito Judicial	3	0	3	0	2
Interpelação Judicial	1	0	0	0	0
Mandado de Injunção	2	0	4	0	4
Mandado de Segurança	997	0	785	202	829
Medida Cautelar	13	0	7	12	7
Medida Cautelar Incidental	0	71	40	23	40
Medida Cautelar Inominada	15	0	3	4	2
Notícia Criminal	1	0	0	0	0
Ordinária	3	0	1	2	1
Pedido de Assistência em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Pedido de Correição	1	0	0	1	0
Pedido de Execução de Honorários Advcatícios	3	0	1	1	1
Pedido de Execução de Honorários Advcatícios em Ação Resc.	0	1	0	2	0
Pedido de Execução de Honorários Advcatícios em ADIN	0	0	1	0	1
Pedido de Execução de Sentença em ADIN	0	1	0	0	0
Pedido de Execução do Acórdão	0	18	0	13	0
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	2	1	0	0
Pedido de Execução do Acórdão em MS	0	83	5	55	5
Pedido de Execução em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Pedido de Intervenção Federal no Estado	3	0	0	0	0

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS (CONT.)	Distribuídos		Decisões		Acórdãos Publicados
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Pedido de Intervenção Município	33	0	0	2	1
Pedido de Providências	1	0	1	0	1
Pedido de Seqüestro	1	0	0	0	0
Pedido de Uniformização de Jurisprudência	0	2	0	2	0
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em AI	0	1	1	0	1
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Ap. Cível	0	7	6	3	32
Petição em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Petição em Apelação Cível	0	2	0	2	0
Petição em Apelação Cível (MS)	0	2	0	2	0
Processo Administrativo	1	0	2	0	1
Processo Crime	4	0	2	2	2
Processo Previsto na LOMAN/Admin.	1	0	0	0	0
Queixa Crime	4	0	2	1	3
Reclamação	10	0	7	4	8
Reclamação em Agravo de Instrumento	0	2	1	0	1
Reclamação em Mandado de Segurança	0	1	0	1	0
Recurso de Decisão	6	0	1	2	2
Recurso Inominado	1	0	0	1	0
Reexame Necessário	456	0	84	108	82
Reexame Necessário em Mandado de Injunção	9	0	0	2	0
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	383	0	72	106	70
Representação	1	0	3	0	3
Termo Circunstanciado	0	0	1	0	1
TOTAL	56103	9431	38838	15393	39052

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CRIMINAIS

Foram distribuídos **8.685**, julgados **7.679** e assinados **7.271** processos, assim distribuídos:

PROCESSOS CRIMINAIS	Distribuídos		Decisões		Acórdãos Publicados
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	5	3	2	3
Agravo de Instrumento	17	0	10	5	10
Agravo Regimental em Embargos Infringentes	0	0	0	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Inquérito	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	7	5	0	5
Agravo Regimental em Recurso de Agravo	0	2	2	0	2
Agravo Regimental em Revisão Criminal	0	1	1	0	1
Apelação Cível (MS)	2	0	0	1	0
Apelação Criminal	4584	0	3600	122	3557
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	141	0	126	6	126
Carta Testemunhável	5	0	3	2	3
Conflito de Competência	1	0	0	0	0
Conflito de Jurisdição	45	0	51	2	51
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	113	97	5	101
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	24	20	0	19
Emb. Declaração em Inquérito	0	6	6	0	6
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Processo Crime	0	5	4	0	4
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	10	8	0	10
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	6	5	0	5

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CRIMINAIS (CONT.)	Distribuídos		Decisões		Acórdãos Publicados
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Emb. Declaração em Recurso em MS	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Revisão Criminal	0	0	1	0	0
Emb. Infringentes	16	0	16	1	13
Exceção de Suspeição	7	0	7	0	7
Habeas Corpus	2239	0	2160	52	2154
Indignidade p/ Oficialato	0	0	1	0	1
Inquérito	57	0	38	9	36
Mandado de Segurança	64	0	40	19	40
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Notícia Criminal	6	0	0	1	0
Pedido de Desaforamento	7	0	6	1	6
Pedido de Explicações	1	0	1	0	1
Perda de Graduação	0	0	1	0	1
Processo Crime	28	0	17	3	19
Queixa Crime	9	0	2	0	2
Reclamação	32	0	27	2	27
Reclamação em Apelação Criminal	0	2	3	0	3
Recurso Criminal	623	0	512	36	493
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	3	3	0	3
Recurso de Agravo	449	0	448	47	444
Recurso de Habeas Corpus	1	0	1	0	0
Recurso em Mandado de Segurança	1	0	3	0	2
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Representação	19	0	6	3	6
Revisão Criminal	123	0	90	15	91
Termo Circunstanciado	15	0	10	2	9
TOTAL	8493	192	7343	336	7271

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM
PARA O NÚMERO DE PROCESSOS
JULGADOS NO CÍVEL:**

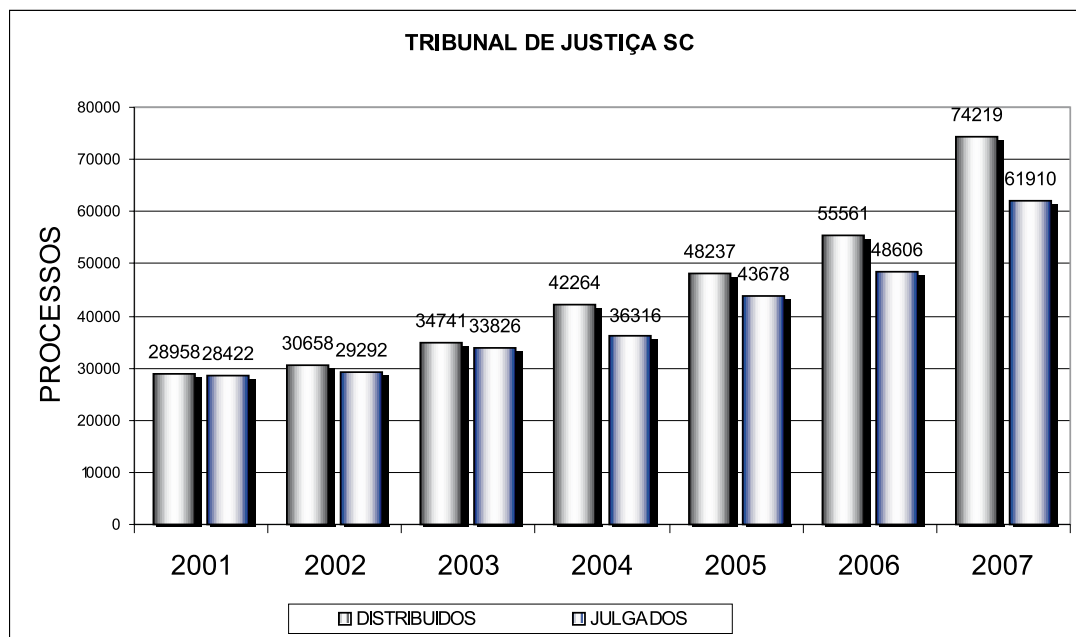
Capital	17746
Blumenau	7852
Criciúma	6446
Joinville	4258
Lages	3609
Itajaí	2925
Balneário Camboriú	2525
Chapecó	2410
Tubarão	2368
São José	2280
Rio do Sul	1554
Joaçaba	1162
Brusque	1149
Araranguá	1128
Fraiburgo	996
Palhoça	918
Gaspar	903
Concórdia	836
Capital/Estreito	828
Timbó	822

**COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM
PARA O NÚMERO DE PROCESSOS
JULGADOS NO CRIME:**

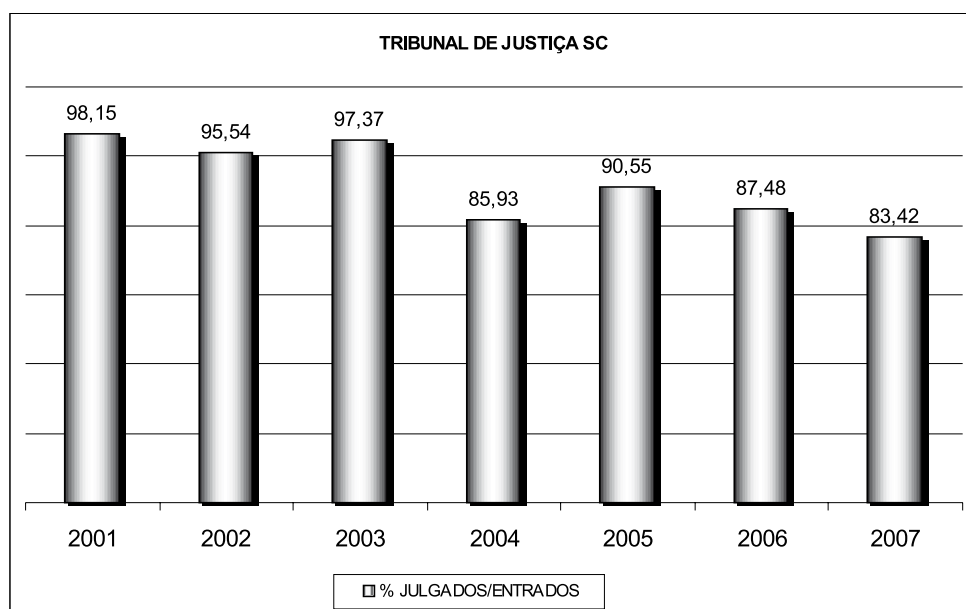
Capital	1144
Criciúma	697
Joinville	655
Chapecó	628
Itajaí	466
Balneário Camboriú	417
São José	381
Blumenau	381
Lages	331
Palhoça	174
Brusque	173
São Miguel do Oeste	166
Capital / Estreito	159
Tubarão	141
Laguna	135
Xanxerê	134
Videira	133
Gaspar	130
Rio do Sul	130
Curitibanos	129

DIRETORIA JUDICIÁRIA

DEMONSTRATIVO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS NOS ÚLTIMOS ANOS

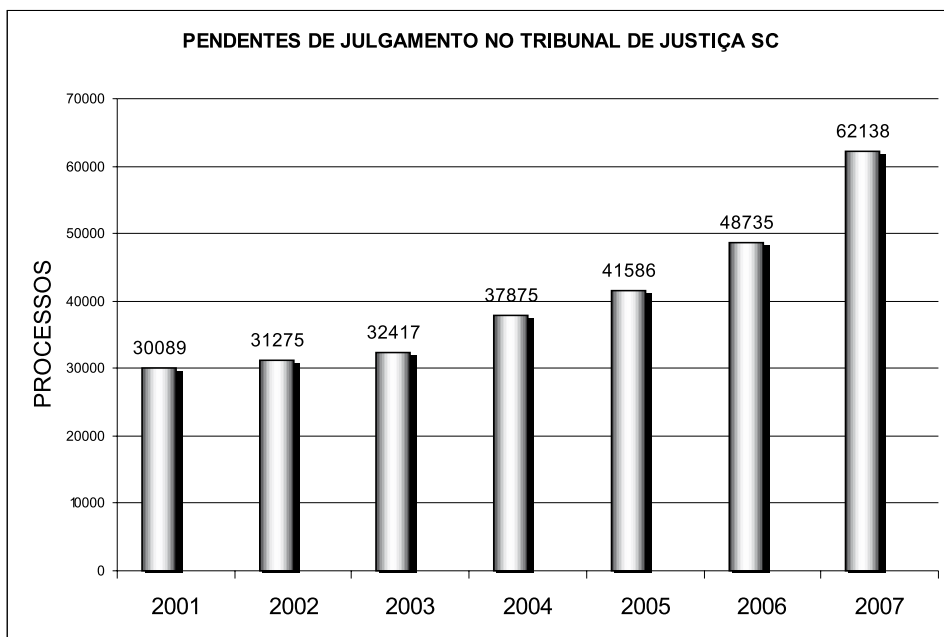


DEMONSTRATIVO DO PERCENTUAL DE JULGAMENTO EM RELAÇÃO À DISTRIBUIÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS

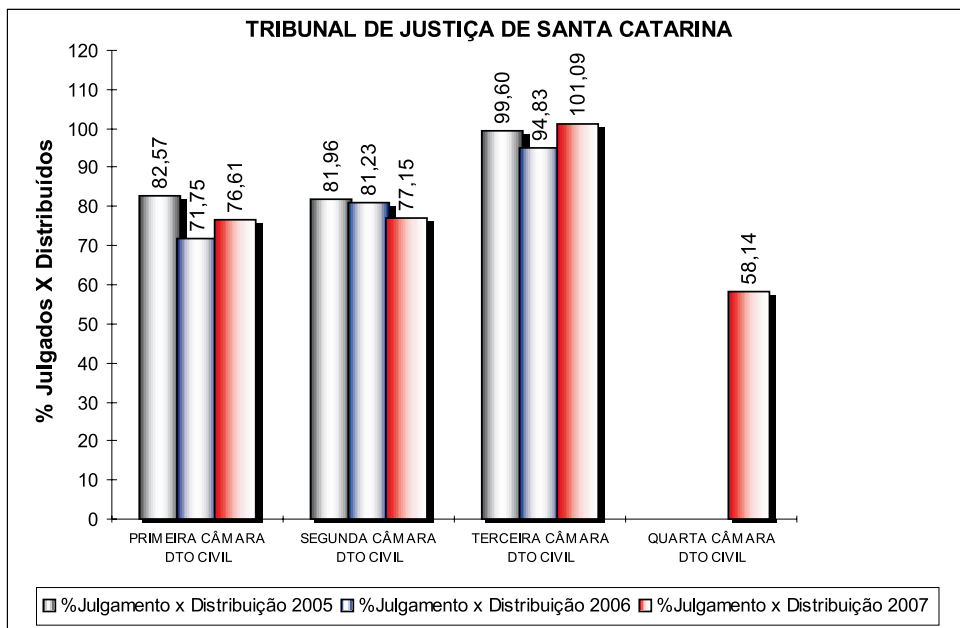


DIRETORIA JUDICIÁRIA

DEMONSTRATIVO DE PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NOS ÚLTIMOS ANOS

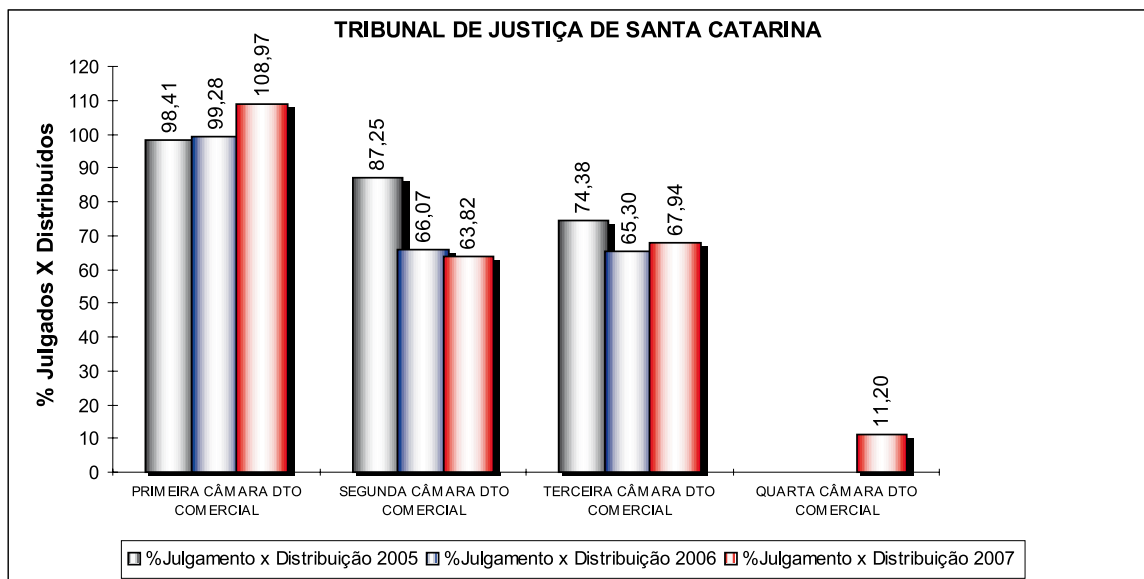


DEMONSTRATIVO DO PERCENTUAL DE JULGAMENTO EM RELAÇÃO À DISTRIBUIÇÃO DAS CÂMARAS DE DIREITO CIVIL

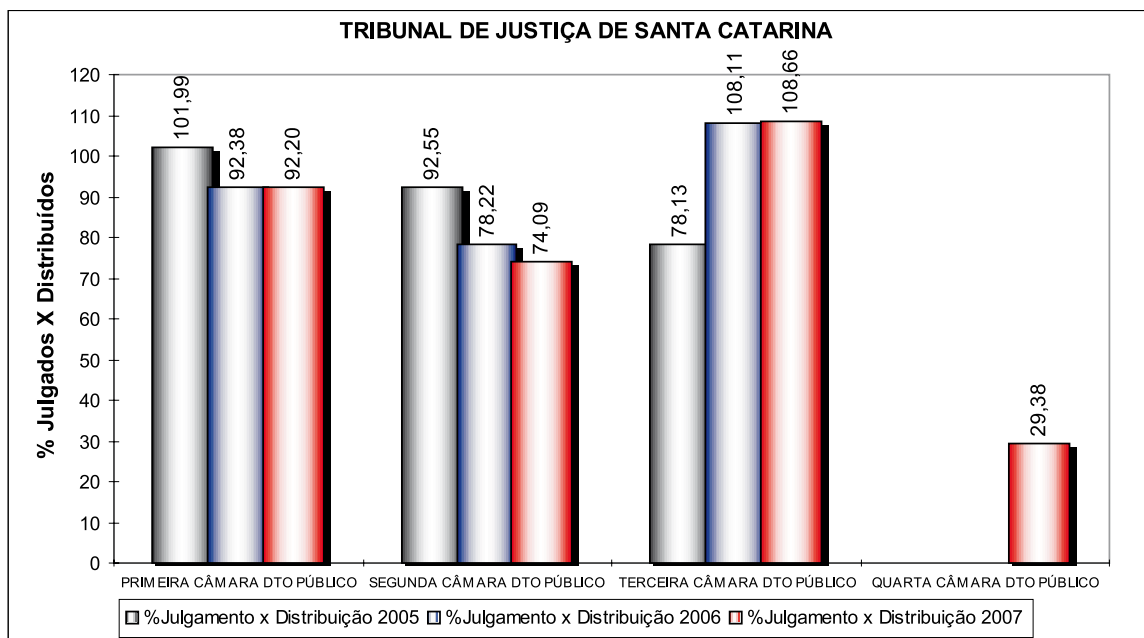


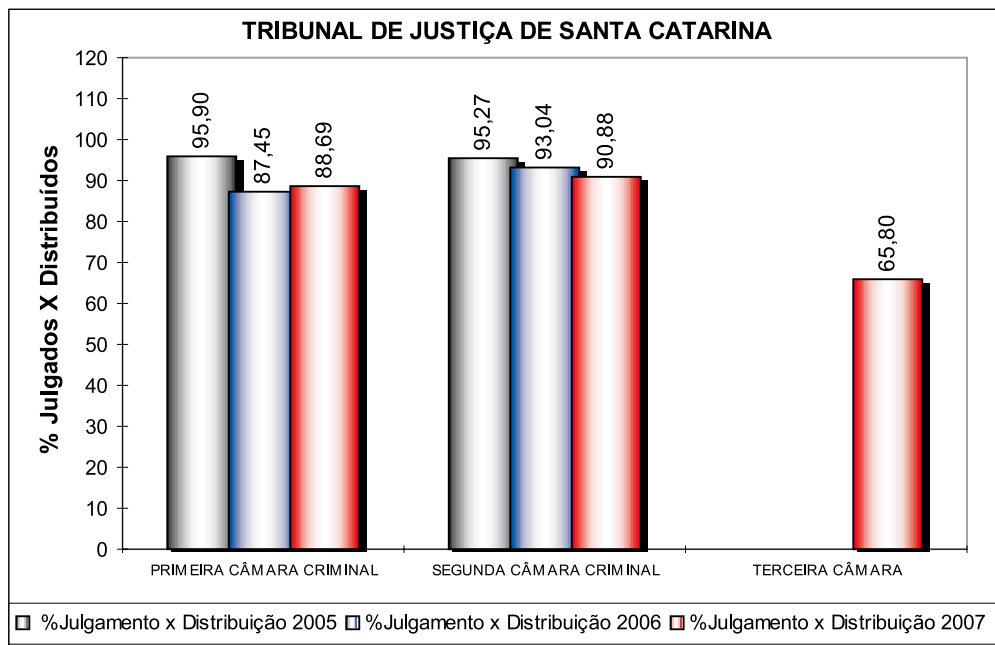
DIRETORIA JUDICIÁRIA

DEMONSTRATIVO DO PERCENTUAL DE JULGAMENTO EM RELAÇÃO À DISTRIBUIÇÃO DAS CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL



DEMONSTRATIVO DO PERCENTUAL DE JULGAMENTO EM RELAÇÃO À DISTRIBUIÇÃO DAS CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO



DEMONSTRATIVO DO PERCENTUAL DE JULGAMENTO EM RELAÇÃO À
DISTRIBUIÇÃO DAS CÂMARAS CRIMINAIS

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO TRIBUNAL PLENO - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	4	6	3	5	3	9	5
ALCIDES AGUIAR	8	4	0	5	0	7	7
AMARAL E SILVA	6	1	3	5	0	6	5
ANSELMO CERELLO	1	2	0	0	0	0	3
JORGE MUSSI	7	4	2	8	0	8	5
CARLOS PRUDÊNCIO	24	4	3	9	4	10	18
GASPAR RUBIK	16	3	0	1	0	1	18
PEDRO MANOEL ABREU	38	38	0	0	3	1	73
ORLI RODRIGUES	6	7	2	7	2	6	6
TRINDADE DOS SANTOS	11	5	0	3	1	3	12
SOUZA VARELLA	10	7	1	7	0	10	11
NEWTON TRISOTTO	0	3	0	3	0	5	0
SÉRGIO PALADINO	8	5	1	5	1	7	8
SOLON D'EÇA NEVES	20	10	1	9	3	5	19
MAZONI FERREIRA	5	5	0	2	0	3	8
VOLNEI CARLIN	6	5	0	6	0	6	5
IRINEU JOÃO DA SILVA	5	10	0	8	1	8	6
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	4	3	0	2	0	6	5
VANDERLEI ROMER	5	13	0	6	0	4	12
ELÁDIO TORRET ROCHA	8	0	30	11	17	15	10
WILSON A. DO NASCIMENTO	0	1	0	1	0	1	0
NELSON SCHAEFER MARTINS	6	5	1	3	3	2	6

DIRETORIA JUDICIÁRIA



QUADRO ANUAL DO TRIBUNAL PLENO - 2007 (CONT.)

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho		
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	2	4	0	0	0	0	6
MONTEIRO ROCHA	15	7	2	7	3	7	14
FERNANDO CARIONI	6	5	0	1	0	2	10
TORRES MARQUES	1	6	0	2	1	2	4
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	9	5	1	9	1	9	5
RUI FRANCISCO FORTES	7	7	0	3	1	4	10
GASTALDI BUZZI	9	4	0	3	0	2	10
MARCUS TÚLIO SARTORATO	9	3	0	1	1	3	10
CÉSAR ABREU	9	7	2	14	1	16	3
SALETE SILVA SOMMARIVA	12	3	1	3	2	5	11
RICARDO FONTES	1	3	1	3	0	3	2
NICANOR DA SILVEIRA	0	0	0	0	0	1	0
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	3	5	2	4	0	3	6
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	6	7	2	7	3	9	5
EDSON UBALDO	18	4	1	3	1	4	19
CID GOULART	5	5	0	2	0	1	8
HILTON CUNHA JÚNIOR	11	6	0	0	0	0	17
JAIME RAMOS	0	1	0	0	0	0	1
ALEXANDRE D'IVANENKO	0	3	0	0	0	0	3
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	0	1	0	0	0	0	1
SÉRGIO IZIDORO HEIL	0	1	0	0	0	0	1
TOTAL	321	228	59	168	52	194	388

DIRETORIA JUDICIÁRIA

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Direta de Inconstitucionalidade	103	0	84	2	97
Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Agravo (§3º, Art. 4º, Lei 8437/92 do CPC) em Ped. Susp. Liminar	0	4	3	1	4
Agravo de Instrumento	2	0	1	2	1
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	9	3	8	4
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em ADIN	0	3	1	1	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	0	1	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	2	1	2
Agravo Regimental em Ped. Susp. Liminar	0	5	0	1	0
Agravo Regimental em Pedido de Assistência	0	14	7	7	9
Agravo Regimental em Reclamação	0	0	0	0	1
Agravo Regimental em Suspensão de Exec. Sentença	0	1	0	1	0
Apelação Cível (MS)	0	0	1	0	2
Arguição de Inconstitucionalidade	24	0	6	0	10
Arguição de Inelegibilidade	0	1	0	0	0
Conflito de Competência	0	0	0	0	1
Consulta	1	0	1	0	1
Emb. à Execução em Pedido de Execução do Acórdão	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em ADIN	0	10	7	3	9
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Reclamação	0	1	1	0	0
Emb. Declaração em Representação	0	0	2	0	1
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental	0	1	0	1	0

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**PROCESSOS - TRIBUNAL PLENO, POR CLASSE - 2007 (CONT.)**

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	4	3	1	4
Exceção de Litispêndência e Ilegitimidade	0	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	1	0	0	1	0
Habeas Corpus	2	0	0	2	0
Inquérito	9	0	0	2	0
Inquérito Judicial	3	0	3	0	2
Interpelação Judicial	1	0	0	0	0
Mandado de Injunção	1	0	0	0	0
Mandado de Segurança	24	0	25	9	25
Notícia Criminal	1	0	0	0	0
Pedido de Execução de Sentença em ADIN	0	1	0	0	0
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em ADIN	0	0	1	0	1
Pedido de Intervenção Federal no Estado	3	0	0	0	0
Pedido de Intervenção Município	33	0	0	2	1
Pedido de Providências	1	0	1	0	1
Pedido de Seqüestro	1	0	0	0	0
Processo Administrativo	1	0	2	0	1
Processo Crime	4	0	2	2	2
Processo Previsto na LOMAN/Admin.	1	0	0	0	0
Queixa Crime	4	0	2	1	3
Reclamação	1	0	1	1	1
Recurso de Decisão	6	0	1	2	2
Representação	1	0	3	0	3
Termo Circunstanciado	0	0	1	0	1
TOTAL	228	59	168	52	194

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEÇÃO CIVIL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	3	4	2	6	1	7	2
ALCIDES AGUIAR	2	5	0	4	1	2	2
ANSELMO CERELLO	8	5	1	1	4	0	9
CARLOS PRUDÊNCIO	14	1	1	9	4	9	3
ORLI RODRIGUES	6	6	1	8	1	6	4
TRINDADE DOS SANTOS	3	5	0	2	0	2	6
MAZONI FERREIRA	5	6	4	5	6	3	4
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	4	6	4	8	3	10	3
VANDERLEI ROMER	6	5	0	3	3	3	5
VOLNEI CARLIN	4	17	3	4	5	3	15
NELSON SCHAEFER MARTINS	4	5	2	3	3	3	5
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	2	6	2	4	3	3	3
FERNANDO CARIONI	1	7	0	2	1	1	5
MONTEIRO ROCHA	4	6	1	1	4	1	6
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	4	3	1	7	0	5	1
RUI FRANCISCO FORTES	4	5	0	1	2	1	6
GASTALDI BUZZI	7	5	2	6	1	5	7
MARCUS TÚLIO SARTORATO	8	6	2	4	1	4	11
CÉSAR ABREU	8	6	0	2	4	2	8
SALETE SILVA SOMMARIVA	4	6	1	1	4	1	6
RICARDO FONTES	3	6	0	1	3	1	5
NICANOR DA SILVEIRA	0	0	0	0	0	5	0
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	3	6	1	6	1	6	3
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	4	4	2	3	2	3	5
EDSON UBALDO	6	5	1	1	1	1	10
CID GOULART	4	7	0	1	1	2	9

DIRETORIA JUDICIÁRIA



QUADRO ANUAL DA SEÇÃO CIVIL - 2007 (CONT.)

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho		
HILTON CUNHA JÚNIOR	3	6	0	0	0	0	9
JAIME RAMOS	1	1	0	0	2	0	0
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	0	1	0	1	0	0	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	4	0	1	0	0	0	5
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	3	1	0	4	1	0
ROBERTO LUCAS PACHECO	1	0	0	1	0	1	0
TOTAL	130	154	33	95	65	91	157

PROCESSOS - SEÇÃO CIVIL, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	5	0	2	1	1
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	2	1	2	1
Agravo Art. 39, Lei 8038/90 em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Agravo de Instrumento	2	0	1	2	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	11	6	2	6
Conflito de Competência	16	0	14	4	13
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	15	11	8	10
Emb. de Divergência	0	0	1	0	1
Emb. Infringentes	0	0	1	0	1
Mandado de Injunção	1	0	4	0	4
Mandado de Segurança	130	0	53	43	52
Medida Cautelar Incidental	0	2	1	0	1
Pedido de Execução do Acórdão em MS	0	1	0	1	0
Reclamação	0	0	0	1	0
Reclamação em Mandado de Segurança	0	1	0	1	0
TOTAL	154	33	95	65	91

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho		
CARLOS PRUDÊNCIO	26	7	7	3	4	5	33
GASPAR RUBIK	6	3	3	0	0	0	12
MAZONI FERREIRA	12	5	6	8	1	8	14
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	1	0	0	1	0	5	0
MONTEIRO ROCHA	13	4	2	4	2	5	13
FERNANDO CARIONI	6	5	4	8	1	4	6
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	10	4	3	12	0	12	5
MARCUS TÚLIO SARTORATO	15	7	4	7	0	8	19
SALETE SILVA SOMMARIVA	13	5	1	6	3	1	10
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	5	6	3	4	4	3	6
NEWTON JANKE	0	1	0	0	0	0	1
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	0	1	0	1	0	0	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	0	0	1	1	0	1	0
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	1	1	2	3	1	4	0
TOTAL	108	49	36	58	16	56	119

DIRETORIA JUDICIÁRIA



PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	20	0	15	3	9
Agravo Art. 532 do CPC	0	1	2	0	2
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	3	1	0	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	6	4	1	2
Agravo Regimental em Autos Suplementares	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	13	5	6	3
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	5	1	2	1
Emb. Infringentes	27	0	21	1	32
Impugnação ao Valor da Causa em Autos Suplement.	0	0	1	0	1
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	3	3	1	1
Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Medida Cautelar Incidental	0	3	2	0	2
Medida Cautelar Inominada	0	0	1	0	1
Ordinária	1	0	0	0	0
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	1	1	0	0
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em Ação Resc.	0	1	0	2	0
TOTAL	49	36	58	16	56

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho		
ALCIDES AGUIAR	3	1	2	3	0	2	3
ANSELMO CERELLO	1	0	3	1	3	1	0
TRINDADE DOS SANTOS	0	0	0	0	0	1	0
NELSON SCHAEFER MARTINS	1	1	0	2	0	5	0
GASTALDI BUZZI	9	2	2	8	1	7	4
SALETE SILVA SOMMARIVA	0	0	0	0	0	1	0
RICARDO FONTES	0	0	0	0	0	1	0
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	5	3	0	6	0	6	2
EDSON UBALDO	7	3	0	1	1	1	8
HILTON CUNHA JÚNIOR	6	2	0	0	0	0	8
JORGE SCHAEFER MARTINS	3	3	0	3	0	0	3
MARLI MOSIMANN VARGAS	0	3	0	1	0	0	2
SÉRGIO IZIDORO HEIL	0	3	3	5	0	5	1
PAULO ROBERTO C. COSTA	1	0	0	0	1	1	0
TOTAL	36	21	10	30	6	31	31

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	5	0	2	1	2
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	2	2	0	2
Apelação Cível	0	0	1	0	1
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	2	0	2

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2007 (CONT.)

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	6	2	3	1
Emb. Infringentes	16	0	21	2	23
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
TOTAL	21	10	30	6	31

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	41	131	76	104	74	96	70
ANSELMO CERELLO	0	34	2	0	2	0	34
ORLI RODRIGUES	52	122	28	80	11	78	111
VOLNEI CARLIN	74	125	34	126	8	119	99
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	29	120	20	84	18	101	67
VANDERLEI ROMER	52	114	41	99	22	88	86
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	72	121	37	101	21	100	108
RUI FRANCISCO FORTES	121	125	34	144	22	120	114
CÉSAR ABREU	92	122	48	136	30	153	96
NICANOR DA SILVEIRA	0	0	0	0	0	6	0
CID GOULART	102	119	24	67	3	148	175
JAIME RAMOS	0	19	1	1	2	1	17
SÔNIA MARIA SCHMITZ	2	1	1	2	1	4	1
JAIME RAMOS	52	14	10	70	6	70	0
JÂNIO MACHADO	0	4	0	0	0	0	4
TOTAL	689	1171	356	1014	220	1084	982

DIRETORIA JUDICIÁRIA

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	397	0	36	61	32
Agravo de Instrumento	2	0	1	0	0
Agravo de Instrumento (inc) em MS	0	1	1	0	1
Agravo Art. 532 do CPC	0	2	2	0	2
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	7	3	1	3
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	56	2	2	2
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	48	33	5	27
Apelação Cível	5	0	2	1	2
Apelação Cível (MS)	1	0	1	0	1
Conflito de Competência	0	0	1	1	1
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	1	0	1
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	79	89	4	89
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	49	50	0	49
Emb. à Execução em Pedido de Execução do Acórdão	0	0	0	1	0
Emb. Infringentes	51	0	99	2	112
Execução Provisória em Mandado de Segurança	0	2	0	1	0
Habeas Data	2	0	0	0	0
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	2	0	0	0
Mandado de Segurança	713	0	680	71	723
Pedido de Execução do Acórdão	0	18	0	13	0
Pedido de Execução do Acórdão em MS	0	82	5	54	5

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2007 (CONT.)**

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Ap. Cível	0	2	1	3	1
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em Ap. Cível	0	5	5	0	31
Reclamação	0	0	1	0	1
TOTAL	1171	356	1014	220	1084

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
CARLOS PRUDÊNCIO	2687	1539	364	682	584	1217	507	2107
GASPAR RUBIK	2	333	8	1655	0	7	0	1991
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	16	0	0	0	13	3	25	0
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	669	932	140	679	849	211	851	0
EDSON UBALDO	900	660	11	0	0	0	0	1571
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	0	10	0	124	98	36	98	0
DIONÍZIO JENCZAK	0	0	0	0	0	0	1	0
JAIME LUIZ VICARI	1	0	0	0	1	0	1	0
PAULO ROBERTO C. COSTA	2	0	0	0	2	0	2	0
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	2618	1295	107	2533	713	107	728	667
HENRY PETRY JÚNIOR	288	5	10	2	285	20	279	0
TOTAL	7183	4774	640		2545	1601	2492	6336

* Processos enviados a 4ª Câmara de Direito Civil e ao Cooperador. Processos recebidos pelo cooperador e novo membro da câmara.

DIRETORIA JUDICIÁRIA

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	19	0	5	4	5
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	214	190	10	173
Agravo de Instrumento	904	0	387	483	384
Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrumento	0	0	0	1	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	5	4	1	4
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	1	1	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	23	9	7	9
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	3	0	0	0
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Apelação Cível	3752	0	1653	853	1626
Apelação Cível (MS)	2	0	1	0	1
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	1	0	0	0	0
Conflito de Competência	25	0	11	11	11
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	63	27	41	27
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	297	196	156	195
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	1	1	1
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	0	1	0	0
Exceção de Suspeição	4	0	4	1	4
Habeas Corpus	50	0	44	14	41
Impugnação ao Valor da Causa na Apelação Cível	0	1	0	0	0
Mandado de Segurança	13	0	6	12	6
Medida Cautelar	1	0	1	1	1

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2007 (CONT.)**

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Medida Cautelar Incidental	0	30	3	1	2
Pedido de Execução em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Reclamação	1	0	0	1	0
Recurso Inominado	1	0	0	1	0
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
TOTAL	4774	640	2545	1601	2492

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
GASPAR RUBIK	0	0	0	0	0	0	2	0
MAZONI FERREIRA	1787	1507	90	614	848	99	835	1823
MONTEIRO ROCHA	2129	1135	88	2247	1075	30	1079	0
LUIZ CARLOS FREYESLEBEN	1880	1509	97	597	1042	11	1201	1836
NEWTON JANKE	0	348	6	1630	82	47	60	1855
JORGE SCHAEFER MARTINS	434	15	21	8	469	9	459	0
JAIME LUIZ VICARI	398	0	0	0	0	1	0	397
MARLI MOSIMANN VARGAS	0	2	0	0	2	0	2	0
LÉDIO ROSA DE ANDRADE	0	3	0	0	3	0	3	0
HENRY PETRY JÚNIOR	0	1	0	1	0	2	0	0
TOTAL	6628	4520	302		3521	199	3641	5911

* Processos enviados a 4ª Câmara de Direito Civil e ao Cooperador. Processos recebidos pelo cooperador e novo membro da câmara.

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	11	0	6	3	7
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	3	5	8	5
Agravo de Instrumento	891	0	800	63	829
Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrumento	0	0	2	0	2
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	2	0	2
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	3	1	2	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	2	1	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	2	0	1	0
Agravo Regimental em Medida Cautelar	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada	0	2	1	0	1
Apelação Cível	3501	0	2394	84	2458
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	3	0	3	0	3
Conflito de Competência	22	0	12	0	12
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	54	44	1	49
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	223	169	12	190
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	0	2	0
Emb. Declaração em Reclamação	0	1	1	0	1
Exceção de Impedimento	1	0	0	0	0
Exceção de Suspeição	7	0	6	0	5
Habeas Corpus	56	0	50	2	49

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2007 (CONT.)**

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Impugnação à Assistência Judiciária	0	1	0	1	0
Mandado de Segurança	18	0	11	11	11
Medida Cautelar	9	0	2	9	2
Medida Cautelar Incidental	0	5	5	0	6
Pedido de Uniformização de Jurisprudência em AI	0	1	1	0	1
Reclamação	1	0	2	0	3
TOTAL	4520	302	3521	199	3641

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
FERNANDO CARIONI	389	1178	202	212	1425	12	1374	120
MARCUS TÚLIO SARTORATO	993	1090	155	216	1499	9	1423	514
SALETE SILVA SOMMARIVA	403	767	89	230	997	32	822	0
MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA	217	346	25	0	0	0	0	588
SÉRGIO IZIDORO HEIL	358	400	100	0	852	6	857	0
JÂNIO MACHADO	0	39	0	8	47	0	47	0
HENRY PETRY JÚNIOR	176	540	16	2	113	9	106	612
TOTAL	2536	4360	587		4933	68	4629	1834

* Processos enviados a 4ª Câmara de Direito Civil e ao Cooperador. Processos recebidos pelo cooperador e novo membro da câmara.

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	15	0	5	3	5
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	2	4	0	4
Agravo de Instrumento	856	0	818	12	767
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	3	3	0	2
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	11	10	0	8
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	1	1	0	0
Apelação Cível	3376	0	3410	25	3216
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	1	0	1	0	1
Conflito de Competência	28	0	17	2	13
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	63	61	1	58
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	486	511	4	466
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	4	2	2	1
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	3	3	0	3
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Emb. Declaração em Reclamação	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	2	0	8	0	8
Habeas Corpus	65	0	68	2	67
Impugnação à Assistência Judiciária	0	0	1	0	1
Mandado de Segurança	14	0	2	12	2

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2007 (CONT.)**

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Medida Cautelar Incidental	0	7	2	3	2
Medida Cautelar Inominada	0	0	1	0	0
Ordinária	0	0	1	0	1
Pedido de Correição	1	0	0	1	0
Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Petição em Ação Rescisória	0	1	0	1	0
Reclamação	2	0	1	0	1
Reclamação em Agravo de Instrumento	0	2	1	0	1
TOTAL	4360	587	4933	68	4629

QUADRO ANUAL DA QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
TRINDADE DOS SANTOS	0	224	1	1131	80	13	37	1263
NELSON SCHAEFER MARTINS	0	217	0	1144	62	12	60	1287
MONTEIRO ROCHA	0	231	27	1084	240	0	209	1102
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	0	0	0	1207	0	0	0	1207
TOTAL	0	672	28		382	25	306	4859

* Processos recebidos pelos membros da 4ª Câmara de Direito Civil.

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS - QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	4	0	0	0	0
Agravo de Instrumento	135	0	67	14	64
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	8	0	0	0
Apelação Cível	524	0	279	11	236
Apelação Cível (MS)	0	0	1	0	1
Conflito de Competência	4	0	2	0	2
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	2	8	0	0
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	17	21	0	0
Habeas Corpus	4	0	4	0	3
Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Medida Cautelar Incidental	0	1	0	0	0
TOTAL	672	28	382	25	306

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
ANSELMO CERELLO	1888	1612	447	1934	1218	795	1217	0
RICARDO FONTES	1235	1970	906	402	1908	1405	1907	396
SALIM SCHEAD DOS SANTOS	1808	1945	831	479	1562	1259	1576	1284
MARLI MOSIMANN VARGAS	0	359	156	1557	166	16	164	1890
JÂNIO MACHADO	558	50	114	92	788	26	787	0
RODRIGO ANTÔNIO DA CUNHA	19	0	0	0	0	0	0	19
TOTAL	5508	5936	2454		5642	3501	5651	3589

* Processos enviados a 4ª Câmara de Direito Comercial e ao Cooperador. Processos recebidos pelo cooperador e novo membro da câmara.

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2007**

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	2	0	4	0	4
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	1297	1189	12	1189
Agravo de Instrumento	753	0	590	206	593
Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	36	14	5	16
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	5	3	1	3
Apelação Cível	5129	0	3184	2837	3189
Conflito de Competência	25	0	11	8	11
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	47	43	6	43
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	1058	573	415	573
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental	0	1	0	0	0
Habeas Corpus	17	0	14	2	14
Mandado de Segurança	5	0	1	3	1
Medida Cautelar	1	0	2	0	2
Medida Cautelar Incidental	0	8	12	5	11
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Petição em Apelação Cível	0	1	0	1	0
Reclamação	3	0	1	0	1
TOTAL	5936	2454	5642	3501	5651

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
TRINDADE DOS SANTOS	1708	1609	91	2203	1089	116	1068	0
NELSON SCHAEFER MARTINS	2032	1487	160	2473	1083	123	1107	0
EDSON UBALDO	2266	1881	147	747	686	138	648	2723
JORGE SCHAEFER MARTINS	0	367	7	1457	135	6	38	1690
SÉRGIO IZIDORO HEIL	0	372	20	1776	89	0	84	2079
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	486	112	31	39	472	15	494	181
REJANE ANDERSEN	302	0	0	0	0	3	0	299
ROBERTO LUCAS PA-CHECO	19	97	7	2	123	2	120	0
TOTAL	6813	5925	463		3677	403	3559	6972

* Processos enviados a 4ª Câmara de Direito Comercial e ao Cooperador. Processos recebidos pelo cooperador e novo membro da câmara.

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	3	0	2	1	2
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	24	19	0	20
Agravo de Instrumento	766	0	510	123	500
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	2	1	0	1
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	2	1	0	1
Apelação Cível	5115	0	2702	259	2599
Conflito de Competência	22	0	9	1	9
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	29	32	2	32

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2007 (CONT.)**

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	401	384	7	378
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	0	1	0	1
Exceção de Suspeição	2	0	2	0	2
Habeas Corpus	14	0	13	1	13
Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória	0	1	0	0	0
Mandado de Segurança	1	0	0	3	0
Medida Cautelar Incidental	0	4	1	5	1
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	1	0
Reexame Necessário	1	0	0	0	0
TOTAL	5925	463	3677	403	3559

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
ALCIDES AGUIAR	2308	1969	100	829	884	137	815	2527
GASTALDI BUZZI	1645	2026	322	829	1020	433	1058	1711
HILTON CUNHA JÚNIOR	2057	1919	486	846	386	909	384	2321
PAULO ROBERTO C. COSTA	905	64	76	20	676	3	757	386
REJANE ANDERSEN	989	19	21	13	308	1	270	733
TOTAL	7904	5997	1005		3274	1483	3284	7678

* Processos enviados a 4ª Câmara de Direito Comercial e ao Cooperador. Processos recebidos pelo cooperador e novo membro da câmara.

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	5	0	1	4	1
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	586	224	5	223
Agravo de Instrumento	751	0	624	142	659
Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cível	0	2	1	1	1
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	10	3	0	3
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	2	1	0	1
Agravo Retido em Apelação Cível	0	0	1	0	1
Apelação Cível	5191	0	2056	1220	2049
Conflito de Competência	26	0	18	1	18
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	36	38	9	37
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	362	281	89	264
Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cível	0	2	2	0	1
Exceção de Suspeição	0	0	0	1	0
Habeas Corpus	14	0	10	3	12
Mandado de Segurança	9	0	1	5	1
Medida Cautelar	0	0	2	0	2
Medida Cautelar Incidental	0	4	9	3	9
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Pedido de Assistência em Apelação Cível	0	0	1	0	1
TOTAL	5997	1005	3274	1483	3284

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
LÉDIO ROSA DE ANDRADE	0	384	0	1689	11	8	3	2054
CARSTENS KÖHLER	0	317	0	1999	57	1	52	2258
JOÃO HENRIQUE BLASI	0	192	0	1605	19	4	17	1774
JOSÉ INÁCIO SCHAEFER	0	0	0	518	0	0	0	518
TOTAL	0	893	0		87	13	72	6604

* Processos recebidos pelos membros da 4ª Câmara de Direito Comercial.

PROCESSOS - QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo de Instrumento	143	0	12	7	6
Apelação Cível	744	0	74	6	66
Conflito de Competência	5	0	0	0	0
Habeas Corpus	0	0	1	0	0
Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
TOTAL	893	0	87	13	72

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
VOLNEI CARLIN	648	1845	373	203	887	1015	886	761
VANDERLEI ROMER	468	1800	370	205	1150	843	1214	440
SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ	668	1837	307	206	990	839	982	777
NICANOR DA SILVEIRA	0	0	0	0	0	0	13	0
NEWTON JANKE	278	69	73	8	390	38	385	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	18	2	0	10	10	8	0
PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA	48	0	0	0	0	0	0	48
TOTAL	2110	5569	1125		3427	2745	3488	2026

* Processos enviados a 4ª Câmara de Direito Público e ao Cooperador. Processos recebidos pelo cooperador e novo membro da câmara.

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	9	0	4	5	3
Ação Popular	1	0	0	0	0
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	588	528	64	525
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	0	0	0	0
Agravo de Instrumento	627	0	342	197	350
Agravo Regimental em Ap Cível (MS)	0	8	1	2	2
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	3	3	0	3
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Apelação Cível	4177	0	1769	1988	1805
Apelação Cível (MS)	460	0	282	267	292

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2007 (CONT.)**

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	4	0	1	1	1
Conflito de Competência	6	0	5	3	6
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	34	38	2	39
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	414	345	104	351
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	64	59	11	61
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	1	0
Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS	0	3	2	0	2
Exceção de Pré-executividade em Apelação Cível	0	2	0	2	0
Exceção de Suspeição	1	0	2	0	2
Habeas Corpus	4	0	3	1	3
Impugnação à Assistência Judiciária	0	0	1	0	0
Mandado de Segurança	16	0	3	7	4
Medida Cautelar	1	0	0	1	0
Medida Cautelar Incidental	0	2	1	2	1
Medida Cautelar Inominada	9	0	1	2	1
Ordinária	1	0	0	1	0
Pedido de Uniformização de Jurisprudência	0	2	0	2	0
Petição em Apelação Cível	0	1	0	1	0
Reclamação	1	0	0	1	0
Reexame Necessário	135	0	21	47	21
Reexame Necessário em Mandado de Injunção	6	0	0	2	0
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	111	0	13	31	13
TOTAL	5569	1125	3427	2745	3488

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	230	1403	178	296	1479	36	1468	0
ORLI RODRIGUES	363	1718	155	299	923	102	948	912
CÉSAR ABREU	92	420	8	0	0	0	0	520
CID GOULART	585	1744	110	287	1034	58	1143	1060
JAIME RAMOS	476	349	147	13	974	11	987	0
RICARDO JOSÉ ROESLER	462	0	0	0	0	0	0	462
TOTAL	2208	5634	598		4410	207	4546	2954

* Processos enviados a 4ª Câmara de Direito Público e ao Cooperador. Processos recebidos pelo cooperador e novo membro da câmara.

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Civil Pública	1	0	1	0	2
Ação de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92)	0	0	1	0	1
Ação Rescisória	6	0	3	3	3
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	24	18	4	17
Agravo de Instrumento	646	0	461	7	472
Agravo Art. 522 do CPC	0	4	4	0	4
Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	2	0	1	0
Agravo Regimental em Ação Rescisória	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	2	1	0	1
Apelação Cível	4241	0	2876	101	2981
Apelação Cível (MS)	448	0	395	42	421

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2007 (CONT.)**

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	1	0	0	0	0
Conflito de Competência	3	0	6	0	6
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	38	40	1	39
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	466	472	2	471
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	47	50	1	50
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Reexame Necessário	0	2	0	0	0
Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	0	1	0
Emb. Terceiro em Ação de Improbidade	0	0	0	0	1
Exceção de Pré-executividade em Apelação Cível	0	1	0	1	0
Exceção de Suspeição	1	0	1	0	1
Habeas Corpus	2	0	3	0	3
Mandado de Segurança	19	0	1	11	2
Medida Cautelar Incidental	0	4	4	3	4
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Ordinária	1	0	0	1	0
Petição em Apelação Cível (MS)	0	2	0	2	0
Reclamação	1	0	1	0	1
Reexame Necessário	142	0	34	9	32
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	121	0	33	17	29
TOTAL	5634	598	4410	207	4546

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
FRANCISCO OLIVEIRA FILHO	410	460	4	0	0	0	0	874
LUIZ CÉZAR MEDEIROS	544	1324	377	0	1630	419	1631	196
RUI FRANCISCO FORTES	1447	1293	222	583	1129	448	1144	802
CÉSAR ABREU	895	867	251	290	1234	489	1300	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	702	1341	324	0	965	709	1268	693
TOTAL	3998	5285	1178		4958	2065	5343	2565

* Processos enviados a 4ª Câmara de Direito Público e ao Cooperador. Processos recebidos pelo cooperador e novo membro da câmara.

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Ação Rescisória	4	0	1	1	2
Ação Civil Pública	0	0	1	0	1
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	414	374	39	384
Agravo de Instrumento	598	0	551	139	577
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	3	1	0	1
Agravo Regimental em Apelação Cível	0	13	11	0	11
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	0	1	0
Apelação Cível	3936	0	2926	1466	3175
Apelação Cível (MS)	430	0	370	206	452
Conflito de Competência	4	0	3	1	7

DIRETORIA JUDICIÁRIA



PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2007 (CONT.)

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Emb. Declaração em Ação Rescisória	0	2	1	0	1
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	58	54	2	51
Emb. Declaração em Apelação Cível	0	592	525	81	540
Emb. Declaração em Apelação Cível (MS)	0	92	87	2	85
Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS	0	2	2	0	2
Exceção de Suspeição	0	0	1	0	1
Habeas Corpus	3	0	3	0	3
Mandado de Segurança	32	0	2	15	2
Medida Cautelar	1	0	0	1	0
Medida Cautelar Incidental	0	1	0	1	1
Medida Cautelar Inominada	2	0	0	1	0
Pedido de Execução de Honorários Advocatícios	3	0	1	1	1
Reexame Necessário	145	0	25	52	25
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	127	0	19	56	21
TOTAL	5285	1178	4958	2065	5343

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
ANSELMO CERELLO	0	253	0	799	104	6	100	942
JOSÉ VOLPATO	0	0	0	799	0	0	0	0
JAIME RAMOS	0	281	0	781	117	1	94	944
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	9	0	0	0	9	1	0
JÂNIO MACHADO	0	230	0	799	0	0	0	1029
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	3	0	0	0	3		0
TOTAL	0	776	0		221	19	195	2915

* Processos recebidos pelos membros da 4ª Câmara de Direito Público.

PROCESSOS - QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo de Instrumento	93	0	22	4	15
Apelação Cível	582	0	185	13	167
Apelação Cível (MS)	42	0	3	0	2
Reexame Necessário	33	0	4	0	4
Reexame Necessário em Mandado de Injunção	3	0	0	0	0
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	23	0	7	2	7
TOTAL	776	0	221	19	195

DIRETORIA JUDICIÁRIA



QUADRO ANUAL DA CÂMARA CÍVEL ESPECIAL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho		
WILSON A . DO NASCIMENTO	0	0	0	0	0	2	0
VICTOR FERREIRA	191	2665	97	95	637	97	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	17	6	9	26	6	25	0
TÚLIO PINHEIRO	2	37	6	4	41	4	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	27	38	1	15	51	15	0
JÂNIO MACHADO	5	21	0	3	23	3	0
JAIME LUIZ VICARI	412	2932	213	139	1111	136	0
MARLI MOSIMANN VARGAS	375	2491	126	75	527	70	0
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	1	7	0	0	8	0	0
LÉDIO ROSA DE ANDRADE	0	525	46	39	301	39	0
DOMINGOS PALUDO	0	857	18	0	0	0	875
PAULO ROBERTO SARTORATO	0	856	19	0	0	0	875
ROBSON LUZ VARELA	0	853	22	0	0	0	875
TOTAL	1030	11288	557	396	2705	391	2625

DESEMBARGADORES	REDISTRIBUÍDOS CAM. ISOLADAS	DESPACHOS DE EXPEDIENTE
WILSON A . DO NASCIMENTO	0	0
SALETE SILVA SOMMARIVA	0	0
VICTOR FERREIRA	2221	2810
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	76
TÚLIO PINHEIRO	0	72
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	0	96
JÂNIO MACHADO	0	54

DIRETORIA JUDICIÁRIA

DESEMBARGADORES (CONT.)	REDISTRIBUÍDOS CAM. ISOLADAS	DESPACHOS DE EXPEDIENTE
JAIME LUIZ VICARI	2307	2452
MARLI MOSIMANN VARGAS	2390	2522
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	13
LÉDIO ROSA DE ANDRADE	231	329
DOMINGOS PALUDO	0	0
PAULO ROBERTO SARTORATO	0	0
ROBSON LUZ VARELA	0	3
TOTAL	7149	8427

PROCESSOS - CÂMARA CIVIL ESPECIAL, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	269	275	20	270
Agravo de Instrumento	11288	0	2	2484	2
Agravo Art. 39, Lei 8038/90	0	0	1	0	1
Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrumento	0	2	2	0	2
Agravo Art. 527, III do CPC em Agravo de Instrumento	0	0	1	0	1
Agravo Art. 545 do CPC em AI	0	5	4	1	4
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	100	94	8	95
Agravo (§3º, Art.4º, Lei 8437/92 do CPC) em AI	0	0	0	0	0
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	181	17	192	16
TOTAL	11288	557	396	2705	391

DIRETORIA JUDICIÁRIA



QUADRO ANUAL DA SEÇÃO CRIMINAL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho		
AMARAL E SILVA	7	18	0	15	0	13	10
JORGE MUSSI	0	3	0	3	0	3	0
GASPAR RUBIK	9	1	0	8	2	7	0
SOUZA VARELLA	8	17	0	15	0	13	10
SÉRGIO PALADINO	12	15	1	17	0	18	11
SOLON D'EÇA NEVES	7	15	0	18	0	17	4
IRINEU JOÃO DA SILVA	5	18	1	15	1	15	8
TORRES MARQUES	4	17	1	8	12	13	2
SALETE SILVA SOMMARIVA	0	14	0	0	0	0	14
ALEXANDRE D'IVANENKO	0	3	0	0	0	0	3
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	3	15	0	0	0	0	18
CARSTENS KÖHLER	8	5	0	12	1	10	0
ROBERTO LUCAS PACHECO	1	0	0	1	0	1	0
TOTAL	64	141	3	112	16	110	80

PROCESSOS - SEÇÃO CRIMINAL REUNIDAS, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Regimental em Embargos Infringentes	0	0	0	0	1
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Revisão Criminal	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Revisão Criminal	0	0	1	0	0
Emb. Declaração em Embargos Infringentes	0	1	1	0	1

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS - SEÇÃO CRIMINAL REUNIDAS, POR CLASSE - 2007 (CONT.)

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Emb. Infringentes	16	0	16	1	13
Habeas Corpus	1	0	0	0	0
Indignidade p/ Oficialato	0	0	1	0	1
Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Perda de Graduação	0	0	1	0	1
Revisão Criminal	123	0	90	15	91
TOTAL	141	3	112	16	110

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
AMARAL E SILVA	268	1009	24	201	860	7	856	233
GASPAR RUBIK	750	709	12	964	506	1	482	0
SOUZA VARELLA	412	907	8	306	588	21	595	412
SOLON D'EÇA NEVES	212	1039	27	199	917	6	902	156
JORGE SCHAEFER MARTINS	0	0	1	0	1	0	1	0
CARSTENS KÖHLER	78	35	1	0	113	1	113	0
TÚLIO PINHEIRO	187	122	7	107	407	10	407	6
MARLI MOSIMANN VARGAS	0	78	0	6	82	2	81	0
REJANE ANDERSEN	0	10	0	0	10	0	8	0
ROBERTO LUCAS PACHECO	4	18	0	0	22	0	22	0
TOTAL	1911	3927	80		3506	48	3467	807

* Processos enviados a 3ª Câmara Criminal e ao Cooperador. Processos recebidos pelo cooperador e novo membro da câmara.

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2007**

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo de Instrumento	8	0	5	1	5
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	5	4	0	4
Apelação Criminal	2126	0	1601	20	1581
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	64	0	65	2	65
Carta Testemunhável	1	0	1	0	1
Conflito de Jurisdição	19	0	24	0	24
Emb. Declaração em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	2	1	0	1
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	54	45	0	49
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	6	4	0	3
Emb. Declaração em Inquérito	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Processo Crime	0	3	3	0	3
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	7	6	0	8
Exceção de Suspeição	1	0	1	0	1
Habeas Corpus	1085	0	1168	4	1168
Inquérito	24	0	17	1	15
Mandado de Segurança	34	0	18	10	18
Medida Cautelar Inominada	1	0	0	0	0
Notícia Criminal	2	0	0	0	0
Pedido de Desaforamento	3	0	3	0	3
Pedido de Explicações	1	0	1	0	1
Processo Crime	10	0	8	2	10
Queixa Crime	6	0	1	0	1

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2007 (CONT.)

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Reclamação	16	0	11	0	11
Recurso Criminal	299	0	265	5	247
Recurso de Agravo	211	0	236	2	233
Recurso de Habeas Corpus	1	0	1	0	0
Recurso em Mandado de Segurança	0	0	3	0	2
Reexame Necessário em Mandado de Segurança	0	0	1	0	1
Representação	7	0	5	0	5
Termo Circunstanciado	8	0	5	1	4
TOTAL	3927	80	3506	48	3467

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
JORGE MUSSI	74	507	11	199	384	9	385	0
SÉRGIO PALADINO	146	847	24	94	767	14	767	142
IRINEU JOÃO DA SILVA	99	876	23	72	754	4	751	168
TORRES MARQUES	96	848	23	110	687	170	704	0
SALETE SILVA SOMMARIVA	100	209	2	17	0	0	0	294
CARSTENS KÖHLER	142	408	8	38	588	6	588	2
TÚLIO PINHEIRO	17	192	8	27	223	4	223	17
PAULO ROBERTO C. COSTA	0	37	2	4	41	2	40	0
ROBERTO LUCAS PACHECO	0	9	0	6	15	0	15	0
TOTAL	674	3933	101		3459	209	3473	623

* Processos enviados a 3ª Câmara Criminal e ao Cooperador. Processos recebidos pelo cooperador e novo membro da câmara.

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2007**

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo de Instrumento	8	0	5	3	5
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	5	3	2	3
Agravo Regimental em Habeas Corpus	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Recurso de Agravo	0	2	2	0	2
Apelação Cível (MS)	1	0	0	0	0
Apelação Criminal	2168	0	1842	76	1851
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	63	0	54	4	55
Carta Testemunhável	4	0	2	2	2
Conflito de Jurisdição	25	0	25	1	25
Emb. Declaração em Exceção de Suspeição	0	2	2	0	2
Emb. Declaração em Recurso de Agravo	0	4	4	0	4
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	53	51	3	51
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	18	16	0	16
Emb. Declaração em Inquérito	0	4	4	0	4
Emb. Declaração em Processo Crime	0	2	1	0	1
Emb. Declaração em Recurso Criminal	0	3	2	0	2
Emb. Declaração em Recurso em MS	0	1	1	0	1
Exceção de Suspeição	6	0	6	0	6
Habeas Corpus	1026	0	925	29	929
Inquérito	30	0	21	8	21
Mandado de Segurança	28	0	20	9	20

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2007 (CONT.)

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Notícia Criminal	2	0	0	1	0
Pedido de Desaforamento	4	0	3	1	3
Processo Crime	18	0	9	1	9
Queixa Crime	2	0	1	0	1
Reclamação	15	0	16	1	16
Reclamação em Apelação Criminal	0	2	3	0	3
Recurso Criminal	291	0	234	24	235
Recurso Criminal em Apelação Criminal	0	3	3	0	3
Recurso de Agravo	225	0	196	40	195
Recurso em Mandado de Segurança	1	0	0	0	0
Representação	11	0	1	3	1
Termo Circunstanciado	5	0	5	1	5
TOTAL	3933	101	3459	209	3473

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		ENVIADOS / RECEBIDOS *	DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes		por acórdão	por despacho		
GASPAR RUBIK	0	59	0	34	93	0	78	0
TORRES MARQUES	0	164	6	108	118	49	88	111
ALEXANDRE D'IVANENKO	0	161	0	605	44	14	44	708
MOACYR DE MORAES LIMA FILHO	0	106	2	541	0	0	0	649
ROBERTO LUCAS PACHECO	0	2	0	605	11	0	11	596
TOTAL	0	492	8		266	63	221	2064

* Processos recebidos pelos membros da 3ª Câmara Criminal.

DIRETORIA JUDICIÁRIA

**PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2007**

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo de Instrumento	1	0	0	1	0
Agravo Regimental em Inquérito	0	1	1	0	1
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Apelação Cível (MS)	1	0	0	1	0
Apelação Criminal	290	0	157	26	125
Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente	14	0	7	0	6
Conflito de Jurisdição	1	0	2	1	2
Conflito de Competência	1	0	0	0	0
Emb. Declaração em Apelação Criminal	0	6	1	2	1
Habeas Corpus	127	0	67	19	57
Inquérito	3	0	0	0	0
Mandado de Segurança	1	0	2	0	2
Notícia Criminal	2	0	0	0	0
Queixa Crime	1	0	0	0	0
Reclamação	1	0	0	1	0
Recurso Criminal	33	0	13	7	11
Recurso de Agravo	13	0	16	5	16
Representação	1	0	0	0	0
Termo Circunstanciado	2	0	0	0	0
TOTAL	492	8	266	63	221

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO PLANTÃO JUDICIÁRIO - 2007

DESEMBARGADORES	PENDENTES DE 2006	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS	PENDENTES PARA 2008
		Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho		
JAIME RAMOS	0	1	0	0	0	0	0
JORGE SCHAEFER MARTINS	0	6	0	0	0	0	0
NEWTON JANKE	0	1	0	0	0	0	0
VICTOR FERREIRA	0	5	2	0	0	0	0
CARSTENS KÖHLER	0	4	0	0	2	0	0
DIONÍZIO JENCZAK	0	0	0	0	0	0	0
SÉRGIO IZIDORO HEIL	0	7	1	0	1	0	0
SÔNIA MARIA SCHMITZ	0	2	0	0	0	0	0
TÚLIO PINHEIRO	0	4	1	0	0	0	0
RONALDO MORITZ M. DA SILVA	0	4	0	0	0	0	0
JÂNIO MACHADO	0	24	0	0	0	0	0
JAIME LUIZ VICARI	0	14	1	0	2	0	0
PAULO ROBERTO C. COSTA	0	3	0	0	0	0	0
JOEL FIGUEIRA JÚNIOR	0	5	1	0	1	0	0
MARLI MOSIMANN VARGAS	0	1	0	0	0	0	0
HENRY PETRY JÚNIOR	0	1	0	0	0	0	0
ROBERTO LUCAS PACHECO	0	4	0	0	0	0	0
PAULO ROBERTO SARTORATO	0	23	0	0	3	0	0
ROBSON LUZ VARELLA	0	65	0	0	11	0	0
TOTAL	0	173	6	0	20	0	0

DIRETORIA JUDICIÁRIA



PROCESSOS - PLANTÃO JUDICIÁRIO, POR CLASSE - 2007

	DISTRIBUÍDOS		DECISÕES		ACÓRDÃOS PUBLICADOS
	Processos	Incidentes	por acórdão	por despacho	
Agravo Art. 557, §1º do CPC	0	1	0	0	0
Agravo de Instrumento	50	0	0	8	0
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento	0	1	0	0	0
Agravo Regimental em Mandado de Segurança	0	1	0	0	0
Apelação Cível	2	0	0	0	0
Emb. Declaração em Agravo de Instrumento	0	3	0	0	0
Emb. Declaração em Habeas Corpus	0	0	0	0	0
Emb. Declaração em Medida Cautelar	0	0	0	0	0
Habeas Corpus	101	0	0	6	0
Mandado de Segurança	15	0	0	5	0
Medida Cautelar	2	0	0	0	0
Medida Cautelar Inominada	2	0	0	0	0
Medida Cautelar Incidental	0	0	0	0	0
Petição em Apelação Cível	0	0	0	1	0
Reclamação	1	0	0	0	0
Revisão Criminal	0	0	0	0	0
TOTAL	173	6	0	20	0

DIRETORIA JUDICIÁRIA

RECURSOS NA SEGUNDA E TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIAS

	Segunda Vice-Presidência	Terceira Vice-Presidência
Recurso Especial Admitido	514	643
Recurso Especial Negado	3112	3915
Recurso Extraord. Admitido	119	157
Recurso Extraord. Negado	1795	341
Despachos Outros	857	1437

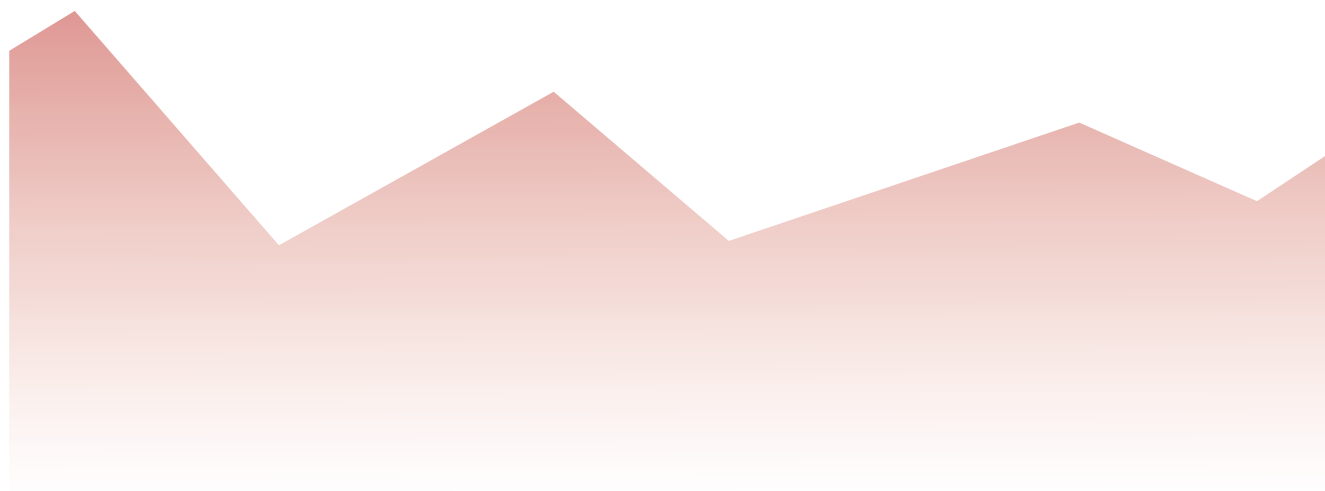
RELATÓRIO SINTÉTICO DA DIVISÃO DE RECURSOS DA DIRETORIA JUDICIÁRIA

MOVIMENTAÇÃO	TOTAL
Baixa Interior/ Capital	25.333
Processos Arquivados	12.318
Retorno do STF	761
Retorno do STJ	2.996
Remessa ao STF	1.419
Remessa ao STJ	6.090
Remessa Turma de Recursos	65
Remessa Distribuidor	125
Remessa Diligência	1.190
Remessa TRF 4ª Região	83
Remessa TRE	0
Remessa TRT	47
Remessa Justiça Federal	28
Aud. Justiça Militar	1
Presidentes Outros Tribunais	9
Ofícios Expedidos	29.182

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ALMIR TADEU PERES

Diretor



DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ASSESSORIA TÉCNICA

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (base de jurisprudência)

Foi realizada uma atualização da infobase informatizada de acórdãos referente ao período de janeiro a dezembro de 2007, com a disponibilização de aproximadamente 34.500 acórdãos com seu inteiro teor. Na rede interna, foi utilizado o *Fólio Views* e na internet, o *Oracle*.

Foram identificados 3.500 acórdãos como segredo de justiça, dentre os 34.500 apontados, com a respectiva abreviação dos nomes das partes – acórdãos estes já disponibilizados na infobase da intranet e internet.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de Despachos das Vice-Presidências do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Foi realizada uma atualização desta infobase informatizada de despachos das Vice-Presidências com a disponibilização de aproximadamente 24.598 despachos com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos das Turmas de Recursos

Foram realizadas 10 atualizações da infobase informatizada de acórdãos das Turmas de Recursos com a disponibilização de **4.018** acórdãos com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal e na internet, o que totaliza atualmente **11.537** (a partir de fevereiro de 2004) acórdãos com seu inteiro teor, sendo:

1.165	<i>da Primeira Turma de Recursos da Capital na sua forma integral;</i>
404	<i>da Segunda Turma de Recursos de Blumenau na sua forma integral;</i>
142	<i>da Terceira Turma de Recursos de Chapecó na sua forma integral;</i>
839	<i>da Quarta Turma de Recursos de Criciúma na sua forma integral;</i>
427	<i>da Quinta Turma de Recursos de Joinville na sua forma integral;</i>
486	<i>da Sexta Turma de Recursos de Lages na sua forma integral;</i>
555	<i>da Sétima Turma de Recursos de Itajaí na sua forma integral.</i>

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos do Conselho da Magistratura

Foram realizadas 12 atualizações da infobase informatizada de acórdãos do Conselho da Magistratura com a disponibilização de 1.502 acórdãos com seu inteiro teor, desde o ano de 1990, com acesso restrito, mediante senha.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Acompanhamento, manutenção e atualização da base de Resoluções Administrativas

Atualização diária da base de resoluções administrativas e o seu respectivo índice com a disponibilização na internet e intranet de 120 resoluções relativas ao ano de 2007, assim constituídas:

Resoluções TJ	42
Resoluções RC	4
Resoluções GP	39
Resoluções CM	11
Resoluções DOF	12
Resoluções DGA	1
Resolução PRES	1
Resoluções PLENO	1
Resoluções CEJUR	5
Resoluções CG	4

As Resoluções estão disponíveis na intranet no endereço: Legislação Interna – Resoluções, bem como o índice destas, gerenciado pelo *software Index Server*.

Acompanhamento, manutenção e atualização das bases jurídicas informatizadas

Regimento Interno do TJSC – até o mês de outubro de 2007;

Atos Regimentais do TJSC – até o mês de outubro de 2007, até o Ato Regimental n.85/07 - TJ;

Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina – até o mês de novembro de 2007;

Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, até outubro de 2007;

Súmulas do TJSC, até a Súmula 21, publicada em agosto de 2007;

Resoluções: TJ/RC/GP/CM/DOF/DGA/PRES/PLENO/CEJUR/CG;

Constituição do Estado de Santa Catarina, incluindo Emendas Constitucionais e Ações Diretas de Inconstitucionalidade – até a Emenda Constitucional n. 45, Lei n. 8.067/1990 – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário – outubro de 2007;

Legislação e Normas do Tribunal de Justiça.

Implementação da infobase de decisões monocráticas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Foi realizada a implementação desta infobase informatizada de decisões monocráticas com a disponibilização de aproximadamente 15.353 despachos (a partir de 2005) com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal.

Implementação da infobase de pareceres jurídicos da Diretoria de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Foi realizada a implementação desta infobase informatizada de pareceres jurídicos

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

com a disponibilização de aproximadamente 5.298 pareceres (a partir de 1996) com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal.

Atendimento à pesquisa jurídica virtual (CD-ROM, bases jurídicas na internet e bases internas)

Atendimento por e-mail Juris: 8/dia, 40/semana, 160/mês x 10 meses: 1.600 atendimentos.

Atendimento por e-mail Juris: pesquisas jurídicas especializadas e outras informações solicitadas por magistrados, assessores jurídicos, advogados e público em geral.

Resposta a dúvidas sobre a forma de busca de acórdãos na internet e outros assuntos inerentes à recuperação rápida da informação.

Remessa, por e-mail ou fax, de acórdãos ou de documentos jurídicos solicitados.

Banco de legislação de Santa Catarina

Monitoramento da base da legislação de Santa Catarina, disponível na internet no endereço: <http://leis.jol.com.br>, por meio de senhas de acesso, com leis na íntegra desde 1973, atualizada até 2007.

Produção do CD-ROM, vol. 8, do acervo de acórdãos do TJSC

Foi entregue o CD-ROM, volume 8, do acervo de acórdãos do TJSC, dividido em dois volumes. Um contém toda a jurisprudência cível e o outro a jurisprudência penal.

Assessoria técnica e suporte aos TSIs das Comarcas para a distribuição e instalação do DVD da Jurisprudência Catarinense no servidor das 110 (cento e dez) Comarcas e nos demais micros dos Juízes e seus de assessores.

Revista Jurisprudência Catarinense On-line

A Revista Jurisprudência Catarinense está disponível para acesso *on-line* na página do TJSC.

Em outubro de 2007, foi atualizada a pasta de arquivos dos Atos Regimentais, com remissão das suas respectivas modificações, bem como a legislação estadual específica, impressas na Gráfica do Tribunal, até o Ato Regimental n. 85/07-TJ.

Em novembro, foi atualizado o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina.

Remessa de acórdãos para as revistas LEX e RT – total: 120 acórdãos.

Acompanhamento da gestão dos projetos definidos pelo Planejamento Estratégico, coordenando, avaliando o seu desenvolvimento e garantindo a integração de recursos e esforços.

Acompanhamento do processo de elaboração da proposta orçamentária da Diretoria, com base nos objetivos e nas metas estabelecidas, de acordo com as prioridades.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

1. CENTROS DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES

1.1. IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CENTROS DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES

Foram instalados 3 (três) novos Centros de Atendimento e Informações nas comarcas de Campos Novos, Curitibanos e Palhoça.

1.2. CENTROS A SEREM INSTALADOS NO PRÓXIMO ANO:

- Centro de Atendimento e Informações de Joaçaba (janeiro/2008 – aguardando a conclusão da reforma);
- Centro de Atendimento e Informações de São Bento do Sul (janeiro/2008);
- Centro de Atendimento e Informações de Xanxerê (janeiro/2008 – aguardando a finalização dos trabalhos de fechamento da parede do Hall).

1.3. O TRABALHO DESENVOLVIDO NO CENTRO DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Instalado em 5 de maio de 2002, com o objetivo de proporcionar aos seus usuários internos e externos um atendimento personalizado; recepcionar e orientar o público em geral, prestando informações e/ou

encaminhando-o aos setores competentes ou a outras instituições; prestar informações relativas à estrutura organizacional e ao quadro funcional do Tribunal de Justiça, informações processuais de 1º e 2º Graus; fornecer o horário das sessões das Câmaras, a pauta de Sessões e as cópias de acórdãos; realizar a venda de CDs e revistas da Jurisprudência Catarinense, do livro “Leis Complementares, Leis Ordinárias e Atos Regimentais do TJSC” e do Estatuto dos Servidores Públicos; recolher GRJR fora do expediente bancário, relativa a pagamentos de fotocópias, microfilmes, autenticações e CD da Jurisprudência Catarinense; receber e responder as consultas via e-mail do *tjcenai@tj.sc.gov.br* e do *tjmail@tj.sc.gov.br*.

Usuários: advogados, estudantes e o público em geral.

1.3.1 ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO

Advogados e partes	33.288
Estudantes	3.840
Outros	25.788
Acórdãos	9.812
Informações processuais	22.024
Informações por telefone	26.540
Informações por e-mail	8.000
Outros	13.672

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

1.4. TRABALHO DESENVOLVIDO NOS CENTROS DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES JÁ INSTALADOS

1.4.1 ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO

1.4.1.1 ARARANGUÁ

Advogados e partes	224
Estudantes	0
Outros	14.800
Informações audiências	2.476
Informações processuais	2.960
Informações por telefone	92
Lotação de funcionários	9.600
Outros	516

1.4.1.2 BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Advogados e partes	7.764
Estudantes	520
Outros	6.424
Informações audiências	4.960
Informações processuais	10.756
Informações por telefone	3.440
Lotação de funcionários	512
Outros	19.348

1.4.1.3 BLUMENAU

Advogados e partes	1.208
Estudantes	488
Outros	18.368
Informações audiências	4.740
Informações processuais	3.696
Informações por telefone	14.880
Lotação de funcionários	672
Outros	10.188

1.4.1.4 BRUSQUE

Advogados e partes	928
Estudantes	312
Outros	19.392
Informações audiências	4.100
Informações processuais	4.016
Lotação de funcionários	980
Outros	2.512

1.4.1.5 CAMPOS NOVOS

(INSTALADO EM NOVEMBRO/2007)

Advogados e partes	95
Estudantes	24
Outros	183
Informações audiências	44
Informações processuais	81
Informações por telefone	28
Lotação de funcionários	32
Outros	128

1.4.1.6 CHAPECÓ

Advogados e partes	5.460
Estudantes	2.984
Outros	26.092
Informações audiências	7.444
Informações processuais	12.808
Informações por telefone	2.184
Lotação de funcionários	1.132
Outros	22.128

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

1.4.1.7 CONCÓRDIA

Advogados e partes	780
Estudantes	1.120
Outros	13.496
Informações audiências	5.056
Informações processuais	3.256
Informações por telefone	1.220
Lotação de funcionários	2.002
Outros	5.744

1.4.1.8 CRICIÚMA

Advogados e partes	7.872
Estudantes	3.600
Outros	10.056
Informações audiências	6.036
Informações processuais	6.664
Informações por telefone	2.232
Lotação de funcionários	2.322
Outros	9.064

1.4.1.9 CURITIBANOS**(INSTALADA EM OUTUBRO/2007)**

Advogados e partes	155
Estudantes	193
Outros	105
Informações audiências	56
Informações processuais	252
Informações por telefone	202
Lotação de funcionários	100
Outros	142

1.4.1.10 ITAJAÍ

Advogados e partes	21.812
Estudantes	1.600
Outros	8.600
Informações audiências	8.144
Informações processuais	10.328
Informações por telefone	4.412
Lotação de funcionários	5.724
Outros	10.676

1.4.1.11 JARAGUÁ DO SUL

Advogados e partes	1.104
Estudantes	240
Outros	3.608
Informações audiências	2.184
Informações processuais	2.516
Informações por telefone	1.152
Lotação de funcionários	168
Outros	3.772

1.4.1.12 LAGES

Advogados e partes	7.124
Estudantes	48
Outros	11.700
Informações audiências	5.280
Informações processuais	7.848
Informações por telefone	6.032
Lotação de funcionários	2.916
Outros	7.679

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

1.4.1.13 LAGUNA

Advogados e partes	916
Estudantes	24
Outros	13.932
Informações audiências	2.988
Informações processuais	5.652
Informações por telefone	56
Lotação de funcionários	1.304
Outros	10.828

1.4.1.14 PALHOÇA

(INSTALADO EM OUTUBRO/2007)

Advogados e partes	232
Estudantes	78
Outros	305
Informações audiências	150
Informações processuais	160
Informações por telefone	23
Lotação de funcionários	89
Outros	252

1.4.1.15 SÃO JOSÉ

Advogados e partes	5.096
Estudantes	176
Outros	22.944
Informações audiências	3.656
Informações processuais	8.148
Informações por telefone	4.536
Lotação de funcionários	0
Outros	16.108

1.4.1.16 TUBARÃO

Advogados e partes	6.752
Estudantes	80
Outros	23.768
Informações audiências	7.232
Informações processuais	9.472
Informações por telefone	8.344
Lotação de funcionários	1.780
Outros	6.704

2. CENTRAL DE CADASTRAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Na portaria do Tribunal de Justiça circulam mensalmente 57.000 pessoas, entre elas 3.000 advogados, 5.500 estudantes e 5.000 visitantes. Os usuários vêm em busca de informações, serviços ou se dirigem aos setores e gabinetes.

Foi instalado um software de controle de acesso DMP-ACCES, visando à atualização tecnológica do sistema de acesso, que integrou comunicação, cadastramento e ponto, num banco de dados único, com resposta em tempo real.

3. PROTOCOLO ADMINISTRATIVO

A Seção de Protocolo, preocupada com o grande número de autuações, bem como com o intuito de facilitar e agilizar os procedimentos, vem estudando a utilização da

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

tecnologia de workflow na autuação de documentos, e elaborou proposta que está em fase de análise pela Administração.

3.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL

- Aproximadamente 28.956 processos administrativos; 1.189 precatórios e 626 petições de precatórios.
- Consultas de processos administrativos e precatórios – 1.080, em torno de 3 por dia.
- Anexação, juntada, apensamento e desapensamento de processos – aproximadamente 1.800, em torno de 5 por dia.

4. PROTOCOLO JUDICIAL EXPRESSO

O Protocolo Judicial Expresso foi criado com o objetivo de prestar atendimento aos advogados com maior comodidade e dinamicidade.

Este serviço destina-se ao recebimento, ao protocolo de petições e à devolução de processos em carga, destinados ao Fórum Central da Comarca de Capital e ao Tribunal de Justiça, sem que o advogado tenha de sair de seu veículo. A utilização do PJEx é facultativa e complementa os serviços de distribuição do Fórum da Capital e da Secretaria de Informações da Diretoria Judiciária.

4.1. ESTATÍSTICA DE RECEBIMENTOS

- Aproximadamente 27.596 processos de 1º

grau; 47.437 petições de 1º grau; 9.453 processos de 2º grau e 16.353 petições de 2º grau.

4.2 PROTOCOLO JUDICIAL EXPRESSO A SER INSTALADO NO PRÓXIMO ANO:

- Protocolo Judicial Expresso de Blumenau (janeiro/2008 – aguardando a conclusão da obra).

SEÇÃO DE MUSEU

I - EXPOSIÇÃO PERMANENTE NO ANEXO DO TJSC

Local: Sala de Exposições do Museu no Anexo

Período: Janeiro de 2007 a Dezembro de 2007.

Total parcial: 4.130 visitantes

II – ATIVIDADES DO PROJETO “DIFUSÃO DA MEMÓRIA”

1) Período: 2 a 11/3/2007

Local: BALNEÁRIO CAMBORIÚ (Atlântico Shopping)

Evento realizado: 3.909 visitantes

2) Período: 13 a 22/4/2007

Local: BRUSQUE (Shopping Gracher)

Evento realizado: 3.524 visitantes

3) Período: 12 a 20/5/2007

Local: SÃO JOSÉ (Shopping Itaguaçu)

Evento realizado: 3.890 visitantes

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

4) Período: 8 a 17/6/2007

Local: TIJUCAS (Prédio da Secretaria de Educação do Município)

Evento realizado: 2.092 visitantes

5) Período: 2 a 6/7/2007

Local: IMARUÍ (Prédio do Foro da Comarca) a pedido da Juíza de Direito

Evento realizado: 679 visitantes

6) Período: 9 a 22/7/2007

Local: LAGUNA (Centro Administrativo Municipal Tordesilhas)

Evento realizado: 2.436 visitantes

7) Período: 13 a 18/8/2007

Local: LAGES (Centro de Eventos do Shopping Gemini)

Evento realizado: 244 visitantes

8) Período: 20 a 24/8/2007

Local: CONCÓRDIA (Prédio do Foro da Comarca)

Evento realizado: 536 visitantes

9) Período: 27 a 31/8/2007

Local: CHAPECÓ (Prédio do Foro da Comarca)

Evento realizado: 380 visitantes

10) Período: 3 a 6/9/2007

Local: JOAÇABA (Prédio do Foro da Comarca)

Evento realizado: 645 visitantes

11) Período: 14 a 23/9/2007

Local: SÃO BENTO DO SUL (Centro de Eventos do Shopping Zipperer)

Evento realizado: 2.101 visitantes

12) Período: 8 a 11/10/2007

Local: FLORIANÓPOLIS (Espaço Cultural Rita Maria no Terminal Rodoviário Rita Maria)

Evento realizado: 569 visitantes

13) Período: 19 a 29/10/2007

Local: SÃO FRANCISCO DO SUL (Espaço Cultural do Museu Nacional do Mar)

Evento realizado: 1.040 visitantes

14) Período: 7 a 17/11/2007

Local: ORLEANS (Centro de Vivência do Museu ao Ar Livre de Orleans)

Evento realizado: 1.010 visitantes

15) Período: 7 a 8/12/2007 (pedido da Dra. Janice - Diretora do Foro)

Local: CRICIÚMA (Espaço do evento do Dia Nacional da Conciliação – 7 e 8/12/07).

Evento a ser realizado: (*)

Total de visitas itinerantes: 23.055 pessoas (* não incluso evento da Conciliação)

TOTAL GERAL DE VISITANTES: (4.130 + 23.055) 27.185 pessoas

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

III - PROJETO CONTROLE E PRESERVAÇÃO
DO ACERVO HISTÓRICO

Atividade 1: Catalogação e inventário de processos:

a) autos processuais catalogados: 790 processos judiciais

Atividade 2: Restauração e reposição de acervo:

a) Restauro de 1 tela em óleo de José

Roberto Vianna Guilhon (1º Presidente)

b) Restauro de 2 mesas (escrivania e mesa de reuniões)

c) Restauro de 2 porta-chapéus

d) Restauro de 75 fotografias antigas de desembargadores e das comarcas

e) Restauro de 3 relógios antigos (1 do pleno antigo e 2 de parede)

f) Restauro de 1 Tribuna da Sala do Tribunal do Júri

RESUMO ESTATÍSTICO DO RELATÓRIO:

Exposições realizadas do acervo	16 (1 permanente e 15 itinerantes)
Total geral de visitação ao Museu de janeiro a novembro de 2007	27.185 pessoas
Total de visitação somente às exposições itinerantes	23.055 pessoas
Número de entidades visitantes	25 (incluindo turmas de Direito e alunos do ensino fundamental e médio)
Pesquisas em documentos atendidas	115 (usuário interno e externo)
Processos judiciais catalogados	790
Bens patrimoniais permanentes preservados	84 unidades (incluindo reprodução e preservação)
Comarcas visitadas para verificação e execução de serviços	14 (Balneário Camboriú, Brusque, São José, Tijucas, Imaruí, Laguna, Lages, Concórdia, Chapecó, Joaçaba, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Orleans e Criciúma)
Palestras, com vídeos institucionais, apresentadas no Tribunal	25

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

SEÇÃO DE REVISÃO

A Seção de Revisão, no ano de 2007¹, elaborou o modelo-padrão de acórdão para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Assim, o servidor Osvaci Amaro Venâncio Júnior, desta seção, orientou os servidores da Instituição que receberam treinamento para o programa SAJ/GGS acerca de normas cultas da Língua Portuguesa e de normas estabelecidas pela ABNT, a fim de efetuar a padronização dos acórdãos. Foram elaborados também os modelos-padrões para os documentos: despacho, decisão monocrática e declaração de voto.

O ano de 2007 foi marcado por discussões que buscaram padronizar, na medida do possível, a correção dos documentos enviados à Seção. Tais discussões tiveram como objetivo qualificar e agilizar os serviços prestados pelo setor.

A revisão dos textos que compõem a revista Jurisprudência Catarinense números 111/112 e 113/114, por exemplo, seguiu rigorosamente as normas da ABNT NBR 6022, NBR 6023, NBR 6024 e NBR 10520. Isso está aliado à aquisição do número de ISSN (*International Standard Serial Number*) para a revista.

Outrossim, a Seção procedeu à revisão dos seguintes documentos, além da distribuição da JC v. 110 e da confecção da JC v. 111/112:

Revista de Jurisprudência

JC v. 113/114.

Acórdãos dos Desembargadores abaixo relacionados:

Des. Fernando Carioni	490
Des. Vanderlei Romer	1.090
Des. Rui Fortes	841
Des. Solon d'Eça Neves	557
Des. Mazoni Ferreira	498
Des. Salim Schead dos Santos	2
Des. Cesar Abreu	972
Des. Francisco Oliveira Filho	6
Des. Luiz Carlos Freyesleben	911
Des. Jaime Vicari	66
Des. Jorge Schaefer Martins	213
Des. Orli Rodrigues	16
Total de acórdãos revisados	5.662

Outros trabalhos:

Resoluções, atos regimentais, projetos, apostilas, programas diversos, matérias para publicação na internet, relatórios de avaliação, folders diversos para o setor de saúde, discursos de desembargadores, atas do Conselho da Magistratura, ofícios diversos etc., o que totalizou, aproximadamente, 1.508 páginas revisadas.

¹ No período de 8-1-07 a 30-11-07.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

SEÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS

Em 2007², a Seção de Disponibilização de Dados, que conta com 11 servidores, sofreu mudanças importantes referentes à utilização de programa para a conferência dos acórdãos julgados neste Tribunal.

Até o início do ano, a Seção recebia todos os acórdãos em meio eletrônico, por discos departamentais (discos “K” e “O”), e após conferir os acórdãos esses eram salvos em outro disco departamental³ (disco “P”). Desde então, em face da instalação do programa SAJ/GGS nos gabinetes dos desembargadores, deixou-se de conferir os acórdãos exclusivamente no programa Microsoft Word® e passou-se a conferi-los também no editor de textos do programa SAJ/GGS, o que torna desnecessário o envio dos acórdãos pelos discos departamentais. Esta seção também participou dos estudos para a padronização dos acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Seguem abaixo alguns números:

Acórdãos conferidos e disponibilizados para a Divisão de Editais, da Diretoria Judiciária, e para a confecção da base de jurisprudência do TJSC: **46.786**.

Desse número, **37.861** foram conferidos no programa Microsoft Word® e salvos no disco departamental “P”. **8.935** acórdãos foram conferidos no programa SAJ/GGS.

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES

A Seção de Publicações, responsável pela confecção do Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário de Santa Catarina (DJE), fez de 2007⁴ um ano de expressivas mudanças neste jornal.

A idéia de uma reforma – a mais profunda desde a sua implantação – ocorreu tendo em vista atender a algumas demandas, como a de facilitar a leitura do Diário; de aprimorar a busca de informação dentro da edição; de aumentar a legibilidade e a velocidade do acesso por parte dos usuários; e, sobretudo, de originar uma interface visual condizente com os tempos atuais.

O conjunto de mudanças se inicia, primeiramente, com a troca do software de diagramação, que era, desde a instituição do DJE até meados de 2007, o Corel Ventura®; uma ferramenta defasada, que causava problemas na diagramação do jornal e, por conseguinte, atrasos na disponibilização diária, erros no programa, transtornos e morosidade nas pesquisas e, ainda, reclamações dos usuários.

² No período de 20-11-07 a 30-11-07.

³ Bases de dados.

⁴ No período de 20-11-2006 a 30-11-2007.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

O novo DJE está sendo confeccionado no *Indesign CS3*[®]. Esse *software* da *Adobe*[®] é, atualmente, a ferramenta que disponibiliza o maior número de recursos para a diagramação.

Após intensa pesquisa com o software de uso temporário fornecido pelo próprio fabricante, notou-se que o uso de alguns recursos, antes inimagináveis, tornaria a tarefa de disponibilizar o diário ágil, organizada, estável e eficaz. Ademais, esse programa permitiu uma reforma gráfica ousada que integrou o Diário aos novos conceitos de design, tornando-o mais atraente, leve e contemporâneo. Abaixo alguns detalhes dessas mudanças:



Capa do novo modelo do DJE

Cabeçalho com número data e hora de finalização gerados automaticamente pelo *Indesign CS3*[®], valorização de cores com uso de fontes legíveis e otimização dos espaços em branco.



Modelo antigo da capa do DJE – diagramado no Corel Ventura



Página interna do novo DJE – tabelas com cores variadas, matérias separadas com linhas. O link do índice no topo da página remete ao índice no final da publicação.

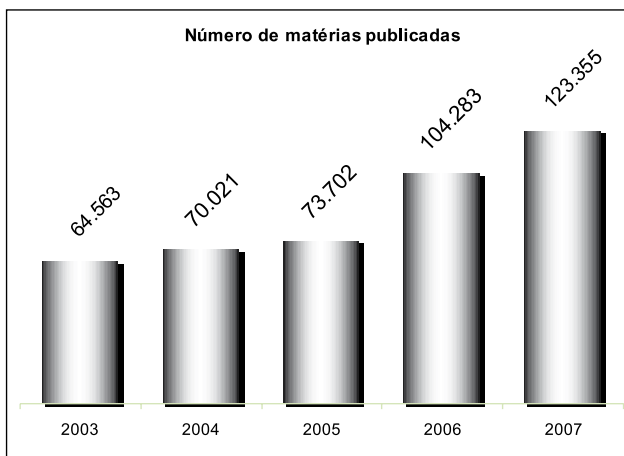
DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

A mudança no jornal não se deu apenas por questões visuais. O *Indesign CS3®* também permite receber grande número de matérias e tabelas, sem prejuízo ao desempenho do trabalho e à velocidade do acesso à rede.

O modo como se recebem as matérias também foi aprimorado. Basicamente, todas as matérias do Segundo Grau são remetidas pelo MAP — *software* de captura de matérias — e distribuídas automaticamente nas pastas que compõem o DJE. O envio das matérias do Primeiro Grau é feito via SAJ, com exceção das matérias das “Turmas de Recursos”, que ainda são enviadas por *e-mail*.

Quanto aos trabalhos de cópia eletrostática dos acórdãos do Tribunal de Justiça e à confecção das Coletâneas de Acórdãos (CAs), houve redução considerável no número de cópias feitas pela Seção. Elaborou-se uma resolução (Resolução n. 28/2007-GP) que tornou desnecessário fazer fotocópias dos acórdãos para os gabinetes dos desembargadores; manteve-se, contudo, cópia dos acórdãos para confecção das Coletâneas de Acórdãos.

No período de 20-11-2006 a 30-11-2007, foram confeccionadas **897** coletâneas, que totalizaram **46.786** acórdãos⁵.



DIVISÃO DE ARQUIVO E MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

SEÇÃO DE PREPARO TÉCNICO

Documentação Administrativa recebida, organizada, indexada e arquivada, oriunda dos diversos órgãos do Tribunal de Justiça:

Diretoria de Orçamento e Finanças

Empenho e Orçamento – 125 caixas

Precatórios - 95 caixas

Boletim Financeiro – 55 caixas

Prestação de Contas – 40 caixas

Ordem Bancária – 30 caixas

Devolução de Custas – 40 caixas

Conta Única – 110 caixas

⁵ Última pasta número 6.851.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Diretoria de Material e Patrimônio

Divisão de Contratos e Convênios – 160 caixas

Gabinete da Presidência

Coordenadoria dos Magistrados – 70 caixas.
GRJR - agosto a dezembro de 2005, 2006,
janeiro a julho de 2007 – 20 caixas

Transferidas 830 caixas de processos administrativos do arquivo do prédio sede do TJ para a Divisão de Arquivo, município de São José, das seguintes classes processuais: Nomeação/Exoneração, Substituição, Licença

- Prêmio, Acompanhamento de Estágio Probatório, Aposentadoria, Promoção por Aperfeiçoamento, Licença para Tratamento de Saúde, Contrato e Distrato, Bolsa de Estudo. Foi realizada auditoria, substituição de caixas e mudança de localização física no sistema de protocolo.

Recebidos, conferidos, cadastrados no sistema SAJsg **18.147** Processos Judiciais, assim distribuídos: **11.936** transitados em julgado e **6.211** do arquivo temporário da Diretoria Judiciária.

Foram realizadas **11.018** pesquisas na documentação do Tribunal de Justiça, conforme quadro abaixo:

DESARQUIVAMENTOS DE PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS DA DOCUMENTAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA				
MÊS	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DESARQUIVAMENTOS REALIZADOS NO ARQUIVO PRÉDIO SEDE TJ	PROCESSOS JUDICIAIS DESARQUIVAMENTOS REALIZADOS NO ARQUIVO PRÉDIO SEDE TJ	ACÓRDÃOS DESARQUIVAMENTOS REALIZADOS NO ARQUIVO PRÉDIO SEDE TJ	JUDICIAL E ADMINISTRATIVO DESARQUIVAMENTOS REALIZADOS NO ARQUIVO DA BR 101
JANEIRO	208	112	25	81
FEVEREIRO	281	228	211	258
MARÇO	408	418	528	281
ABRIL	253	203	32	228
MAIO	247	207	25	211
JUNHO	302	229	31	143
JULHO	317	245	35	168
AGOSTO	373	308	28	408
SETEMBRO	367	423	34	418
OUTUBRO	389	407	34	528
NOVEMBRO	393	412	23	558
TOTAL	3.538	3.192	1.006	3.282
TOTAL GERAL	11.018			

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

**Documentação da Justiça de 1º grau –
Processos Judiciais**

Total de caixas de processos conferidas-
58.350 caixas, equivalente a **1.265.027**
processos judiciais.

Total de processos migrados/criados
cadastrados = **1.265.027** processos judiciais.

Total de processos revisados: **750.968**
processos revisados pela auditoria da Divisão
de Arquivo e Memória do Judiciário.

SEÇÃO DE ALOCAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Transferência do acervo documental das
comarcas, perfazendo um total de **129.822**
caixas de arquivo, equivalente a **3.894.660**
processos judiciais (considerando 30
processos/caixa), conforme quadro abaixo:

TOTAL DE CAIXAS TRANSFERIDAS DAS COMARCAS		
COMARCAS	N. COMARCAS	TOTAL CAIXAS
ABELARDO LUZ	1	10
ANCHIETA	2	223
ANITA GARIBALDI	3	608
ARAQUARI	103	0
ARARANGUÁ	4	2087
ARMAZÉM	159	70
ASCURRA	104	79
BALNEÁRIO		
CAMBORIÚ	5	2012
BARRA VELHA	6	517
BIGUAÇU	7	1664
BLUMENAU	8	3908
BOM RETIRO	9	675
BRAÇO DO NORTE	10	459

BRUSQUE	11	5447
CAÇADOR	12	818
CAMBORIÚ	113	367
CAMPO BELO DO SUL	216	152
CAMPO ERÊ	13	311
CAMPOS NOVOS	14	2245
CANOINHAS	15	1774
CAPINZAL	16	900
CAPITAL	23	22071
CAPIVARI DE BAIXO	163	398
CATANDUVAS	218	0
CHAPECÓ	18	1460
CONCÓRDIA	19	2992
CORONEL FREITAS	85	0
CORREIA PINTO	83	400
CRICIÚMA	20	4202
CUNHA PORÃ	21	0
CURITIBANOS	22	1211
DESCANSO	84	0
DIONÍSIO CERQUEIRA	17	900
ESTREITO	82	482
FORQUILHINHA	166	0
FRAIBURGO	24	0
GAROPABA	167	109
GARUVA	119	0
GASPAR	25	1583
GUARAMIRIM	26	840
HERVAL DO OESTE	235	195
IBIRAMA	27	1260
IÇARA	28	1189
IMARÚ	29	332
IMBITUBA	30	1377
IPUMIRIM	242	0
INDAIAL	31	2593
ITÁ	124	0
ITAIÓPOLIS	32	0

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ITAJAÍ	33	1554	RIO NEGRINHO	55	401
ITAPEMA	125	405	SANTA CECÍLIA	56	500
ITAPIRANGA	34	500	SANTA ROSA DO SUL	189	0
ITAPOÁ	126	350	SANTA CECÍLIA	56	500
ITUPORANGA	35	1515	SANTO AMARO DA		
JAGUARUNA	282	677	IMPERATRIZ	57	750
JARAGUÁ DO SUL	36	2194	SÃO BENTO DO SUL	58	1642
JOAÇABA	37	1346	SÃO CARLOS	59	509
JOINVILLE	38	2459	SÃO DOMINGOS	60	600
LAGES	39	2893	SÃO FRANCISCO DO		
LAGUNA	40	2562	SUL	61	860
LAURO MÜLLER	87	257	SÃO JOÃO BATISTA	62	413
LEBON RÉGIS	88	0	SÃO JOAQUIM	63	263
MAFRA	41	702	SÃO JOSÉ	64	7329
MARAVILHA	42	435	SÃO JOSÉ DO CEDRO	65	650
MODELO	256	0	SÃO LOURENÇO	66	977
MONDAÍ	43	608	SÃO MIGUEL DO		
NAVEGANTES	135	131	OESTE	67	300
NORTE DA ILHA	90	1605	SEARA	68	427
ORLEANS	44	936	SOMBRIO	69	1031
OTACÍLIO COSTA	86	180	TAIÓ	70	612
PALHOÇA	45	2652	TANGARÁ	71	0
PALMITOS	46	0	TIJUCAS	72	722
PAPANDUVA	47	441	TIMBÓ	73	1052
PIÇARRAS	48	1183	TROMBUDO		
PINHALZINHO	49	428	CENTRAL	74	760
POMERODE	50	460	TUBARÃO	75	5735
PONTE SERRADA	51	689	TURVO	76	1203
PORTO BELO	139	341	URUBICI	77	0
PORTO UNIÃO	52	548	URUSSANGA	78	1114
PRESIDENTE			VIDEIRA	79	1793
GETÚLIO	141	0	XANXERÊ	80	0
QUILOMBO	53	0	XAXIM	81	531
RIO DO CAMPO	143	0	TOTAL		129822
RIO DO OESTE	144	121			
RIO DO SUL	54	3056			

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Foram desarquivados **28.487** Processos Judiciais das comarcas, conforme quadro abaixo:

DESARQUIVAMENTOS REALIZADOS EM 2007

ORD.	COMARCA	JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	TOTAL
1	ABELARDO LUZ												0
2	ANCHIETA			1		5	5	4	3	2	3	1	24
3	ANITA GARIBALDI	2	16	17	7	25	25	27	15	12	11	8	165
4	ARAQUARI												0
5	ARARANGUÁ	44	48	57	119	63	18	74	55	43	3	62	586
6	ARMAZÉM									3	1	1	5
7	ASCURRA		1	2	4	29	1			13		1	51
8	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	37	41	94	26	27	35	39	6	57	58	74	494
9	BARRA VELHA					8	9	2	26		4	3	52
10	BIGUAÇU	12	29	63	61	132	48	38	72	68	57	93	673
11	BLUMENAU	67	138	53	91	94	14	14	118	139	161	127	1016
12	BOM RETIRO	2	2	5	7	9	1	5	9	68	6	3	117
13	BRAÇO DO NORTE	7	1	15	9	2	37	24	27	18	11	12	163
14	BRUSQUE	35	223	141	15	113	84	144	219	79	225	251	1529
15	CAÇADOR	36	17	4	28	33	23	3	17	17	23	45	246
16	CAMBORIÚ	12	23	11	6	18	4	1	3	9	6	4	97
17	CAMPO BELO DO SUL										7	4	11
18	CAMPO ERÊ												0
19	CAMPOS NOVOS	8	16	27	33	44	16	36	8	21	26	28	263
20	CANOINHAS	1	33	64	86	46	31	49	6	57	165	49	587
21	CAPINZAL									3	2		5
22	CAPITAL	384	441	55	67	179	629	594	6	572	931	65	3923
23	CAPIVARI DE BAIXO											24	24
24	CATANDUVAS												0
25	CHAPECÓ	7	74	52	44	36	4	57	91	86	86	5	542
26	CONCÓRDIA	7	76	2	7	111	51	63	68	51	14	51	501
27	CORONEL FREITAS												0

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

28	CORREIA PINTO	17	8	29	28	23	19	23	15		12	14	188
29	CRICIÚMA	6	1	13	69	97	81	17	87	58	7	96	532
30	CUNHA PORÃ												0
31	CURITIBANOS	3		4	2	14	14	12	9		29	35	122
32	DESCANSO												0
33	DIONÍSIO CERQUEIRA							13	24	14	18	18	87
34	ESTREITO	178	66	56	74	63	71	68	82	35	99	95	887
35	FORQUILHINHA												0
36	FRAIBURGO												0
37	GAROPABA	1	1	1	9	14	1	6	8	2	3	6	52
38	GARUVA												0
39	GASPAR	7	8	1	8	15	12	3	25	61	2	1	143
40	GUARAMIRIM								75	11	26	48	160
41	HERVAL DO OESTE		1	1		9	17	11	5	29	12	15	100
42	IBIRAMA	39	19	22	2	13	26	72	22	152	15	9	391
43	IÇARA	25	48	6	79	91	65	46	61	24	55	6	506
44	IMARUÍ		11		9	12	9		3	7	9	4	64
45	IMBITUBA		49	53	14	3	23	56	36	12	34	51	331
46	IPUMIRIM											45	45
47	INDAIAL	23	31	49	29	35	26	23	73	4	32	49	374
48	ITÁ												0
49	ITAIÓPOLIS												0
50	ITAJAÍ			1				2	2	41	38	24	108
51	ITAPEMA		5	6	4	4	32	2	4	1	9	2	69
52	ITAPIRANGA							16	8	14	9	11	58
53	ITAPOÁ			4	4	9		1	4	1	2		25
54	ITUPORANGA	5	16	23	41	43	43	82	47	18	29		347
55	JAGUARUNA		18	23	52	25	11	25	19	3	28	32	236
56	JARAGUÁ DO SUL	31	27	38	31	31	24	34	41	16	11	84	368
57	JOAÇABA	14	11	16	43	28	16	22	17	9	37	12	225
58	JOINVILLE	8	142	172	78	195	135	179	126	184	16	22	1257

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

59	LAGES		1	12		2	4	46	44	29	51	11	200
60	LAGUNA	24	19	1	31	36	31	2	32	31	26	16	249
61	LAURO MÜLLER					3	7	6	4	1	5	3	29
62	LEBON RÉGIS	1	3	9	6								19
63	MAFRA	2	7	4		13	24	2	26	24	29	26	157
64	MARAVILHA						15	8	5	3	4	8	43
65	MODELO												0
66	MONDAÍ	4	2	4	15	19	9	6	66	18	4	18	165
67	NAVEGANTES		17	29	5	19		6	15		5	7	103
68	NORTE DA ILHA	16	26	42	34	53	51	83	64	59	75	6	509
69	ORLEANS	28	24	16	27	29	18	15	16	16	1	19	209
70	OTACÍLIO COSTA						8		4	3	5	3	23
71	PALHOÇA	6	89	18	71	119	9	87	82	99	123	152	855
72	PALMITOS												0
73	PAPANDUVAS									1	51		52
74	PIÇARRAS	14	15	19	37		3	45	35	19		7	194
75	PINHALZINHO	9	24	8	19	15	3	6	2	4	7	12	109
76	POMERODE	2	4	5	3	14	3	9	8	5	1	7	61
77	PONTE SERRADA	1	15	42	35	18	9	2	45	6	27	37	237
78	PORTO BELO					7	3	1	13	1			25
79	PORTO UNIÃO								13	7	17	13	50
80	PRESIDENTE GETÚLIO												0
81	QUILOMBO												0
82	RIO DO CAMPO												0
83	RIO DO OESTE		1			9			5	5	14	3	37
84	RIO DO SUL	98	84	145	158	116	85	124	95	122	34	118	1179
85	RIO NEGRINHO	3		16	2	2	3	5	23	1	21	7	83
86	SANTA CECÍLIA										5	53	58
87	SANTA ROSA DO SUL	6	8	19	5								38
89	SANTO AMARO					2	14	43	19	4	15	5	102
90	SÃO BENTO DO SUL	27	31	45	35		2	44	18	33	68	39	342

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

91	SÃO CARLOS					1	3	12	26	17	12	17	88
92	SÃO DOMINGOS						4	22	33	21	31	26	137
93	SÃO FRANCISCO DO SUL			45				8	12	7	1	5	78
94	SÃO JOÃO BATISTA	5		6	5		2	11	5	6	2	2	44
95	SÃO JOAQUIM									4	7	13	24
96	SÃO JOSÉ	195	229	245	185	33	239	342	227	25	283	183	2186
97	SÃO JOSÉ DO CEDRO												0
98	SÃO LOURENÇO DO OESTE	19	22	29	16	17	2	24	17	4	1	29	180
99	SÃO M. DO OESTE							1					1
100	SEARA	4	7	15	13	22	5	15	5	3	1	7	97
101	SOMBRIO	4	19	74	217	73	2	52	19	24	72	39	595
102	TAIÓ									6	21	2	29
103	TANGARÁ												0
104	TIJUCAS	12	3	83	1	56	12	1	17	15	8	46	254
105	TIMBÓ						1	11	15	4	17	21	69
106	TROMBUDO CENTRAL											4	4
107	TUBARÃO	33	49	57	86	46	52	33	74	97	127	41	695
108	TURVO	5	15	24	27	32	21	26	44	25	42	3	264
109	URUBICI												0
110	URUSSANGA	7	9	22	49	2	8	24	13	9	1	11	155
111	VIDEIRA	34	78	39	174	52	7	44	51	36	29	33	577
112	XANXERÊ												0
113	XAXIM	3	9	9	1	7	22	19	29	17	13	4	133
TOTAL		1580	2451	2263	2443	2515	2341	3072	2763	2825	3588	2646	28487

Transportadas pela EBCT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos **17.152,798** toneladas de processos judiciais. Este contrato tem a finalidade de atender aos desarquivamentos de processos judiciais solicitados pelas comarcas, bem como à sua devolução à Divisão de Arquivo.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

SEÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO E PESQUISA

SEÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO E PESQUISA		
FONTE	PESQUISAS	ESPAÇO/IMAGEM MB
Diário da Justiça do Estado de Santa Catarina	155	44,7
Diário Oficial do Estado de Santa Catarina	083	20,5
Diário Oficial da União	030	15,9
Outros Documentos Administrativos (fichas financeiras, empenhos, fotogramas, balancetes, ordens bancárias, registros de nascimentos etc.)	129	83,9
Processos Administrativos	062	27,4
TOTAL	460	192,4
Outros Procedimentos		
91 rolos de microfilmes revisados, equivalentes a 336.969 fotogramas vistoriados		
340 rolos de microfilmes, substituição de etiquetas de indexação		
48 rolos de microfilmes confeccionados, equivalentes a 117.400 fotogramas		

Outros Eventos:

- Criação da Seção de Controle Cadastral
- Participação de funcionários no XII Encontro de Arquivos Catarinenses, na cidade de Jaraguá do Sul, no mês de outubro do corrente.

DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO

Após transcorrido mais um ano, é chegado o momento de fazermos um balanço de tudo que foi realizado por esta Divisão de Pesquisa e Informação – Biblioteca, que procura cada vez mais amoldar-se às necessidades modernas, seja por meio de tecnologias ou capacitação de seus funcionários, objetiva sempre melhorias aos usuários, divulgando as informações com qualidade e confiança.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Quadro estatístico:

Livros preparados p/ Biblioteca do TJ/ Seção de Processamento Técnico	2337
Periódicos para a Biblioteca	464
Livros preparados p/ Gabinetes de Magistrados, Academia Judicial, Cartórios e demais setores encaminhados pela Seção de Bibliotecas Setoriais	25245
Empréstimos e demais serviços efetuados aos Magistrados das Comarcas do interior	386
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da Comarca de Araranguá	122
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da Comarca de Balneário Camboriú	121
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da Comarca de Blumenau	116
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da Comarca de Chapecó	124
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da Comarca de Concórdia	188
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da Comarca de Criciúma	55
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da Comarca de Itajaí	124
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da Comarca de Lages	120
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da Comarca de Laguna	120
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da Comarca de São José	104
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da Comarca de Tubarão	68
Livros preparados e encaminhados p/ Biblioteca Setorial da Comarca de Xanxerê	144
Empréstimo de obras/Seção de Pesquisa e Referência	43507

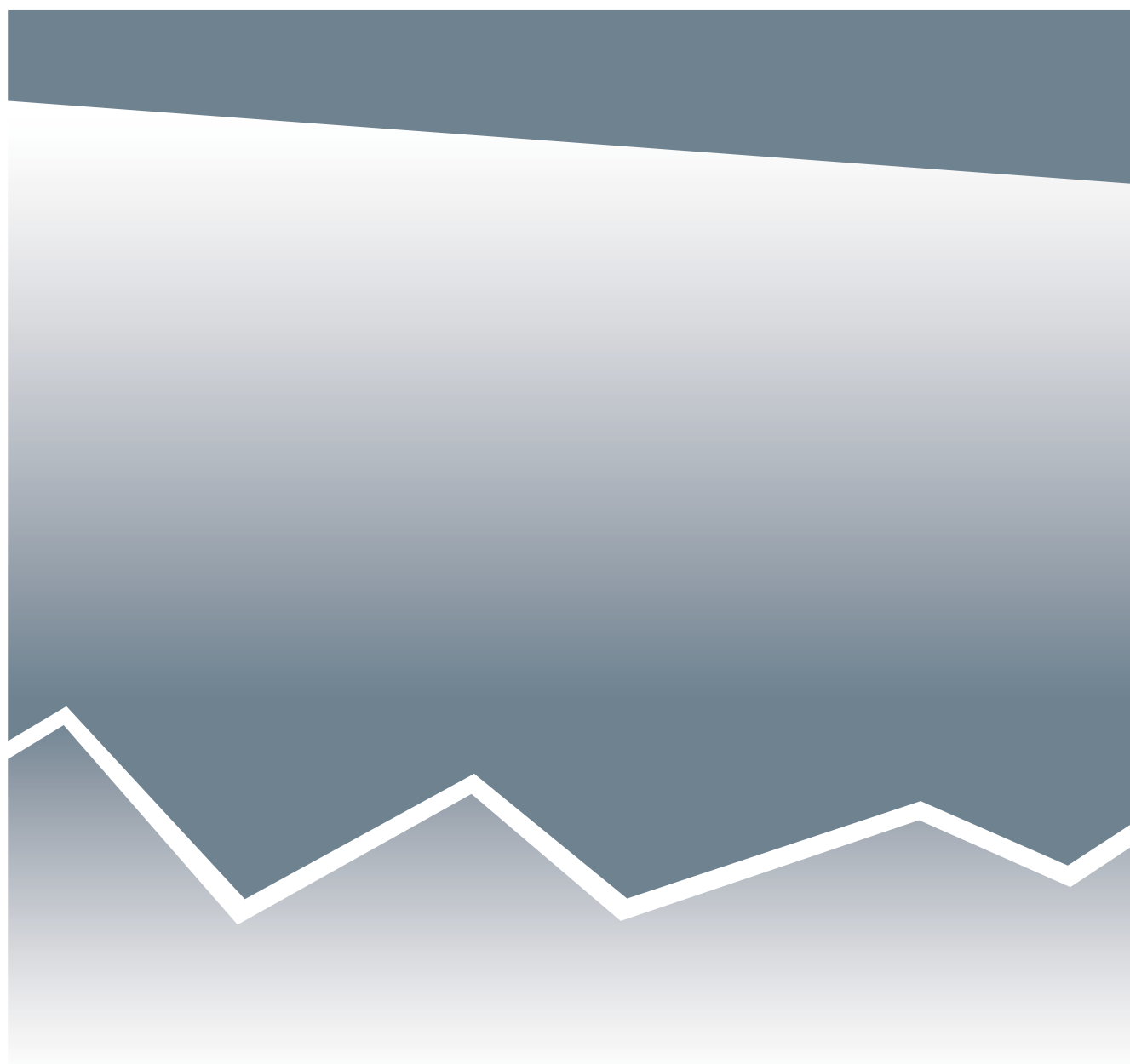
Salientamos que apenas foram enviados para as Bibliotecas Setoriais os livros recebidos no final do 2º semestre do ano de 2006.

Os livros adquiridos para as Bibliotecas Setoriais no 1º semestre do corrente ano estão sendo preparados somente agora, visto que priorizamos o encaminhamento dos livros requisitados pelos magistrados. As obras bibliográficas solicitadas no 2º semestre do corrente ano ainda estão sendo entregues pelos fornecedores.

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA

SÉRGIO GALLIZA

Diretor-Geral Administrativo



DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRATIVA

A Direção-Geral Administrativa tem como função primordial a supervisão das atividades e projetos do Poder Judiciário relacionados às Diretorias sob sua coordenação (Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF; Diretoria de Material e Patrimônio – DMP; Diretoria de Recursos Humanos – DRH; Diretoria de Saúde – DSA; Diretoria de Infra-Estrutura – DIE; Diretoria de Informática – DIN e Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA), além de praticar atos administrativos que importem a aplicação de recursos orçamentários e deliberar sobre questões administrativas relativas aos servidores do Poder Judiciário.

Destaca-se, ainda, que, no período de 1o-1 a 30-11-2007, foram recebidos e analisados por esta Direção-Geral (Gabinete e Assessoria Jurídica) 7.145 processos, conforme quadro a seguir, relacionados por classe, na forma do Sistema de Protocolo deste Poder:

CLASSE DO ASSUNTO	TOTAL
CERTIDÃO	4
ENGENHARIA	7
RECADASTRAMENTO	18
ISENÇÕES E AJUSTES DE PAGAMENTO	29
LICENÇAS E HORÁRIOS DIFERENCIADOS	106
DISPOSIÇÃO	112
APOSENTADORIA	147
AVERBAÇÃO E DESAVERBAÇÃO	163
CONTRATUAL E PATRIMONIAL	210
REMOÇÃO	285
CONCURSOS	688
ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL	1063
PAGAMENTOS	1223
CONTRATUAL	1393
GERAL	1697
TOTAL	7145

● DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

● CELSO GALLIZA

Diretor



DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

REFORMAS E CONSTRUÇÕES CONCLUÍDAS

OBRAS	M ²	VALOR DOS INVESTIMENTOS	DATA DA ENTREGA
1. CONSTRUÇÃO FÓRUM DA COMARCA DE CAMBORIU	1534,24	R\$ 1.736.221,91	18/06/2007
2. CONSTRUÇÃO FÓRUM DA COMARCA DE PORTO BELO	1534,24	R\$ 1.584.385,20	26/07/2007
3. CONSTRUÇÃO DA CASA DA CIDADANIA DE JABORÁ	381,13	R\$ 437.814,39	13/02/2007
4. CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO ANEXO AO TJ	16821,83	R\$ 17.791.522,51	04/06/2007
5 CONCLUSÃO DA REFORMA GLOBAL E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO FÓRUM DE XAXIM	1295,78	R\$ 731.310,00	17/10/2007
6. REFORMA PARCIAL FÓRUM DISTRITAL DO CONTINENTE - ESTREITO	1929	R\$ 71.565,30	07/06/2007
7. REFORMA PARCIAL FÓRUM DA COMARCA DE PALHOÇA	360	R\$ 42.583,86	04/01/2007
8. REFORMA PARCIAL ANTIGO FÓRUM DA COMARCA DE ITAJAÍ - PARTE CIVIL	850	R\$ 195.223,75	25/08/2007
9. REFORMA PARCIAL ANTIGO FÓRUM DA COMARCA DE ITAJAÍ - PARTE INSTALAÇÕES	850	R\$ 81.246,14	31/07/2007
10. RECUPERAÇÃO SISTEMA DE AR CONDICIONADO CENTRAL SALÃO DO JÚRI CRICIÚMA	-	R\$ 56.160,00	20/07/2007
11. MODERNIZAÇÃO DOS ELEVADORES DO FÓRUM DA COMARCA DA CAPITAL	-	R\$ 196.963,20	28/10/2007
12. PINTURA GLOBAL EXTERNA DO PRÉDIO DO FÓRUM DA COMARCA DE TANGARÁ	1520	R\$ 12.515,68	01/07/2007
13. INSTALAÇÃO DE GRUPO GERADOR DE ENERGIA DE EMERGÊNCIA TJSC	-	R\$ 184.129,20	26/04/2007
14. INSTALAÇÃO DE ISOLAMENTO TÉRMICO PRÉDIO DO ARQUIVO E ALMOXARIFADO CENTRAL	5550	R\$ 118.140,00	02/08/2007
15. REFORMA PARCIAL DO PRÉDIO DO FÓRUM DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	761,25	R\$ 169.622,47	21/07/2007
16. REFORMA PARCIAL FÓRUM DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/INSTALAÇÃO NOVA VARA	1534,24	R\$ 5.315,54	03/09/2007
17. REFORMA PARCIAL FÓRUM DE TUBARÃO/INSTALAÇÃO NOVA VARA	265	R\$ 12.671,73	12/09/2007
18. REFORMA PARCIAL FÓRUM DE INDAIAL/INSTALAÇÃO NOVA VARA	153,5	R\$ 16.200,54	12/09/2007
19. REFORMA PARCIAL FÓRUM DE SÃO JOSÉ/INSTALAÇÃO NOVA VARA	152,22	R\$ 17.000,00	21/09/2007
20. REFORMA PARCIAL FÓRUM DE GUARAMIRIM/INSTALAÇÃO NOVA VARA	250	R\$ 7.164,74	10/09/2007
21. REFORMA PARCIAL FÓRUM DE CAMPOS NOVOS/INSTALAÇÃO NOVA VARA/REFORMA CELA	15	R\$ 8.800,00	30/09/2007
22. REFORMA PARCIAL FÓRUM DE URUSSANGA/INSTALAÇÃO NOVA VARA	184,95	R\$ 14.000,00	31/10/2007
23. REFORMA PARCIAL FÓRUM DE TIMBÓ/INSTALAÇÃO NOVA VARA	271,82	R\$ 21.000,00	31/10/2007
24. REFORMA PARCIAL FÓRUM DE SÃO FRANCISCO DO SUL/ INSTALAÇÃO NOVA VARA	203,85	R\$ 23.000,00	31/10/2007
25. REFORMA PARCIAL FÓRUM DE TIJUCAS/INSTALAÇÃO NOVA VARA	150	R\$ 3.500,00	30/11/2007
TOTAL	33387,47	R\$ 23.538.056,16	

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

CASA DA CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO

OBRAS	M ²	VALOR DOS INVESTIMENTOS	DATA DA ENTREGA
1. CONSTRUÇÃO DA CASA DA CIDADANIA DE RIO DAS ANTAS	403,71	R\$ 692.732,83	210 dias
TOTAL	403,71	R\$ 692.732,83	

OBRAS EM ANDAMENTO

OBRAS	M ²	VALOR DE CONTRATO	PREVISÃO DE ENTREGA
1. CONCLUSÃO DA REFORMA GLOBAL DO PRÉDIO DO FÓRUM DE JOAÇABA	2.624,08	R\$ 474.809,56	19/1/2008
2. CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO E REFORMA GLOBAL DO PRÉDIO DO FÓRUM DE CRICIÚMA	7.480,84	R\$ 439.783,43	6/7/2008
3. CONSTRUÇÃO DO PROTOCOLO EXPRESSO DO FÓRUM ANTIGO DE BLUMENAU	38,13	R\$ 89.629,72	3/1/2008
4. CONSTRUÇÃO FÓRUM DA COMARCA DE PIÇARRAS	1.534,24	R\$ 1.795.928,91	11/2/2008
5. CONSTRUÇÃO FÓRUM DA COMARCA DE GUARAMIRIM	1.534,24	R\$ 1.844.301,66	11/2/2008
6. CONSTRUÇÃO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO DOMINGOS	1.534,24	R\$ 2.433.699,48	11 meses
7. CONSTRUÇÃO FÓRUM DA COMARCA DE PINHALZINHO	1.509,52	R\$ 1.944.939,26	3/6/2008
8. CONSTRUÇÃO FÓRUM DA COMARCA DE CATANDUVAS	1.534,24	R\$ 2.345.521,21	9/4/2008
9. REFORMA GLOBAL DO PRÉDIO ANEXO DO FÓRUM DA COMARCA DA CAPITAL	5.724,05	R\$ 7.323.066,61	13/4/2008
10. REFORMA GLOBAL E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO FÓRUM DA COMARCA DE BOM RETIRO	466,90	R\$ 259.939,04	4/2/2008
11. REFORMA GLOBAL PARA INSTALAÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL DA UNIFEBE - BRUSQUE	242,00	R\$ 27.868,44	jan/08
12. REFORMA GLOBAL DO AUDITÓRIO E TRIBUNAL PLENO DO PRÉDIO DO TJSC	817,80	R\$ 578.049,39	15/1/2008
13. REFORMA PARCIAL DO ALMOXARIFADO E GRÁFICA DO PJ - CERCAMENTO/SIST. SEGURANÇA	-	R\$ 319.002,02	21/3/2008
14. REFORMA PARCIAL DO SALÃO DO JÚRI DO FÓRUM DA COMARCA DA CAPITAL	440,00	R\$ 32.926,18	3/1/2008
15. RECUPERAÇÃO GLOBAL DE FISSURAS/TRINCAS E PINTURA EXTERNA DO FÓRUM DE RIO DO SUL	1.542,00	R\$ 31.215,95	2/1/2008
16. REFORMA PARCIAL DO PRÉDIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (PAVTOS: 1º, 2º, 3º, 4º E 7º)	4.000,00	R\$ 2.000.000 (Estimado)	31/1/2008
17. PINTURA GLOBAL EXTERNA DO PRÉDIO DO FÓRUM DA COMARCA DE CAÇADOR	1.475,00	R\$ 8.910,14	31/12/2007
TOTAL	32.497,28	R\$ 21.918.374,35	

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

OBRAS EM LICITAÇÃO

OBRAS	M ²	VALOR ESTIMADO	PREVISÃO DE ENTREGA
1. CONSTRUÇÃO FÓRUM DA COMARCA DE OTACÍLIO COSTA	1.534,24	R\$ 2.514.626,40	11 meses
2. CONSTRUÇÃO FÓRUM DA COMARCA DE PALHOÇA	5.939,78	R\$ 12.354.004,98	20 meses
3. CONSTRUÇÃO DA CASA DA CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE PIRATUBA	403,71	R\$ 640.870,60	210 dias
4. REFORMA GLOBAL E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO FÓRUM DA COMARCA DE MARAVILHA	1.795,54	R\$ 2.371.103,37	12 meses
5. REFORMA GLOBAL E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO FÓRUM DA COMARCA DE IÇARA	1.353,76	R\$ 867.389,42	10 meses
6. REFORMA GLOBAL DO PRÉDIO DO FÓRUM DA COMARCA DE CAPINZAL	1.049,01	R\$ 1.037.379,32	12 meses
7. REFORMA DOS SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO (2ª E 3ª ETAPAS) DO FÓRUM DA CAPITAL	-	R\$ 1.992.407,39	6 meses
8. REFORMA PARCIAL DO FÓRUM DE QUILOMBO - CERCAMENTO/SIST. SEGURANÇA	335,00	R\$ 62.615,29	60 dias
10. INSTALAÇÃO DE PELÍCULA REFLEXIVA FÓRUM DE JOINVILLE	320,00	R\$ 20.953,60	60 dias
11. INSTALAÇÃO DE PELÍCULA REFLEXIVA FÓRUM DE CHAPECÓ	670,68	R\$ 39.749,44	30 dias
12. RECUPERAÇÃO DE FISSURAS/TRINCAS E PINTURA GLOBAL DO FÓRUM DE SANTA CECÍLIA	3.740,00	R\$ 50.000,00	90 dias
13. REFORMA PARCIAL FÓRUM DE LAGES - APLICAÇÃO DE PISO LAMINADO DE MADEIRA	1.117,70	R\$ 118.723,93	45 dias
14. REFORMA PARCIAL ALMOXARIFADO CENTRAL E GRÁFICA - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E SEGURANÇA	-	R\$ 454.702,04	60 dias
15. PINTURA GLOBAL EXTERNA DO PRÉDIO DO FÓRUM DA COMARCA DE FRAIBURGO	1.475,00	R\$ 25.370,00	60 dias
16. INSTALAÇÃO GUARDA-CORPO 1º AO 4º PAVIMENTOS/PRÉDIO TJSC	-	R\$ 24.845,00	30 dias
TOTAL	19.734,42	R\$ 22.574.740,78	

OBRAS EM DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

OBRAS	M ²	VALOR ESTIMADO	PREVISÃO DE ENTREGA
REFORMA GLOBAL COM AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE BRAÇO DO NORTE	1.009,80	-	-
REFORMA GLOBAL COM AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE POMERODE	761,25	-	-
REFORMA GLOBAL COM AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE GASPAR	1.689,00	-	-
REFORMA GLOBAL DO FÓRUM DE BIGUAÇU	890,00	-	-
REFORMA GLOBAL DO FÓRUM DE SÃO JOAQUIM	1.791,50	-	-
REFORMA DO PAVIMENTO TÉRREO DO PRÉDIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TORRE I	1.000,00	-	-
REFORMA GLOBAL DO FÓRUM DE URUSSANGA	955,92	-	-
TOTAL	8.097,47		

DIVERSOS

OBRAS	M ²	VALOR DE CONTRATO	PREVISÃO DE ENTREGA
AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO (JANELEIROS E SPLITS)	-	R\$ 550.000,00	2007
REFORMA E CONFECÇÃO DOS ATUAIS E NOVOS MÓVEIS DO AUDITÓRIO PLENO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	-	R\$ 85.000,00	2008
AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA	-	R\$ 1.070.000,00	2007
TOTAL	0,00	R\$ 1.705.000,00	

Observação:

Administração tem também como prioridade a manutenção e conservação dos prédios dos Fóruns e Tribunal de Justiça, além da manutenção preventiva e corretiva de equipamentos (ar condicionado central e individuais, elevadores e plataformas elevatórias, calefação, etc).

Assim, o Poder Judiciário aplicou investimentos na ordem de **R\$ 5.500.000,00** no exercício 2007.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

GIOVANNI MORESCO

Diretor



DIRETORIA DE INFORMÁTICA

INTRODUÇÃO

Dinâmica por natureza, a informática apresenta desafios diários a enfrentar e superar. Acompanhando o desenvolvimento da sociedade da informação no país, a DI trabalha em conjunto com o Conselho Gestor de Informática – GInfo, no sentido da melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à população e para a promoção do desenvolvimento tecnológico aliado à eficiência da prestação jurisdicional, com a aplicação racional dos recursos disponíveis, mantendo a instituição em posição de destaque no cenário nacional.

Contando com cinco divisões, duas assessorias e uma secretaria, a DI atua no projeto, desenvolvimento e manutenção de sistemas e da infra-estrutura necessária ao seu adequado funcionamento. O presente relatório se refere às atividades desenvolvidas pela informática do Poder Judiciário Catarinense na gestão 2006/2008. Ele descreve os atendimentos prestados, sistemas desenvolvidos e atualizados e o parque de equipamentos tecnológicos, além das alterações de estrutura e projetos em destaque.

ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

Com a crescente utilização dos recursos tecnológicos, é natural que a demanda por

atendimento e solução de problemas também apresente um aumento significativo. Obviamente, a estrutura disponível na Diretoria de Informática não cresce na mesma proporção. Assim, visando evitar um possível colapso no atendimento, a DI efetua o registro de todos os atendimentos prestados, com o objetivo de identificar possíveis pontos de estrangulamento e atuar pró-ativamente na melhoria do serviço. Na atual gestão, foram atendidas 18.533 solicitações no que diz respeito a equipamentos de informática. Levando em conta apenas os dias úteis, esse número representa uma média de 45 atendimentos por dia ou ainda aproximadamente um atendimento completo a cada 10 minutos. Por “atendimento completo” entenda-se o recebimento da solicitação, destacamento de um ou mais técnicos, identificação e solução do problema. É necessário também levar em consideração a manutenção preventiva e periódica dos equipamentos, com políticas aplicadas de forma globalizada, o que reduz a ocorrência de falhas e agiliza o atendimento ao grande número de equipamentos existente.

Ainda com relação ao suporte a usuários, a equipe de apoio ao Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG), prestou **25.301 atendimentos** entre fevereiro de 2006 e novembro de 2007, conforme mostra a tabela a seguir:

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Ano	FORMA DE ATENDIMENTO					
	Telefone	E-mail	Instant Messenger	Acesso Remoto	Pessoal	Total
2006	4.744	2.314	2.238	642	18	9.956
2007	6.752	3.968	3.798	816	11	15.345
TOTAL	11.496	6.282	6.036	1.458	29	25.301

Tabela 1 – Atendimentos de suporte ao SAJ/PG

Para o Segundo Grau de jurisdição (Diretoria Judiciária, Primeira Turma de Recursos da Capital, Secretaria do Tribunal Pleno, Conselho da Magistratura, Núcleo de Conciliação dentre outros) foram realizados 3.923 atendimentos, uma média de 9,5 por dia. Uma vez que o sistema SAJ foi fornecido por uma empresa contratada, é papel da Diretoria de Informática acompanhar seu uso, identificar oportunidades para melhorias no sistema e proporcionar a solução de problemas, seja com a equipe interna ou acionando técnicos da contratada. Nesse sentido, foram executados 1.953 contatos com a empresa, incluindo solicitação de correções e implementação de novas características, solução de dúvidas e sugestões diversas. Nos demais sistemas, englobando os setores administrativos, foram realizados no período 2.348 atendimentos, por telefone e correio eletrônico.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Aumentar a qualidade do atendimento foi uma das prioridades da atual gestão da informática. No entanto, não basta apenas capacitar os técnicos, é necessário também investir em novos métodos e ferramentas de trabalho. Nesse contexto, surge com força a Gestão do Conhecimento, área que vêm obtendo destaque e importância nas organizações modernas e que não possuía até fevereiro de 2006 um setor especializado no Poder Judiciário. A Diretoria de Informática propôs, então, a criação da Seção de Gestão do Conhecimento, vinculada à Divisão de Implantação e Suporte, para começar a preencher essa lacuna. Durante os dois primeiros anos de atuação, embora ainda em processo de organização e amadurecimento, a referida seção já mostrou os resultados que dela se esperava, dentre os quais podemos citar os seguintes projetos:

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- a) Criação de um fórum de discussão através da intranet, servindo com um veículo para debate de assuntos diversos, além de uma fonte de informação ágil e permanente para dúvidas e problemas relacionados à tecnologia da informação;
- b) Pesquisa e implantação de ferramentas de *software* livre adaptáveis à realidade do Poder Judiciário Catarinense, incluindo *software* para gerência e administração de projetos de tecnologia e *webmail*;
- c) Definição do projeto para repositório de produção científica do Poder Judiciário;
- d) Pesquisa e desenvolvimento de ferramenta para implantação de ambiente de educação à distância (*Moodle*), junto à Academia Judicial do Poder Judiciário;
- e) Pesquisa, customização, instalação e suporte da Agenda Corporativa do Poder Judiciário;
- f) Gerenciamento do projeto de consultoria e capacitação em “Gestão de Projetos” voltado ao desenvolvimento de novo sistema de Recursos Humanos;
- g) Planejamento e início do projeto para implantação de uma “Central de Serviços” na Diretoria de Informática, com base nas melhores práticas e normatizações (ITIL);
- h) Pesquisa e disponibilização de uma ferramenta *Wiki*, utilizada para produção colaborativa de conhecimento.

EQUIPAMENTOS

Para manter o Poder Judiciário catarinense na vanguarda tecnológica, além da qualidade do parque instalado, a Diretoria de Informática providencia periodicamente a aquisição e distribuição de equipamentos para as diversas unidades judiciárias. Visando manter a sistemática de compra de equipamentos estabelecida nas últimas gestões, com a renovação do parque de informática, atendimento de novas demandas e manutenção dos estoques em níveis seguros, foram efetuadas aquisições de microcomputadores, impressoras, monitores de vídeo e outros equipamentos destinados aos usuários internos. Nesse contexto, foram distribuídos no biênio 29.659 peças e equipamentos, conforme elencados na tabela a seguir:

Equipamento/Peça	Quant.
Cabo UTP (metros)	4.370
CD-R	905
CD-RW	732
DVR-R	75
DVD-RW	23
Estabilizador	2.425
Fonte para microcomputador	268
Gravador de CD	82
Gravador de DVD	271
HD	378
Hub/switch	447

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Impressora jato de Tinta	90
Impressora Laser	840
Impressora Multifuncional	273
Leitor de Códigos de Barra	956
Memórias	665
Microcomputador	2.896
Monitor de Vídeo	1.579
Monitor LCD	1.250
Mouses	2.007
Nobreak	214
Notebook	164
Peças Diversas para Impressoras	1.082
Peças Diversas para microcomputador	2.441
Peças Diversas para redes	2.471
Pen Drive	525
Placa de Rede	46
Placa de Vídeo	26
Placa Mãe	188
Processadores	188
Rádios Comunicadores	55
Réguas de Tomadas	504
Servidores de Impressão	52
Teclado	1100
Terminal de Auto-atendimento	71
Total	29.659

Com relação à tabela acima, detalhamos a seguir alguns projetos onde esses

equipamentos foram utilizados:

- Distribuição e configuração de notebooks para uso de Desembargadores e Juízes de 2º Grau, visando à utilização da tecnologia *Wireless* (acesso à rede sem utilização de fios) no Tribunal Pleno e Sala de Sessões;
- Envio de todos os equipamentos necessários à continuidade do projeto de reestruturação da Comarca da Capital, dando suporte à implantação da nova versão do SAJ/PG;
- Distribuição de equipamentos às Turmas de Recursos, para atendimento ao novo sistema implantado pela Diretoria de Informática;
- Envio de equipamentos para atendimento ao projeto de reestruturação da Comarca de Palhoça e Fórum distrital do Estreito.
- Levantamento de dados, elaboração de cronograma e substituição dos microcomputadores e impressoras nos Gabinetes dos Desembargadores e Diretoria Judiciária, visando a mudança para a Torre II, com a conseqüente redistribuição dos que lá estavam para Comarcas e Diretorias;
- Especificação do projeto de telões para o Tribunal Pleno;
- Atualização do parque de informática da Divisão de Artes Gráficas;
- Distribuição de Monitores LCD para os Desembargadores, Juízes, Diretores, Diretoria Judiciária, Central de Atendimento, Secretaria dos Fóruns, TSI e Salas de audiência;

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- i) Substituição dos monitores de 14" por novos de 17", proporcionando atualização do parque e melhoria nas condições de trabalho dos servidores;
- j) Distribuição de *Pen drives*, para Desembargadores, Magistrados, Técnicos de Suporte em Informática (TSI) e Diretorias;
- k) Distribuição de gravadores de DVD nas comarcas para os TSI e Diretorias, visando auxiliar o *backup* e a atualização da base de Jurisprudência;
- l) Distribuição de terminais de auto-atendimento (totens) para as Casas da Cidadania que possuem acesso ADSL, visando oportunizar àquelas comunidades facilidade no acesso a consulta processual;
- m) Mudança dos Gabinetes dos Desembargadores e da Diretoria Judiciária, visando à ocupação da Torre II;
- n) Mudança dos gabinetes dos Juízes de 2º Grau, para os andares superiores da Torre I, para a reforma do 1º ao 4º andares;
- o) Instalação de 17 novas varas em diversas Comarcas do Estado;
- p) Mudança e estruturação do parque de informática dos novos Fóruns das Comarcas de Porto Belo e Camboriú;
- q) Envio de equipamentos para a reestruturação da Comarca de Brusque e Palhoça, visando à instalação da Versão 3.2 do SAJ.

Obviamente, o trabalho relacionado a equipamentos de informática não se resume à

aquisição e distribuição de *hardware*. É necessário, cada vez mais, efetuar um planejamento que permita realizar a manutenção do parque tecnológico através de procedimentos preventivos, identificando e substituindo as máquinas que apresentam risco iminente de falha ou que já não suportam a demanda crescente. Nesse sentido, foi efetuado o levantamento de dados e elaboração de cronograma visando à troca de computadores dos gabinetes, com intuito de preparar os mesmos para ocupação do prédio anexo (Torre II). Além disso, foram efetuadas a reestruturação e reorganização dos racks e cabeamento primários, visando melhorar a identificação de *switches* e cabos, além de otimizar os recursos da rede. Completando esse planejamento, a Diretoria de Informática solicitou alteração de layout no espaço reservado para depósito de equipamentos, visando à criação de um setor que possa agilizar a manutenção de equipamentos advindos das Comarcas, bem como maior controle sobre o estoque de equipamentos usados que são recebidos para baixa ou reutilização.

Com todo o investimento realizado na aquisição de equipamentos, a DI também contribuiu com o projeto de Justiça Cidadã da atual gestão, efetuando a triagem e destinando para doação os equipamentos que se tornaram inservíveis para uso no Poder Judiciário catarinense.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Com essa medida, foram distribuídos em perfeito funcionamento em torno de 300 equipamentos e mais de 40 entidades de assistência puderam ser atendidas, proporcionando-se inclusão social a grupos menos favorecidos.

Em que pese todo o investimento em prevenção e orientação aos usuários, diariamente a Diretoria de Informática recebe solicitações de atendimento para solução de problemas. Além disso, fornece suporte e orientação aos Técnicos de Suporte em Informática (TSI), responsáveis pelo atendimento aos usuários e manutenção do parque de informática. Dessa forma, é essencial que a comunicação interna seja realizada a contento. Visando alcançar esse objetivo, foram distribuídos radiocomunicadores às Comarcas Pólos em fevereiro de 2006. Com a utilização desses equipamentos, garante-se a melhoria na comunicação entre técnicos daquelas Comarcas, bem como a agilidade na localização dos mesmos dentro do Fórum. Estes rádios possuem uma faixa de frequência exclusiva do Poder Judiciário, possibilitando assim maior segurança na comunicação e impedindo que usuários externos que façam uso deste tipo de tecnologia interfiram na comunicação dos técnicos. Ainda visando à agilidade na comunicação interna, foi disponibilizado aos técnicos um servidor interno de *Instant Messenger*, totalmente

sincronizado com LDAP (usuários e senhas de e-mail). Após o período de maturação tecnológica, este serviço foi também disponibilizado a todos os usuários da rede interna do Poder Judiciário. Finalmente, destacamos a criação de 2.138 novas contas de correio eletrônico (e-mail) no biênio.

REDES DE COMUNICAÇÃO

Com a mudança de gestão, em fevereiro de 2006, a Diretoria de Informática pleiteou a especialização da sua Divisão de Suporte em duas áreas distintas, a saber: Divisão de Administração de Dados e Divisão de Redes de Comunicação. Com a especialização, os ganhos que se estimava obter em médio prazo e diluídos por toda a gestão com o atendimento de necessidades impulsionadas pelo surgimento constante de novas tecnologias já começaram a ser notados no primeiro ano, com a execução de diversos projetos relacionados às novas divisões. A Divisão de Redes de Comunicação é responsável pela gerência e implantação de projetos na área de segurança. Dentre os serviços sob sua responsabilidade, podemos citar a administração do servidor *Proxy*, antivírus, controle dos links de comunicação e administração do *Firewall*. Nesse contexto, projetos que estavam “estacionados” por falta de mão-de-obra especializada e disponível puderam ser impulsionados já nos primeiros meses de 2006.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Destacamos a implantação de assinatura digital, que possibilitou a publicação online e com valor oficial do Diário da Justiça eletrônico representando uma economia anual superior a 3 milhões de reais aos cofres do Judiciário estadual com a eliminação da necessidade de edição impressa do jornal, além de aspectos relacionados à agilidade no acesso à informação e as vantagens oferecidas à sociedade por intermédio do acesso gratuito ao Diário da Justiça na página do Tribunal de Justiça na Internet.



Na área de segurança da informação, uma preocupação constante e crescente, o maior investimento foi executado na prevenção de riscos, especialmente em ferramentas de proteção contra vírus. Foi instalada em 2006 a nova versão de *software* antivírus em todo Estado. Com o objetivo de facilitar a atualização da ferramenta, foram também distribuídas para todas as Comarcas as atualizações do software, não sendo mais necessária a atualização manual das vacinas.

Isso proporcionou economia no tráfego de rede e conseqüente agilidade nas atualizações, reduzindo a carga sobre o servidor principal. Ainda sobre o combate às “pragas virtuais”, foi executada a instalação do *IWSS (Interscan Web Security Suite)*, um servidor antivírus para controle das páginas Web. Esse utilitário “varre” todas as páginas e arquivos “baixados” antes da entrega ao usuário que as solicitou, liberando apenas aqueles que não representam riscos.

Mantendo o foco no quesito segurança, a Diretoria de Informática adquiriu e instalou o *NRS (Networks Reputation Service)*, serviço que elimina a maior parte das mensagens de correio eletrônico indesejáveis, através da verificação do remetente em uma “lista negra” mantida pelo sistema. Trata-se de uma ferramenta que auxilia sobremaneira no combate ao *spam*, gerando economia na utilização do antivírus e também para o servidor de e-mail.

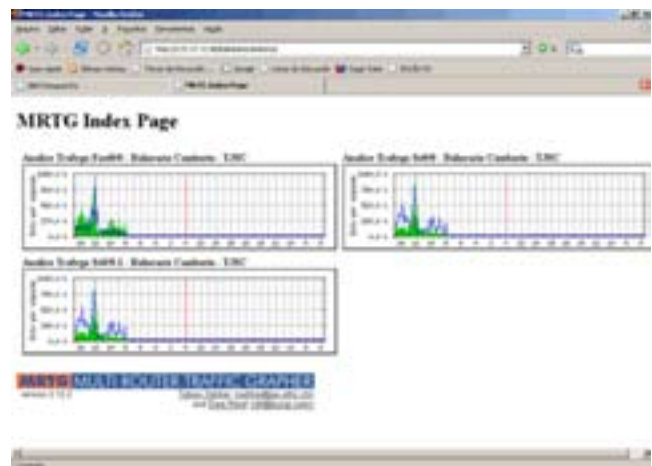
Com relação à infra-estrutura, a Divisão de Redes de Comunicação implementou novas ferramentas e técnicas que otimizam o acesso à rede interna, com destaque para a conclusão do projeto de migração dos circuitos de dados com as Comarcas, passando a menor velocidade de circuito para 512 Kbps. Em virtude de problemas enfrentados no acesso à internet, os técnicos da nova Divisão trabalharam desde fevereiro

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

de 2006 buscando identificar as causas e oferecer soluções a respeito. Dessa forma, através do monitoramento do link de saída e utilização de ferramentas especializadas, foram detectadas limitações no servidor *proxy*. Para solucionar esse “gargalo”, foram instaladas três máquinas com balanceamento de carga, o que proporcionou melhora significativa no desempenho. Além disso, foi instalado um novo *software* para fazer filtro de conteúdo (regras de acesso), liberando o *proxy* para atuar apenas como *cache* de páginas, sua função original. Completando a solução para acesso à internet, foi executada a instalação de máquinas para filtro de conteúdo, com a utilização de LVS (“*Linux Virtual Service*”), gerando maior agilidade e escalabilidade do serviço. Toda a solução encontra-se em máquinas com arquitetura simples e “rodando” *software* livre, o que proporciona economia de licenciamento e também na manutenção.

Visando seguir as tendências de mercado e tecnologia no tocante à convergência de voz e dados, a Seção de Telefonia foi anexada à Diretoria de Informática durante o ano de 2006. Apesar da necessidade de adaptação do setor de telefonia a essas tendências, sua integração com a DI já apresenta resultados, com o início do projeto de substituição das centrais telefônicas por novas centrais com capacidade para utilização dos recursos de voz sobre IP (VOIP) e redução dos custos com telefonia e de manutenção futura. Nesse

projeto, está sendo utilizado como gerenciador da rede o *software* livre *Asterisk*, instalado em um servidor de rede com Linux. Atualmente o sistema VOIP está em fase de implantação com 31 Centrais IP NEC, 10 Centrais Digitro IP e 3 Centrais *Asterisk* IP. Com este sistema, estima-se uma economia de 15% nos custos de telefonia, o equivale a R\$ 24.000,00 por mês ou R\$ 288.000,00 ao ano. Com isso, a DI mantém-se fiel à política de buscar as melhores soluções sem perder de vista a economia de recursos. A propósito, como resultado de ajustes realizados pelas empresas contratadas em virtude de solicitações da Diretoria de Informática, foram reduzidos custos nos serviços de DDR (Discagem Direta a Ramal) e canal de VOIP, representando uma economia aproximada de R\$ 300.000,00 por ano aos cofres da instituição. Ainda sobre economia de recursos com telefonia, destacamos a implantação do sistema de tarifação centralizada de chamadas, uma antiga reivindicação do Poder Judiciário.



DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Mister lembrar que o cuidadoso planejamento efetuado prevê a conclusão do projeto em um prazo de até cinco anos, visando à diluição dos custos e assimilação da tecnologia. Essa decisão, essencialmente técnica, demonstra a preocupação em implantar soluções robustas e definitivas, independente dos fatores políticos envolvidos.

ADMINISTRAÇÃO DE DADOS



*Servidor de
Armazenamento de dados*

A Divisão de Administração de Dados possui a responsabilidade de controle dos bancos de dados de todo o Estado e gerência dos servidores de rede, dentre outras atribuições. Uma vez que a evolução da infra-estrutura computacional disponível proporcionou um aumento da demanda reprimida por soluções de informática, visto que as aplicações passaram a oferecer maior segurança e performance, a Diretoria de Informática adquiriu um servidor de armazenamento de dados, que foi instalado em fevereiro de 2006. Esse equipamento está sendo utilizado para resolver problemas

imediatos e também dar vazão a projetos importantes que exigem tal estrutura, como uma nova sistemática para armazenamento e distribuição de mensagens de correio eletrônico (e-mail) e ferramentas de trabalho colaborativo. A importância do referido equipamento para o desenvolvimento de novas aplicações caracteriza-se pela robustez no armazenamento de informações, alta disponibilidade e flexibilidade na manutenção do servidor, permitindo que a máquina não necessite ser desligada para a realização de manutenções. Nesse sentido e dando plena continuidade ao planejamento prévio de incremento constante do parque, já em 2006 a capacidade de armazenamento de informações do referido servidor foi duplicada, passando a contar no momento com espaço para quatro *Terabytes* de informação armazenada.

Na parte de servidores de rede, diversos projetos foram executados visando à contínua melhoria nos serviços prestados pela Diretoria de Informática. Dentre estes projetos, damos destaque aos seguintes:

- a) Atualização do parque de servidores de rede das Comarcas. Em 2007 foram substituídos servidores de rede em 32 Comarcas de entrância inicial e intermediária. Estes novos servidores utilizam processador de tecnologia Intel e utilizam o sistema operacional Linux. A solução teve um custo de 1/3 comparado à

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

solução utilizada nas Comarcas de maior porte que utilizam servidores com processador RISC, sem comprometer a confiabilidade e desempenho. As seguintes Comarcas foram contempladas: Abelardo Luz, Anchieta, Anita Garibaldi, Braço do Norte, Campo Erê, Catanduvas, Coronel Freitas, Correia Pinto, Cunha Porá, Dionísio Cerqueira, Imaruí, Itaiópolis, Jaguaruna, Lauro Muller, Lebon Régis, Orleans, Otacílio Costa, Palmitos, Papanduva, Pomerode, Ponte Serrada, Santa Cecília, São Domingos, São João Batista, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, Seara, Tangará, Trombudo Central, Turvo, Urubici e Xaxim.

b) Atualização do servidor que gerencia o sistema SAJ/SG, incluindo a substituição do equipamento, conexão a SAN (rede do servidor de armazenamento) e atualização do banco de dados Oracle, passando da versão 8i para a versão 10g;

c) Substituição dos servidores que gerenciam os bancos de dados do Sistema de Conta Única e das Comarcas cujas informações estão centralizadas no Tribunal de Justiça;

d) Substituição e modernização dos servidores de rede que atendem à Corregedoria Geral da Justiça, à rede dos Gabinetes de Desembargadores e ao sistema *Workflow*;

e) Ampliação da capacidade dos servidores das Comarcas de Balneário Camboriú, Itajaí,

Blumenau, Brusque, Joinville, Araranguá, Criciúma e Tubarão;

f) Adequação e ampliação da infra-estrutura do serviço de correio eletrônico, com o objetivo de possibilitar a utilização da ferramenta de Agenda Corporativa e *Webmail*.

Além da citada atualização do parque instalado, a Divisão de Administração de Dados disponibilizou a infra-estrutura para novos sistemas e serviços implantados, como Processo Virtual, Índice Estadual, Relatórios Estatísticos e Assistência Judiciária. Essa infra-estrutura é composta por três servidores de banco de dados, com a mais recente versão do Oracle (10g), dois servidores de aplicação, um servidor de armazenamento e uma unidade de fita para realização de cópias de segurança (*backups*). Mais que isso, foi também executada a atualização dos serviços de página (internet e intranet), incluindo a substituição do equipamento e atualização do software de gerenciamento, passando a usar o moderno *Sun-One 6.1 WebServer*.

Aumentando a oferta de serviços, é natural que a exigência dos usuários aumente na mesma proporção. Dessa forma, alta disponibilidade passa a ser uma característica essencial. Assim, uma atividade de destaque na área de bancos de dados foi a configuração do banco Oracle para atuar em ambiente de alta disponibilidade, utilizando o *software Oracle RAC – Real Application*

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Cluster, que foi instalado em uma infraestrutura de 2 servidores RISC, totalizando 6 processadores, 40GB de memória RAM e 500GB de espaço de armazenamento. É importante ressaltar que todos os componentes da solução são redundantes, garantindo a disponibilidade das bases de dados durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana. Esta solução está atendendo aos sistemas de automação do Judiciário de Segundo Grau (SAJ/SG) e de Gestão de Gabinetes (SAJ/GGS). Mais que isso e ainda com foco na disponibilidade dos serviços de informática, foram implementadas rotinas de gerenciamento para servidores de rede e bancos de dados, com o objetivo de diagnosticar com antecedência a ocorrência de problemas, permitindo assim que ações preventivas sejam tomadas, evitando que esses problemas sejam replicados aos usuários. As rotinas incluem *softwares* de gerenciamento e *scripts* que periodicamente verificam o comportamento dos componentes dos servidores e dos bancos de dados, gerando alertas para os técnicos da Diretoria de Informática no caso de qualquer comportamento fora do padrão esperado.

SISTEMAS

Com os investimentos citados em infraestrutura, naturalmente o desenvolvimento e manutenção de sistemas tornam-se tarefas mais produtivas. Assim, e mantendo o

propósito de priorizar a atividade fim do Poder Judiciário, a Diretoria de Informática continua oferecendo todo o suporte à implantação do SAJ/PG (Primeiro Grau), unificando a versão do sistema em todo o território catarinense. Não obstante a ênfase dada ao SAJ/PG, uma mudança de paradigma começa a se fazer notar, no tocante ao desenvolvimento de aplicações pela própria equipe da Diretoria de Informática, embora se utilizando o mesmo banco de dados que o SAJ. Com esse enfoque, pode-se aproveitar as informações que já existem e desenvolver soluções específicas e especializadas para o Judiciário catarinense, ainda que não existam no sistema original. Nesse sentido, foi adaptado e implantado pela DI o módulo de atendimento às Turmas de Recursos do Estado, uma solicitação antiga e que ainda não havia sido atendida a contento pelo SAJ. Outro exemplo da integração com o principal sistema corporativo do Poder Judiciário, em sua versão para o Segundo Grau de jurisdição, foi o desenvolvimento do módulo de importação de despachos e decisões monocráticas, que exigiu a participação em reuniões com a empresa responsável pelo sistema, para estudar a viabilidade de integração com o SAJ/SG, além da posterior implementação e implantação do *software*.

Ainda no que concerne aos sistemas destinados à atividade fim da instituição, a Diretoria de Informática e o CGInfo

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

trabalharam na execução do projeto de implantação do “Processo Virtual”, que consiste na automação completa dos autos físicos, sem necessidade do trâmite de papel. Isso se traduz em racionalização, com redução dos custos e do tempo de tramitação de um processo, cujas informações podem ser acessadas a qualquer momento e de qualquer lugar através da internet. A utilização de certificação digital confere validade jurídica aos documentos e procedimentos executados internamente pelos servidores e magistrados. Esse projeto foi implantado no Complexo de Ensino Superior de SC (CESUSC) e posteriormente na Unidade Regional de Execuções Fiscais Estaduais na Comarca de Lages, que se tornou a 1ª Vara de Execuções Fiscais do país com processos virtuais. Trata-se de um projeto piloto que poderá ser estendido às demais regiões de Santa Catarina. O objetivo dessa estrutura é englobar todas as execuções fiscais municipais e estaduais para dar mais agilidade ao processo.

Mais um projeto de destaque diz respeito à experiência inovadora de virtualização de processos na Justiça de 2º Grau. Trata-se da digitalização de recursos e apelações, permitindo que os integrantes da Câmara deixem os diversos volumes que compõem os processos sem seus gabinetes e acompanhem a pauta de julgamentos de forma simultânea através dos

microcomputadores instalados na mesa de audiências. Os terminais permitem, ainda, a comunicação virtual com as respectivas assessorias, distantes fisicamente da sala de sessões, com a possibilidade de correções em tempo real pelos assessores nos gabinetes. Ainda sobre os sistemas destinados ao 2º grau, proporcionou-se o atendimento a um pleito antigo com a implantação do sistema SAJ/Gestão de Gabinetes de 2º grau. No período compreendido entre os meses de abril e dezembro de 2007 foram instalados e capacitados 54 gabinetes deste Tribunal, num esforço que envolveu a preparação dos gabinetes, a conversão de dados e a integração com sistemas dos órgãos julgadores e publicação de acórdãos, além de espaço físico e material específico para o treinamento de 28 turmas.

O trabalho de excelência em tecnologia desenvolvido pelo Tribunal de Justiça na virtualização de procedimento e processos judiciais foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça, o qual tem adotado diversos padrões utilizados em Santa Catarina e inclui o Presidente do CGInfo e o atual Diretor de Informática entre os membros de um Conselho Gestor a nível nacional para a informatização e modernização do Poder Judiciário.

A equipe de desenvolvimento de sistemas tem se esmerado para, sem deixar de lado o

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

atendimento às solicitações recebidas, criar uma infra-estrutura de desenvolvimento que possibilite o reaproveitamento do trabalho já executado e a padronização dos procedimentos, de forma a aumentar a rapidez e eficiência tanto do desenvolvimento quanto da manutenção dos sistemas oferecidos. Praticamente já não existe mais na Diretoria de Informática um sistema que “pertence” a um único desenvolvedor, fato corriqueiro até há pouco tempo.

Sob essa ótica, a Diretoria de Informática direcionou parte de seus esforços em 2006/2007 para o estudo, análise e desenvolvimento do novo sistema de Recursos Humanos, um dos projetos prioritários da gestão. Nesse sentido, buscando a utilização das mais modernas técnicas de análise e desenvolvimento de sistemas, foi composta uma equipe que trabalhou na gestão do projeto, incluindo tarefas como o estudo sobre a metodologia *PMBOK*, confecção e manutenção dos documentos pertinentes, agenda, diário do projeto, EAP, lista de atividades, cronograma, declaração do escopo, memórias de reunião etc. Com isso, pôde-se executar com sucesso a tarefa de levantamento de requisitos, que envolveu além de visitas à Diretoria de Recursos Humanos, a produção de documentos sobre os seguintes requisitos: horário de trabalho, férias, licenças,

afastamentos e banco de horas, substituições, gratificações, contagem de tempo de serviço, incorporações, procedimento disciplinar, saúde, aposentadoria, magistrados, concurso, controle de cargos, avaliações e estágio probatório, clima organizacional, cargos de apoio, função gratificada, avaliações de desempenho, promoções, controle de terceirizados, admissão, movimentação funcional, remunerações, rubricas, cálculos e benefícios.

Com relação às etapas de desenvolvimento do novo sistema, foi implantado o módulo Controle de Concursos, que tornou possível centralizar todas as informações referentes aos Concursos Públicos, desde a criação até a divulgação dos aprovados. As informações centralizadas serão utilizadas em outros módulos do Sistema, como, por exemplo, no mecanismo de convocação e nomeação dos aprovados. O módulo permitiu que as inscrições passassem a ser realizadas através da internet, evitando os custos e possibilidades de erro do método anterior, em que se contratava a digitação das fichas de inscrição por empresa terceirizada. Além disso, a possibilidade de acompanhamento das estatísticas de inscrição e a disponibilização mais rápida dos dados dos candidatos facilitaram e trouxeram agilidade ao processo de concurso de forma que, só em 2007, tenha sido possível realizar 12 (doze) concursos pela nova metodologia. Foi

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

desenvolvido também o Módulo de Provisão por Concurso Público, que funcionará na Seção de Controle e Manutenção de Cargos, substituindo todo o trâmite manual ali realizado desde a convocação até a nomeação de candidatos aprovados, trazendo, inclusive, o uso do sistema pelos Secretários de Foro. Foi desenvolvido também o Módulo de Provisão por Remoção, que contempla o controle dos concursos de remoção. Através dessa ferramenta será possível o acompanhamento do processo, desde a criação de um novo concurso até a avaliação dos inscritos, passando pela aprovação do concurso, criação e publicação do edital, abertura e fechamento das inscrições. A publicação dos editais será feita de forma automática a partir do sistema. Os servidores farão as inscrições através da intranet, substituindo o método atual, em que a ficha de inscrição é impressa e enviada por malote, o que traz custos de impressão, transporte e tempo. Este módulo já está em funcionamento e será posto em prática já nos primeiros concursos de janeiro de 2008. Ainda na direção da atualização tecnológica do Sistema de Recursos Humanos, foi criado o módulo de Controle de Unidades Organizacionais. Este mecanismo permitirá o cadastro e controle centralizado de lotações e outras unidades, permitindo que se faça um acompanhamento mais criterioso dessas informações que são,

por assim dizer, cruciais em diversas aplicações hoje. O módulo possibilitará que outros sistemas utilizem as mesmas informações, de forma que se possa ter um processo mais rico de obtenção de informações gerenciais. Através desse mecanismo será possível controlar informações históricas de alterações em lotações, criar padronização de nomenclatura e manter a documentação relacionada, além de controlar a hierarquia e as formas de classificação, permitindo um uso mais facilitado das informações pelos mecanismos clientes, como, por exemplo, as ferramentas de *Workflow*. Este módulo está em funcionamento e o cadastro através do sistema SHF, em Caché, já foi desativado. Atualmente, o uso está sendo feito pela própria Diretoria de Informática, para fins de aprimoramento e homologação técnica. Por fim, foi desenvolvido o módulo de Controle de Cargos. Este traz todo o controle do cadastro de cargos e distribuição de vagas, mantendo, da mesma forma que o Controle de Unidades Organizacionais, todo o histórico das alterações de cargos e ocorrências de distribuição de vagas. O mecanismo substitui todas as funcionalidades desenvolvidas hoje pelo "CVAGOS", programa em tecnologia Caché que não possui integração com o resto dos sistemas de recursos humanos. Este módulo está em fase de testes na Diretoria de Informática e será implantado em breve.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Outras atividades desenvolvidas na esteira do novo Sistema de Recursos Humanos foram a análise e levantamento de requisitos dos módulos de Estágio Probatório, Avaliação Funcional, Clima Organizacional, Plantão Judicial e Gratificação Júri, bem como o desenvolvimento de rotinas várias visando a integração do sistema atual e o novo sistema.

No que diz respeito ainda ao desenvolvimento e manutenção de sistemas, destacamos a execução dos seguintes projetos estratégicos da administração do Poder Judiciário:

Sistema de Controle de Custos: Foi realizada a análise, junto a Diretoria de Infra-estrutura, do processo envolvendo as faturas de água e esgoto e de energia elétrica. Com base nesta análise foi realizado o projeto de um sistema para o controle destes custos, cujo objetivo é a diminuição dos mesmos através de um melhor gerenciamento de atividades. Através de contatos feitos com as empresas fornecedoras (CASAN e CELESC), foi possível obter arquivos com as faturas de água e esgoto e de energia elétrica. Deste modo, não será necessária a digitação de todos os dados referentes às faturas, a importação será feita de forma automática via sistema. Assim, o tempo que seria gasto em digitação será utilizado efetivamente para a análise de irregularidades, sempre com o objetivo de minimizar os gastos desnecessários. O sistema, em fase inicial de desenvolvimento, contará com diversos relatórios para auxiliar

no processo de gerenciamento, e futuramente pretende-se incluir no sistema o gerenciamento de outros custos, tais como telefonia, correspondências e fotocópias.

Sistema de Controle de Contratos: Finalizada a especificação técnica das necessidades da Diretoria de Material e Patrimônio (DMP) para o controle do trâmite completo de um contrato. Desde a confecção das minutas a partir da licitação até os pagamentos, encerramento e renovação dos contratos. Com esta especificação foi possível analisar as soluções prontas oferecidas no mercado, as quais estavam sempre vinculadas a um sistema muito mais abrangente de gerenciamento que demandaria a implantação em diversas áreas já informatizadas. Optou-se então pelo desenvolvimento interno, o qual foi iniciado em novembro de 2007. Já no próximo ano utilizar-se-á a numeração de contratos gerada pelo novo sistema. Esta numeração será unificada para contratos, convênios e termos de cooperação, facilitando a identificação dos mesmos na Divisão de Contratos/DMP.

Sistema de Distribuição de Títulos de Protesto: Com o apoio da Presidência e da Corregedoria Geral da Justiça, iniciaram-se os trabalhos de análise e especificação do sistema. Esta etapa de especificação foi consolidada, com a validação das funcionalidades propostas, tendo a participação de membros dos setores da distribuição de títulos de várias comarcas.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Atualmente está em curso o desenvolvimento, com previsão de implantação de piloto em comarca do interior do Estado, no mês de janeiro do próximo ano. Dentre os benefícios advindos da adoção deste sistema pode-se identificar a padronização dos sistemas de distribuição de títulos a protesto em todo o Estado, o ganho de produtividade e a minimização dos custos aos distribuidores, disponibilidade de informações gerenciais e para a CGJ e, por fim, a transparência na etapa de distribuição de títulos para os cartórios extrajudiciais.

Sistema de Conta Única: Finalizada a implementação das alterações relativas à retenção automática de imposto de renda nos saques. No mesmo sistema, foram implementados recursos para que os escrivães informem as subcontas que farão repasse ao Executivo, a geração do arquivo de exportações para DIRF e a implantação de recurso de segurança para evitar duplicidade de nomes para um mesmo CPF/CNPJ. Procedeu-se a análise e projeto de um recurso para controlar a parte desses repasses que devem ser mantidos em um Fundo de Reserva. A visibilidade alcançada pelo Sistema de Conta Única, advinda dos benefícios oriundos da sua utilização, despertou o interesse e fez com que outros Tribunais de Justiça tomassem a experiência do TJSC como modelo, inclusive com a adoção do mesmo sistema computacional.

Desta forma, apoio foi dado a colegas dos Tribunais de Justiça do Pará, Pernambuco e recentemente do Estado de Sergipe.

Sistema do Diário da Justiça Eletrônico: Foi realizada a reestruturação das rotinas utilizadas na confecção do Diário de Justiça Eletrônico (DJE), tendo sido efetuadas atividades como mapeamento do processo atual e identificação de possíveis melhorias para confecção do DJE, manutenção corretiva e evolutiva nas ferramentas usadas na confecção, integração destas com o novo sistema de Recursos Humanos e ampliação da utilização do módulo de matérias avulsas por parte de outros setores do Tribunal de Justiça. Além de dar maior confiabilidade do processo de confecção do DJE, estas alterações possibilitaram que um novo *software* para editoração, programa “*In Design*”, fosse utilizado na confecção do Diário.

Além dos projetos estratégicos já citados, outros sistemas receberam dedicação da Diretoria de Informática durante a gestão:

Sistema Centralizador da DIRF: A DIRF 2006/2007 do Tribunal de Justiça passou a prestar informações mais completas à Receita Federal, incluindo dados dos sistemas de Conta Única e de Custas. No início de 2007 foi desenvolvido um sistema para importar e agrupar informações oriundas do Sistema de Custas, bem como dados a respeito de

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

precatórios inseridos pela Divisão de Contabilidade da DOF e outros oriundos do CIASC. Este sistema agrupador facilitou a inclusão das informações na DIRF e possibilitou a disponibilização de um informe de rendimentos na Intranet. Hoje, o escrivão em qualquer comarca do Estado pode fornecer, a pedido da parte, um informe de rendimentos centralizado, com todos os pagamentos feitos pelo Poder Judiciário a determinado CPF ou CNPJ, informados à Receita Federal.

Sistema de Bolsas de Estudo: Desenvolvido e disponibilizado na Intranet o pedido de renovação de bolsa de estudos, de graduação e da Esmesc para os servidores do Poder Judiciário. Além de dar ao interessado a comodidade de fazer seu pedido sem precisar sair do seu local de trabalho, esta ferramenta torna todo o processo mais eficiente, pois os dados informados pelo bolsista são diretamente aproveitados pela Diretoria de Recursos Humanos, eliminando o trabalho de digitação existente na sistemática antiga.

Programas de Pesquisa de Satisfação: A análise do clima organizacional vem recebendo, há bastante tempo, constante atenção da Divisão de Acompanhamento e Movimentação Funcional da Diretoria de Recursos Humanos (DRH). Porém, obter essas informações implicava em custos com a confecção dos questionários, deslocamento

dos grupos de servidores para o preenchimento dos formulários, além da posterior digitação das respostas. A pesquisa de satisfação interna na Intranet resolveu estes problemas. Feita através do acesso restrito garante além da autenticação do usuário, a coerência do servidor que está fazendo a avaliação com a área avaliada, através da lotação em que está cadastrado. Também garante a liberdade de expressão, pois computa as respostas de cada área de forma centralizada, sem vinculação do usuário com as respostas dadas. No final de novembro foi disponibilizada na Internet a pesquisa de satisfação externa. O “cliente” do Poder Judiciário poderá opinar sobre os serviços prestados por um setor específico do Poder Judiciário, sendo o detalhamento possível até a uma vara em particular. Ao final do formulário ele também deixa uma opinião geral a respeito do Poder Judiciário e um gráfico com as opiniões dos últimos 30 dias lhe são apresentadas, possibilitando um *feedback* e oferecendo a transparência do processo.

Distribuição de Processos Administrativos: Implantado em março de 2007, o Sistema de Distribuição de Processos Administrativos na Diretoria Geral Administrativa realiza a distribuição eletrônica, anteriormente feita de forma manual, de diversos processos administrativos que chegam a DGA entre os assessores, respeitando as regras de

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

vinculação de processos e retornos de diligência, além da distribuição dos processos novos. O sistema também permite o registro dos pareceres emitidos pelos assessores, facilitando o acesso e a consulta dos mesmos. Em junho de 2007 o sistema foi implantado na Diretoria de Recursos Humanos.

Sistemas de Recursos Humanos: Não obstante o desenvolvimento de novo sistema, foi necessário a manutenção dos aplicativos já existentes. Neste contexto a consulta de informações funcionais, como vencimentos, histórico e informes de rendimentos, além de estar disponível na Intranet, foi disponibilizada na Internet. Fazendo uso de tecnologias e procedimentos seguros de acesso à rede interna, estas consultas possibilitam que servidores ativos, inativos, extrajudiciais e pensionistas verifiquem suas informações a partir de suas residências, ou qualquer ponto da Internet, diminuindo sensivelmente a demanda de atendimentos da DRH, bem como reduzindo custos relativos à impressão e postagem. O procedimento de marcação de férias também foi reformulado, passando a ser um processo descentralizado, com a participação de todos os servidores através de pedidos e deferimentos, com possibilidade de acompanhamento pela Divisão de Registro e Informação e integração com os sistemas de RH e de *Workflow* em produção. Advindo das alterações feitas no processo de

marcação de férias e respeitando as regras existentes no *workflow* de férias do Poder Judiciário, foi criado um procedimento automático de Solicitação de Gozo de Férias. Esta sistemática dispensa a iniciativa do funcionário em pedir as suas férias no momento anteriormente marcado e reduz ao mínimo os prejuízos ocasionados pelo atraso neste pedido. Alterações no atual Sistema de Cadastro e Folha de Pagamento, como o desenvolvimento de programa para concessão automática de concessão de licença-prêmio, programa de críticas de cálculo de folha, programa para integração de movimentos de valores fixos, programa de integração dos movimentos de bolsistas, programa para integração do movimento de mutirão, programa para integração dos atos de promoção e programa para integração dos movimentos de júri e ronda, promoveram um aumento da produtividade, otimização dos procedimentos, redução de custos e insumos. E novos relatórios como de consulta de funcionário por rubrica, de geração de relatório de ganhos por lotação, de geração de relatório de selos e diversos outros, dispostos também em formato texto, para a DOF, permitiram uma melhora na prestação do serviço, com o acesso direto e amplo às informações, gerando também a satisfação do cliente. Oriundos do antigo sistema de folha de pagamento, foram convertidos para o sistema atual os contracheques relativos a

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

janeiro de 1992 a setembro de 1993. Este trabalho, realizado em conjunto com a DRH, utilizou a tabela confeccionada pela Divisão de Remuneração e Benefícios a qual relacionava as rubricas do sistema antigo para rubricas do sistema atual. Resultante deste trabalho, agora os servidores e magistrados podem consultar os contracheques relativos ao período acima, utilizando o mesmo mecanismo já existente na Intranet.

Tecnologicamente, esta conversão possibilitou a desativação de um banco de dados Mumps, que consumia recursos de máquina servidora somente para rodar este sistema legado.

Outra atividade desenvolvida foi o levantamento das imagens, notadamente contracheques e dados administrativos anteriores ao ano de 1992, contidas em jaquetas ou microfimes da DRH. Esta análise, que chegou a identificação de aproximadamente 713.000 imagens, fornecerá subsídios a projeto futuro de digitalização a ser desenvolvido pela DI. As atividades de manutenção, corretiva e evolutiva, envolveram os módulos de Cargos Vagos, Promoção por Desempenho, Cadastro, Estágio Probatório, Folha de Pagamento, de integração com o sistema e-Sfinge, de integração com instituições bancárias e outros.

Sistema de Controle de Movimentação e Designação dos Magistrados: Em conjunto com a Coordenadoria de Magistrados foi realizado o levantamento dos requisitos de

sistema que desse apoio aos processos de movimentação e designação de magistrados. As atividades envolveram a documentação dos processos e esboço dos requisitos do sistema em padrões técnicos.

Sistemas de Gestão de Compras, Almoxarifado e Patrimônio: A Diretoria de Material e Patrimônio passou a utilizar coletores de códigos de barras nos trabalhos do Almoxarifado e Patrimônio. Foram desenvolvidos sistemas e integrações com os já existentes para utilizar os dados colhidos desta nova forma. Com a utilização de coletor de dados para ler as etiquetas de tombamento de bens móveis com código de barras, a Auditoria Patrimonial se tornou mais ágil e segura, facilitando também a atualização da localização dos bens. Esta melhoria foi especialmente importante quando das mudanças para a Torre II do Tribunal de Justiça. No almoxarifado, a nova sistemática se refletiu especialmente na maior celeridade no atendimento das requisições, pois os trabalhos de conferência e o retrabalho na troca de materiais apanhado por engano foram sensivelmente reduzidos. No módulo de Compras foi desenvolvido o controle das penalidades aplicadas aos fornecedores, de modo que o usuário saiba e seja avisado quando do impedimento do fornecedor para licitar ou contratar junto ao PJSC. O módulo de Patrimônio foi estendido para agregar mais dados sobre os microcomputadores. Este

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

módulo de Controle das Características das CPU tem como objetivo criar uma gama maior de informações sobre o parque de informática do Poder Judiciário, mais precisamente sobre os vários componentes dos microcomputadores, *softwares* instalados e controle do lacre. O Sistema de Registro de Preços possibilitou que a DMP realizasse neste ano nove novos registros de preços, totalizando mais de sete mil itens licitados e registrados para possíveis compras futuras. A necessidade de dispor uma ferramenta de apoio aos gestores dos almoxarifados das comarcas, levou à definição pelo desenvolvimento de um programa de Almoxarifado Setorial. Em conjunto com a DMP e o auxílio de servidores de várias comarcas, as funcionalidades do sistema foram especificadas, possibilitando o início do desenvolvimento do programa.

Sistemas de Controle Financeiro: Apoio visando a melhoria dos trabalhos da Divisão de Orçamento e Tesouraria da DOF, através da solução de problemas em relativos a geração de ordens de pagamento automatizadas. Para pagamentos não relacionados aos sistemas que geravam ordens de pagamento a Tesouraria utilizava uma planilha Excel para enviar as solicitações de transferência ao banco, o que implicava em grande possibilidade de erro. Foi implantado um sistema que permite a inclusão de quaisquer pagamentos em uma ordem

bancária automatizada (AGL). O atual sistema de diárias recebeu alguns melhoramentos para agilizar os trabalhos da Divisão de Orçamento. Também foi iniciada a análise para implantação de uma sistemática mais dinâmica, consoante com a idéia de fluxo de trabalho, para a solicitação e o pagamento de diárias. No sistema de Controle de Custas, uma nova versão do módulo de geração de guias de boletos disponível via Internet foi concebido. Além de novos recursos visuais e de navegação, o módulo foi desenvolvido primando pelos aspectos de segurança e robustez, estando adequado para necessidades futuras de crescimento e adição de novas funcionalidades.

Novo site do PJSC: Resultante de uma concepção que envolveu membros de vários setores do Tribunal de Justiça, foi desenvolvido um novo site para o PJSC. Entre as novidades apresentadas foi desenvolvido um novo layout, primando pela leveza, navegabilidade e atratividade visual, a adequação das páginas às especificações de acessibilidade, com a adição de facilidades com este propósito, como também a disponibilização de um mecanismo indexador que permite a busca textual nas páginas que compõem o site. Na esteira do lançamento do novo site, vários mecanismos foram construídos para facilitar a manutenção do novo *template*. Estes mecanismos, que abrangem as várias tecnologias utilizadas no

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

portal, como *Java*, *Caché* e *Workflow*, possibilitará que novas alterações possam ser realizadas mais rapidamente, auxiliando na coerente manutenção da identidade visual do site. Em 2006 e 2007, a equipe responsável desenvolveu ainda o site comemorativo aos 115 anos do Tribunal de Justiça, além de manutenções nas páginas do Poder Judiciário na Internet e Intranet, visando oferecer ao usuário, interno e externo, com maior qualidade e de forma prática e intuitiva, os mais variados serviços oferecidos pelo Poder judiciário catarinense.

Serviço PJSC-Push: Desenvolvida uma nova versão do serviço, procurando trazer mais recursos aos cerca de 18.000 usuários. Facilidades como o acompanhamento de processos das Turmas de Recurso, canal de contato com a equipe de suporte e outros incrementos visuais e operacionais marcaram esta versão. Ainda nesta versão procedimentos de validação e limpeza do cadastro de usuários e processos, bem como a verificação da frequência de acesso dos usuários, permitiram a otimização na utilização dos recursos computacionais, diminuindo-se o envio de e-mails desnecessários para usuários inválidos e evitando-se o cadastro de processos inválidos no sistema. Após este expurgo, o serviço chega ao final deste ano com a impressionante marca média de cerca de 66.000 notificações enviadas diariamente, denotando a sua relevância para a comunidade jurídica estadual.

Sistemas e serviços disponíveis na Internet:

- *Base de Jurisprudência:* adicionadas novas facilidades de navegação e pesquisa com a criação de novos campos para refinamento das buscas. O principal incremento deste serviço, que é um dos mais procurados do portal do PJSC, é a atualização diária e automática através da importação dos acórdãos diretamente do sistema SAJ/SG. Ainda para esta nova versão do serviço, a importação dos cerca de 240.000 acórdãos antigos que estavam na base textual anterior foi realizada, visando compor o novo repositório.

- *Base textual dos Despachos das Vice-Presidências:* criação de novos campos para refinamento das buscas e atualização automática diária através da importação dos despachos diretamente do sistema SAJ/SG.

- *Notícias do site:* novos recursos foram desenvolvidos, como a disponibilização de consulta de notícias, últimas notícias e notícias mais acessadas, bem como um novo mecanismo de visualizar as imagens das notícias, agora na forma de álbum.

- *Sistema de Informações Gerenciais:* novos recursos utilizando tecnologia Flash tornaram a interface mais atrativa. Novos conjuntos de informações, notadamente as relacionadas com os gastos das unidades jurisdicionais, possibilitaram o fornecimento de relatórios gerenciais mais completos, auxiliando na tomada de decisão dos gestores.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

No que diz respeito ainda ao desenvolvimento e manutenção de sistemas, destacamos nos dois anos da atual gestão as seguintes atividades:

- a) Desenvolvido novo mecanismo de processamento das consultas de jurisprudência do TJ, que otimizou as conexões com o banco de dados e eliminar a ocorrência de erro por quantidade excessiva de consulentes;
- b) Lançada a versão 1.0 do fluxo eletrônico de Requisição de Materiais e Serviços. Com esta ferramenta uma Requisição de Compras (RC) é “virtualizada”, permitindo que o procedimento seja mais rápido e transparente e possibilitando o devido acompanhamento por parte do requisitante;
- c) Finalizada a especificação do sistema de empenhos, que irá possibilitar a outros sistemas fazer uso desses dados. Com relação a isso, a Diretoria de Informática efetuou procedimento importador no Sisproject para atender demanda emergencial da Diretoria de Orçamento e Finanças. Esta automação permitiu à administração do TJ manter atualizada a execução orçamentária baseada nos projetos em curso;
- d) Confeccionado novo módulo para impressão do contracheque e o informe de rendimentos, possibilitando que aposentados e pensionistas de todo Estado tornem a receber em suas residências tais informações;

- e) Foram desenvolvidas alterações no sistema de Controle de Acesso do Palácio da Justiça, permitindo aos gestores consultar os registros de entrada e saída do prédio do Palácio da Justiça de seus colaboradores;
- f) Entregue nova versão do sistema de Progressão Funcional, com o qual foi gerado o ato de promoção, procedimento pendente há vários meses;
- g) Desenvolvido novo sistema de Movimentação Bancária, auxiliando a Diretoria de Orçamento e Finanças na gerência das contas bancárias;
- h) Efetuados a análise e desenvolvimento do sistema de Controle de Tabela de Quilometragem para Cálculo de Diligência, além da migração dos dados do sistema antigo;
- i) Conclusão do trabalho de análise e levantamento de necessidades relativas à “distribuição de processos” no sistema de Protocolo administrativo;
- j) Desenvolvido sistema para controle de participantes/presença em eventos como treinamentos, congressos e encontros;
- k) Adequados os sistemas de recursos humanos e compras/licitações para atendimento aos requerimentos do sistema e-Sfinge na área de Atos Jurídicos – Licitações e de Pessoal;
- l) Finalizados e implantados os módulos de custos e fotocópias no sistema de Tarifação.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

As manutenções, evolutivas e corretivas envolveram atividades em vários sistemas como: Protocolo, Biblioteca, Precatórios, Consulta de empenho e integração com o Sisproject, Controle de acesso, Programa do Totem de auto-atendimento, Controle de custos da Gráfica, Controle de consumo de combustíveis, Sistema de Segurança, Fluxos de trabalho (*workflow*) de Recursos Humanos, Controle de Telefonia, Requisição de Obras Bibliográficas, Controle de Movimentação Bancária, Controle de Resenha; site do PJSC e da Academia Judicial.

PROCEDIMENTOS E MÉTODOS

Sem esquecer o atendimento ao público interno e externo e às demandas sempre crescentes, desde o início a Diretoria de Informática atuou na busca de ações que permitissem evoluir nos procedimentos e métodos de trabalho internos, o que inevitavelmente refletiu na melhora dos produtos e serviços produzidos e entregues.

Uma das iniciativas foi a especialização das tarefas das seções, bem como uma maior delegação de atividades e responsabilidades, promovendo o aperfeiçoamento dos processos internos. Outras iniciativas, que são relatadas a seguir, como a constituição de uma metodologia de gestão de projetos de

desenvolvimento, a construção de um *framework* de apoio ao desenvolvimento e a consolidação de repositórios de arquivos fontes para auxiliar o trabalho colaborativo, retratam o processo evolutivo que a equipe está vivenciando. Além disto, é perceptível que este conjunto de iniciativas está aproximando cada vez mais nossa realidade à idealização que gerou a estrutura da Diretoria.

1. Metodologia de Gestão e Desenvolvimento de Projetos

Realizado inicialmente como foco nas divisões de Desenvolvimento e de Implantação e Suporte em conjunto com uma consultoria externa, foi trabalhado o desenvolvimento e estabelecimento de uma metodologia de gestão de projetos de desenvolvimento de sistemas. Esta metodologia está começando a ser utilizada em sistemas internos, com destaque para o novo Sistema de Recursos Humanos. Fruto dos trabalhos desenvolvidos na metodologia foi elaborado um site chamado “Portal da Metodologia”. Nele está toda a documentação produzida pela equipe. Com a implantação desta metodologia pretende-se, dentre outros objetivos:

- Melhorar o aproveitamento dos recursos humanos, com a realocação dos profissionais de forma que sejam evitadas situações de sobrecarga de trabalho ou de subutilização dos profissionais disponíveis. Este gerenciamento trará um benefício

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

imediatamente tanto no controle dos cronogramas dos projetos quanto na satisfação profissional dos colaboradores;

- Reduzir os atrasos na entrega dos projetos, com o adequado planejamento e controle de itens como escopo, prazo e recursos disponíveis, os erros de dimensionamento de tempo, custo e esforço diminuirão significativamente;
- Padronizar os processos e a documentação de gestão de projetos de desenvolvimento de *software*. Com a geração padronizada da documentação dos projetos, os sistemas se tornarão mais independentes do conhecimento pessoal dos profissionais que participaram do seu desenvolvimento;
- Reduzir o tempo necessário para a adaptação de novos analistas ao processo de desenvolvimento de *software*, visto que os profissionais que ingressarem na Diretoria de Informática após a adoção da metodologia, poderão se valer desta documentação para entender o processo de execução e desenvolvimento de projetos adotado;
- Gerar informações gerenciais para tomada de decisão, com a disponibilização de ferramentas que auxiliarão na gestão dos projetos e do portfólio de projetos. Através destas ferramentas, o Diretor de Informática e os profissionais por ele designados, poderão fazer o acompanhamento dos trabalhos.

2. Elaboração de um *framework* de desenvolvimento para a plataforma *Delphi*

Com o aumento da demanda de sistemas *desktop*, tornou-se evidente a necessidade de ferramentas que auxiliassem o trabalho de codificação dos sistemas. Os principais benefícios trazidos pelo *framework* são:

- Aumento da produtividade dos desenvolvedores de *software*, com a automação de vários requisitos não funcionais comuns a vários sistemas;
- Padronização da interface e do comportamento dos sistemas;
- Reaproveitamento de soluções, visto que necessidades comuns a vários sistemas são resolvidas com soluções genéricas, permitindo que vários projetos as utilizem;
- Facilidade para trabalhar com vários projetos simultaneamente, com a disponibilização de ferramentas de gestão de ambientes que permitem que o desenvolvedor alterne entre diferentes configurações de forma rápida e fácil.

3. Controle de Versão dos Programas Fonte

Em 2007 foi consolidado o controle de versão dos programas fonte tanto dos sistemas *desktop* quanto dos sistemas *web*. Com este controle, a equipe de desenvolvimento de *software* já percebe vários benefícios, dos quais se destacam:

- Melhoria da segurança, já que as cópias de segurança (*backup*) são feitas de forma

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

centralizada e sistemática, o que elimina a necessidade de cópias de segurança locais feitas pelos analistas;

- Facilidade de trabalho em equipe, com o controle de acesso aos programas, permitindo que várias pessoas trabalhem no mesmo projeto simultaneamente;
- Facilidade para controlar alterações, pelo registro automático de todas as alterações realizadas nos programas. Desta forma é possível identificar o profissional que fez a alteração, o motivo e, se necessário, recuperar a versão anterior à alteração.

Como é de supor, a tarefa da equipe responsável pelos sistemas oferecidos não se restringe a desenvolver e manter os *softwares* solicitados. Em determinadas ocasiões, é mais produtivo e econômico buscar no mercado soluções já consolidadas, de forma a oferecer o serviço de forma mais rápida e eficiente. Exemplo desse procedimento foi efetuado em 2006 com a implantação do novo sistema para a biblioteca do Tribunal de Justiça. Embora não tenha desenvolvido o produto em si, a equipe da Diretoria de Informática comandou todo o processo, que envolveu a identificação de possíveis soluções informatizadas; o acompanhamento de apresentações e visitas a outros órgãos para avaliação das possibilidades; a preparação para migração dos dados já existentes no sistema antigo; o planejamento e

gerenciamento da mudança do sistema; a participação em cursos; a implantação e treinamento dos usuários, com o posterior acompanhamento; e, finalmente, o monitoramento do sistema e requisição de alterações.

Uma tecnologia que teve destaque no biênio diz respeito à produção e disponibilização de serviços via *workflow*. Foram colocados à disposição dos usuários de todo o Estado os fluxos de solicitação de gozo de férias, bem como o formulário de marcação de férias. Também foram iniciados os testes como o fluxo de licença-prêmio e mantidos os de substituição, transferência e suspensão de férias.

Com o objetivo de aumentar a produtividade da equipe de desenvolvimento de sistemas, foi criada nessa gestão a Divisão de Implantação e Suporte, responsável pelo trabalho de treinamento e produção dos sistemas desenvolvidos internamente ou por terceiros. Com essa medida, a Diretoria de Informática especializa a tarefa de implantação, possibilitando que os técnicos responsáveis pelo desenvolvimento se dediquem integralmente a essa atividade. Além disso, o trabalho de treinamento fica a cargo das mesmas pessoas, independente do sistema oferecido, o que proporciona padronização e uniformidade de procedimentos. Mesmo ainda sendo configurada e ajustada, a nova Divisão já se

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

projeta com destaque, executando diversos trabalhos dentre os quais citamos, além das estatísticas de suporte já mencionadas neste relatório:

- a) Configuração do sistema, ajustes nas apostilas e treinamento para as Turmas de Recursos;
- b) Atualização dos sistemas SAJ/SG, SAJ/GGS e SAJ/ADMSG;
- c) Preparação da implantação do piloto para o sistema SAJ/GGS, incluindo testes, definição do cronograma e confecção da apostila;
- d) Implantação do SAJ/Gestão de Gabinetes do 2º grau em 54 gabinetes deste Tribunal, através de 28 turmas entre abril e dezembro de 2007;
- e) Implantação do MAP (Módulo de Apoio à Publicação) em diversos setores e Diretorias do Tribunal de Justiça, incluindo as Direções Gerais, Conselho da Magistratura, Corregedoria Geral da Justiça e Presidência da casa;
- f) Avaliação sobre o uso dos editores de texto (Word, Open Office e Editor Interno do SAJ) na Comarca de Lages;
- g) Treinamento no sistema SISGAB para 23 gabinetes;
- h) Atualização dos sistemas de automação do Judiciário de Segundo Grau;
- i) Elaboração de relatórios diversos para Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Corregedoria Geral da Justiça e Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

● DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

● MARCO TÚLIO DE CAMARGO DOLBERTH

Diretor



DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

1 – GABINETE DO DIRETOR

Atividades e projetos desenvolvidos pelo Gabinete, com o apoio da Assessoria Técnica, Chefes de Divisão e de Seção:

I – Continuidade do Projeto, iniciado em 2006, cujo objetivo é a redução dos custos com o consumo de água mineral por meio da substituição de garrafas plásticas por garrafão (bombona) de 20 litros. Cumprindo cronograma estabelecido, no decorrer do ano de 2007 o projeto foi estendido a 45 (quarenta e cinco) comarcas, com a distribuição de 256 (duzentos e cinquenta e seis) bebedouros elétricos.

II - Projeto de modernização das copas, com o desenvolvimento de estudo de adequação do espaço físico e do mobiliário e reavaliação do fluxo de trabalho.

III – Projeto de arquitetura interior da área social e da cozinha do ático da Torre II do Prédio do Tribunal de Justiça.

IV - Projeto de especificação técnica de 6 (seis) tipos de uniformes para a Diretoria Judiciária, Secretaria do Tribunal Pleno, Central de Informações, Divisão de Artes Gráficas, Seção de Recebimento e Expedição de Correspondência e Seção de Fotocópias e Apoio Operacional, para uso de 120 (cento e vinte) servidores.

V - Continuidade do Projeto, iniciado em 2006, cujo objetivo é a redução dos gastos com a aquisição de leite e café por meio da substituição de garrafas térmicas por máquinas automáticas. Cumprindo cronograma estabelecido, no decorrer do ano de 2007 foram distribuídas máquinas para as comarcas de Blumenau, Brusque, Concórdia, Indaial, Jaraguá do Sul e Rio do Sul.

VI - Fechamento das copas do 1º, 4º, 5º e 7º andares da Torre I, como resultado do programa de substituição de garrafas térmicas por máquinas automáticas de café.

VII - Implantação do Projeto de Coleta Seletiva no Tribunal de Justiça. Com o projeto, no decorrer do ano de 2007 foram recolhidas 10 toneladas/mês de material reciclável.

VIII - Criação e distribuição de material e folders educativos sobre o Projeto de Coleta Seletiva.

IX - Continuidade do Programa de Minimização de Resíduos Sólidos, cujo objetivo é o destino adequado dos resíduos recicláveis, com a implantação nas comarcas de Araquari, Canoinhas, Itaipópolis, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Papanduva e Rio Negrinho.

X - Projeto de unificação e padronização de procedimentos para manutenção dos extintores de incêndio do prédio do Tribunal de Justiça, suas diversas unidades e comarcas.

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

- XI - Projeto de especificação técnica, padronização e instalação de persianas no prédio do Tribunal de Justiça, Torre II, e no Fórum da comarca de Concórdia.
- XII - Projeto para contratação dos serviços de controle de pragas no prédio do Tribunal de Justiça, Torres I e II.
- XIII - Projeto para contratação de empresa prestadora de serviços de mão-de-obra de operador de som e imagem pelo Processo n. 285941-2007.6
- XIV - Projeto de especificação técnica de equipamentos com vistas à modernização do sistema de gravação de som das sessões do Tribunal Pleno, pelo Processo n. 285955.2007.6.
- XV - Projeto de especificação técnica de equipamentos com vistas à implantação de sistema de gravação e transmissão das sessões do Tribunal Pleno, pelo Processo n. 289099-2007.2.
- XVI - Fornecimento de 3.072 (três mil e setenta e dois) carimbos às comarcas e unidades do Tribunal de Justiça.
- XVII - Expedição de autorização para aquisição de 770 passagens aéreas.
- XVIII - Expedição de autorização para realização de 39 mudanças de magistrados.

2 - DIVISÃO DE ARTES GRÁFICAS

Buscando melhorar o desempenho da atividade, a Divisão de Artes Gráficas passou por reestruturação de pessoal, rotinas de

trabalho e de equipamentos, necessária ao cumprimento das habituais e das novas atribuições. A média de produção da Divisão no ano de 2007 foi de 600.000 (seiscentos mil) impressos/mês, o que representa um aumento de 40% em relação ao ano de 2006.

REDUÇÃO DE CUSTOS - seguindo a política de redução de custos, todos os contratos de manutenção dos equipamentos e de reposição de peças foram revisados, obtendo-se uma economia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Também, com a produção da Jurisprudência Catarinense na gráfica, os gastos com a terceirização dos serviços foram reduzidos em R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – para eqüacionar os problemas com falta de pessoal, foram elaborados dois projetos para contratação de mão-de-obra. Pelo Processo n. 285714-2007.6, contratação de empresa prestadora de serviços de impressão e de operação de equipamentos. Pelo Processo n. 283752-2007.8, contratação de empresa prestadora de serviços de editoração eletrônica, tratamento de imagem e arte final.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - para cumprir as exigências, bem como os prazos de entrega cada vez mais curtos no segmento gráfico, foi elaborado projeto para especificação técnica e aquisição de uma máquina impressora *off-set*, pelo Processo n. 286266-2007.2.

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

A seguir, o relatório e estatística das atividades desenvolvidas pelas Seções.

2.1 - Seção de Criação e Fotolitografia

TRABALHO DE CRIAÇÃO	
TIPO	QUANT.
Banners	15
Blocos de anotações personalizados	17
Capas gerais de livros e livretos	18
Cartazes	35
Cartões de Visita/ apresentação e de agradecimento	145
Certificados	15
Convites para solenidades	48
Crachás	14
Envelopes	15
Folders	36
Livretos / Apostilas	21
Livros	12
Pastas	18
Agenda 2008	1
Rótulos CD/DVD	9
Capa CD/DVD	7
Logomarcas	2
Calendário 2008	1

TRABALHO DE FOTOLITOGRAFIA E SERIGRAFIA

TIPO DE SERVIÇO	QUANT.
Montagem de Fotolito	600
Gravação e Revelação de Chapas	650
Laser filme A4	1250
Jurisprudência Catarinense nº 110	1
Laser filme A3	520
Metros de fotolito eletrônico	210
Chapas para off-set duplo ofício	10
Chapas para off-set meia folha	640
Telas serigráficas	8

2.2 - Seção de Impressão

IMPRESSÃO DIGITAL PB E COLORIDA

DESCRIÇÃO	QUANT. DE IMPRESSÃO
Impressora KONICA	300.000
Impressora CANON IR – 105 – 1	448.144
Impressora CANON IR – 105 – 2	1.052.531
Impressora CANON IR – 105 – 3	1.406.840
TOTAL	3.207.515

IMPRESSÃO OFFSET

DESCRIÇÃO	QUANT. DE IMPRESSÃO
Off Set Catu	3.322.300
Off Set Multilich	60.300
TOTAL	3.382.600

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

2.3 - Seção de Acabamento Gráfico

TIPO DE SERVIÇO	QUANTIDADE/unidade
Blocagem	14.990
Cintagem	70.095
Colagem	353.923
Contagem	998.980
Corte e refile	443.021
Corte e vinco	283.835

Dobra	293.348
Empacotamento	74.916
Encadernação	24.298
Grampeador	17.204
Intercalação	126.442
Perfuração	28.741
Plastificação	1.360.288
Serrilhadeira	2.063.382

3 - DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE

Buscando melhorar o desempenho da atividade, a Divisão de Comunicação e Transporte passou por reestruturação de pessoal e de rotinas de trabalho, com a criação da Seção de Gerenciamento de Frota e da Seção de Manutenção da Frota, pela Resolução n. 32/2007-GP, de 30 de outubro de 2007.

A seguir, o relatório dos gastos, estatística e atividades desenvolvidas pelas Seções.

3.1 - Seção de Recebimento e Expedição de Correspondência

MÊS	SEDEX, TELEGRAMAS, CORRESPONDÊNCIA SIMPLES E REGISTRADA	MALOTE	TOTAL
Janeiro	269.724,36	43.354,60	313.078,96
Fevereiro	354.885,51	42.715,90	397.601,41
Março	605.594,79	58.161,62	663.756,41
Abril	541.552,92	53.660,87	595.213,79
Maiο	355.472,88	71.800,26	427.273,14
Junho	615.616,21	69.609,38	685.225,59
Julho	668.670,99	56.895,10	725.566,09

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

Agosto	604.702,76	92.391,70	697.094,46
Setembro	662.547,35	50.816,68	713.364,03
Outubro	558.295,33	87.311,53	645.606,86
Novembro	*	*	*
Dezembro	*	*	*
TOTAL	R\$ 5.237.062,60	R\$ 626.717,64	R\$ 5.863.780,20
TOTAL GERAL	R\$ 11.727.560,00		

(*) Valores não computados
O relatório detalhado dos valores por unidade está à disposição nesta Divisão.

3. 2 - Seção de Custos e Controle Operacional

DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

MÊS	ENERGIA ELÉTRICA	ÁGUA
Janeiro	461.033,60	24.274,79
Fevereiro	425.742,65	54.703,78
Março	488.449,03	50.140,25
Abril	413.963,22	46.170,24
Mai	362.568,30	44.397,53
Junho	317.286,26	47.256,09
Julho	306.049,81	46.399,39
Agosto	320.495,97	51.312,72
Setembro	318.092,73	47.815,85
Outubro	330.918,05	44.804,04
Novembro	(*)	(*)
Dezembro	(*)	(*)
TOTAL	R\$ 3.744.599,30	R\$ 457.274,68

(*) Valores não computados
O relatório detalhado dos valores por unidade e respectivo consumo está à disposição nesta Divisão.

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

DESPESAS COM MANUTENÇÃO DA FROTA	
MÊS	VALOR
Janeiro	5.751,46
Fevereiro	5.479,59
Março	29.921,63
Abril	15.458,97
Maiο	12.419,83
Junho	11.647,47
Julho	10.251,31
Agosto	15.607,27
Setembro	14.146,27
Outubro	22.052,68
Novembro	19.244,35
Dezembro	(*)
TOTAL	R\$ 161.980,83

(*) Valores não computados - O relatório detalhado dos valores por unidade e respectivo consumo está à disposição nesta Divisão.

DESPESAS COM COMBUSTÍVEL	
MÊS	VALORES (R\$)
Janeiro	22.059,41
Fevereiro	30.745,30
Março	45.720,32
Abril	36.992,65
Maiο	39.756,38
Junho	37.305,65
Julho	33.633,45
Agosto	40.887,12
Setembro	33.633,64
Outubro	44.421,99
Novembro	21.550,57
Dezembro	(*)
TOTAL	R\$ 386.706,48

(*) Valores não computados - O relatório detalhado dos valores por unidade e respectivo consumo está à disposição nesta Divisão.

3.3 - Seção de Gerenciamento da Frota

Dando prosseguimento à política de renovação da frota do Poder Judiciário, foram adquiridos 51 (cinquenta e um) veículos, por meio dos seguintes processos de licitação:

- Processo n. 287421-2007.0, para aquisição de 5 (cinco) veículos de representação e 6 (seis) veículos de serviço para a Secretaria do Tribunal de Justiça.
- Processo n. 288996-2007.0, para aquisição de 2 (dois) veículos para a Corregedoria Geral da Justiça.
- Processo n. 289629-2007.0, para aquisição de 25 (vinte e cinco) veículos para as comarcas de entrância especial e final e 2 (dois) veículos de serviço para a Secretaria do Tribunal de Justiça.
- Processo n. 290372-2007.5, para aquisição de 10 (dez) veículos de representação.

Contratação de seguro para todos os veículos da frota, por meio do Processo Licitatório n. 290742-2007.9.

Implantação e operacionalização de um sistema informatizado de gerenciamento da frota de veículos, por meio do Processo Licitatório 282355-2007.1.

4 – DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

- Reuniões bimestrais de motivação, orientação e avaliação dos trabalhos.
- Realização de atividades de integração pessoal com toda a equipe de trabalho.

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

- Realização do curso VOCÊ E EU EM COMUNICAÇÃO.
- Elaboração de manual com as atribuições da Divisão e das respectivas Seções.
- Elaboração do Código de Conduta dos servidores, terceirizados, bolsistas e estagiários lotados na Divisão.
- Identificação e formação de lideranças para aproveitamento nas diversas atividades desenvolvidas pela Divisão e Seções.

A seguir, relatório das atividades desenvolvidas pelas Seções.

4.1 - Seção de Condução e Manutenção de Elevadores

- Fiscalização do funcionamento dos elevadores, com chamados às empresas responsáveis pela manutenção.
- Orientação aos usuários.
- Condução dos Desembargadores e/ou Juízes de Segundo Grau aos respectivos andares e atendimento permanente aos seus chamados.
- Controle de entrada/saída no setor de carga e descarga.

4.2 - Seção de Focópia e Apoio Operacional

- Distribuição dos serviços entre os funcionários, a fim de garantir sua eficácia e eficiência.
- Verificação constante das condições das máquinas, com chamamento da empresa

responsável pela manutenção dos equipamentos.

- Controle dos pedidos de reprodução de materiais diversos.
- Modificação no leiaute da sala para adequação do espaço.

A seguir, relatório do número de encadernações, fotocópias e atendimento a gabinete de desembargadores:

FOTOCÓPIAS

MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	111.685
Fevereiro	177.271
Março	331.428
Abril	215.706
Maiο	290.218
Junho	295.922
Julho	251.936
Agosto	271.191
Setembro	300.049
Outubro	339.063
Novembro	(*)
Dezembro	(*)
Total	2.584.469

(*) Quantidade não contabilizada

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

ENCADERNAÇÕES E UNIBIND		
MÊS	ENCADERNAÇÃO	UNIBIND
Janeiro	339	--
Fevereiro	349	84
Março	862	21
Abril	294	1.434
Maio	304	68
Junho	203	25
Julho	192	12
Agosto	225	4
Setembro	201	--
Outubro	149	4
Novembro	(*)	(*)
Dezembro	(*)	(*)
Total	3.118	1.652

(*) Quantidade não contabilizada

ATENDIMENTO A GABINETES E OUTROS	
MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	726
Fevereiro	1.432
Março	1.763
Abril	1.515
Maio	1.802

Junho	1.758
Julho	1.811
Agosto	2.069
Setembro	1.780
Outubro	1.825
Novembro	(*)
Dezembro	(*)
Total	16.481

(*) Quantidade não contabilizada

4.3 - Seção de Conservação e Limpeza

- Participação em todos os mutirões de limpeza realizados durante o ano, e por ocasião da mudança da Torre I para a Torre II.
- Deslocamento de uma equipe para mutirão de limpeza no Fórum desativado de Joinville, sob a coordenação da Chefia da Seção.
- Colaboração com a equipe responsável pela coleta seletiva do lixo.
- Procedimentos de descupinização, desinsetização e desratização.
- Conservação dos jardins, com replantio de folhagens e flores em outros locais em virtude das obras no TJ.
- Acompanhamento na colocação de produtos e iscas para extermínio de baratas.
- Atendimento às solicitações para

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

confeção de chaves, troca de fechaduras e abertura de ambientes e/ou móveis.

- Execução de trabalho conjunto com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura com vistas à otimização no atendimento aos chamados.
- Definição das atribuições dos zeladores em reunião com a DEA.
- Controle da distribuição de material de limpeza, a fim de evitar desperdício.
- Coordenação das atividades dos zeladores e marceneiros, com o objetivo de que os serviços sejam prestados com racionalização e eficiência.

4.4 - Seção de Copa e Cozinha

- Fiscalização rotineira dos serviços prestados pelas copeiras e garçons.
- Acompanhamento e fiscalização dos projetos elaborados pela DIE de readequação dos serviços de copa com vistas ao estabelecimento de um padrão de qualidade e à redução de gastos com leite, café e água.
- Participação, por meio de intensa e contínua limpeza das peças e acessórios, no programa de combate a insetos.
- Controle e redistribuição do pessoal para atendimento às necessidades da copa.
- Aquisição de cafeteira para a copa do 5º andar da Torre II, a fim de funcionar como distribuidora para as demais copas.
- Renovação da equipe de garçons e

copeiras com vistas à otimização do atendimento.

- Instalação de armários nos vestiários dos garçons (7º andar) e das copeiras (3º andar), na Torre II.
- Instalação de máquinas de lavar louça nas copas do 1º e 8º andares, Torre II, e na copa do 9º andar, Torre I.
- Instalação de máquinas de café em cinco andares da Torre II.
- Aquisição de bebedouros com vedante para evitar passagem de insetos e para substituição dos que estavam em comodato.

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

AMAURI ELCI MANOEL

Diretor



DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

1. GABINETE DO DIRETOR

1.1. SECRETARIA

1.1.1. DADOS ESTATÍSTICOS

Processos cadastrados no gabinete	1.026
Processos tramitados no gabinete	2.353

1.2. ASSESSORIA

1.2.1. DADOS ESTATÍSTICOS

Pareceres técnicos e jurídicos	813
Análise de editais	387
Análise de minutas de contratos e aditivos	414
Análise de minutas de convênios	91
Aprovações: minutas, contratos e convênios	763

2. DIVISÃO DE COMPRAS

I – DADOS ESTATÍSTICOS

AQUISIÇÕES DIRETAS (ART. 24, II, DA LEI N. 8.666/93)

Número de requisições	9.204
Valor gasto	R\$ 2.869.797,51

PROCESSOS LICITATÓRIOS

Concessão de uso	5
Concorrências	16
Convites	22
Dispensas de Licitação	23
Inexigibilidades de Licitação	20

Leilões	1
Pregões	127
Tomadas de Preços	20
Modalidades ainda não definidas	24

CONDIÇÕES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS:

Licitações ainda não concluídas	128
Licitações com êxito	106
Licitações revogadas	3
Licitações desertas	6
Licitações anuladas	7
Licitações fracassadas	8

PROCESSOS LICITATÓRIOS COM CONCLUSÃO PREVISTA PARA ATÉ 20/12/2007

Dispensas de licitação	4
Inexigibilidades de Licitação	3
Pregões	19
Tomadas de Preços	3
Convites	4
Concorrências	5

II – DADOS FINANCEIROS

VALOR GLOBAL RESERVADO EM 2007:
R\$ 71.018.656,49. DESTE VALOR, TEMOS:

- **R\$ 59.039.477,05** para processos concluídos (83,13% do valor global reservado)
- **R\$ 8.042.245,55** para processos em andamento (11,33% do valor global reservado)
- **R\$ 3.936.933,89** para processos fracassados, desertos, revogados e cancelados (5,54% do valor global reservado).

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

DOS PROCESSOS CONCLUÍDOS, TEMOS:

NA MODALIDADE DE PREGÃO:

- Valor reservado: **R\$ 14.817.201,65** (25,09% dos processos concluídos)
- Valor pago: **R\$ 11.933.922,65**
- Economia: **R\$ 2.883.279,87** (19,46%) – Observamos que os valores de referência em 2007 foram confeccionados em sua maioria com base nos menores valores cotados.

OUTRAS MODALIDADES:

- Valor reservado: **R\$ 44.222.275,40** (74,91% dos processos concluídos)
- Valor pago: **R\$ 43.810.041,50**
- Economia: **R\$ 412.233,90** (0,93%).

DOS PROCESSOS EM ANDAMENTO – COM CONCLUSÃO ATÉ 20/12/2007

- Reserva orçamentária (Pregão): **R\$ 5.335.394,93**
- Reserva orçamentária (Outras modalidades): **R\$ 2.706.850,62**

3. DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

I – DADOS ESTATÍSTICOS

Movimentação de processos – Entradas	4.538
Movimentação de processos – Saídas	4.782
Minutas de contratos elaboradas	141

Minutas de convênios elaboradas	91
Minutas de aditivos elaboradas	168
Contratos elaborados	141
Convênios elaborados	91
Comodatós	0
Cessões de uso	6
Termos aditivos elaborados	168
Contratos prorrogados	95

II – DADOS FINANCEIROS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Consultoria na área de informática	R\$ 86.402,38
ADSL	R\$ 469.204,08
Internet	R\$ 122.400,12
Modernização de elevadores	R\$ 196.963,20
Serviços de engenharia	R\$ 193.000,00
Serviços diversos na área de informática	R\$ 3.960.308,90
Plano de Saúde	R\$ 1.358,00
Produção e veiculação de programas de televisão	R\$ 616.038,06
Confecção de selos	R\$ 636.450,00
Monitoramento eletrônico	R\$ 4.640,00
Coleta de lixo	R\$ 4.963,60
Serviço de cobrança de tarifas	R\$ 1.308.785,00
Locação de mão-de-obra	R\$ 14.939.813,00
Serviços postais:	R\$ 7.220.460,00
Transporte de mercadorias	R\$ 345.000,00
Administração da conta única	R\$ 3.038,00

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Serviços de reprodução fotostática	R\$ 1.295,88
Serviços de plotagem	R\$ 12.548,40
Mudança de magistrados	R\$ 129.208,60

AQUISIÇÕES (MATERIAIS PERMANENTES)

Mobiliário	R\$ 3.396.000,00
Equipamentos	R\$ 2.380.000,00
Veículos	R\$ 696.936,00

AQUISIÇÕES (MATERIAIS DE CONSUMO)

Combustíveis	R\$ 298.531,34
Gêneros alimentícios	R\$ 518.963,20
Materiais de consumo	R\$ 1.084.416,28
Artigos de escritório	R\$ 335.125,00

TELEFONIA

Telefonia fixa	R\$ 1.630.000,00
Telefonia móvel	R\$ 2.000,00

MANUTENÇÃO

Em informática	R\$ 1.281.312,00
Em equipamentos	R\$ 945.185,32
Predial	R\$ 318.654,00
Elevadores	R\$ 199.200,40

IMÓVEIS

Locações	R\$ 1.456.000,00
Construção	R\$ 4.652.560,74
Reforma	R\$ 7.629.000,00

OUTROS

Passagens aéreas	R\$ 455.803,00
Encadernações	R\$ 56.781,54
Publicações	R\$ 43.488,59
Cursos	R\$ 213.973,92
Hotelaria	R\$ 13.100,00
Concurso	R\$ 140.882,10

3. DIVISÃO DE ALMOXARIFADO**I – DADOS ESTATÍSTICOS****REQUISIÇÕES**

Requisições de materiais processadas	17.078
Requisições de compras	215

INCLUSÕES NO ESTOQUE

Por compra	4.796
Formulários gráfica (resmas planas)	299

MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS (POR ITEM)

Materiais movimentados	99.957
------------------------	--------

VOLUME TRANSPORTADO

Número de remessa para as comarcas	2.192
Metragem cúbica transportada (m³)	41.554
Peso materiais transportados (Kg)	661.559

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

II - DADOS FINANCEIROS

VALOR DOS MATERIAIS MOVIMENTADOS

Materiais de consumo	R\$ 8.857.059,05
Materiais permanentes	R\$ 13.176.316,69

VALOR DOS MATERIAIS ESTOCADOS

Materiais de consumo	R\$ 3.774.984,61
Materiais permanentes	R\$ 2.695.759,43

4. DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

INCORPORAÇÕES DE BENS MÓVEIS

Veículos	21
Máquinas, motores e aparelhos	7.070
Materiais bibliográficos	28.626
Equipamentos e instalações	277
Utensílios	700
Mobiliários	6.962

INCORPORAÇÕES DE BENS IMÓVEIS

Terrenos	7
Edifícios	5

BENS MÓVEIS TRANSFERIDOS

Máquinas, motores e aparelhos	4.991
Materiais bibliográficos	2
Equipamentos e instalações	6
Utensílios	539
Mobiliário Geral	4.435

BENS MÓVEIS CONSERTADOS

Equipamentos diversos e mobiliário em geral	419
---------------------------------------------	-----

BENS MÓVEIS BAIXADOS

Veículos	1
Máquinas, motores e aparelhos	923
Materiais bibliográficos	2.535
Equipamentos diversos	3
Utensílios	286
Mobiliário Geral	1.449

ALIENAÇÃO DE BENS

Processos de baixa e doação	88
Processos de inutilização	6
Transferidos a outros órgãos	7
Entidades atendidas	127

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ZENAIDE TERESINHA IRBER

Diretora



DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1 - ORÇAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

1.1 - ORÇAMENTO INICIAL

O orçamento total do Poder Judiciário é composto por três fontes de recursos, a saber:

a - Recursos Ordinários do Tesouro do Estado - 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD;

b - Receitas provenientes do Fundo de Reparcelamento da Justiça; e

c - Receita proveniente do Sistema Financeiro de Conta Única (Lei nº 11.644/2000).

Referente aos Recursos Ordinários do Tesouro do Estado, a Lei nº 13.849, de 31 de outubro de 2006, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2007, consignou ao Poder Judiciário o limite de 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD ("Art. 27 ... considera-se como Receita Líquida Disponível, observado o disposto no art. 123, inciso V, da Constituição Estadual, exclusivamente para servir como base para definir os valores a serem incluídos no orçamento, o total das Receitas Correntes, do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades, de transferências voluntárias ou doações recebidas, Cota-Parte do Salário-Educação, da Cota-Parte da Contribuição de Intervenção

do Domínio Econômico - CIDE, da Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos e das parcelas a serem entregues aos municípios por determinação constitucional.") mais os recursos destinados ao pagamento da folha dos inativos das categorias de Juiz de Paz, Auxiliar de Justiça e Serventuário de Justiça Extrajudiciais, transferidos ao Poder Judiciário através da Lei Complementar nº 127/94, bem como as dotações destinadas ao pagamento dos precatórios judiciais movidos contra a fazenda estadual.

O Orçamento do Poder Judiciário é composto por duas Unidades Orçamentárias: 1 - Tribunal de Justiça (fontes de recursos: Tesouro do Estado e Conta única) e 2 - Fundo de Reparcelamento da Justiça.

Na Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado são aplicados nas despesas com pessoal ativo e inativo, manutenção e investimentos, pagamentos de precatórios movidos contra o Estado, pagamento da folha dos Extrajudiciais aposentados.

Os recursos da Conta Única são aplicados principalmente: na informatização, na capacitação e aperfeiçoamento dos membros e servidores do Poder Judiciário, nos serviços e equipamentos de segurança, nas bibliotecas setoriais, nos Juizados Especiais e nas Casas da Cidadania.

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

No Orçamento do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, constam os recursos que serão aplicados, preferencialmente, na justiça de 1º grau, referentes às despesas com construções, reformas, ampliações de prédios e manutenção predial, equipamento e reequipamento e manutenção e custeio da máquina administrativa de todas as unidades jurisdicionais.

Assim, o orçamento total do Poder Judiciário foi projetado com os seguintes valores:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	21.835.362,00	3,54%
Administração de Recursos Humanos (1)	461.863.288,00	74,87%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	7.445.000,00	1,21%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	18.146.157,00	2,94%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	41.374.534,00	6,71%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	4.600.000,00	0,75%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	14.640.000,00	2,37%
Ampliações de Fóruns (4)	880.000,00	0,14%
Reformas de Fóruns (4)	2.280.000,00	0,37%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	3.517.600,00	0,57%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	11.464.744,00	1,86%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	15.627.689,00	2,53%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	6.684.192,00	1,08%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5)	5.182.000,00	0,84%
Construções de Casas da Cidadania (5)	1.320.000,00	0,21%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6)	-	0,00%
TOTAL	616.860.566,00	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.2 - ORÇAMENTO FINAL

Na execução orçamentária de 2007, o orçamento total do Poder Judiciário foi suplementado em **R\$ 102.301.318,53** e anulado em **R\$ 66.575.054,84**, conforme Demonstrativo das Alterações Orçamentárias abaixo, apresentando em 31/12/2007, o total de créditos orçamentários na ordem de **R\$ 652.586.829,69**, a seguir especificados:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	18.156.412,00	2,78%
Administração de Recursos Humanos (1)	476.836.369,20	73,07%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	8.421.221,59	1,29%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	24.031.157,00	3,68%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	49.540.743,29	7,59%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	9.413.356,13	1,44%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	15.842.115,84	2,43%
Ampliações de Fóruns (4)	400.000,00	0,06%
Reformas de Fóruns (4)	2.262.362,54	0,35%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	4.990.660,61	0,76%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	11.339.151,15	1,74%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	17.359.122,72	2,66%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	5.695.817,00	0,87%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5)	6.682.000,00	1,02%
Construções de Casas da Cidadania (5)	702.534,13	0,11%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6)	913.806,49	0,14%
TOTAL	652.586.829,69	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.3 - DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1 - ORÇAMENTO INICIAL	616.860.566,00
2 - SUPLEMENTAÇÕES	102.301.318,53
2.1 - Excesso Arrecad. da RLD (7,4%)	11.237.936,45
2.2 - Superávit Financ. TJ	1.032.416,34
2.3 - Superávit Financ. Conta Única	1.500.000,00
2.4 - Superávit Financ. FRJ	13.274.104,41
2.5 - Excesso Arrecadação do FRJ - 2007	1.883.000,00
2.6 - Anulações de dotações - FRJ	26.302.972,25
2.7 - Anulações de dotações - 7,4% RLD	38.453.945,59
2.8 - Anulações de dotações - Conta Única	1.818.137,00
2.9 - Recursos do Tesouro (para extrajudiciais inativos)	5.885.000,00
2.10 - Descentralização de créditos do MPSC	913.806,49
3 - ANULAÇÕES	66.575.054,84
3.1 - Anulações de dotações - FRJ	26.302.972,25
3.2 - Anulações de dotações - 7,4% RLD	38.453.945,59
3.3 - Anulações de dotações - Conta Única	1.818.137,00
3.4 - Outras anulações TJ (para obrigações patronais)	-
3.5 - Anulações Poder Executivo	-
4 - ORÇAMENTO FINAL	652.586.829,69

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.4 - DESPESA EMPENHADA TOTAL

A despesa total empenhada, durante o exercício de 2007, foi de **R\$ 610.093.133,78**, abaixo discriminada:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	17.181.260,60	2,82%
Administração de Recursos Humanos (1)	467.463.163,28	76,62%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	4.976.221,59	0,82%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	23.981.022,71	3,93%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	45.465.839,62	7,45%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	8.147.440,08	1,34%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	10.065.538,46	1,65%
Ampliações de Fóruns (4)	7.955,00	0,00%
Reformas de Fóruns (4)	904.424,76	0,15%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	3.596.339,85	0,59%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	10.091.395,87	1,65%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	8.324.004,79	1,36%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	3.167.208,09	0,52%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5)	5.461.217,52	0,90%
Construções de Casas da Cidadania (5)	346.295,07	0,06%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6)	913.806,49	0,15%
TOTAL	610.093.133,78	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.5 - SALDO ORÇAMENTÁRIO TOTAL

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	975.151,40	2,29%
Administração de Recursos Humanos (1)	9.373.205,92	22,06%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	3.445.000,00	8,11%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	50.134,29	0,12%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	4.074.903,67	9,59%
Coord. Selo de Fiscalização (4)	1.265.916,05	2,98%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4)	5.776.577,38	13,59%
Ampliações de Fóruns (4)	392.045,00	0,92%
Reformas de Fóruns (4)	1.357.937,78	3,20%
Ampliação Palácio da Justiça (4)	1.394.320,76	3,28%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (5)	1.247.755,28	2,94%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (5)	9.035.117,93	21,26%
Capacitação e Aperfeiçoamento (5)	2.528.608,91	5,95%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5)	1.220.782,48	2,87%
Construções de Casas da Cidadania (5)	356.239,06	0,84%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6)	-	0,00%
TOTAL	42.493.695,91	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2 - ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

2.1 - RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL - 2007

A Receita Líquida Disponível do Estado - RLD, durante o exercício de 2007, foi de aproximadamente **R\$ 6.594.350.383,21**. A RLD arrecadada em 2007, em valores históricos, apresentou crescimento de **11,29%** em relação ao ano anterior, conforme quadro demonstrativo abaixo:

MÊS	RLD Arrecadada
Janeiro	503.479.140,82
Fevereiro	518.988.155,64
Março	535.422.870,04
Abril	505.987.212,25
Maiο	554.680.888,66
Junho	564.716.381,76
Julho	513.659.170,14
Agosto	523.432.962,42
Setembro	553.310.767,02
Outubro	552.108.008,02
Novembro	628.364.281,73
Dezembro (*)	640.200.544,71
Total	6.594.350.383,21
Média	549.529.198,60

(*) Valor estimado (média dezembro dos anos de 2004, 2005 e 2006 + % excesso arrecadação verificado)

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.2 - ORÇAMENTO INICIAL

O orçamento inicial da Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, composto pelos recursos oriundos da participação de **7,4%** da Receita Líquida Disponível - RLD, dos recursos destinados ao pagamento de Precatórios movidos contra a Fazenda Estadual, bem como os da folha de pagamento dos Extrajudiciais Inativos, ficou consignado em **R\$ 549.568.432,00**, abaixo discriminado:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	21.835.362,00	3,97%
Administração de Recursos Humanos (1)	461.863.288,00	84,04%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	7.445.000,00	1,35%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	18.146.157,00	3,30%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	11.464.744,00	2,09%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	15.627.689,00	2,84%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	6.684.192,00	1,22%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4)	5.182.000,00	0,94%
Construções de Casas da Cidadania (4)	1.320.000,00	0,24%
TOTAL	549.568.432,00	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.3 - ORÇAMENTO FINAL

O orçamento final da Unidade Orçamentária do Tribunal de Justiça, no exercício de 2007, foi suplementado em **R\$ 59.927.435,38** e anulado em **R\$ 40.272.082,59**, apresentando no final do exercício, o montante de créditos orçamentários de **R\$ 569.223.784,79**:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	18.156.412,00	3,19%
Administração de Recursos Humanos (1)	476.836.369,20	83,77%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	8.421.221,59	1,48%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	24.031.157,00	4,22%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	11.339.151,15	1,99%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	17.359.122,72	3,05%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	5.695.817,00	1,00%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4)	6.682.000,00	1,17%
Construções de Casas da Cidadania (4)	702.534,13	0,12%
TOTAL	569.223.784,79	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.4 - DESPESA EMPENHADA

A despesa total empenhada do Orçamento do Tribunal de Justiça foi de **R\$ 540.991.789,52**, conforme abaixo discriminado:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	17.181.260,60	3,18%
Administração de Recursos Humanos (1)	467.463.163,28	86,41%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	4.976.221,59	0,92%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	23.981.022,71	4,43%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	10.091.395,87	1,87%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	8.324.004,79	1,54%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	3.167.208,09	0,59%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4)	5.461.217,52	1,01%
Construções de Casas da Cidadania (4)	346.295,07	0,06%
TOTAL	540.991.789,52	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.5- SALDO ORÇAMENTÁRIO

O saldo orçamentário total do Orçamento do Tribunal de Justiça foi de **R\$ 28.231.995,27**, conforme abaixo discriminado:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (1)	975.151,40	3,45%
Administração de Recursos Humanos (1)	9.373.205,92	33,20%
Encargos com Execução de Sentenças (2)	3.445.000,00	12,20%
Proventos Extrajudiciais Inativos (3)	50.134,29	0,18%
Manut., Serviços e Equip. de Informática (4)	1.247.755,28	4,42%
Manutenção Serv. Administr. Gerais (4)	9.035.117,93	32,00%
Capacitação e aperfeiçoamento (4)	2.528.608,91	8,96%
Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4)	1.220.782,48	4,32%
Construções de Casas da Cidadania (4)	356.239,06	1,26%
TOTAL	28.231.995,27	100,00%

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.6 - RENDIMENTOS DO SISTEMA FINANCEIRO DA CONTA ÚNICA

O Sistema Financeiro da Conta Única dos depósitos sob aviso à disposição da Justiça foi implementado através da Lei nº 11644/2000. O patrimônio líquido do Fundo de Investimento registrou, em 31/12/2007, saldo de **R\$ 806.846.454,70**. No ano de 2007, o Sistema Financeiro de Conta Única apresentou o seguinte rendimento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Patrimônio do Fundo de Investimento em 31/12/2007	806.846.454,70
Rendimento da Conta Única (spread):	24.023.512,14
Rendimento das aplicações financeiras:	2.065.132,35

2.7 - PRECATÓRIOS

Os Precatórios referentes às ações movidas contra o Estado que foram incluídos no orçamento de 2007 não foram quitados, tendo sido pagos parcialmente no montante de **R\$ 4.976.221,59** referente a precatórios de exercícios anteriores, consoantes aos recursos financeiros repassados pelo Poder Executivo.

Em 31/12/2007, o saldo de precatórios pendentes de pagamento, movidos contra a Fazenda Estadual, considerando a administração direta e indireta, apresentava o montante de **R\$ 319.330.154,33**, sendo:

- R\$ 190.734.224,80 - Poder Executivo (2000/2007);
- R\$ 90.934.907,95 - IPESC (2003/2007);
- R\$ 37.191.055,65 - DEINFRA (1999/2007);
- R\$ 351.609,73 - UDESC (2007);
- R\$ 118.356,20 - FATMA (2002 e 2004).

2.8 - SALDO FINANCEIRO

No ano de 2007 a Secretaria de Estado da Fazenda repassou ao Poder Judiciário, relativos à participação de 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD, a importância de **R\$ 484.721.570,39** e, referente à participação no Fundo Social, a quantia de R\$ 8.683.769,40, totalizando R\$ 493.405.339,79. Por conta destes repasses acima referidos, o Tribunal de Justiça obteve rendimentos de aplicações financeiras no valor total de R\$ 3.393.161,49. Em 31/12/2007, o saldo financeiro disponível do TJ apresentou a quantia de **R\$ 22.108.965,27**. Deste total disponível, deverá ser deduzido o valor de **R\$ 6.243.532,09** referentes às obrigações (precatórios movidos contra prefeituras, consignações, restos a pagar - despesas empenhadas e não pagas), restando a disponibilidade líquida de **R\$ 15.865.433,18** (*superávit financeiro*).

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Já os recursos provenientes da Conta Única apresentaram em 31/12/007 saldo financeiro de **R\$ 17.470.473,85**. Desse valor deverá ser deduzida a quantia de **R\$ 7.128.211,96** (restos a pagar de 2007), apresentando assim, superávit financeiro de **R\$ 10.342.261,89**.

3 - ORÇAMENTO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA - FRJ

3.1 - RECEITAS ESTIMADAS E ARRECADADAS DO FRJ - 2007

As receitas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, para o exercício de 2007, foram estimadas em **R\$ 67.292.134,00**. As receitas arrecadadas do FRJ, no ano de 2007, totalizaram **R\$ 81.913.102,84**, assim discriminadas:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA - 2007		% DA RECEITA ARRECADADA
	ORÇADA	ARRECADADA	
Custas Extrajudiciais	9.572.134,00	8.552.436,76	10,44%
Custas Judiciais	44.940.000,00	45.801.141,89	55,91%
Indenizações e Restituições	-	68.847,97	0,08%
Receita da Dívida Ativa	-	124.010,34	0,15%
Receitas Diversas	2.300.000,00	6.209.162,90	7,58%
Rendim. Aplic. Financ.	4.500.000,00	4.371.828,60	5,34%
Selo de Fiscalização	4.600.000,00	15.507.945,66	18,93%
Taxa Judiciária	1.380.000,00	1.277.728,72	1,56%
TOTAL	67.292.134,00	81.913.102,84	100%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

3.2 - ORÇAMENTO INICIAL DO FRJ

O orçamento inicial do FRJ totalizou **R\$ 67.292.134,00**, conforme abaixo discriminado:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	41.374.534,00	61,48%
Coord. Selo de Fiscalização	4.600.000,00	6,84%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	14.640.000,00	21,76%
Ampliações de Fóruns	880.000,00	1,31%
Reformas de Fóruns	2.280.000,00	3,39%
Ampliação Palácio da Justiça	3.517.600,00	5,23%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP	-	0,00%
TOTAL	67.292.134,00	100,00%

3.3 - ORÇAMENTO FINAL DO FRJ

Durante o exercício de 2007, as dotações orçamentárias do Fundo de Reaparelhamento da Justiça foram suplementadas em **R\$ 42.373.883,15**, sendo, **R\$ 13.274.104,41** referentes ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do FRJ de 2007, **R\$ 26.302.972,25** provenientes de anulações de outras dotações orçamentárias, **R\$ 1.883.000,00** relativos ao excesso de arrecadação apurado no exercício de 2007 e **R\$ 913.806,49** provenientes do Convênio com o Ministério Público Estadual. Desse modo, os créditos orçamentários totalizaram **R\$ 83.363.044,90** abaixo especificados:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	49.540.743,29	59,43%
Coord. Selo de Fiscalização	9.413.356,13	11,29%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	15.842.115,84	19,00%
Ampliações de Fóruns	400.000,00	0,48%
Reformas de Fóruns	2.262.362,54	2,71%
Ampliação Palácio da Justiça	4.990.660,61	5,99%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP	913.806,49	1,10%
TOTAL	83.363.044,90	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

3.4 - DESPESA EMPENHADA FRJ

A despesa empenhada no exercício de 2007 foi de **R\$ 69.101.344,26**, aplicada nos seguintes projetos/atividades:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	45.465.839,62	65,80%
Coord. Selo de Fiscalização	8.147.440,08	11,79%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	10.065.538,46	14,57%
Ampliações de Fóruns	7.955,00	0,01%
Reformas de Fóruns	904.424,76	1,31%
Ampliação Palácio da Justiça	3.596.339,85	5,20%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP	913.806,49	1,32%
TOTAL	69.101.344,26	100,00%

3.5 - SALDO ORÇAMENTÁRIO FRJ

O saldo orçamentário do exercício de 2007 foi de **R\$ 14.261.700,64**, apurado nos seguintes projetos/atividades:

ATIVIDADE/PROJETO	VALOR	%
Manutenção Serv. Administr. Gerais	4.074.903,67	28,57%
Coord. Selo de Fiscalização	1.265.916,05	8,88%
Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns	5.776.577,38	40,50%
Ampliações de Fóruns	392.045,00	2,75%
Reformas de Fóruns	1.357.937,78	9,52%
Ampliação Palácio da Justiça	1.394.320,76	9,78%
Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP	-	0,00%
TOTAL	14.261.700,64	100,00%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

3.6 - SALDO FINANCEIRO FRJ

Em 31/12/2007, o saldo financeiro disponível do FRJ apresentou a quantia de **R\$ 51.780.774,21**, sendo **R\$ 38.811,959,31** referente às custas judiciais e **R\$ 12.968.814,90** referentes aos recusos do selo de fiscalização. Deste total disponível, deverá ser deduzido o valor de **R\$ 22.066.437,33** referentes às obrigações (obrigações diversas e restos a pagar - despesas empenhadas e não pagas), restando a disponibilidade líquida de **R\$ 29.714.336,88** (*superávit financeiro*).

● DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

● ANEXOS



DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO I

CONCLUSÕES, CONSTRUÇÕES E AQ. DE PRÉDIO DE FÓRUMS	VALOR DO ORÇAMENTO	
	FINAL	DESPESA EMPENHADA
Construção do Fórum de Rio do Oeste	-	-
Conclusão do Fórum de Xaxim	740.000,00	739.880,52
Conclusão do Fórum de Criciúma	400.000,00	107.917,35
Construção do Fórum de Catanduvas	2.400.000,00	2.345.521,21
Construção do Fórum de Maravilha	-	-
Construção do Fórum de Guaramirim	1.950.000,00	1.838.340,45
Construção do Fórum de São Domingos	300.000,00	-
Construção do Fórum de Otacílio Costa	200.000,00	-
Construção do Fórum de Concórdia	7.478,38	7.478,38
Construção do Fórum de Porto Belo	250.000,00	186.546,74
Construção do Fórum de São José do Cedro	-	-
Aquisição do Fórum de Itapoá	480.000,00	480.000,00
Construção do Fórum de Piçarras	1.900.000,00	1.795.928,91
Construção do Fórum de Palhoça	4.364.637,46	-
Construção do Fórum de Camboriú	250.000,00	108.124,69
Conclusão do Fórum de Lauro Müller	-	-
Construção do Fórum de Pinhalzinho	2.100.000,00	1.955.800,21
Aquisição do Fórum de Santa Rosa do Sul	500.000,00	500.000,00
Conclusão do Fórum de Balneário Camboriú	-	-
TOTAL	15.842.115,84	10.065.538,46

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO II

AMPLIAÇÕES DE FÓRUNS E INSTALAÇÕES	VALOR DO ORÇAMENTO	
	FINAL	DESPESA EMPENHADA
Ampliação e Reforma do Fórum de Timbó	-	-
Ampliação e Reforma do Fórum de Içara	200.000,00	7.955,00
Ampliação do Fórum de Rio do Sul	-	-
Ampliação do Fórum de Capinzal	200.000,00	-
Ampliação do Fórum de Gaspar	-	-
TOTAL	400.000,00	7.955,00

ANEXO III

REFORMA DE FÓRUNS	VALOR DO ORÇAMENTO	
		DESPESA EMPENHADA
Reforma do Fórum de Urussanga	-	-
Reforma do Fórum de Chapecó	100.000,00	-
Reforma do Fórum da Capital	1.000.000,00	-
Reforma do Fórum de Braço do Norte	-	-
Reforma do Fórum de Biguaçu	-	-
Reforma do Fórum de Bom Retiro	300.000,00	259.939,94
Reforma do Fórum de Joaçaba	600.000,00	482.122,28
Reforma do Fórum de S. Amaro da Imperatriz	162.362,54	162.362,54
Reforma do Fórum de Pomerode	100.000,00	-
Reforma do Fórum de São Joaquim	-	-
TOTAL	2.262.362,54	904.424,76

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO IV

DESPESA EMPENHADA COM MANUTENÇÃO	VALOR	%
Despesas de Exercícios Anteriores	195.423,54	0,28%
Diárias	3.806.768,02	5,47%
Equipamentos e Material Permanente	13.047.245,09	18,75%
Material de Consumo	9.508.663,32	13,66%
Obrigações Tributárias e Contributivas	282.045,24	0,41%
Passagens	413.322,24	0,59%
Serviços de Consultoria	156.144,00	0,22%
Serviços de Terceiros - PF	7.048.427,37	10,13%
Serviços de Terceiros - PJ	35.129.088,84	50,48%
TOTAL	69.587.127,66	100,00%

ANEXO V

DESPESA EMPENHADA COM PESSOAL		VALOR	%
Salário-Família	Pessoal Ativo	977,84	0,00%
Vencim. Vantagens - Pessoal Civil	Pessoal Ativo	286.448.218,04	61,28%
Obrigações Patronais	Pessoal Ativo	5.015.192,05	1,07%
Outras Desp. Variáveis - Pessoal Civil	Pessoal Ativo	17.353.486,00	3,71%
Despesas de Exercícios Anteriores	Pessoal Ativo	12.639.751,56	2,70%
Indenizações e Restituições Trabalhistas	Pessoal Ativo	62.159,94	0,01%

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Obrigações Patronais	Pessoal Ativo	26.621.885,73	5,69%
Outros Benefícios Assistenciais	Pessoal Ativo	1.598.935,60	0,34%
Serviços de Terceiros - PF	Pessoal Ativo	5.943.488,00	1,27%
Serviços de Terceiros - PJ	Pessoal Ativo	368.227,18	0,08%
Auxílio-Alimentação	Pessoal Ativo	32.418.164,00	6,93%
Despesas de Exercícios Anteriores	Pessoal Ativo	40.123,00	0,01%
Indenizações e Restituições	Pessoal Ativo	4.780.000,00	1,02%
Obrigações Patronais	Pessoal Inativo	464.687,98	0,10%
Aposentadorias e Reformas	Pessoal Inativo	65.518.969,00	14,02%
Outros Benefícios Assistenciais	Pessoal Inativo	111.987,99	0,02%
Salário-Família	Pessoal Inativo	940,34	0,00%
Auxílio-Alimentação	Pessoal Inativo	1.995.969,03	0,43%
Despesas de Exercícios Anteriores	Pessoal Inativo	6.080.000,00	1,30%
TOTAL		467.463.163,28	100,00%

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

ARI DORVALINO SCHÜRHAUS

Diretor



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS

Encontra-se em desenvolvimento o novo Sistema de Recursos Humanos, com a finalidade de aprimorar os trabalhos na área de pessoal, o que facilitará à Administração o gerenciamento de dados e a tomada de decisões.

O projeto está sendo desenvolvido em parceria pelas Diretorias de Informática e de Recursos Humanos. No corrente ano foram levantadas as atividades e rotinas atinentes à Diretoria de Recursos Humanos, definidos os fluxogramas das rotinas e processos, bem como as fórmulas de cálculos de folha de pagamento.

Ingresso de novos servidores no Poder Judiciário

Neste ano foram nomeados **502** novos servidores, dos quais **216** para cargo efetivo e **286** para cargo comissionado.

No mesmo período ocorreram **241** exonerações, o que demonstra um acréscimo de **261** servidores.

Integração dos novos servidores

Em abril deste ano foi realizado o XVI Encontro de Integração dos Novos Servidores do Poder Judiciário, com a participação de **94** servidores de todas as regiões do Estado, o que corresponde a 2,38% do total de

servidores efetivos do Poder Judiciário.

Além de buscar a integração dos novos servidores, o encontro tem por finalidade transmitir aos participantes informações sobre a estrutura do Poder Judiciário, sobre direitos e deveres do servidor, ética e relacionamento interpessoal.

Semana do Servidor

No corrente ano foi instituído o programa “Semana do Servidor”, que tem como objetivo a valorização, motivação e integração dos servidores do Poder Judiciário. O evento, que será realizado anualmente, neste ano contou com a participação de **144** servidores.

Mostra de Talentos

No corrente ano foi desenvolvido o projeto “Mostra de Talentos do Poder Judiciário”, com o objetivo de revelar talentos artísticos e promover a valorização e integração dos servidores. A primeira mostra de talentos envolveu quatro categorias: poesia, conto, pintura e fotografia. Foram premiados os servidores classificados em 1º, 2º e 3º lugares de cada categoria.

Aposentados

Aos servidores que completaram o tempo de serviço para aposentadoria foi realizado um curso preparatório para a inatividade, do qual participaram **38** servidores.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Os servidores que se aposentaram receberam homenagem, num gesto de reconhecimento pelos serviços prestados ao Poder Judiciário, sendo agraciados com um troféu comemorativo.

Bolsa de Trabalho

O Programa de Bolsa de Trabalho destina-se ao atendimento de estudantes carentes de recursos financeiros, vinculados a instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça.

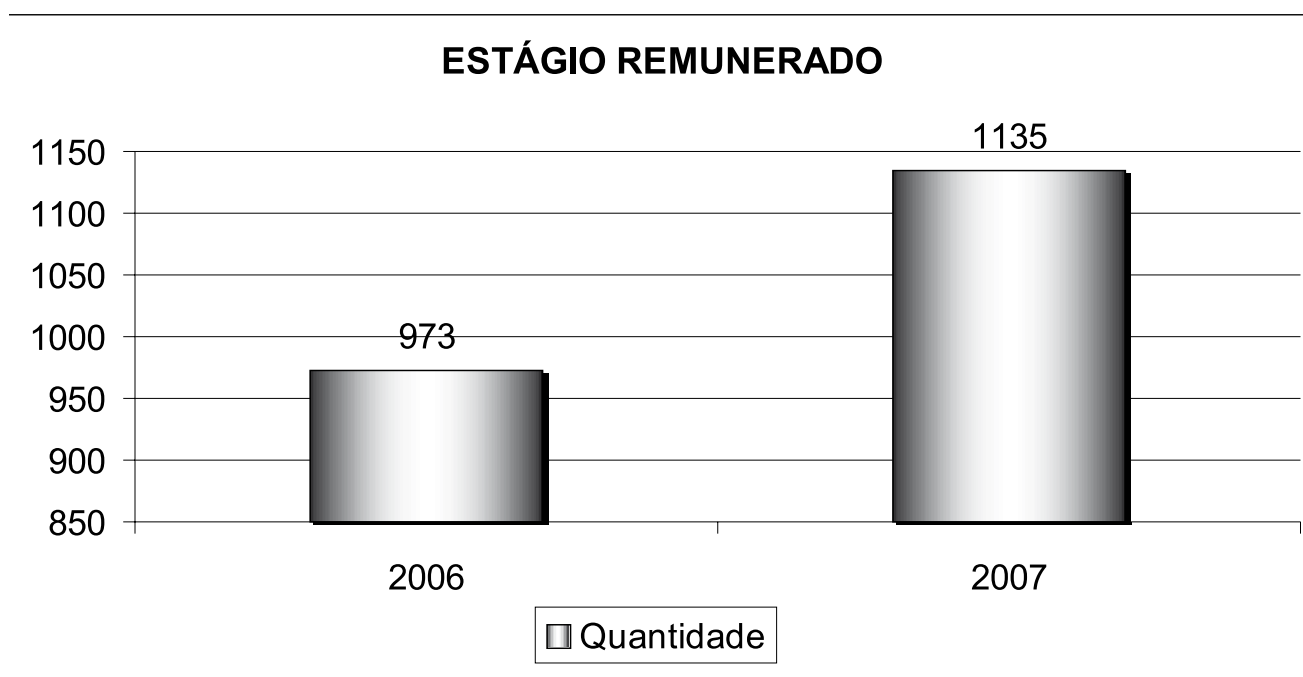
Os estudantes são selecionados pelas instituições de ensino e encaminhados ao Tribunal de Justiça para contratação.

Há no Poder Judiciário **407** postos de bolsa de trabalho, distribuídos nas comarcas e na Secretaria do Tribunal de Justiça.

Estágio remunerado

O Programa de Estágio Remunerado visa propiciar aos estudantes do curso de Direito oportunidade de prestarem serviço nos Gabinetes dos Desembargadores e de Juízes de Direito.

No corrente exercício foram criadas mais **162** vagas de estagiário, totalizando **1.135**. Os estagiários atuam nas unidades jurisdicionais, gabinetes dos Magistrados e representam parcela significativa da força de trabalho.



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Bolsa de Estudos

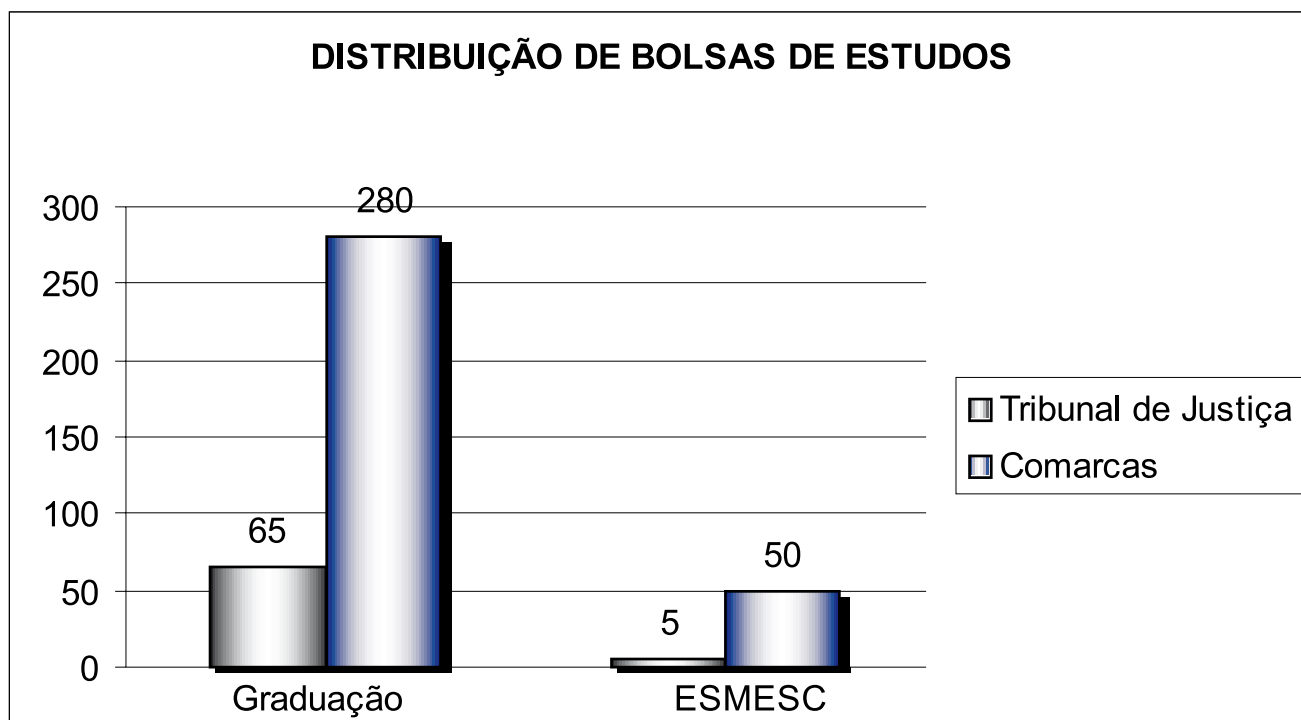
O Tribunal de Justiça mantém o Programa de Bolsa de Estudos, destinado a Magistrados e Servidores, para cursos de graduação, pós-graduação e para o curso da Escola Superior da Magistratura.

Por meio do programa são custeados pelo Tribunal de Justiça 70% (setenta por cento) dos valores das mensalidades escolares.

Neste ano o programa sofreu algumas alterações, sendo que atualmente, para efeito de concessão de bolsas de estudo, não existe mais distinção entre servidor da Justiça de Primeiro Grau e servidor do Tribunal de Justiça.

CURSO	QUANTIDADE DE VAGAS
Graduação	345
ESMESC	55
TOTAL	400

No que se refere às bolsas de estudo para cursos de pós-graduação, foram beneficiados **24** magistrados, **80** servidores com cursos na área jurídica e **36** nas demais áreas.



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Promoção

Nos termos da Lei Complementar n. 90 de 1 de julho de 1993, os servidores podem ser promovidos por desempenho, por aperfeiçoamento e por tempo de serviço.

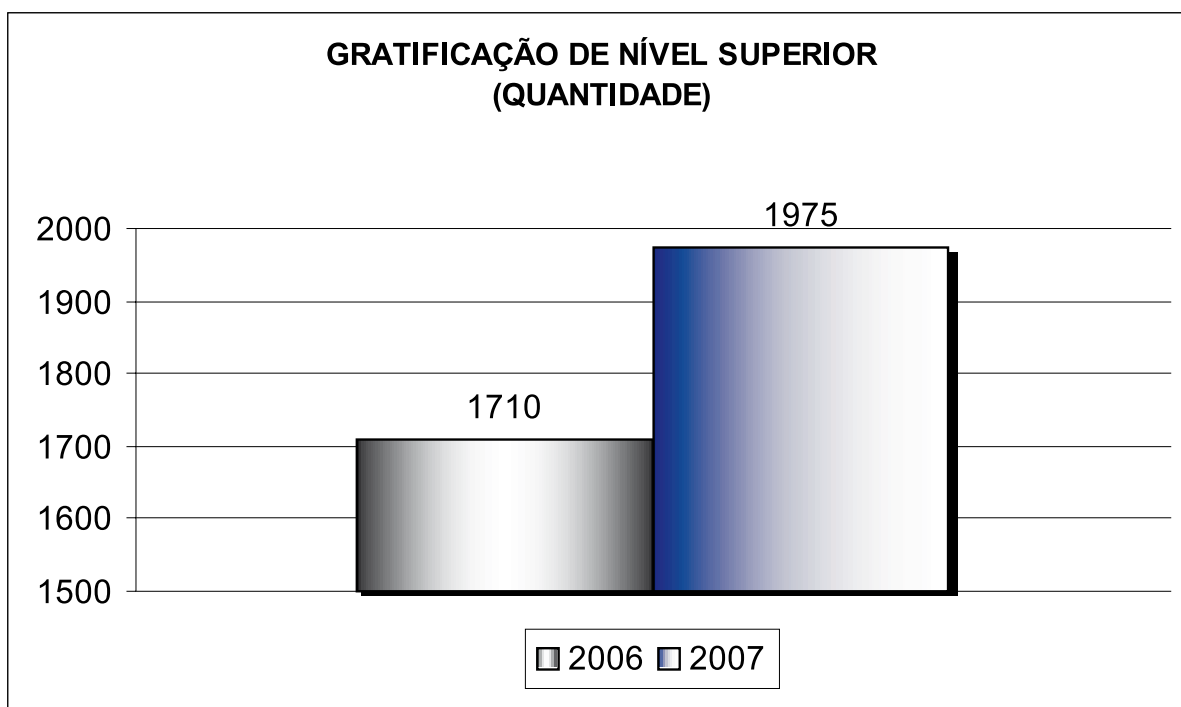
No corrente exercício ocorreram **2.958** promoções por desempenho, **295** por aperfeiçoamento e **2** por tempo de serviço, o que perfaz o total de **3.255** promoções.

Gratificação de Nível Superior

A gratificação de nível superior, prevista no art. 14 da Lei Complementar n. 90, de 1º de julho de 1993, é destinada a servidores não ocupantes de cargo de nível superior que tenham graduação escolar superior.

Em 2006 cerca de **1.710** servidores percebiam gratificação de nível superior. Este número foi elevado para **1.975** no corrente ano, o que corresponde ao aumento de **15,5%** (quinze vírgula cinco por cento) em relação ao total do ano anterior.

A quantidade de servidores que percebem gratificação de nível superior corresponde a **43,88%** do total de servidores ativos do Poder Judiciário.



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Vale-transporte

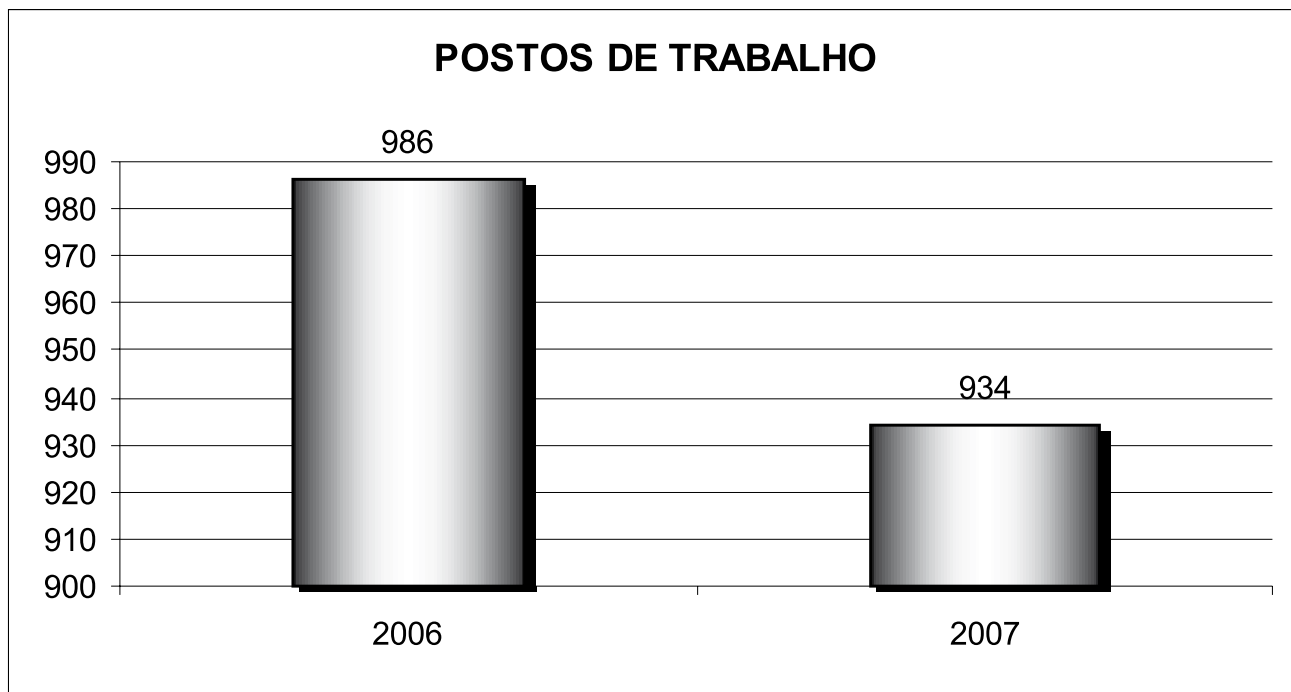
O vale-transporte é um benefício concedido aos servidores que gastam mensalmente com transporte mais de **6%** (seis por cento) da remuneração. O vale-transporte corresponde à parcela de gastos que exceder a 6% (seis por cento) da remuneração e é creditado mensalmente em folha de pagamento.

Em 2007, foram contemplados com o benefício **212** servidores, o que corresponde a **4,71%** do total de servidores do Poder Judiciário.

Terceirização

O Tribunal de Justiça mantém contratos de trabalho com empresas prestadoras de serviço, visando atender especialmente à demanda de trabalho das áreas de cozinha, conservação e limpeza, nas comarcas e no Tribunal. Trata-se de um procedimento que vem sendo adotado nos últimos anos, com a finalidade de recompor a força de trabalho das referidas áreas.

Atualmente existem **934** postos de trabalho terceirizado, quantidade inferior à do exercício anterior.



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Processos Administrativos

Tramitaram na Diretoria de Recursos Humanos, neste ano, 13833 processos administrativos, o que corresponde à média mensal de 1.152 processos.

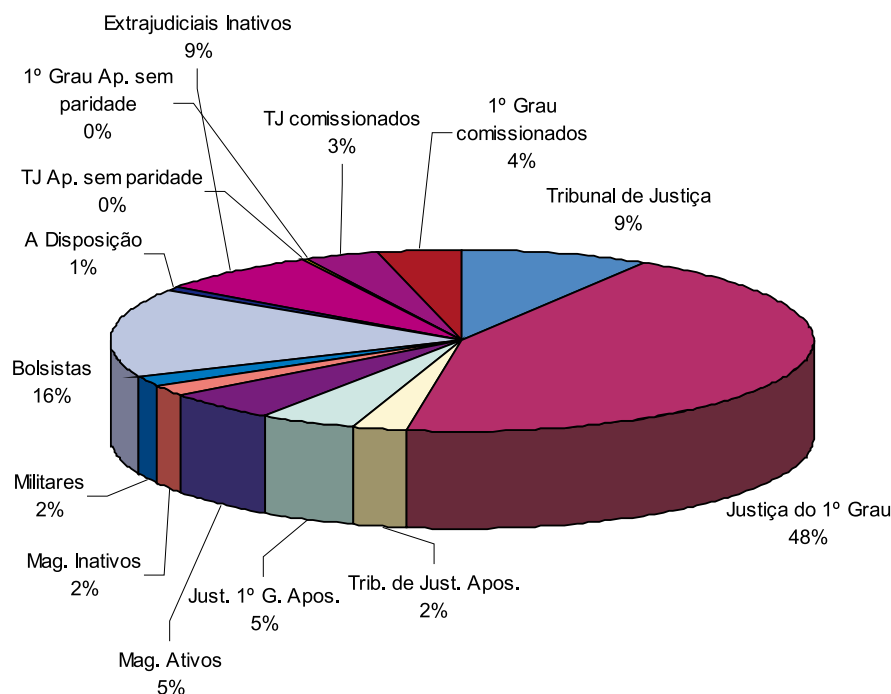
Folha de Pagamento

MATRÍCULAS CALCULADAS DO PJSC POR TIPO - 2007

TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Tribunal de Justiça	625	632	633	648	666	695	709	721	728	738	756	
Justiça do 1o Grau	.232	3.231	3.224	.209	3.197	3.171	3.174	3.167	3.163	3.160	3.159	
Trib. de Just. Apos.	177	177	177	178	178	178	175	176	177	178	179	
Just. 1o. G. Apos.	341	341	345	346	346	343	345	346	349	351	348	
Mag. Ativos	384	383	382	410	410	410	410	409	409	409	410	
Mag. Inativos	149	148	148	148	147	146	146	146	145	145	144	
Militares	146	145	143	151	151	161	161	159	163	160	162	
Bolsistas	1.145	1.165	1.163	1.216	1.231	1.223	1.218	1.226	1.272	1.267	1.289	
A Disposição	58	58	57	58	58	56	54	52	52	52	49	
Extrajudiciais Inat	43	538	536	538	539	536	533	536	531	531	531	
TJ Ap. sem paridade	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	10	
1º Grau Ap. sem paridade	17	18	18	19	19	19	21	21	20	20	20	
TJ comissionados	239	254	261	263	265	264	274	270	274	270	283	
1º Grau comissionados	285	286	277	278	287	291	289	294	297	299	303	
TOTAIS	7.352	7.387	7.375	7.473	7.505	7.504	7.520	7.534	7.591	7.591	7.643	-

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Nº de matrículas por tipo - 2007

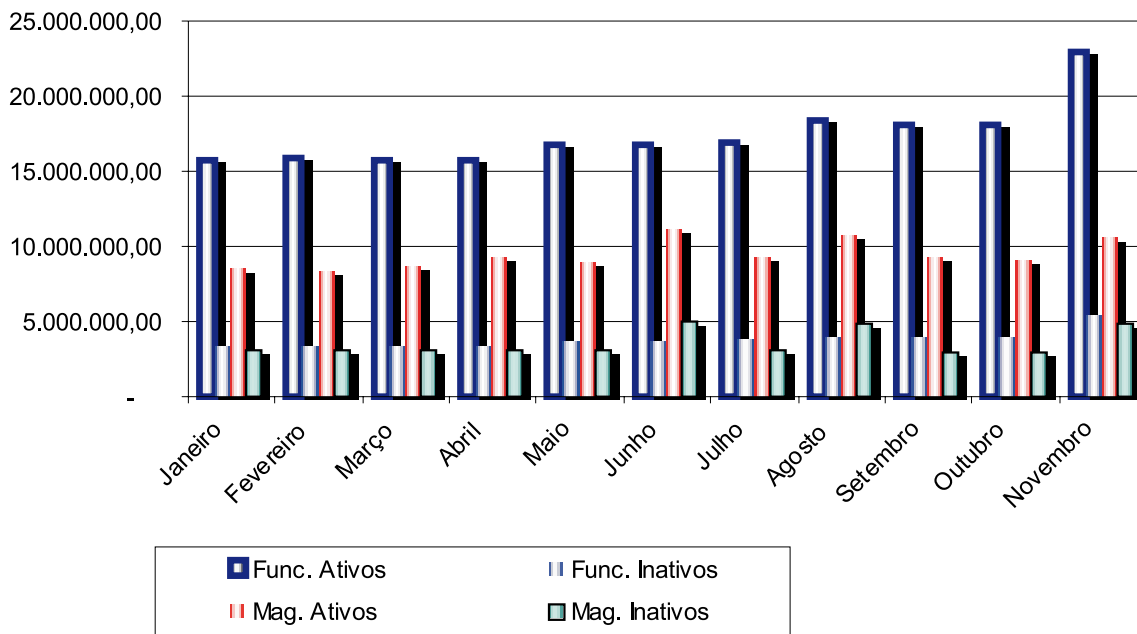


GASTOS COM PESSOAL PJSC/2007 - EVOLUÇÃO (INCLUSIVE EXTRAJUDICIAIS)

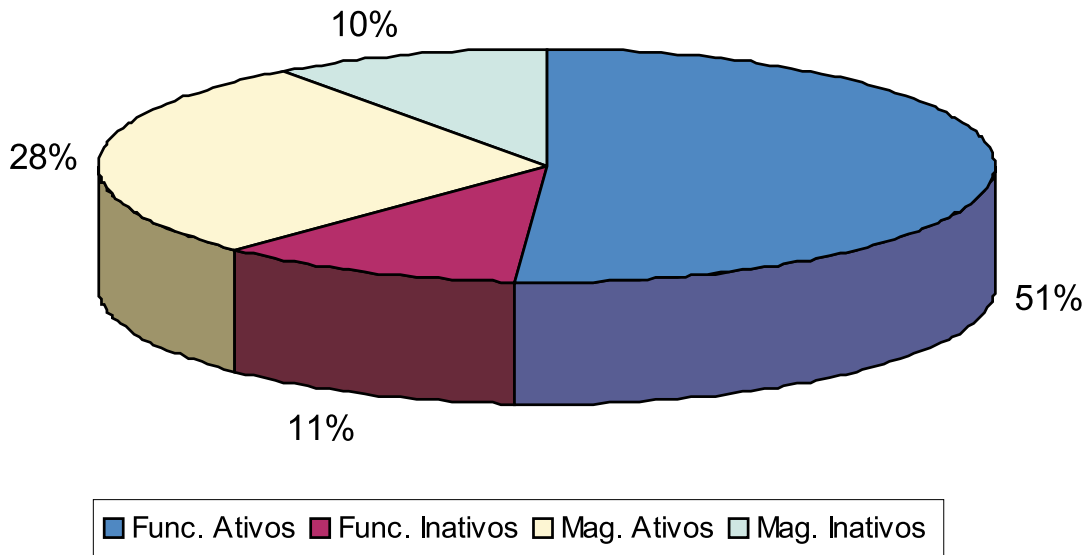
PERÍODO	FUNC. ATIVOS	FUNC. INATIVOS	MAG. ATIVOS	MAG. INATIVOS	TOTAIS
Janeiro	15.712.951,07	3.414.276,66	8.506.392,53	3.073.577,05	30.707.197,31
Fevereiro	15.871.208,10	3.391.686,90	8.420.976,50	3.052.696,63	30.736.568,13
Março	15.779.068,75	3.437.582,73	8.742.475,57	3.047.099,95	31.006.227,00
Abril	15.711.536,87	3.443.172,18	9.195.292,22	3.028.078,22	31.378.079,49
Mai	16.806.950,43	3.659.720,15	8.995.747,00	3.022.361,55	32.484.779,13
Junho	16.711.128,65	3.643.180,17	11.190.797,08	4.940.349,15	36.485.455,05
Julho	16.917.254,57	3.813.815,41	9.306.185,72	3.019.810,78	33.057.066,48
Agosto	18.367.431,29	4.013.180,57	10.726.859,84	4.915.781,76	38.023.253,46
Setembro	18.149.485,86	4.025.550,33	9.202.265,62	2.981.498,41	34.358.800,22
Outubro	18.128.277,44	4.037.009,56	9.133.254,73	2.981.498,41	34.280.040,14
Novembro	22.955.084,68	5.388.853,71	10.519.225,71	4.886.700,04	43.749.864,14
Dezembro	-	-	-	-	-
13º	5.374.692,46	1.650.954,26	3.746.281,61	1.517.677,06	12.289.605,39
TOTAIS	196.485.070,17	43.918.982,63	107.685.754,13	40.467.129,01	388.556.935,94

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Gastos com pessoal PJSC/2007 - evolução



Gastos por tipo - %



◀ DIRETORIA DE SAÚDE ▶

◀ RENATO GRILLO FLACH ▶

Diretor de Saúde



DIRETORIA DE SAÚDE

O presente relatório concentra informações acerca dos projetos e ações desenvolvidas pela Diretoria de Saúde no ano de 2007 (janeiro a novembro).

Através do convênio firmado com a SOS UNIMED para atendimento de urgência nas áreas do Tribunal de Justiça e Fórum da Capital constam registrados 04 atendimentos em 2007.

A empresa PROACTIVA, através de convênio firmado com a Diretoria de Saúde para recolhimento e fim adequado ao lixo tóxico utilizado pelos setores dessa diretoria, vem realizando a coleta duas vezes na semana.

1. PROJETOS EXECUTADOS EM 2007

1.1. Vacina da gripe

O objetivo da vacina da gripe é imunizar os funcionários do Poder Judiciário da Secretaria do Tribunal de Justiça, do Fórum da Capital e das Comarcas do interior.

No ano de 2007, por meio de Pregão, o Laboratório Aventis Pasteur, aplicou 3.872 doses, sendo estas administradas em magistrados e funcionários ativos, terceirizados, funcionários à disposição, bolsistas e estagiários de todas as Comarcas do Poder Judiciário e da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

2. ATENDIMENTOS MÉDICOS

MÉDICOS	Nº DE CONSULTAS
Dr. José Alfredo Mussi	503
Dr. José Carlos Nascimento	750
Dra. Leisa Maria Leal	636
Dr. Luiz Alberto Neves May	521
Dr. Renato Grillo Flach	655
Dr. Newton Dias de Vasconcelos Junior	753
TOTAL	3818

2.1. Seção Psicossocial-ambulatorial

A seção Psicossocial Ambulatorial, em mais um ano trabalhando com três psicólogas na Seção, desenvolveu as seguintes atividades no ano de 2007:

- Atendimento e acompanhamento psicológico de servidores e dependentes;
- Avaliação psicológica de servidores por solicitação da Junta Médica;
- Orientação psicológica a servidores contratados;
- Acompanhamento psicológico de servidores em licença para tratamento de saúde;
- Apresentação de palestras sobre o tema “Depressão” e “Depressão Pós-parto”, na Comarca de São João Batista, Comarca da Capital e Tribunal de Justiça.

DIRETORIA DE SAÚDE

ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS

PSICÓLOGA	Nº DE ATENDIMENTOS REALIZADOS
Dra. Liliâne Cardoso Pereira	371
Dra. Luciana Raupp Di Bernardi	377
Dra. Marilda Marcondes de Mattos	432

2.2. Serviço Social

As atividades desenvolvidas no período de 2007, em sua maioria, são referentes à elaboração de estudos e pareceres para subsidiar decisões da Junta Médica em processos administrativos, atendendo a demanda apresentada que inclui todo o Estado Catarinense.

Pareceres elaborados para Junta Médica	43
----------------------------------------	----

Para a elaboração dos pareceres necessita-se da coleta de dados através de atividades como visitas domiciliares, entrevistas com servidores e requerentes, familiares, avaliação do local de trabalho e visita a instituições de saúde, conforme a necessidade e a peculiaridade de cada situação apresentada.

Entrevistas	108
Visitas domiciliares	18
Visitas em Instituições de Saúde	21

Algumas ações não são aqui quantificadas, já que cada processo exige um procedimento como, por exemplo, coleta de dados com o médico assistente do servidor e terapeuta, contatos freqüentes com o servidor, familiares e clínicas psiquiátricas. Estas ações são feitas constantemente e necessárias para que o trabalho atinja bons resultados, porém são de difícil quantificação para relatório estatístico, já que não são um fim em si mesmas.

Encaminhamentos de servidores para clínicas psiquiátricas, avaliação médica e ou internação, acompanhamento de tratamento	17
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

O serviço social da Diretoria de Saúde está disponível para atender os servidores para esclarecer direitos e deveres referentes as situações de saúde e suas implicações.

Atendimento ao servidor – emergência	35
--------------------------------------	----

Durante este período foram também realizadas atividades junto à Seção Psicossocial através de realização de palestra sobre saúde e trabalho, atendimento de forma conjunta de situações relativas aos servidores, visando a integração das áreas e buscando a realização de ações preventivas com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos que compõem o Judiciário Catarinense.

Como a avaliação de mobiliário ergonômico e a elaboração e início da implantação do Programa de Prevenção ao Uso de Drogas e

DIRETORIA DE SAÚDE

Orientação e Acompanhamento ao Dependente Químico, onde foi estabelecida parceria com a Clínica Caminho do Sol.

2.3. Divisão de Medicina do Trabalho

1- Acidentes de trabalho comunicados 04

2.3.1. Seção de Ergonomia

No ano de 2007 a Divisão de Medicina de Trabalho através da Seção de Ergonomia realizou a assistência técnica da compra das cadeiras destinadas ao tribunal pleno do Tribunal de Justiça, realizou a avaliação de material ergonômico adequado para trazer conforto aos servidores que realizam a maioria de suas atividades utilizando o computador como principal ferramenta de trabalho, efetivando a compra de apoios de teclado, mouse e de pé.

<i>1- Distribuição de Equipamento ergonômicos:</i>	
apoio de teclado	300
apoio de mouse	300
apoio de pé	70

2 – Avaliação de Postos de trabalho encaminhamento de sugestão de mudança:

- Diretoria Judiciária
- Gabinete de Desembargadores – 7
- Fórum da Capital – Contadoria , Central de Mandados, Distribuição Unificada

3-Sugestões Encaminhadas:

- Necessidade de mudança de sistema de iluminação de ambientes do Tribunal de Justiça
- Necessidade de mudança da altura dos móveis que compõem os móveis dos novos postos de trabalho.

2.4. Seção de Enfermagem

A Seção de Enfermagem, no período de janeiro a novembro de 2007, desenvolveu orientações sobre pressão arterial, fornecimento de dietas (colesterol, triglicérides, ácido úrico) e as atividades descritas abaixo:

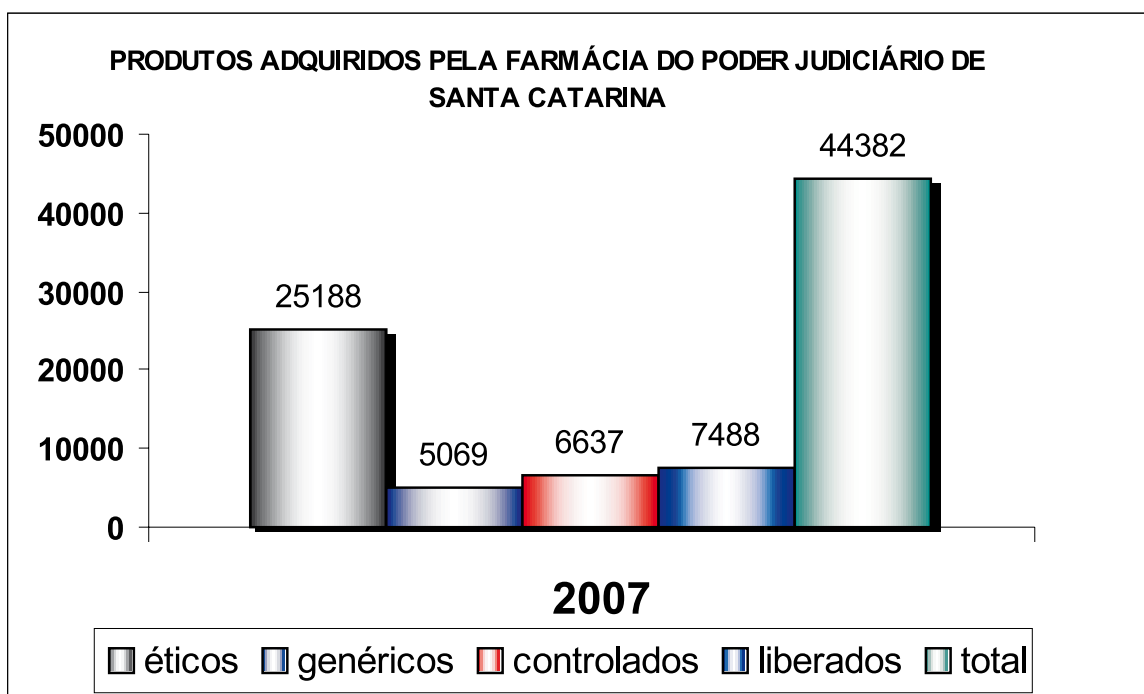
1	EMERGÊNCIAS	
1.1	Atendidas pela enfermagem	203
1.2	Encaminhadas ao médico	181
2	EXAMES REALIZADOS	
2.1	Eletrocardiograma (ECG)	416

DIRETORIA DE SAÚDE

3	CUIDADOS REALIZADOS	
3.1	Aplicação de radiação infravermelha	51
3.2	Nebulização	422
3.3	Verificação de pressão arterial (P.A.)	2059
3.4	Curativo	502
3.5	Retirada de ponto cirúrgico	40
3.6	Imobilização	24
4	ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS	
4.1	Endovenoso (EV)	108
4.2	Intramuscular (IM)	228
4.3	Subcutâneo (SC)	53
4.4	Via Oral (VO) administrados no local	
4.4.1	– doses	145
4.4.2	– comprimidos	2408
4.4.3	– controlados (Lexotan 6mg)	18
5	MEDICAMENTOS FORNECIDOS	
5.1	Frascos	12
5.2	Comprimidos	5139
6	TOTAL	12009

DIRETORIA DE SAÚDE

2.5. Seção de Farmácia



3. Junta Médica Oficial do Poder Judiciário

Licença para tratamento de saúde	1179
Licença para tratamento de saúde em pessoa da família	272
Licença para tratamento de saúde em prorrogação	396
Licença para tratamento de saúde em pessoa da família em prorrogação	11
Gestação	58
Readaptação	17
Reconsideração	41
Admissão	367
Aposentadoria	15
Remoção	48
Isenção de imposto de renda	18

DIRETORIA DE SAÚDE

Prorrogação da readaptação	6
Gratificação de insalubridade	11
Redução de carga horária	4
Restrição de função	2
Dispensa de fisioterapia	2
Relotação	3
Processo em diligência	1
Reversão de aposentadoria	2
Outros	11

4. atendimentos odontológicos

DENTISTA	PACIENTES DIFERENTES	PROCEDIMENTOS	DIAS TRABALHADOS
Dr. Dante Del Vale Valcanaia (Prótese)	93 * Estimativa	Não disponível	110
Dr. Eduardo Dutra da Silva (Endodontia)	34	288	145
Dr. José Eduardo C. Shiozawa (Dentística)	399	1.765	199
Dra. Mabel Larroyd Valente (Dentística)	130	399	77
Dra. Maria Eugênia B. Burg (Dentística)	437	1.313	158
Dr. Lauro Egídio Bragaglia (Prótese)	159	1.062	207
Dr. Reginaldo Reitz (Dentística)	410	1.414	178
TOTAL	1.268	6.241	1.074
Índice de aproveitamento		6,47 procedimentos/ dia/dentista	

DIRETORIA DE SAÚDE**4.1. Seção de Prótese**

01 – Fundição de Estrutura Metal Cerâmica	189
02 – Prótese Sobre Implante	087
03 – Confeção de Próvisórios (elementos)	437
04 – Confeção de Modelos	450
05 – Placa de Registro	017
06 – Aplicação em Cêramica (elementos)	333
07 – Moldeira Individual	016
08 – Placa de Clareamento	082
09 – Confeção de Tróqueis	072
10 – Placa de Proteção Noturna	016
11 – Confeção de Inceram	006
12 – Confeção Targis Vectris	008
13 – Confeção de Núcleos	048
14 – Ponte Parcial Removível (PPR)	017
15 – Prótese Total	003
16 – Prótese Parcial Fixa	025
17 – Prótese Protocolo	000
TOTAL GERAL	1806

JUSTIÇA MILITAR

JUIZ GETÚLIO CORRÊA

Julz Auditor



**AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR - ESTATÍSTICA RELATIVA AO PERÍODO
JANEIRO A NOVEMBRO/2007**

Entrados por distribuição	1016
Entrados por redistribuição	10
Saídos por redistribuição	10
Total de entradas	1016
Média de entradas	92
Sentenciados	258
Arq. definitivamente	1164
Arq. admin.	0
Suspensos	46
Rem. para recurso	41
Rem. para outro trib.	61
Em andamento	1111



RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE 2007 - TJSC

Produção: Assessoria de Planejamento

Design Gráfico: ÍCONE DESIGN - www.iconedesign.com.br

Impressão e acabamento: Divisão de Artes Gráficas do TJSC

Tiragem: 350 exemplares

Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 - Centro - Florianópolis/SC

CEP 88020-901 - tel.: (48) 3221.1000 fax: (48) 3221.1200

tjmail@tj.sc.gov.br www.tj.sc.gov.br



Florianópolis, janeiro de 2007.

O conteúdo integral deste relatório está disponível também na Internet:

acesse www.tj.sc.gov.br